

Márcia Alves da Silva
(Org.)

Coisas D'GENERUS

Produções do núcleo de estudos feministas e de gênero

VOLUME 2



O D'Generus é um Núcleo de Estudos da Universidade Federal de Pelotas/UFPel e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, composto por pesquisadoras/es de diversas áreas de conhecimento da UFPel e também de pesquisadoras/es de outras instituições. Trata-se de um núcleo que incentiva a produção de pesquisas que tratem de temáticas de gênero, feminismos e sexualidades, de forma interdisciplinar e também por diversas perspectivas teóricas e metodológicas, sem perder de vista a possibilidade da pesquisa articulada ao ensino e a extensão acadêmica. Coisas D'Generus é o segundo volume de uma proposta do grupo de visibilizar e socializar suas produções, onde apresentamos textos construídos, prioritariamente, por membros do grupo, mas também conta com a presença de pesquisadoras/es convidadas/os (docentes e discentes) que, aliados aos membros do grupo, contribuíram na elaboração de algumas das produções que apresentamos aqui.



D'Generus
Núcleo de Estudos
Feministas e de Gênero



Coisas D'Generus

Coisas D'Generus

Produções do Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero

Volume 2

Organizadora
Márcia Alves da Silva



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, Márcia Alves da (Org.)

Coisas D'Gênerus, volume 2: produções do Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero [recurso eletrônico] / Márcia Alves da Silva (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

296 p.

ISBN - 978-65-5917-307-5

DOI - 10.22350/9786559173075

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Gênero; 2. Feminismo; 3. UFPel; 4. Coletânea; 5. Universidade; I. Título.

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 172

Sumário

Apresentação **9**

Márcia Alves da Silva

1 **16**

Movimento de mulheres camponesas: a luta pela emancipação e o feminismo camponês popular

Catiane Cinelli
Isaura Isabel Conte

2 **44**

Biopolítica e agenciamento cis-têmico em pesquisas empíricas sobre sexualidade: uma análise crítica desde dentro

Hudson W. de Carvalho

3 **65**

Trajetórias de vida e de trabalho de mulheres idosas

Márcia Alves da Silva
Vanise Valiente

4 **84**

Mulheres negras e diferentes modos de ser e fazer ciência: a terra, *os terrários* e os movimentos da vida

Georgina Helena Lima Nunes
Alex Sandro de Castro Garrido
Fábio André Sangiogo

5 **114**

O lugar da raça e do racismo no debate sobre interseccionalidade

Luciana Garcia de Mello

6 **136**

Aspectos históricos acerca do uso de fórmulas substitutivas e perspectivas para a proteção e promoção do aleitamento materno: um olhar de gênero e empoderamento feminino

Melissa Hartmann
Lucinara da Cruz Cantos
Letiane Borges Canez
Juliane Portella Ribeiro
Marina Soares Mota

7

160

Sobre vivências: reflexões iniciais para o estudo do lugar da mulher no ambiente radiofônico

Silvana de Araújo Moreira

8

188

Ressignificação do trabalho feminino em espaços de homossociabilidade masculina: novas identidades profissionais das trabalhadoras do Polo Naval de Rio Grande a partir de suas trajetórias e disposições

Marcus Vinicius Spolle
Pedro Robertt

9

209

Diversidade sexual, gênero e educação

André Luis Penha Corrêa
Renato Duro Dias
Sheila Stolz

10

235

A prática pedagógica com mulheres em situação de prisão: reflexões sobre a produção artesanal e o diálogo temático

Amanda da Rocha Lourensen
Aline Lemos da Cunha Della Libera

11

255

A luta pela afirmação das identidades LGBT+ e a violência lgbtfóbica consentida e legitimada pelo estado

Luciano Pereira dos Santos

Sobre as/os autoras/es

289

Apresentação

*Márcia Alves da Silva*¹

O D'Generus é um Núcleo de Estudos da Universidade Federal de Pelotas/UFPel e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq, composto por pesquisadoras/es de diversas áreas de conhecimento da UFPel e também conta com a participação de pesquisadoras/es de outras instituições. Trata-se de um núcleo que incentiva a produção de pesquisas que tratem de temáticas de gênero, feminismos e sexualidades, de forma interdisciplinar e também por diversas perspectivas teóricas e metodológicas, sem perder de vista a possibilidade da pesquisa articulada ao ensino e a extensão acadêmica.

Coisas D'Generus é o segundo volume de uma proposta do grupo de visibilizar e socializar suas produções, onde apresentamos textos construídos, prioritariamente, por membros do grupo, mas também conta com a presença de pesquisadoras/es convidadas/os (docentes e discentes) que, aliados aos membros do grupo, contribuíram na elaboração de algumas das produções que apresentamos aqui.

No primeiro capítulo, denominado **MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO E O FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR**, as autoras Catiane Cinelli e Isaura Isabel Conte abordam a construção do Feminismo Camponês Popular no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil. As autoras, enquanto militantes e pesquisadoras do MMC fazem primeiramente uma abordagem do feminismo como conceito, demarcando que a orientação do MMC é a de

¹ Organizadora da coletânea e Coordenadora do D'Generus

um feminismo de classe. Na sequência da escrita, trazem elementos do próprio Movimento de Mulheres Camponesas, que se soma ao conjunto de lutas camponesas e populares com as demais organizações brasileiras e latino-americanas e faz parte da Via Campesina, organizada em âmbito mundial.

O segundo capítulo, **BIOPOLÍTICA E AGENCIAMENTO CISTÊMICO EM PESQUISAS EMPÍRICAS SOBRE SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DESDE DENTRO**, de Hudson W. de Carvalho, busca deflagrar um conjunto de valores e mecanismos pelos quais o *status quo* científico sobre a sexualidade se produz e reproduz, alimentando o entendimento binário e cis-heteronormativo que caracteriza a empreitada civilizatória colonial. Para isso, o autor analisa pesquisas realizadas sobre sexualidade. Não se trata de uma crítica apenas, mas de revelar alguns fatores biopolíticos que as determinam e que não são explicitados por aqueles que as produzem. Também é necessário se considerar o momento em que as pesquisas apresentadas foram realizadas, no qual a discussão sobre a pluralidade sexual era mais restrita a determinados campos do saber científico e que não alcançavam pesquisadores das áreas quantitativas ou mesmo a imaginário social mais amplo. Predominantemente, pesquisas como as analisadas nesse manuscrito se circunscrevem em éticas que visam à proteção de grupos minoritários, provendo informações para gestão de indivíduos e grupos para promoção de saúde ou garantia de direitos, o que não deixa de ser, sob uma ótica civilizatória contemporânea, ações biopolíticas.

Em **TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES IDOSAS**, Márcia Alves da Silva e Vanise Valiente problematizam a velhice de mulheres, a partir das narrativas de duas mulheres idosas, obtidas mediante pesquisa realizada na perspectiva metodológica da história oral. Inicialmente as autoras apresentam uma conceituação sobre velhice e

sobre representações sociais em diálogo com o feminismo, aliadas a estudos referentes sobre trabalho, especialmente trabalho feminino.

O capítulo **MULHERES NEGRAS E DIFERENTES MODOS DE SER E FAZER CIÊNCIA: A TERRA, OS TERRÁRIOS E OS MOVIMENTOS DA VIDA**, de Georgina Helena Lima Nunes, Alex Sandro de Castro Garrido e Fábio André Sangiogo, parte de uma experiência acadêmica que aproximou diferentes campos de saber, com o intuito de reafirmar a decolonialidade, não apenas enquanto *locus* teórico, mas como uma atitude política referenciada no mundo prático. O texto trata de um projeto que envolveu a realização de um *terrário*, em reunião com mulheres negras, que priorizou um olhar interseccional que as compreende nas interfaces de raça, gênero, sexualidade, classe social e geração. Torna-se um *fazer* permeado por memórias e, por isso, consiste numa proposta que se torna social e historicamente situada. Amplia-se, desse modo, o conceito de experiência como *prática executada* em laboratórios para o de experiência como *prática vivida*. Durante todos os encontros, até hoje realizados, manifestou-se uma relação acentuada com o que vem antes, de longe e de longa data e que se define como ancestral.

O capítulo de Luciana Garcia de Mello, denominado **O LUGAR DA RAÇA E DO RACISMO NO DEBATE SOBRE INTERSECCIONALIDADE** problematiza esse conceito, sem a pretensão de superá-lo, mas indagando sobre o seu potencial para refletir sobre o papel da raça na explicação da opressão sofrida por mulheres negras. Dessa forma, na primeira parte do trabalho Luciana retoma a discussão proposta por Kimberlé Crenshaw e demonstra alguns desdobramentos realizados por autoras que buscam repensar a geometria das formas de opressão e o modo como as diferenças são construídas. Na sequência, defende o argumento de que há uma primazia da raça na explicação das desigualdades e que, portanto, isso deve ser levado em consideração no debate sobre interseccionalidade. Não se

trata de descartar essa noção, mas tão somente propor um equacionamento das diferenças que seja sensível ao modo como os marcadores sociais se constroem em distintos contextos.

O texto coletivo, denominado **ASPECTOS HISTÓRICOS ACERCA DO USO DE FÓRMULAS SUBSTITUTIVAS E PERSPECTIVAS PARA A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO: UM OLHAR DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO**, das autoras da área de enfermagem Melissa Hartmann, Lucinara da Cruz Cantos, Letiane Borges Canez, Juliane Portella Ribeiro e Marina Soares Mota, tem por objetivo realizar uma análise acerca dos aspectos históricos do uso de fórmulas substitutivas e perspectivas para a proteção e promoção do aleitamento materno sob o olhar de gênero e empoderamento feminino. Para isso, as autoras partem do conhecimento de que a amamentação é um fenômeno múltiplo e que envolve a complexidade do mundo social. De tal forma, reconhecem que para a mulher amamentar, esse ato envolve mais do que nutrir o bebê, mas envolve o seu papel na sociedade, seus desejos e expectativas frente a experiência da maternidade e do ser mulher.

O próximo capítulo, de autoria da jornalista Silvana de Araújo Moreira e sob o título **SOBRE VIVÊNCIAS: REFLEXÕES INICIAIS PARA O ESTUDO DO LUGAR DA MULHER NO AMBIENTE RADIOFÔNICO** discute aspectos que estão compondo sua pesquisa de doutoramento em História, que aborda as vozes femininas nas ondas das rádios da cidade de Pelotas/RS. A pesquisa tem como objetivo principal investigar em que medida a linha editorial e os conteúdos das emissoras de rádio pelotenses influenciaram a inserção de mulheres em sua grade de programação para compreender as desigualdades de gênero neste ambiente. O estudo conta com a presença de mulheres no radialismo pelotense e tem como metodologia a História Oral em sua vertente Temática, focando ainda nas linhas de pesquisa de História e Gênero e História Social do Trabalho.

Os professores Marcus Vinicius Spolle e Pedro Robertt no texto **RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO FEMININO EM ESPAÇOS DE HOMOSSOCIABILIDADE MASCULINA: NOVAS IDENTIDADES PROFISSIONAIS DAS TRABALHADORAS DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE A PARTIR DE SUAS TRAJETÓRIAS E DISPOSIÇÕES** analisam a trajetória de trabalhadoras do Polo Naval de Rio Grande de 2005 a 2016, período de seu funcionamento, até a sua desativação devido à crise do setor, com o fechamento de várias empresas da área. O foco de análise está centrado na ativação de novas disposições e a criação de uma nova identidade profissional individual e uma nova identidade coletiva. Analisou-se as trajetórias das trabalhadoras, sendo observada a construção das identidades femininas e das profissões femininas em um espaço predominantemente de profissões e de homossociabilidades masculinas, dado que a maioria dos trabalhadores dentro de um polo naval é homem. Procurou-se entender como as mulheres ressignificaram relacionalmente as profissões que são teoricamente consideradas masculinas, se posicionando no mercado de trabalho como profissionais qualificadas e especializadas.

O texto **DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E EDUCAÇÃO**, de André Luis Penha Corrêa, Renato Duro Dias e Sheila Stolz, parte do pressuposto de que os locais de ensino são uns dos mais importantes para a formação de conceitos e produção de práticas inclusivas em relação à diversidade sexual e de gênero, sendo estes, também, os lugares adequados para a ampla discussão sobre direitos humanos. Então, a desigualdade social vivenciada pelas pessoas LGBTQIA+ constitui a escrita do presente capítulo, que apresenta parte dos resultados obtidos em pesquisa realizada para a elaboração da Dissertação de Mestrado em Direito e Justiça Social. Para realizar a pesquisa, estabeleceu-se como objetivo a investigação sobre o potencial que a educação possui para enfrentar a desigualdade aqui

narrada. Para isso buscou-se o estudo acerca das origens deste preconceito e a investigação sobre o potencial da educação como ferramenta capaz de trazer maior justiça social para a população LGBTQIA+.

Na sequência, Amanda da Rocha Lourensen e Aline Lemos da Cunha Della Libera colaboraram com essa coletânea com o texto intitulado **A PRÁTICA PEDAGÓGICA COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO ARTESANAL E O DIÁLOGO TEMÁTICO**. Nesta escrita, as autoras resgatam as oficinas de produção de sabonetes artesanais com ervas medicinais realizadas com mulheres reclusas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, na cidade de Porto Alegre, RS. O objetivo é refletir sobre experiências pedagógicas que as autoras vivenciaram com mulheres no interior de um presídio feminino, articulando três universos que se entrecruzaram neste cenário: o universo da educação, da prisão e das mulheres. O sistema prisional pode ser considerado um espaço de aprendizagem? Como se configura, atualmente, o sistema prisional brasileiro e, mais especificamente, o feminino? Para responder, as autoras buscam traçar um panorama sobre quem são as pessoas que estão em situação de privação de liberdade em nosso país, considerando o quanto estes dados se constituem como um importante dispositivo que desafia o imaginário social construído em torno das prisões. Cumpre salientar que foram acessadas diferentes fontes, compondo um panorama aproximado e que, sabe-se, se modifica constantemente.

Encerrando a coletânea apresento o texto produzido por Luciano Pereira dos Santos, denominado **A LUTA PELA AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES LGBT+ E A VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA CONSENTIDA E LEGITIMADA PELO ESTADO**. O autor parte do princípio que, para que se possa compreender os atravessamentos a que estão sujeitas essas identidades e orientações sexuais não normativas é preciso conhecer e reconhecer a condição de vulnerabilidade e violências a que sempre

estiveram expostas as pessoas LGBT+. É nessa perspectiva, de conhecimento para o reconhecimento, que Luciano nos apresenta as teorias sobre a gênese da LGBTfobia, o surgimento do movimento LGBT+ brasileiro e os modos pelos quais a luta por conquista e garantia de direitos dessa população tem permeado o contexto político-social e que, por conseguinte, reverberam na maneira como tem sido tratada a abordagem das temáticas de gênero, identidades de gênero e orientações sexuais nas políticas educacionais no Brasil na atualidade.

Dessa forma, encerro a apresentação afirmando a alegria que sinto por esta construção. Este segundo volume retrata e amplia o mosaico de investigações que compõem a trajetória do D'Generus. Mesmo com a necessidade de considerarmos o contexto difícil no qual a ciência e as/os cientistas enfrentam no Brasil - com ampliação de cortes de orçamentos para a pesquisa e com o processo de abandono que as Universidades públicas tem sido alvo, tudo isso aliado a um contexto político neoconservador que combate o avanço de pesquisas nas áreas nas quais atuamos - é revigorante podermos contar com a persistência de pesquisadoras e pesquisadores que insistem, mesmo com todas as intempéries, em construir conhecimento científico sobre feminismo, gênero e sexualidades.

Com esta nova coletânea, o D'Generus consolida sua caminhada, que surgiu, timidamente, em 2016 e que já conta com mais de 30 pesquisadoras e pesquisadores, na sua imensa maioria docentes e cientistas de universidades públicas brasileiras, além de jovens pesquisadoras/es iniciantes da prática da pesquisa acadêmica, estudantes de cursos de pós-graduação, de diversas áreas de conhecimento.

Movimento de mulheres camponesas: a luta pela emancipação e o feminismo camponês popular

*Catiane Cinelli
Isaura Isabel Conte*

Por meio deste texto, propomo-nos a elucidar elementos importantes daquilo que tem sido a construção do Feminismo Camponês Popular no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil. É importante demarcar que seria impossível apontar todos os elementos, pois o Feminismo Camponês Popular ou Feminismo Camponês e Popular (não havendo distinção entre os termos) é uma construção coletiva, inserida em um movimento que se faz sujeito político coletivo. Assim, esse feminismo está sendo praticado em muitos lugares, por muitas mulheres, e teorizado em várias ocasiões, coletiva e individualmente, dentro de organizações populares no Brasil e na América Latina e na academia.

Como militantes e pesquisadoras do MMC acompanhamos boa parte das discussões ocorridas no momento em que o Movimento foi se definindo como feminista, a partir dos anos 2000, e posteriormente, assumindo explicitamente a construção do Feminismo Camponês Popular. Em vista da elaboração deste texto, partimos de nossas pesquisas anteriores, em especial de nossas teses de doutorado (CONTE, 2014; CINELLI, 2016) e da escrita de um artigo científico em coautoria entre Calaça, Conte e Cinelli (2018) em que já tratávamos do tema. Além disso, realizamos pesquisa bibliográfica no catálogo de teses e dissertações, cuja metodologia de seleção dos trabalhos explicitaremos mais adiante ao tratar dos dados coletados.

Este artigo está organizado em duas partes: a primeira faz uma abordagem do feminismo como conceito, focando em ideias de feminismos no decorrer do tempo, sobretudo demarcando que a orientação do MMC é a de um feminismo de classe. Além disso, traremos elementos do próprio Movimento de Mulheres Camponesas, que se soma ao conjunto de lutas camponesas e populares com as demais organizações brasileiras e latino-americanas e faz parte da Via Campesina, organizada em âmbito mundial.

Desde o início da trajetória do MMC, considerando anterior ao estabelecimento dessa nomenclatura, com as várias organizações autônomas de mulheres trabalhadoras rurais ou agricultoras e/ou camponesas, como se denominavam em cada estado brasileiro, o Movimento se definia já nas primeiras escritas como classista e de gênero: visava à transformação da sociedade, incluindo a relação entre as pessoas e também, destas com a natureza. Diante disso, percebemos a clara orientação para outro formato de sociedade (socialismo) e para a libertação das mulheres de todas as opressões, apontando para outro projeto de agricultura, com nítida negação do que estava sendo colocado em marcha no pós-revolução verde da década de 1970.

Consideramos importante esse apontamento para situar que o Feminismo Camponês Popular não surge do nada, e sim de uma história em que foi se fazendo para ser atualmente o que é. Afirmamos de antemão um feminismo diferente, que parte das camponesas em luta ao se fazerem sujeitos políticos na atuação do/no Movimento. Trata-se de um feminismo coletivo e não pequeno-burguês de cunho liberal; um feminismo que parte da práxis politizada nas ações do Movimento, e não da teoria, embora as ações tenham uma teoria, na maioria das vezes não escrita e, portanto, não considerada no universo acadêmico. Mas isso não é uma questão que parece ser central para as mulheres camponesas do MMC: o importante é que elas fazem bem mais do que está escrito, até porque as escritas, por

mais que tentassem, jamais conseguiriam abarcar as transformações, sempre em curso, nas vidas de tantas mulheres.

Afirmamos que a construção do feminismo próprio está presente no processo de emancipação das mulheres camponesas. De acordo com Cinelli (2016), a organização se constitui como possibilidade de emancipação humana das mulheres engajadas no MMC, coletivamente, quando as pessoas percebem sua inconclusão e buscam assumir-se como sujeitos ou almejam ser mais, no sentido do propriamente humano (FREIRE, 2005).

Movimento de Mulheres Camponesas e Feminismo

O encontro do feminismo com o Movimento de Mulheres Camponesas ainda é um tanto difícil de descrever, pois uma coisa é a publicidade e outra, o que já vinha sendo praticado no Movimento, mesmo tratado por outro nome, pois, desde o início dos anos de 1980, já existiam organizações autônomas de mulheres. Para situar a questão, conforme já apontamos, o Movimento é anterior à existência da nomenclatura MMC. Seu estabelecimento como um movimento nacional ocorreu durante a realização do seu I Congresso, realizado de 05 a 08 de março de 2004 em Brasília, do qual participamos. Os primeiros registros são do estado de Santa Catarina com o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em 1983, e da Organização das Mulheres da Roça (OMR) do estado do Rio Grande do Sul, só para exemplificar (CINELLI, 2012; CONTE, 2011).

Logo, são quase quarenta anos de história em que as mulheres trabalhadoras rurais da chamada pequena agricultura se colocaram em movimento, inicialmente para irem em busca de seus direitos. Esse era o principal mote que fomentava discussões e processos formativos em encontros e nas ruas, assim como em marchas, passeatas e acampamentos, pois as mulheres se descobriam sem direitos: sem nome, por não possuírem documentos pessoais próprios, tendo que utilizar o do pai ou do

marido; e inexistentes como categoria de trabalho, pois ainda não eram reconhecidas para a previdência rural (CONTE, MARTINS e DARON, 2009).

Segundo Cinelli (2016), o MMC tem sua origem no contexto de consequência do modelo capitalista de produção, em meados da década de 1970, com relação a processos organizativos na América Latina, mas seu surgimento aconteceu de formas distintas nas diferentes regiões do país. A organização evidenciava a situação vivida pelas agricultoras naquele momento, com a exploração e expropriação/apropriação do trabalho e da terra, o que instaurava e fortalecia a dominação/opressão das trabalhadoras/es.

Como podemos perceber, as mulheres camponesas saíram de casa para processos de formação política e para entenderem a situação a que estavam submetidas, o que as tirou da invisibilidade. Nesse caminhar, começaram a escrever e a inscrever-se na história de um Movimento popular, transformaram-se em sujeito coletivo identificadas com bandeiras de defesa da classe social (pobres e negadas de direitos) e como mulheres, por isso o Movimento se afirmou como classista e de gênero.

Nesse início, o Movimento não se dizia feminista, contudo, mais tarde, as antigas lideranças, sem exceção, ao serem entrevistadas¹ afirmaram que, desde o início suas ações, no Movimento e como mulheres, já eram feministas. Desse modo, vamos ter um movimento feminista camponês consolidado nacionalmente em 2004, que bem antes já era feminista, mas não explicitava. Segundo o que podemos afirmar a partir do percebido com nossa inserção, não se tratava de esconder algo (o feminismo), mas de construir o entendimento desde a base, com todas as

¹ Podemos perceber as falas das militantes/dirigentes em várias teses e dissertações, como: Conte, 2011; Cinelli, 2012; Conte, 2014; Cinelli, 2016; Gaspareto, 2017; Seibert, 2019.

mulheres que fizeram a luta desde o início, para poder se fortalecer e assumir essa bandeira fora do movimento, na própria Via Campesina, com movimentos mistos e em âmbito das articulações internacionais, assim como frente a organizações feministas urbanas.

Para exemplificar: “A partir do I Congresso Nacional, fixou-se a ênfase nas temáticas do Feminismo e Campesinato” (CONTE, MARTINS e DARON, 2009, p. 120). Na obra *Mulheres, resistência e luta em defesa da vida*, em um capítulo que conta a história do MMC no estado do Rio Grande do Sul, intitulado “*O MMC e o porquê da sua identidade feminista, popular e camponesa: contra o capital e o patriarcado em defesa da vida!*”, temos a afirmação de que feminismo e campesinato constituem uma mistura nova, contraditória e necessária, porque é “preciso olhar para o campo como lugar de movimento, inconformidade e reação das mulheres, já que essa é a base a partir da qual se pode falar do surgimento do MMC” (Idem, p. 121).

Em síntese: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se caracteriza como um sujeito político, social e coletivo que construiu, em mais de trinta anos de uma história de luta, organização e formação de consciência crítica. Foi dando passos e acrescentando pautas em suas demandas, conforme a necessidade das mulheres camponesas, até chegar a explicitar o feminismo e, posteriormente, o feminismo camponês popular. Ribeiro (2010, p. 136) destaca que os Movimentos Sociais Populares são capazes de construir uma unidade de interesses comuns em sua diversidade de interesses específicos e “retomam questões que orientaram as lutas dos movimentos sociais populares históricos, nacionais e internacionais, do ponto de onde esses ficaram, porque foram sufocados ou desarticulados”.

O MMC, assim como a maioria dos movimentos populares, busca nas lutas históricas dos povos do mundo e das mulheres a capacidade de construir uma linha de atuação sintonizada com os seus objetivos e interesses.

Surge em uma situação gritante de falta de acesso à terra devido à concentração histórica somada às consequências da chamada revolução verde, que impunha um “modelo” agroquímico de agricultura baseado na dependência de insumos e agrotóxicos. Outro fator foi o endividamento das/os camponesas/es e, em meio a tudo, as mulheres com muitos filhos e sem voz ativa nas famílias, nos sindicatos, nos espaços comunitários etc.

Afinal, vivia-se fortemente a máxima patriarcal, reproduzida quase sem contestação, com a “naturalidade” do homem chefe de família “provedor” e, portanto, quem tomava as decisões pelo grupo familiar e social. De outra parte, as mulheres camponesas ficavam longe de políticas públicas, na invisibilidade quase total, relegadas ao trabalho penoso, ao ambiente doméstico com a responsabilidade do cuidado e do zelo com a família, da casa e da alimentação, sendo considerada ser de segunda ordem além de “ajudar o marido”, ao invés de trabalhadora, mesmo acumulando dupla e tripla jornada.

Cinelli (2016) observou que no MMC a construção do feminismo ocorreu com mais força entre 2000 e 2004 com a nacionalização do Movimento, quando aconteceu o Congresso Nacional, em que foi afirmada a identidade camponesa e feminista. Ela descreve como missão do Movimento a libertação de todas as mulheres, construindo novas relações entre as pessoas e com a natureza, e o debate da construção do projeto de agricultura camponesa com sementes crioulas, plantas medicinais e alimentação saudável. Como podemos ver na fala da dirigente: “a *ressignificação do que restou pra nós mulheres camponesas*, [...] a discussão e luta pelo Crédito Especial para as Mulheres, diferenciado para a produção de alimentos, importância para a autonomia econômica, política, luta pelo fim da violência contra as mulheres” (MEZADRI, 2015, *apud* Cinelli, 2016, p. 74, em negrito no original).

A ideia de Ribeiro (2010) de que os movimentos retomam questões anteriores ilustra muito bem o caso do feminismo camponês popular, ao reafirmar a luta de classe no interior do feminismo, pois, com as pautas da diversidade, não que não sejam importantíssimas, foram abandonadas a questão de classe, como se não houvesse mais sentido. Para as mulheres negras, lésbicas, transexuais e indígenas, ser pobre faz toda a diferença na sociedade, logo não há como discutir identidade descolada de classe social, visto que exploração e opressão por conta da identidade de gênero e raça/etnia andam juntas e reforçam o patriarcado. Essa ideia é defendida por Almeida e Jesus (2020) ao escreverem “*Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista*”.

Situado brevemente o Movimento de Mulheres Camponesas para que se entenda de quem estamos falando, consideramos necessário trazer algumas ideias a respeito do feminismo até então existente para conectá-lo ao Feminismo Camponês Popular como um dos feminismos específicos da atualidade. Ademais, as mulheres do MMC se ancoraram nos ideais feministas existentes para afirmarem sua especificidade, não abrindo mão do caráter de um feminismo de classe.

Olhar para o feminismo ou para os feminismos e considerá-los como um marco importante na história das mulheres significa evidenciar séculos de silenciamento e de destruição de sua história verdadeira, que difere muito da história oficial. Por isso, em geral, o feminismo de classe faz olhar para a história, buscando entender as raízes da opressão e da exploração das mulheres, pois, como trabalhadoras, as questões não se separam, sendo ainda mais acentuadas quando são consideradas raça/etnia e orientação sexual.

Segundo estudos de Muraro² (2002; 2003), vivemos em uma sociedade capitalista com características patriarcais, posto que o capitalismo se fundou e se estruturou, desde as sociedades escravocratas, tendo por base o patriarcado. A autora defende que nesse formato de sociedade as mulheres pagam um preço muito alto e que, embora o patriarcado tenha implicações também na vida dos homens, mesmo pertencendo as classes populares, eles mantêm privilégios, se comparados às mulheres. No mesmo sentido, Saffioti (2013) acrescenta que se trata de uma sociedade competitiva, desigual para as mulheres se colocarem para competir. Diante disso, a autora defende que não existe feminismo autônomo desvinculado da perspectiva de classe, frente ao que implica a desigualdade de classes na vida de todas as mulheres.

Autoras como Eisler (1996), Muraro (2002; 2003) e Saffioti (2013) asseguram que sempre houve momentos na história nos quais as pessoas se orientam pelos princípios de solidariedade e partilha, com os quais buscam coletivamente formas de suprir suas necessidades como alimentação, vestimenta e proteção em vista da sobrevivência e da reprodução da espécie. Segundo Eisler, ao estudar resquícios de antigas sociedades pelo mundo, identificou sociedades de parceria, com níveis de desigualdade e violência incomparavelmente menores que os encontrados nos dias atuais, sendo a relação entre os sexos de complementariedade, não de violência. Muraro (2002) discute o papel essencial da solidariedade, lembrando que a espécie humana possui aproximadamente dois milhões de anos de existência, ao passo que a supremacia masculina, como a conhecemos, existe há apenas cerca de vinte ou dez mil anos.

² Rose Marie Muraro, intelectual, escritora e feminista que deu enorme contribuição às pesquisas sobre organização e história das mulheres, principalmente das mulheres brasileiras, que faleceu em 21/06/2014, no Rio de Janeiro.

Eisler (1996) enfatiza que as relações desiguais passam a existir na sociedade de dominação e destaca que “junto com a sociedade escravista, teve início o patriarcado” (MURARO, 2003, p.24). Assim, podemos afirmar que, com o surgimento da propriedade privada e do trabalho escravo, também surge a opressão às mulheres. De acordo com as autoras, isso não aconteceu sem a contribuição grandiosa da Igreja que atuava política, econômica e simbolicamente no aprofundamento do patriarcado com a cultura da dor, do sofrimento e do medo, que perpassou vários séculos como a verdade/ciência daquele período.

Saffioti (2013, p. 64-66), ao descrever o trabalho da mulher nas diferentes sociedades, afirma:

Nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, [...] sua expulsão do sistema produtivo já está esboçada na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho [...] O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Com a instituição do capitalismo, segundo Muraro (2002, p.113), fez-se necessário erradicar tudo o que fosse feminino para que o masculino pudesse construir a mais violenta máquina de dominação e destruição que a História já presenciara. Nesse sistema, a família passa apenas a ser a reprodutora da força de trabalho e as mulheres “vão” ao mercado de trabalho, quando é exigida mão de obra mais barata. Em casos extremos, são

“mandadas” embora novamente, acusadas de serem culpadas por roubar os postos de trabalhos dos homens.

De acordo com Alambert (1986), essa condição da mulher, em todos os tempos, comoveu inúmeros pensadores que se dedicaram a pesquisar as origens da opressão com o intuito de traçar caminhos para a sua superação e a libertação das mulheres. Nesse sentido, têm ocorrido avanços significativos no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres na sociedade, muito a partir dos movimentos feministas, embora ainda pare um grande preconceito sobre a palavra feminismo. Por esse motivo, muitas vezes, mesmo estando organizadas em movimentos próprios, lutando por causas progressistas, as mulheres acabam tendo receio de se assumirem feministas, ou mesmo não o compreendem. Álvarez González (2010, p. 56), ao olhar para a história do feminismo, afirma que o feminismo burguês foi responsável por boa parte dessa confusão.

O feminismo e o socialismo tinham a mesma aspiração: estabelecer um novo sistema de relações humanas em que homens e mulheres desfrutassem os mesmos direitos. É certo, por outro lado, que as feministas burguesas aspiravam alcançar esse novo sistema de relações humanas introduzindo transformações apenas na ordem social vigente (acesso à educação, direito ao voto, igualdade perante a lei, direito de controlar suas propriedades e riquezas) e não realizando uma revolução, como propunham as socialistas. Esta diferença de posturas criaria um abismo entre elas e acabaria impedindo sua colaboração.

O feminismo, como algo novo na estrutura capitalista, causava grande ruptura e alvoroço na ordem estabelecida. As reivindicações das feministas burguesas/liberais buscavam alterações brandas, mas que já desacomodavam os padrões masculinos. No caso do feminismo de classe, a ruptura era profunda: suprimir relações de classe e de gênero. Nas palavras de Gebara, buscava-se uma reapropriação do poder roubado, pois “não se rouba só

casa, não se rouba só terra, se rouba poder, quando se convence outros que eles não têm o mesmo poder. Isto é roubo, diminuição. Nós, mulheres, não queremos entrar na estrutura da diminuição, queremos reapropriar-nos de um poder que nos constitui” (GEBARA, 2002, p. 67).

No século XVIII, na França, no período da Revolução Francesa, “o feminismo adquire características de uma prática política organizada” (ALVES e PITANGUY, 2007, p. 32). De acordo com Saffioti (2013), a mulher se distanciou do lar, podendo desenvolver uma atividade ocupacional, mas continuava impedida de participar da vida pública. Esta autora destaca:

Em 1789, Olympe de Gouges imprime às reivindicações femininas um caráter eminentemente político: propõe a Declaração dos Direitos da Mulher, análoga à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembleia constituinte francesa no mesmo ano. É a abolição dos privilégios masculinos que ela pretende. [...]. Outras mulheres tentariam romper as barreiras que se lhes opunham, combatendo através de jornais e clubes. Os primeiros, porém, têm existência efêmera, e os segundos são absorvidos pelos clubes masculinos, consolidando-se uma ordem social na qual as mulheres continuariam marginalizadas da vida política, inferiorizadas socialmente, em posição subalterna no grupo familiar e teriam de competir em desigualdade de condições com os homens pelas oportunidades econômicas (SAFFIOTI, 2013, p. 161).

Retornando à defesa do feminismo classista, com profunda crítica ao sistema capitalista que ceifava vida de mulheres, homens e crianças nas fábricas, Clara Zetkin, em seus discursos, chamava a atenção:

Os socialistas, que aspiravam à libertação de toda humanidade, não podiam condenar a metade dela à escravidão política e social, derivada da dependência econômica. Portanto, as mulheres não seriam capazes de alcançar sua libertação até que fossem economicamente independentes e, para isso, deviam ter direito ao trabalho, que só deveria ser limitado em casos especiais (ÁLVAREZ GONZÁLEZ, 2010, p. 61).

Conforme podemos perceber, as ideias de um feminismo mais radical foram colocadas, predominantemente, nas lutas revolucionárias em que as mulheres tiveram que se posicionar com força perante seus companheiros e camaradas, sendo logicamente muito questionadas. Portanto, torna-se evidente que o feminismo fora questionado desde o seu surgimento, assim como continua sendo. Gebara (2002, p. 10) explica que “a importância das relações de gênero a partir do feminismo é o fato de denunciar a produção de injustiça”. Desse modo, é necessário compreendermos que:

Quando falamos o Movimento das mulheres ou movimento feminino não implica em mudança de comportamento, não implica em mudança de padrões, de estruturas, de cultura. Quando falamos de movimento feminista estamos falando de um movimento social, político, econômico, de direitos humanos femininos. [...] quando falamos de movimento feminista, significa o movimento social e político, uma postura em relação aos direitos das mulheres. Estou falando do direito ao voto, do direito ao estudo, do direito a um salário igual, do direito à aposentadoria igual ao homem, o direito de possuir terra, do direito à creche (GEBARA, 2002, p. 14).

Fica evidente que a luta feminista nunca pode estar descolada das questões políticas, considerando a profunda desigualdade existente nas sociedades de classe. No capitalismo, sobretudo, as mulheres fazem parte da engrenagem que efetiva o sistema de exploração e opressão, com a apropriação e aplicação de uma tradição que é patriarcal. Simone de Beauvoir, em 1940, com a publicação do livro *O segundo sexo*, denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, estudando a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher, que é educada para ser apenas apêndice do homem, ficando alheia ao seu sexo. A partir da década de 1960,

[...] o feminismo incorpora, portanto, outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos – políticos,

trabalhistas, civis –, questiona também as raízes culturais destas desigualdades. Denuncia, desta forma, a mística de um “eterno feminino”, ou seja, a crença na inferioridade “natural” da mulher, calcada em fatores biológicos. Questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; a mulher, por sua função procriadora, o mundo interno (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 54-55).

O patriarcado nega aos homens o direito aos cuidados e a manifestar seus sentimentos; nega às mulheres seu papel político, econômico e intelectual, o que é entendido pelo feminismo como violência, uma negação do ser humano completo que somos, diria Gebara. Além disso, a violência, de todas as formas em que é expressa, se caracteriza como forma de controle sobre as mulheres, impedindo-lhes de ter liberdade e autonomia.

Esse controle se atualiza em tabus e proibições sexuais que cercam o corpo feminino, impregnando a experiência concreta de vida da mulher. Sua referência, seu modelo, não é a liberdade e sim a contenção [...]. A virgindade, a castidade, a passividade sexual, a carga de tabus e preconceitos, constituem os principais elementos socializadores da sexualidade feminina (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 60).

O feminismo foi e continua sendo um grande movimento de contestação das imposições históricas de violência material e simbólica contra as mulheres que, por meio dos costumes/tradições e da fé, construiu os preceitos do patriarcado, os quais ganham força ao serem aceitos e legitimados pelas próprias mulheres. O controle sobre as mulheres fora tão totalizante, ainda que elas sempre o tenham subvertido em maior ou menor grau, que o seu corpo pertenceria sempre ao outro. Gebara (2002) vai descrever que o centro do desejo é masculino, que a referência de liderança (revolucionária e profética) é masculina, de modo que o corpo e a

mente da mulher no patriarcalismo não pertencem a ela mesma. Na perspectiva de superação de tamanha violência, o feminismo

[...] busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc. (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 9-10).

De acordo com Cinelli (2016), as mulheres do MMC discutem essas relações de poder, que perpassam seus corpos, sua sexualidade e seu trabalho, bem como a valorização deste. Elas passam a entender as relações no sistema capitalista, posse dos bens de produção, a terra/território, o tipo de produção e alimentação disponível às pessoas. Para complementar, Almeida e Jesus, aos descreverem o Feminismo Camponês Popular, explicam que as mulheres camponesas do MMC se ancoram nas discussões profundas das relações de exploração e opressão, olhando desde a escravidão e o que se fez com as mulheres negras e indígenas no Brasil, motivo pelo qual defendem um feminismo de classe, gênero e raça/etnia. Isso posto, na seção que segue, traremos elementos da pesquisa bibliográfica para darmos mais detalhes sobre o Feminismo Camponês Popular, conforme nos propusemos anteriormente neste texto.

Feminismo Camponês Popular no MMC

Conforme já pontuado, o Feminismo Camponês Popular não surge repentinamente, mas, de uma história de luta das mulheres camponesas, que, com o passar do tempo, olham para a sua trajetória e definem-se

feministas. Um pouco mais adiante, definem-se melhor: são de um feminismo camponês e popular, uma vez que suas raízes estão nas lutas do campo, como espaço rural, e na luta popular com recorte de gênero. Logicamente, esse passo, ou melhor, ambas as afirmações não foram tão pacíficas, porque diz respeito a uma identidade, abarcando o feminismo junto às demais organizações mistas.

Conforme descrevem Calaça, Conte e Cinelli (2018), as mulheres trabalhadoras rurais/agricultoras/camponesas, organizadas desde o início dos anos 1980, já haviam causado certa ruptura ao se posicionarem na luta popular, pois passou a haver uma luta geral e uma específica. Esse é um debate antigo, que paira nas lutas sociais desde que as mulheres iniciaram organizações em que lutam por elas mesmas, a exemplo das greves na revolução socialista (SOUZA-LOBO, 2011). O fato de as mulheres se organizarem fez com que, historicamente, fossem acusadas de divisoras da luta, pois era natural que os homens soubessem o que era melhor para “todos” e as representassem.

A afirmação da bandeira feminista por parte das mulheres do MMC, em 2004, causou estranheza, afinal as coisas “estavam no lugar”. Para ilustrar, trazemos o descrito por Conte, Martins e Daron (2009, p. 115) ao tratarem da constituição do Movimento nacional com a afirmação do feminismo:

Com a identidade feminista e classista e a legitimidade de quem já havia aglutinado anos de história de luta, militantes e dirigentes reafirmaram a necessidade de autonomia. Ficou explícito, no processo, que o patriarcado passa inclusive as organizações da esquerda. A resposta das mulheres foi de que elas superaram, há muito tempo a ‘fase’ de necessitar de pedir licença, ou favor: ‘quem sente e sabe o que as mulheres podem e devem são elas mesmas’, ‘quem sente e sabe da opressão patriarcal, além da opressão do capital deve reagir contra ambos’. Eis que surge o MMC.

Adentrando o aprofundamento das pautas camponesas e feministas, que vai levar o MMC à construção do feminismo camponês popular não isolado, pois foi construído junto à *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (Cloc/Via Campesina), descreveremos como foi realizada a pesquisa bibliográfica para mostrar as características desse feminismo e refletir sobre elas.

O levantamento de trabalhos científicos foi realizado no catálogo de teses e dissertações da Capes, pois optamos por nos ampararmos em pesquisas de maior fôlego, com estudos aprofundados (se comparados a artigos em periódicos) e foi feito no mês de fevereiro de 2021. A primeira garimpagem utilizou os termos “feminismo camponês popular”, com a colocação das aspas para melhor filtragem dos resultados. Foram encontrados quatro trabalhos: três dissertações e uma tese.

Quadro 1: Trabalhos encontrados com o termo “feminismo camponês popular”

Autoria/Programa	Título	Tema e/ou foco de estudo
PINHEIRO, Larissa Souza. Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais. Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018	Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise do feminismo camponês popular	MMC A construção do feminismo camponês popular
SEIBERT, Iridiani Graciele. Mestrado em Estudos Comparados Sobre as Américas. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, 2019.	Feminismo camponês e popular: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social	MMC A construção do feminismo camponês e popular
MORAIS, Larissa Urquiza Perez de. Mestrado em Geografia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, 2018.	A luta dentro da luta: geografia do empoderamento de mulheres camponesas no Assentamento Contestado - Lapa (PR)	MST Processo de empoderamento
SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos. Doutorado em Extensão Rural. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, 2019.	“Sem mulher a luta vai pela metade”: mulheres, feminismo e política no MST”	MST Mulheres do MST e feminismo

Fonte: as autoras.

Realizamos também uma busca apenas acrescentando “e” entre as expressões “feminismo camponês” e “popular”, devido à compreensão de que “feminismo camponês popular” e “feminismo camponês e popular” possuem o mesmo significado. Os dois trabalhos encontrados como resultado estão descritos no Quadro 2:

Quadro 2: Busca pelo termo “feminismo camponês e popular”

Autoria/Programa	Título	Tema e/ou foco de estudo
BATISTA, Andrea Francine. Doutorado em Serviço Social. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.	Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina	CLOC/Via Campesina
CINELLI, Catiane. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.	A experiência das e vivida pelas mulheres camponesas: resistência e enfrentamento na luta diária pela libertação ³	MMC

Fonte: as autoras.

O terceiro quadro é relativo à busca feita com o termo “feminismo camponês”. Com essa palavra de busca foram encontrados 13 trabalhos e selecionados 07 – os seis descartados eram repetidos, pois já haviam sido localizados nas pesquisas anteriores (Quadros 1 e 2). Os trabalhos constam no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Trabalhos encontrados pelo termo “feminismo camponês”

Autoria/Programa	Título	Tema e/ou foco de estudo
GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. Doutorado em Desenvolvimento Regional Instituição de Ensino: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.	A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise a partir do Programa de Sementes Crioulas no Oeste de Santa Catarina – Brasil	MMC

³ É importante destacar que há um erro nessa publicação no Banco de Teses e Dissertações da Capes. A versão final (correta) pode ser encontrada em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149118/001004835.pdf?sequence=1>.

COLLET, Zenaide. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2017.	As práticas educativas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em debate: um diálogo entre as mulheres e as crianças	MMC
BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.	Mulheres camponesas do Oeste Catarinense: organização, trabalho e cuidado.	MMC
DAMBROS, Mauricio Perin. Mestrado em Direito Instituição de Ensino: Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2018.	A práxis da cidadania a partir do Movimento de Mulheres Camponesas	MMC
SPECHT, Analine Almeida. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, 2018.	Autonomia crítica das mulheres rurais: a casa pode cair, elas querem voar	Mulher Rural MST
SANTOS, Laiany Rose Souza. Doutorado em Geografia Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2019.	A espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe: feminismo e resistência	MMC
FRANCO, Maria Asenate Conceição. Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, 2018.	Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia	Mulheres Rurais

Fonte: as autoras.

Os trabalhos selecionados para a análise, que trazemos no Quadro 4, tiveram como critério a avaliação dos resumos. Nesse caso, foram selecionados quatro trabalhos.

Quadro 4: Trabalhos selecionados com a caracterização do feminismo camponês popular

Autoria/ Programa	Título	Tema e/ou foco de estudo	Elementos do feminismo camponês popular
PINHEIRO, Larissa Souza. Mestrado em Serviço Social	Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise do feminismo	MMC A construção do feminismo camponês popular	É uma construção da prática política cotidiana. [...] “é um esforço teórico-político das mulheres que compõem o MMC em sistematizar a prática do movimento numa categoria que unifique as mulheres, sem perder a dimensão de multiplicidade das mulheres que formam o movimento, mas que sirva para qualificar e

<p>e Direitos Sociais.</p> <p>Instituição de Ensino: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018</p>	<p>camponês popular</p>		<p>fazer avançar as lutas e as pautas das mulheres camponesas. Nas palavras da militante” (p. 110).</p> <p>Vem sendo construído por meio das resistências e lutas das mulheres do campo, sendo a luta contra o patriarcado, contra a exploração, contra o machismo, contra o racismo e todas as formas de violências.</p> <p>Não parte da teoria, mas das lutas; se coloca contra a divisão sexual do trabalho; articula a luta contra o capitalismo e contra o patriarcado, bem com as pautas: sexo, raça e classe; e demarca a importância de as mulheres saírem de casa para a construção desse feminismo.</p>
<p>SEIBERT, Iridiani Graciele.</p> <p>Mestrado em Estudos Comparados Sobre as Américas.</p> <p>Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, 2019.</p>	<p>Feminismo camponês e popular: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social</p>	<p>MMC</p> <p>A construção do feminismo camponês e popular</p>	<p>Entrelaçamento da luta de classes, luta feminista por direitos e autonomia política das mulheres junto à luta por projeto de agricultura agroecológico.</p> <p>É um processo permanente de construção prática nas vidas das mulheres do MMC e da CLOC.</p> <p>O feminismo camponês e popular passa pela reconstrução da história das mulheres (desculpação), sendo construído na ação política e na luta cotidiana. Necessariamente, está nele a luta contra todas as formas de violência; a luta por direitos, por acesso à terra e ao território; e a luta contra todas as formas de opressão, incluindo o racismo.</p> <p>É perpassado pelo trabalho cotidiano, ressignificado e politizado: visa a outras relações de produção e de trabalho, com igualdade de gênero e agroecologia.</p> <p>“A transformação estrutural da sociedade, desde o feminismo camponês popular, tem como horizonte a transformação da sociedade de dominação e exploração capitalista, patriarcal e racista e a construção de uma sociedade socialista para elas, tomando como base de seu pensamento as experiências das feministas socialistas”(p. 144).</p> <p>Não surge da teoria, mas de ações/lutas concretas das mulheres camponesas organizadas na América Latina.</p>
<p>MORAIS, Larissa Urquiza Perez de.</p> <p>Mestrado em Geografia</p> <p>Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, 2018.</p>	<p>A luta dentro da luta: geografia do empoderamento de mulheres camponesas no Assentamento Contestado - Lapa (PR)</p>	<p>MST</p> <p>Processo de empoderamento</p>	<p>O feminismo camponês está presente em vários movimentos da Via, como o MST e o MMC.</p> <p>Ideia do feminismo camponês e comunitário no MST, conjugando a luta de gênero e de classe.</p> <p>Feminismo comunitário - a partir da América Latina, em especial da Bolívia, como crítica ao feminismo europeu branco.</p> <p>Constata-se pouca produção acadêmica sobre o feminismo e o meio rural.</p>

			<p>Feminismo camponês e popular como formulação política das mulheres da Via Internacional. “Apresenta interseção entre gênero, raça e classe, na medida em que considera a pluralidade do universo camponês, ressaltando que inclui mulheres quilombolas, ribeirinhas, indígenas etc” (p. 56).</p> <p>Debates de gênero e feminismo para homens são questões levantadas.</p> <p>Feminismo comunitário construído por homens e mulheres na concepção de Paredes (BO).</p> <p>“O feminismo camponês popular, construído no âmbito da luta no campo pela e na terra traz em seus objetivos a questão da igualdade, mas também trata de unificar a luta de corpos generificados, racializados, que resistem aos mais diversos problemas – agronegócio, agrotóxicos, violência do Estado – sem generalizar a experiência de mulheres. O que quero dizer é que o feminismo camponês popular surge como agente de sua própria história, valendo-se de lutas centenárias pelos direitos das mulheres, mas partindo da realidade do campo, que a maioria das discussões feministas acaba por deixar de lado” (p. 98).</p> <p>“É construído desde baixo. O feminismo camponês popular visa principalmente à participação política feminina, à desconstrução do machismo e dos estereótipos de gênero e à subversão da dicotomia entre os lugares de mulheres e homens na luta pela terra” (p. 135).</p>
<p>GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. Doutorado em Desenvolvimento Regional Instituição de Ensino: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.</p>	<p>A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise a partir do Programa de Sementes Crioulas no Oeste de Santa Catarina – Brasil</p>	<p>MMC</p>	<p>Inclui pensar um projeto territorial de agricultura camponesa.</p> <p>O feminismo camponês se diferencia do feminismo geral. Ele parte do mundo do trabalho (expropriação) da mulher camponesa;</p> <p>surge da resistência das mulheres indígenas e negras contra a escravidão do corpo e da alma;</p> <p>nasce sem teoria, porque a urgência era a concretude da vida – a luta por direitos contra a exploração e a invisibilidade como camponesas.</p> <p>“O feminismo camponês se dá no cotidiano e é de resistência e se concretiza na luta das sementes crioulas, plantas medicinais, na produção de alimentos saudáveis nos quintais produtivos diversificados agroecológicos, no intercâmbio campo e cidade, na luta por políticas públicas: saúde, educação, previdência, participação política da mulher na sociedade, luta pelo fim da</p>

			<p>violência contra as mulheres e contra a natureza através dos agrotóxicos, transgênicos e monocultivos” (p. 148). Está relacionado a sair da opressão e construir uma sociedade de igualdade.</p> <p>“Entre os elementos centrais desse feminismo camponês ao qual nos referimos estão: a solidariedade, o companheirismo, a experiências das mulheres, a teimosia de irem além daquilo a que se limitavam quando foram atrás de direitos, entre outros” (p. 149).</p> <p>É vinculado a práticas de agroecologia. Exige compreensão do patriarcado, da opressão de classe, gênero e raça/etnia.</p> <p>Como síntese, apresenta ideias sobre o feminismo a partir da pesquisa: feminismo camponês visa à autonomia e ao poder das mulheres na unidade de produção; luta contra os agrotóxicos e transgênicos; valorização e propagação de saberes ancestrais; compromisso com alimentação saudável; luta pela transformação da sociedade; educação popular; valorização da mulher trabalhadora; manutenção da luta de gênero e classe; rompimento com o capitalismo; e preocupação com a continuidade da vida e do planeta.</p> <p>“Por isso mesmo é um feminismo camponês agroecológico, que incide no território e promove condições humanas, sociais e ambientais geradoras de uma convivência justa e sustentável” (p.152).</p> <p>Fundamenta-se em lutas populares do passado e nas lutas das mulheres.</p>
--	--	--	---

Fonte: as autoras.

O feminismo camponês popular, segundo os estudos de nossas fontes bibliográficas, mostra-se profundamente articulado a um projeto de nação, de agricultura e, poderíamos dizer, de parâmetros para as mulheres e a sociedade como um todo conseguirem bem viver. É um projeto que surge da realidade e das necessidades das mulheres camponesas em suas organizações. Contudo, ainda que o número de trabalhos que estudam o MMC seja expressivo, o Feminismo Camponês Popular não se restringe a esse Movimento, conforme se pode verificar nos quadros apresentados, até por

causa da relação com organizações internacionais como a CLOC e a Via Campesina, que possibilitam encontros e pautas de lutas comuns.

As mulheres agregam a esse feminismo a diversidade de raça/etnia, se colocando contra todos os tipos de violência cometidos contra as mulheres e contra a natureza. Continuam pautando direitos e participação política, bebendo no leito histórico das mulheres socialistas e, sobretudo, se colocando contra o patriarcado, em um entrelaçamento com a luta de classes, a luta feminista por direitos e autonomia política das mulheres e a luta por projeto de agricultura agroecológico. Afirmam que o Feminismo Camponês Popular está em construção a partir das práticas vividas na organização coletiva. Passa pela reconstrução da história, na ação política. É uma luta antipatriarcal, antirracista e anticapitalista.

A construção do Feminismo Camponês Popular perpassa o trabalho cotidiano, ressignificado e politizado, visa outras relações de produção e de trabalho, com igualdade de gênero e agroecologia, tendo como horizonte a transformação da sociedade e como base as experiências das feministas socialistas (SEIBERT, 2019, p. 144). Não surge da teoria, mas de ações/lutas concretas das mulheres camponesas organizadas na América Latina.

Podemos relacioná-lo com a ideia que Gebara (2002) trabalha de feminismo, considerando os princípios éticos orientadores das ações humanas. Ela pontua que nenhuma vida humana vale mais do que outra ou pode ter uma existência diminuída ou miserável por causa da sua nacionalidade, etnia, cultura, classe, religião, sexo ou orientação sexual. Castells (1999, p. 24) também discorre sobre o feminismo como um movimento mundial que objetiva “fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, à toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram”.

Como tentativa de síntese, Calaça, Conte e Cinelli (2018) destacam como características do Feminismo Camponês Popular: o trabalho como centralidade; o processo coletivo e individual; o feminismo como luta unitária; a unidade não pode invisibilizar a diversidade; a importância da auto-organização; o enfrentamento das violências cometidas contra as mulheres; a participação como integrante de um leito histórico das lutas das mulheres; e, por fim, a agroecologia como modo de vida. Conforme podemos verificar, o que escrevem as autoras vem ao encontro, ou é conjugado, ao que afirmam todos os trabalhos científicos analisados neste texto.

Por fim, na construção do feminismo camponês e popular, conforme demonstrado no Quadro 4, há referências ao feminismo comunitário, destacando as lutas das mulheres da Bolívia. Nessa mesma direção, a tese de doutorado de Conte (2014) já apontava elementos do feminismo camponês, a partir do MMC (ainda não tratado como feminismo camponês popular) e do feminismo indígena das mulheres do México, destacando elementos que comungam na perspectiva de ser coletivo e não individual, pouco teorizado, que surge das práticas, objetiva a agroecologia e se põe contra as violências. A pesquisadora afirma que esses feminismos, em primeiro plano, afirmavam a importância de as mulheres terem voz – dizerem suas palavras, tendo sido necessário saírem de casa (espaço doméstico) – e a importância das organizações autônomas de mulheres, não negando seus povos e suas comunidades.

Considerações finais

A pesquisa trouxe elementos que versam sobre o Feminismo Camponês Popular no MMC como construção coletiva, sendo praticado por muitas mulheres e teorizado em organizações populares no Brasil e na América Latina, bem como nos meios acadêmicos. As afirmações aqui

apresentadas foram possíveis por sermos militantes e pesquisadoras desse Movimento e estarmos acompanhando as discussões na construção do Feminismo Camponês Popular e a relação estabelecida com os conceitos do feminismo de classe. Percebemos que, desde antes da consolidação nacional do MMC, as ações eram feministas em um movimento de classe e de gênero na luta pela transformação da sociedade. Fica nítida a orientação para a construção de uma sociedade antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, apontando para outro projeto de agricultura, com a agroecologia feminista como modo de vida.

O Feminismo Camponês Popular surge da práxis politizada nas ações do Movimento e está presente no processo de emancipação das mulheres camponesas. Nesse sentido, a emancipação humana das mulheres engajadas coletivamente acontece quando elas se percebem como seres em construção na busca do ser mais. Cinelli (2016) evidencia que o ser feminista se constrói na vida e na luta. Assumir-se feminista diz respeito a assumir outra forma de viver, mudar as concepções de mundo, olhar com outra ótica e ser solidária às mulheres que sofrem violência e injustiça.

Individual e coletivamente, o Feminismo Camponês Popular vem sendo construído por meio das resistências e lutas das mulheres do campo, assim não parte da teoria, e demarca a importância de as mulheres saírem de casa para a construção desse feminismo. Como vimos em Seibert (2019), é um processo permanente de construção prática nas vidas das mulheres do MMC e da CLOC. Passa pela visibilidade, sendo construído na ação política e na luta cotidiana. Necessariamente está nele a luta contra todas as formas de violência, luta por direitos, por acesso à terra e ao território. É perpassado pelo trabalho cotidiano, ressignificado e politizado, visando a outras relações, como a igualdade de gênero e de produção, como a agroecológica.

Como pontua Gaspareto (2017), esse feminismo parte do mundo do trabalho (expropriação) da mulher camponesa, surge da resistência das mulheres indígenas e negras contra a escravidão do corpo e da alma, nasce da concretude da vida, na luta por direitos. As autoras pesquisadas e nossas vivências nos permitem afirmar que o Feminismo Camponês Popular acontece no cotidiano, na luta pela manutenção das sementes crioulas e das plantas medicinais, na produção de alimentos saudáveis nos quintais produtivos diversificados agroecológicos, no intercâmbio entre campo e cidade e na luta por políticas públicas. Objetiva sair da opressão e construir uma sociedade de igualdade.

Tanto as autoras citadas, quanto nossas pesquisas anteriores e experiência militante, nos permitem afirmar que o Feminismo Camponês Popular traz como centralidade a o trabalho, a luta de classes, a solidariedade, o companheirismo, a experiência das mulheres, a teimosia, a inconformação, a rebeldia... O esforço de luta por uma sociedade antipatriarcal, exige compreensão do patriarcado, da opressão de classe, gênero e raça/etnia para que, com conhecimento profundo da sociedade em que vivemos, seja possível a construção de uma sociedade em que haja autonomia das mulheres camponesas desde a unidade de produção, ausência de agrotóxicos e transgênicos, compromisso com a alimentação saudável, valorização da mulher trabalhadora e continuidade da vida e do planeta. Por fim, como afirma Gaspareto (2017), fundamenta-se em lutas populares do passado e nas lutas das mulheres por uma outra sociedade possível e, por isto as mulheres camponesas se somam a todas as mulheres em luta.

Referências

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

- ALMEIDA, Itamara; JESES, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria et al (Orgs.). *Feminsimo camponês popular: reflexões a partir de experiência no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo, Expressão Popular, 2020. p. 75-85.
- ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010.
- ALVES, Maria B.; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Volume 1. Fatos e Mitos; Volume 2. A experiência Vivida. 6ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura Isabel; CINELLI, Catiane. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*. Tocantinópolis. v. 3, n. 4. p. 1156-1183, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CINELLI, Catiane. *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas*. 2012. 113 p. (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.
- _____. *O educativo na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas: resistência, enfrentamento e libertação*. 2016. 186 f. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CONTE, Isaura Isabel. *Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento*. 2011. 156 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

_____. *O processo educativo da luta e do trabalho das mulheres: Via Campesina no Brasil, UNORCA/UNMIC e CONAMI no México*. 2014. 196 f. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

_____; MARTINS, Mariane; DARON, Vanderléia L. P. Movimento de mulheres camponesas: na luta a construção de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). *Mulheres, resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009. p. 86-132.

EISLER, Riane. *O prazer sagrado: sexo, mito e a política do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa

Catarina - Brasil. 2017. 242p. Tese. (Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: CEPIS, 2002.

MMC. *Produção de sementes crioulas de hortaliças: as práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes de hortaliças do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina MMC/SC*. Chapecó/SC: Editora Estampa, 2005.

MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

_____. *Um mundo novo em gestação*. Campinas: Verus, 2003.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC; 2005.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEIBERT, Iridiani Graciele. *Feminismo camponês popular: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social*. 2019. 174 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. *Feminismo e movimentos de mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2010.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

Biopolítica e agenciamento cis-têmico em pesquisas empíricas sobre sexualidade: uma análise crítica desde dentro

Hudson W. de Carvalho

1. Introdução

Desde sua gênese, o estudo científico da sexualidade tem sido marcado por uma geratividade extraordinária que revela posturas políticas, teóricas e metodológicas frequentemente irredutíveis entre si. Enquanto estudos da biologia evolutiva buscam entender as bases adaptativas e a história natural do comportamento sexual-genital não reprodutivo em diferentes espécies por meio de observações controladas ou naturalísticas (MONK et al., 2019) e pesquisas demográficas visam a estimar a frequência de pessoas não binárias ou transexuais na população (SPIZZIRRI et al., 2021), investigações inspiradas em matrizes do pensamento *queer/kuir/cuir* repositionam a sexualidade humana como expressões da história das tecnopolíticas, não da natureza (PRECIADO, 2017).

Essa multiplicidade político-epistêmica na construção da sexualidade como um objeto de estudo científico corrobora umas das principais teses de FOUCAULT (2020): a **sexualidade como um dispositivo histórico que deflagra o biopoder**. O sexo, principalmente a partir do século XIX, passa a ser atravessado por uma vontade intensa de saber, **o que justificou e concebeu tecnologias sociais que servem a regulação da vida de indivíduos e populações**.

“Se a sexualidade se constitui como um domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o

poder pode tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investigar sobre ela através de técnicas de saber e de procedimento discursivos” (FOUCAULT, 2020, p. 107).

Factualmente, a história da ciência sobre a sexualidade tem sido marcada de modo explícito por interesses biolíticos (FOUCAULT, 2020): a manipulação contemporânea de biomoléculas permite, com certo grau de precisão, a regulação da ereção do biopênis, o retardo da ejaculação, a redução de chances de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a esquivia à fecundação ou a intensificação do orgasmo (PRECIADO, 2018). Concepções europeias sobre sexualidade, gênero e família foram instrumentos-chave na colonização das américas, escravização de seus povos originários e expropriação de suas terras e riquezas (FERNANDES, 2020). “Avanços” biomédicos do século XX contribuíram para a independência entre ato sexual e reprodutivo, fato que fortaleceu movimentos feministas pró-sexo que militavam a favor da autonomia sexual e reprodutiva de mulheres (LOYOLA, 2003), mas que também ressaltou a discrepância entre mulheres brancas estadunidenses e europeias em relação a mulheres habitantes da periferia do capitalismo (PRECIADO, 2018). A localização da homossexualidade como um transtorno mental por órgãos médicos oficiais durante parte do século XX, justificou grande investimento estatal e privado na produção de terapêuticas pautadas pelo ideal de “superação do medo neurótico da heterossexualidade” (COLEMAN, 1982). Ainda hoje, em pleno século XXI, o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) da Associação Americana de Psiquiatria (APA) define que “qualquer interesse intenso e persistente que não aquele voltado para a estimulação genital ou para carícias preliminares com parceiros humanos que consentem e apresentam fenótipos normais e maturidade física”

(p.685) pode ser classificado como um parafilia, isto é: um transtorno mental passível de investimentos terapêuticos e procedente cura.

O biopoder assume duas expressões básicas na sociedade (FURTADO E CAMILO, 2016): a **anátomo-política** e a **biopolítica de populações**. A primeira pode ser inferida a partir do conjunto de instituições, saberes e tecnologia sociais que visam a regular corpos para torná-los mais dóceis aos meios de produção e reprodução da sociedade. A segunda pode ser deduzida por saberes e práticas que tem por meta construir mecanismos de regulação de coletivos (grupos-chave) e populações dentro de um espaço-tempo geopolítico. Nesses termos, as ciências da sexualidade têm sido erigidas de modo a disputar narrativas e tecnologias de regulação da vida desde o nível mais molecular e individual até o mais molar e coletivo: **não há ciência isenta, neutra e que surja de um vácuo de poder.**

É, portanto, flagrante a necessidade em se buscar entender os ânimos político-epistemológicos que agenciam propostas interpretativas, investigações e prescritivas que as ciências da sexualidade propõem. O presente manuscrito visou a deflagrar alguns destes ânimos por meio da análise crítica de duas **pesquisas empíricas** sobre diversidade sexual conduzidas por mim e colaboradores: estas buscaram, respectivamente, identificar tendências de identidades e comportamentos sexuais no Brasil (CARVALHO et al., 2017) e como essas identidades e condutas poderiam se associar a variáveis de temperamento (GUERIN et al., 2015).

Iniciei com a descrição e contextualização teórica e metodológica dessas pesquisas foco de análise. Subsequentemente, realizei uma análise crítica tendo como conceito-norteador biopolítica. Ainda, busquei analisar algumas escolhas metodológicas e teóricas que fizemos e que, à época se mostravam cuidadosas, mas que hoje são passíveis de várias críticas e observações.

2. Estudos sobre a diversidade: taxonomias e estatísticas da sexualidade

Para iniciar a discussão que é alvo dessa seção, peço ao leitor que tome breves instantes para responder a duas questões que se seguem.

1. Marque a opção que corresponde com mais verossimilhança o modo como você entende a sua identidade ou orientação sexual?
 - Homossexual
 - Predominantemente homossexual
 - Bissexual
 - Predominantemente heterossexual
 - Heterossexual
2. Muitas pessoas têm algum tipo de experiência homossexual, mesmo sendo heterossexuais. Qual das alternativas a seguir corresponde com a sua realidade?
 - Eu nunca tive fantasias ou contatos homossexuais
 - Eu nunca tive contatos homossexuais, mas já tive fantasias sobre isso
 - Eu já tive algum contato homossexual, mas nunca sexo
 - Eu já fiz sexo com alguém do mesmo sexo
 - Eu prefiro não responder”.

Os itens que você acabou de responder fizeram parte dos estudos que são o foco de análise. Esses itens são perguntas com escolhas pré-determinadas e cujas respostas são codificadas em classes, ordens ou quantidades, o que permite a construção de descrições e inferências estatísticas. Estas, por sua vez, revelam tendências que, ao ser interpretadas, pretendem simplificar a realidade, tornando-a inteligível.

Pesquisas empíricas sobre a sexualidade visam, normalmente, coletar dados de amostras amplas e heterogêneas da população para produzir indicadores estatísticos que permitam entender o comportamento de algum fenômeno sexual na atualidade. As pesquisas que descrevi em sequência são exemplos desse tipo de estudo, mas não esgotam, evidentemente, universo de possibilidades que pode ser encontrado na literatura sobre o tema.

2.1 Tendências em orientação sexual no Brasil e suas relações com o temperamento

Por volta de 2010, o grupo de pesquisa do qual fazia parte tinha um objetivo específico: desenvolver um modelo de temperamento que fosse clinicamente útil (que informasse diagnósticos e tratamentos) e, simultaneamente, possibilitasse articular tendências comportamentais com variáveis de diferentes níveis, desde biomoléculas relacionados ao funcionamento do sistema nervoso e endócrino até desfechos comportamentais molares, como fenômenos clínicos e sociais. Essa iniciativa foi nomeada de BRAINSTEP (*Brazilina Internet Study on Temperament and Psychopathology*), cujo protocolo de pesquisa e resultados iniciais podem ser encontrados em LARA et al. (2012b).

O BRAINSTEP é operacionalizado por um sítio virtual (www.temperamento.com.br) que contém uma série de questionários eletrônicos que visam a avaliar aspectos relativos a estilos de vida, práticas de saúde e hábitos alimentares, histórico clínico, uso de substâncias psicoativas e de abuso, identidade e comportamento sexual, experiências traumáticas na infância e, evidentemente, dados sobre o temperamento. O site era divulgado em mídias tradicionais (jornais, televisão, etc.). Após responder a todas as perguntas do sistema eletrônico, o participante recebia um relatório com uma descrição detalhada sobre o próprio temperamento e uma estimativa da vulnerabilidade individual para desenvolver psicopatologias clínicas e da personalidade. Essa estratégia objetivava aumentar o engajamento do respondente, assim como a veracidade com que se responde a itens. LARA et al. (2012b) oferece uma ampla revisão sobre as forças e fraquezas de pesquisas de levantamento mediadas pela Internet.

No que tange diretamente ao estudo empírico da sexualidade (e de outras variáveis polêmicas, como uso de substâncias de abuso ou

experiências traumáticas, por exemplo), há algumas evidências que pesquisas mediadas pelo Internet, nas quais o anonimato do respondente é total, apresentam resultados mais verossímeis que modelos tradicionais baseados na administração de instrumentos ou entrevistas por um agente de pesquisa (TURNER et al., 1998; GOSLING et al., 2004). Outro efeito importante de métodos de pesquisa mediados pela Internet é que os índices de não-heterossexualidade e de comportamento sexual entre pessoas do mesmo sexo tende a ser mais elevado que em pesquisas com métodos mais tradicionais, como entrevistas face a face ou mediadas pelo telefone (REIMERS, 2007).

Justificados a partir do referido conjunto de argumentos metodológicos favoráveis ao uso de pesquisas mediadas pela Internet, construímos itens que avaliavam identidades e comportamentos sexuais com as seguintes perguntas: “como você define sua orientação sexual?”. Como respostas possíveis, oferecíamos cinco opções: homossexuais, predominantemente homossexuais, bissexuais, predominantemente heterossexuais e heterossexuais. Quando o participante marcava heterossexual, aparecia uma pergunta adicional: “muitas pessoas têm algum tipo de experiência homossexual, mesmo sendo heterossexual. Qual das alternativas a seguir corresponde com a sua realidade?”. Aqui eram oferecidas as seguintes categorias de resposta: (1) “eu nunca tive fantasias ou contatos homossexuais”, (2) “eu nunca tive contatos homossexuais, mas já tive fantasias sobre isso”, (3) “eu já tive algum contato homossexual, mas nunca sexo”, (3) “eu já fiz sexo com alguém do mesmo sexo” e (4) “eu prefiro não responder”.

A coleta de dados baseada nesses itens também visava a somar informações para testar a pertinência de duas questões relevantes nesse universo de pesquisa. A primeira, estava relacionada à validade do uso das categorias intermediária de “predominantemente homossexual” e

“predominantemente heterossexual” para avaliação da identidade sexual. A maioria das pesquisas desse campo tendem a avaliar a identidade sexual com base em três categorias de heterossexual, bissexual e homossexual e evidências mostram que uma taxonomia mais gradual apresenta maior verossimilhança com o modo como as pessoas se descrevem. A segunda estava relacionada ao fato empírico de que o modo como a pessoa se classifica sexualmente não prediz totalmente o seu comportamento sexual. Isto é: a ideia de que a identidade sexual prediz o desejo e o comportamento sexual de uma pessoa é imprecisa e não baseada em evidências (ver SAVING-WILLIAMS e VRANGALOVA, 2013; 2014 para uma discussão ampla sobre esses temas).

A amostra resultante dessa pesquisa contou com 41.873 participantes, predominantemente composto por pessoas que se identificaram mulheres (73,9%), brancas (73,2%), católicas (41,8%) e com ensino superior (78,3%). Apesar do considerável número de participantes, os resultados não puderam ser generalizados para a população adulta brasileira, uma vez que a composição da amostra não representativa. (amostras coletadas via Internet são consideradas de disponibilidade, apresentando importante viés de seleção).

Os resultados indicaram que as minorias mais prevalentes eram de homossexuais (4,6%) e de predominantemente heterossexuais (4,1%). Em termos comparativos, as categorias de homossexual e predominantemente homossexual foram mais prevalentes entre homens (11,5% e 3,5%) que em mulheres (2,1% e 1,3%). Já as categorias de heterossexual e predominantemente heterossexual foram mais prevalentes em mulheres (89,8% e 4,2%) que em homens (78,2% e 3,6%).

As categorias intermediárias (predominantemente homossexual e predominantemente heterossexual) apresentaram prevalências significantes, o que pode ser entendido como um indicador de validade para as

mesmas: um montante significativo de pessoas se sentiu representado por elas (1.9% e 4.1%, respectivamente). Além disso, os dados também revelaram que o modo como os participantes declararam sua identidade sexual variou de acordo com a geração, por exemplo: entre os homens, a geração que a época tinha entre 18 e 25 anos apresentou uma frequência de homossexuais autodeclarados mais elevada que outras faixas-etárias; entre as mulheres e homens, a geração com idades entre 15 e 20 se afirmaram mais frequentemente bissexuais que outras gerações.

Conforme havia sido previsto com base em outros estudos, a identidade sexual e o comportamento sexual dos respondentes são fenômenos que não apresentam uma sobreposição perfeita. Por exemplo, mais que 15% afirmaram já ter mantido relações sexuais com outro homem entre os homens que se classificavam como heterossexuais e, entre os que tinham mais que 30 anos, mais que 10% relatavam já ter mantido algum tipo de contato sexual. Entre as mulheres heterossexuais, mais que 20% declaram ter fantasias sexuais com outras mulheres em qualquer faixa etária e, entre as mais jovens, aproximadamente 9% já tiveram algum tipo de contato sexual com outra mulher.

Por fim, as variáveis binárias de gênero (homem e mulher) e geração se mostraram relevantes no que tange a expressão das identidades sexuais. Homens, de modo geral, apresentaram mais diversidade sexual que mulheres e pessoas mais velhas apresentaram uma tendência maior a se classificar como heterossexuais (o detalhamento do estudo está disponível em CARVALHO et al., 2017).

2.2 A relação entre temperamento e identidades sexuais

Temperamento, sob uma perspectiva da ciência hegemônica ocidental, pode ser definido como um conjunto finito de traços ou dimensões

psicobiológicas que explicam as associações entre tendências estáveis emocionais básicas que explicam diferenças individuais e são consideradas o elo entre personalidade e psicopatologia. Em outras palavras, são variáveis relevantes para entender processos de adaptação psicossocial ao longo do tempo (estabilidade) e em diferentes situações (consistência) e preveem parcialmente o binômio resiliência-vulnerabilidade individual.

A pesquisa conduzida por GUERIN et al. (2015) tinha por meta entender como características do temperamento, delineadas a partir do modelo de Temperamento Emocional e Afetivo (AFECTS, para detalhamento sobre o modelo ver Lara et al., 2012a e CARVALHO et al., 2020), se articulavam com identidades sexuais com base em cinco categoriais: homossexuais, predominantemente homossexuais, bissexuais, predominantemente heterossexuais e heterossexuais. Ainda, avaliou-se a relação entre temperamento e pessoas autodeclaradas heterossexuais, porém com histórico sexual com pessoas do mesmo sexo.

Essa pesquisa também foi um desdobramento da iniciativa BRAINSTEP (LARA et al. 2012) e, portanto, apresenta a mesma base metodológica e conceitual que orientou a pesquisa conduzida por CARVALHO et al. (2017), descrita anteriormente. Podemos entender que este estudo se articula com a ideia de epidemiologia, na medida que pretende entender como as identidades sexuais se relacionam com desfechos comportamentais considerados relevantes para entender o bem-estar e o adoecimento psíquico.

A pesquisa definiu orientação sexual a partir de **comportamentos, sentimentos, pensamentos e atitudes** específicos de uma pessoa relacionados ao **sexo e à reprodução**, tendo como foco a inclinação individual de uma pessoa em relação a outra do mesmo sexo, do outro sexo ou a ambos. Ainda, se justifica a pesquisa com base em dados publicados que indicam que a expressão da sexualidade é uma das variáveis mais

importantes vinculadas ao bem-estar e qualidade de vida. Portanto, entender como o temperamento se relaciona à orientação sexual seria relevante para entender a adaptação psicossocial de indivíduos de modo amplo.

Participaram da pesquisa 16.571 indivíduos com idades entre 21 e 45 anos, sendo a maioria mulheres (69,4%), pessoas brancas (69,1%) e com grau universitário (79,7%). Por não refletir a estrutura social do Brasil, os dados da pesquisa não têm caráter representativo, limitando a generalização. Todavia, argumentou-se em favor da validade dos resultados considerando as vantagens da coleta remota de dados na produção de informações sobre questões socialmente sensíveis, como é o caso de dados sobre a sexualidade.

Os dados mostraram que pessoas que se identificavam como heterossexuais apresentavam características de temperamento mais adaptativas: escores mais altos em traços relacionados a emocionalidade positiva, autorregulação emocional e atencional, cautela e capacidade de aprender com a experiência e escores mais baixo em traços relacionados a emocionalidade negativa, agressividade e impulsividade. De modo geral, as diferenças mais pronunciadas foram observadas em pessoas com interesse por ambos os sexos (bissexuais, predominantemente heterossexuais ou predominantemente homossexuais), todavia não houve diferenças significantes entre as pessoas que não se identificaram como heterossexuais. Entre as pessoas que se identificaram como heterossexuais e que tiveram experiências homossexuais foi encontrado um perfil temperamental mais desfavorável que pessoas heterossexuais sem experiências homossexuais.

Tais diferenças de temperamento se mostraram semelhantes a relação entre trauma e temperamento: pessoas com experiências traumáticas mais intensas e/ou frequentes tendem a apresentar perfis de temperamento mais desfavoráveis, assim como mais manifestações de psicopatologias ao longo da vida. Nesse sentido, as variações de

temperamento foram atribuídas ao fato de que homossexuais, bissexuais e aqueles que, mesmo sendo heterossexuais, tem aproximações sexuais de diferentes graus com pessoas do mesmo sexo, tendem a sofrer mais eventos opressivos e traumáticos em uma sociedade marcadamente heteronormativa e com baixa tolerância à diversidade sexual.

Esses dados também se mostram relevantes para entender desfechos clínicos, pois há evidências de que comportamentos bissexuais podem auxiliar no diagnóstico diferencial de pessoas com quadros clínicos de depressão: pessoas no espectro da bipolaridade tendem a ter experiências prévias mais diversificadas de conduta sexual que pessoas com transtornos depressivos unipolares (LARA et al., 2015). Desse modo, a maior presença de pessoas com interesses sexuais diversos entre aqueles com traços de temperamento marcados pela instabilidade emocional funcionaria como um marcador confiável que auxiliariam a clínicos em suas decisões diagnósticas, pois traços relacionados a impulsividade e sensibilidade emocional seriam marcadores transdiagnósticos da bipolaridade.

2.3 O que os esses estudos revelam?

Os dados e argumentos produzidos por CARVALHO et al. (2017) e GUERIN et al. (2015) revelam que (1) uma proporção importante de pessoas se identifica fora do campo da heterossexualidade, (2) que a identidade heterossexual prediz apenas parcialmente um desejo e condutas heterossexuais e (3) que pessoas heterossexuais relatam que suas tendências emocionais e afetivas são mais ajustadas às expectativas sociais que pessoas pertencentes ao espectro da diversidade sexual (homossexuais, predominantemente homo ou heterossexuais e bissexualidade). Quando tomados em conjunto, esses estudos defendem a ideia de que a diversidade sexual deve ser avaliada com base categorias mais graduais, que as categorias intermediárias de “predominantemente heterossexual”

e “predominantemente homossexual” tem indicadores de validade e que, conforme esperado, pessoas pertencentes a minorias sexuais tem padrões de temperamento mais desfavoráveis que pessoas heterossexuais, fato coerente com as condições sociais mais vulneráveis que caracterizam grupos minoritários.

3. Uma análise crítica “desde dentro”: biopolítica e dispositivos históricos

Esse manuscrito é um exercício de análise crítica “desde de dentro”. Visei a explicitar algumas das lógicas implícitas que dão sustentabilidade a pesquisas empíricas sobre sexualidade. Como unidade analítica, centrei-me em duas pesquisas sobre diversidade sexual que foram conduzidas por mim e colaboradores e publicadas em periódico científicos que divulgam pesquisas psicológicas e psiquiátricas que apresentam metodologias predominantemente quantitativas. Tentei revelar como essas produções naturalizam uma falsa coerência entre o genital, o sexo, o gênero e desejo e reprodução (i.e., pênis, logo macho, logo homem, logo heterossexual) que seria explicada e justificada pelo princípio reprodutivo do sexo e, desse modo, agenciando o *status quo* do *cis-tema* científico dominante e o processo biopolítico baseado em evidências.

A análise crítica ora apresentada se baseou nos conceitos de biopoder (Foucault, 2020) e de dispositivos de sexualidade e gênero conforme discutidos por Foucault (2020) e Butler (2017). Para ambos, questões de sexualidade e gênero são dispositivos histórico-sociais, isto é: “forças” delimitáveis no tempo-espaço, abstratas, dispersas e móveis que instituem discursos, saberes, práticas, técnicas e instituições que determinam leituras específicas de mundo, produzidas a partir de relações assimétricas de poder.

O dispositivo da sexualidade determina uma rede de signos e símbolos que torna inteligível um conjunto disperso de disposições, disforias e

prazeres corpóreos tipificados como de origem erótica-sexual. Essa rede é ampla e fluida e cria regimes de poder-saber-prazer que excitam corpos, instituem funções anatômicas, zonas erógenas, criam e excluem discursos, concebem instituições que, em última instância, servem a automatização e despersonalização do controle sobre força produtiva humana. Em outras palavras, a sexualidade se produziria a partir de um emaranhado de relações difusas e hierárquicas que estimula e baliza modos válidos e “profanos” de circunscrever tudo aquilo que é lido como sexualidade, agenciando um complexo de vigilância e regulação individual e coletivo demarcado pela empreitada colonial-patriarcal.

A gênese da biopolítica como evento histórico é indissociável da sexualidade como dispositivo histórico. O sexo é o ente que possibilita o acesso simultâneo a vida de corpos individuais (a pílula anticoncepcional, por exemplo) e a vida de populações (o controle de natalidade, por exemplo). Nas palavras de Foucault (2020):

O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (p. 116)

Butler (2017) destaca que a leitura que fazemos do conceito de gênero é historicamente delimitável e objetiva a criar redes de inteligibilidade sobre corpos a partir de uma cosmovisão cisgênera-binária e heterossexual: o masculino e o feminino, o pênis e a vagina, o sêmen e o útero, o homem e a mulher e o desejo heterossexual são entendidos como as diferentes faces de uma mesma moeda identitária, elementos complementares que atribuem uma falsa coerência a um complexo genital-sexo-gênero-desejo a partir de uma justificativa biológica: reprodução sexuada da espécie humana.

As demarcações de gênero são sistematicamente reiteradas por múltiplas tecnologias sociais e ritos performativos, criando uma relação pseudo-coerente entre genital, sexo, gênero e desejo e que, dentre outras questões, serve a discriminação de indivíduos e grupos: de um lado os seres tidos como humanos (pessoas cisgêneras heterossexuais, por exemplo) e, logo, passíveis de direitos e reconhecimento e, de outro lado, seres abjetos e desumanizados (bichas efeminadas e travestis, por exemplo), destituídos de direitos fundamentais e/ou de reconhecimento social.

Sugiro a leitura de ZAGO e SACCHI (2017) para uma incursão detalhada sobre sexualidade e gênero a partir dos conceitos de dispositivo por diferentes autores, incluindo FOUCAULT e BUTLER e de SENA (2013) para uma análise foucaultiana sobre pesquisas empíricas da diversidade sexual.

Tendo como base o exposto, pergunto: como estudos como os de CARVALHO et al. (2017) e de GUERIN et al. (2015) definem e operacionalizam as noções de identidade, desejo e ato sexual e o conceito de gênero? Ainda, como os dados apresentados nessas pesquisas reiteram relações biopolíticas?

3.1 Cis-heteronormatividade: binariedade como demarcador de um campo de investigação

Marque a opção que corresponde com mais verossimilhança ao modo como você entende a sua identidade sexual? Heterossexual, predominantemente heterossexual, bissexual, predominantemente homossexual ou homossexual.

Caso você responda “heterossexual” ou “homossexual”, diga a si mesmo, você já teve experiências sexuais ou se sentiu erotizado por uma pessoa do outro ou do mesmo sexo?

Primeiro, percebam que essa escala na qual a orientação sexual é avaliada é binária: há dois extremos, heterossexuais e homossexuais, com gradação entre eles, sendo que duas categorias tendem para um dos lados (predominantemente hétero ou homossexual) e uma fica no ponto médio (bissexuais).

Esses extremos, por sua vez, são construídos a partir de lógicas cis-genitais, de modo que homossexuais são aqueles que se sentem atraídos por pessoas com um complexo genital-gênero igual (pênis-homem e vagina-mulher) e heterossexuais por pessoas com um complexo genital-gênero distinto. Trata-se, portanto, de uma redução da identidade sexual ao desejo por pessoas que se expressam a partir do pênis ou da vagina.

O desejo e o ato sexual também estão delimitados a partir de lógicas binárias e genitais, criando uma inteligibilidade para a sexualidade que equivale ao encontro entre anatomias funcionalmente destinadas à reprodução. Essa divisão binária prescreve a cis-heterossexualidade como norma. O sexo parece definido com base em um princípio anátomo-funcional vinculado à reprodução – genitais cujo encontro possibilita fecundação, o que cria uma ideia de sobreposição “natural” entre sexualidade e reprodução (heterossexuais). Em consequência a essa cis-heteronorma, expressões sexuais ou identitárias diferentes podem ser descritas como dissidentes e minoritárias, pois se mostram inférteis e, portanto, que não estão justificadas por uma leitura filogenética da espécie humana.

Isso se torna ainda mais flagrante em dois pontos fundamentais dessas pesquisas. O primeiro se refere ao momento em que inquirimos somente aos heterossexuais sobre possíveis aproximações sexuais com pessoas do mesmo sexo: o contrário não foi feito, isto é, não se perguntou aos homossexuais sobre imaginário ou ato sexual com pessoas do outro sexo. O segundo está relacionado ao modo como em GUERIN et al. (2015)

definimos impulso e ato sexual, delimitando-os a partir de comportamentos, sentimentos, pensamentos e atitudes específicos de uma pessoa relacionados ao **sexo e à reprodução** tendo como foco a inclinação individual de uma pessoa em relação a outra **do mesmo sexo, do outro sexo ou a ambos**. Essas situações indicam que uma leitura sobre reprodução como algo fundante da sexualidade: o sexo como função indissociável da reprodução e a incoerência reveladora daqueles que “quebram o acordo” com a fertilidade heterossexual, um hipotético impulso natural da espécie.

Algumas ausências também são reveladoras dos princípios que ordenam esse trabalho. Por exemplo, algumas sexualidades se constroem de modo transcendente ou não relacionadas a genitalidade (i.e., demissexuais, ecossexuais). Também, toda análise é feita com base na pressuposição de que todas respondentes são homens ou mulheres cisgênero: essa binariedade cisgênera restringe a identificação da pluralidade humana. Produz-se dados que reafirmam a diversidade sexual dentro de um complexo pseudo-coerente de genital-sexo-gênero.

De fato, durante as discussões sobre o protocolo da pesquisa e sua implementação, tais questões não foram aprofundadas e a revisão de literatura que deu sustentação aos estudos não indicou a necessidade de ampliação de espectro. Questões referentes a sexualidade não genitais e identidades não binárias parecia fora do espectro de pesquisas de matriz estruturalista e quantificadora à época, de tal maneira que o primeiro levantamento demográfico sobre prevalência de identidades transexuais e não binárias em pessoas que vivem no Brasil foi publicado por SPIZZIRRI et al. (2021) no ano da publicação do presente manuscrito.

GUERIN et al. (2015) foi um estudo parcialmente motivado por hipóteses levantadas por outras pesquisas que mostraram que orientações sexuais minoritárias estão associadas a perfis temperamentais menos ajustados do ponto de vista psicossocial e até mesmo a maior

vulnerabilidade à psicopatologia (LARA et al., 2015). Essas hipóteses foram corroboradas pelos dados e se justificou esse efeito expondo que o perfil de temperamento apresentado por minorias sexuais era compatível com o de pessoas que haviam sofrido traumas infantis (SUDBRACK et al. 2015) e que em situação de maior vulnerabilidade social, como é o das minorias sexuais, sofrem traumas mais frequentes e de todas modalidades. Nesse sentido, estabelece-se que o perfil temperamental não é efeito da orientação sexual, mas da condição social que transforma diferença em desigualdade. Todavia, também se naturaliza a docilização do humano como padrão emocional adaptativo: expressões de temperamento adaptativas são aquelas que permitem a autorregulação emocional de modo a possibilitar a capacidade produtiva dos indivíduos, transformando conflitos com os modos de ser em sociedade em aspectos individuais.

Como isso tudo se relaciona à questão do biopoder e da biopolítica? Do ponto de vista individual, há uma séria de delimitações com relação ao que é sexo e orientação sexual, delimitando para os corpos padrões anátomo-funcionais sobre sexualidade.

Muitos pontos aqui são importantes sob a ótica biopolítica, resalto alguns. Primeiramente, os dados geram indicadores demográficos e de saúde que revelam tendência populacionais identitárias e comportamentais, o que pode auxiliar o planejamento e controle social. Esse planejamento pode interferir em grupos-chave ou até em vidas individuais, a depender das situações que se impõe. Campanhas voltada à saúde sexual e métodos de prevenção a infecções sexualmente transmissíveis, por exemplo, se baseiam nesses tipos de dados e desenham estratégias para alcançar grupos-chave: por exemplo, heterossexuais que também fazem sexo com pessoas do mesmo sexo.

Outro aspecto saliente é que o próprio espectro de diversidade avaliado preconiza uma reafirmação de valores binários, genitais e

reprodutivos da sexualidade e do gênero, delimitando a pluralidade a partir de uma régua cis-heteronormativa.

Assim, pesquisas que visam a estimar a diversidade sexual na população e entender como a diversidade se articula com desfechos psicossociais se mostram crescentemente relevantes em uma sociedade de mercado e que se baseia em lógicas de exploração da força produtiva. Quanto mais precisa for a descrição das diferenças individuais, mais efetiva pode ser a regulação das pessoas e a sua inclusão nas lógicas de controle e exploração. A sexualidade passa a ser uma varável que prediz questões que envolvem diversas dimensões do nosso processo social e civilizatório.

4. Considerações finais

O presente manuscrito teve como objetivo deflagrar um conjunto de valores e mecanismos pelos quais o *status quo* científico sobre a sexualidade se produz e reproduz, alimentando o entendimento binário e cis-heteronormativo que caracteriza a empreitada civilizatória colonial. Não se trata de uma crítica que pretende desacreditar os dados produzidos a partir dessas pesquisas, mas de revelar alguns fatores biopolíticos que as determinam e que não são explicitados por aqueles que as produzem.

Ainda, há uma perspectiva autocrítica nessas análises. No momento em que essas pesquisas foram pensadas e colocadas em prática, a discussão sobre a pluralidade sexual era mais restrita a determinados campos do saber científico e que não alcançavam pesquisadores das áreas quantitativas ou mesmo a imaginário social mais amplo. Predominantemente, pesquisas como as analisadas nesse manuscrito se circunscrevem em éticas que visam à proteção de grupos minoritários, provendo informações para gestão de indivíduos e grupos para promoção de saúde ou garantia

de direitos, o que não deixa de ser, sob uma ótica civilizatória contemporânea, ações biopolíticas.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA – APA. Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais...

BUTLER, J. Questões de gênero: feminismo e subversão da identidade. 13^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, H. W. The latent structure and reliability of the emotional trait section of the Affective and Emotional Composite Temperament Scale (AFECTS). Archives of Clinical Psychiatry, v. 47, n. 1, p. 25-29. 2020.

CARVALHO, H. W.; DALL`AGNOL, S. C.; LARA, D. R. Trends in sexual orientation in Brazil. Psico, V. 48, n. 2, p. 89-98. 2017.

COLEMAN, E. Changing approaches to the treatment of homosexuality: A review. American Behavioral Scientist, v. 25, n. 4, p. 395-405. 1982.

FERNANDES, E. R. “Existe índio gay”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. 2^a ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 1: a vontade de saber. 10^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. Revista Subjetividades, v. 16, n. 3, p. 34-44. 2016.

GOSLING, S.D.; SRIVASTAVA, S.V.S.; JOHN, O.P. Should we trust web-based studies? A comparison analysis of six preconceptions about internet questionnaires. The American Psychologist 59, 93-104. 2004.

- GUERIN, L. D.; DE CARVALHO, H. W.; LARA, D. R. The relationship between temperament and sexual orientation. *Journal of Affective Disorders*, v. 175, n. 1, p. 379-384. 2015.
- HEWSON, C. Internet-mediated research as an emergent method and its potential role in facilitating mixed methods research. In: Hesse-Biber, S.N., Leavy, P. (Org.), *HANDBOOK OF EMERGENT METHODS*. New York: The Guilford Press, pp. 543-570. 2008.
- LARA, D. R.; BISOL, L. W.; OTTONI, G. L.; CARVALHO, H. W.; BANERJEE, DIPAVO, B.; GOLSHAN, S.; AKISKAL, K.; AKISKAL, H. S. Validation of the “rule of three”, the “red sign” and temperament as behavioral markers of bipolar spectrum disorders in a large sample. *Journal of Affective Disorders*, v. 183, n. 3. 2015.
- LARA, D.R.; BISOL, L.W.; BRUNSTEIN, M.G.; REPPOLD, C.T.; CARVALHO, H.W.; OTTONI, G.L. The Affective and Emotional Composite Temperament (AFFECT) model and scale: a system-based integrative approach. *Journal of Affective Disorders*, v. 140, n. 1, 14-37. 2012^a.
- LARA, D. R.; BRUMSTEIN, M. G.; FROZI, J.; OTTONI, G. L.; CARVALHO, H. W. BISOL, L. W. Development and validity data of the Brazilian Internet Study on Temperament and Psychopathology (BRAISTEP). *Journal of Affective Disorders*, v. 141, n. 3, p. 390-398. 2012b.
- LOYOLA, Maria Andréa. Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 875-884. 2003.
- PRECIADO, P. Manifesto contrassexual. 2^a ed. São Paulo: n-1 Edições, 2017.
- REIMERS S. The BBC Internet Study: General Methodology. *Archives of Sexual Behavior*, v. 36, n. 2, p. 147-161. 2007.
- SENA, T. Sexualidades, estatísticas e normalidades – a persona numerabilis nos relatórios Kinsey, Masters & Johnson e Hite. Florianópolis: Editora Mulheres. 2013.

SPIZZIRRI, G. C.; EUFRÁSIO, R.; LIMA, M. C. P.; NUNES, H. R. C.; KREUKELS, B. P. C.; STEENSMA, T. D.; ABDO C. H. N. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Scientific Reports*, v.11, n. 2241. 2021.

SUDBRACK, R.; MANFRO, P. H.; KUHN, I. M.; CARVALHO, H. W.; LARA, D. R. What doesn't kill you makes you stronger and weaker: How childhood trauma relates to temperament traits. *Journal of Psychiatric Research*, v. 62, n.1, p. 123-129. 2015.

TURNER, C.F.; KU, L.; ROGERS, S.M.; LINDBERG, L.D.; PLECK, J.H.; SONENSTEIN, F.L. Adolescent sexual behavior, drug use, and violence: increased reporting with computer survey technology. *Science*, v. 280, n. 5365, 867-873. 1998.

ZAGO, L. F.; SACCHI, L. H. Dispositivo, gênero e sexualidade: uma incursão teórica. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 14, n. 34, p. 322-340. 2017.

Trajetórias de vida e de trabalho de mulheres idosas ¹

*Márcia Alves da Silva
Vanise Valiente*

Introdução

Percebemos que a mulher idosa raramente tem sido objeto de análise acadêmica. A produção científica feminista muito pouco tem se debruçado sobre o contexto social e de vida das idosas. De forma geral, quando a velhice é abordada, fica restringida à área da saúde e tratada no âmbito do binômio saúde-doença. Assim, a ciência produzida sobre as mulheres idosas pouco a percebem como uma totalidade, como ‘sujeitas’ historicamente constituídas. Como afirma Britto da Motta,

No percurso das elaborações teóricas que se sucederam, criada a indispensável categoria gênero, reconhecido o seu caráter relacional, a sua dimensão existencial e de análise, sua transversalidade, em contínua intersecção com outras categorias relacionais como classe, raça/etnia e – relutantemente – idade/geração, as velhas quase nunca têm sido objeto direto de consideração e pesquisa. (2011, p.71)

A autora ainda alerta para o fato de que tem sido comum na teoria feminista uma visão limitada da condição etária/geracional, que pressupõe a mulher como sendo jovem/ esposa/trabalhadora, e que realiza a dupla jornada de trabalho. Enfim, resumindo as análises de gênero aquelas mulheres em idade produtiva e reprodutiva. Dessa forma, as mulheres muito

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no *I Simpósio de Gênero e Diversidade*, realizado na Universidade Federal de Pelotas, em maio de 2016.

jovens, as que não têm filhos e as idosas - vistas como 'não trabalhadoras' - ficam invisibilizadas. No entanto, precisamos ter claro que

(...) em realidade, como mulheres, continuam a reproduzir, real ou potencialmente, a força de trabalho, em seu cotidiano doméstico; além de, especialmente como velhas, atualizarem a memória social. Lembrando-se que mesmo as mais idosas atuam, em graus variados, no âmbito doméstico. (BRITTO DA MOTTA, 2011, p.74)

Tentando romper com este ciclo e voltando os olhos para o contexto social e de vida das pessoas, este trabalho se refere a uma investigação realizada com mulheres idosas. A investigação busca uma aproximação com as representações de gênero de mulheres. As mulheres investigadas foram consideradas como possuindo importantes trajetórias de vida, especialmente no que se refere à suas trajetórias profissionais, por se tratarem de mulheres atuantes, com caminhadas significativas e marcantes em várias áreas de conhecimento e profissões distintas, reconhecidas em suas comunidades de atuação. São mulheres idosas moradoras da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Aqui apresentamos dados coletados em entrevistas narrativas semiestruturadas, na perspectiva metodológica da história oral, realizadas com duas mulheres idosas, que denominamos de Maria e Ana, nomes fictícios escolhidos pelas pesquisadoras, com o objetivo de manter sob sigilo as identidades das participantes.

Nesta escrita, inicialmente apresentaremos uma conceituação sobre velhice e sobre representações sociais para, na sequência, apresentar parte dos dados coletados. No que se refere ao referencial teórico adotado, salientamos a teoria feminista como suporte teórico importante para entender as trajetórias de vida das mulheres investigadas, aliadas a estudos referentes sobre trabalho, especialmente trabalho feminino.

Metodologicamente, utilizamos a história oral como suporte teórico metodológico materializado em entrevistas narrativas individuais. A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste na realização de entrevistas gravadas com pessoas que podem dar seus depoimentos sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos. Começou a ser utilizada a partir dos anos 1950, após a invenção do gravador, enquanto tecnologia que possibilitou armazenar as narrativas das pessoas.

Conforme o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC²),

As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros. (<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>).

A história oral apresenta-se como sendo uma forma de captação de experiências de pessoas que se dispõem a falar sobre aspectos de sua vida em composição com o todo social. O entrevistador e o entrevistado são

² O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado em 1973. A instituição tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação. Ainda com o intuito de registrar a história contemporânea brasileira foi iniciado, em 1975, o Programa de História Oral que, desde então, vem recolhendo depoimentos de personalidades que atuaram no cenário nacional. Contando atualmente com mais de 5.000 horas de gravação, correspondentes a quase 1.000 entrevistas, boa parte aberta à consulta, o acervo de história oral do CPDOC pode ser melhor conhecido em consulta à base História Oral. (<http://cpdoc.fgv.br/sobre>).

reconhecidos como colaboradores na oportunidade de entrevista. A condição essencial para que aconteça a história oral é o contato direto com o depoente, ao mesmo tempo com a exaltação do vínculo e a utilização dos recursos tecnológicos. O encontro é fundamental, se não houver contato direto não haverá história oral. A história oral percebe as narrativas dos participantes como ponto central de análise. A valorização metodológica é centrada no recolhimento das entrevistas, na transcrição posterior e, por fim, nos resultados afinados com o sentido das entrevistas (MEIHY, 1996).

As pessoas geralmente gostam de contar suas histórias, pois dão poderes e sentidos a sua própria existência. As histórias de vida aqui relatadas tramam os fios de suas existências e nos desafiam a compreensão. Quanto mais o ser envelhece, mais complexo se torna. Os laços de afeto e convivência serão e são sustentados pelo processo de conhecer, que nada mais é do que viver e envelhecer.

Sobre o envelhecimento e as representações sociais

O envelhecimento, cada vez mais tenciona e traz à tona aspectos específicos da contemporaneidade. De um lado, nos remete a aspectos biológicos, principalmente no binômio saúde-doença, no qual temos o avanço da ciência e da tecnologia³ como possibilidade concreta do aumento de vida da população, algo que a sociedade comemora, pois se busca uma vida cada vez mais longa, já que não se deseja a morte⁴. Por outro lado, nos provoca a fazermos reflexões mais profundas sobre a cultura que vivemos na atualidade, que tanto valoriza aspectos que nos distanciam da velhice, como a juventude, os padrões estéticos e comerciais de beleza.

³ Ciência e tecnologia representada aqui por grandes conquistas na área da saúde, como a produção de medicamentos e muitos outros procedimentos, inclusive cirúrgicos, que tem aumentado significativamente a média de vida da população mundial e também no Brasil.

⁴ A morte é algo temido e evitado na cultura ocidental, onde o próprio tema é tabu em diversos contextos e espaços sociais. O processo de envelhecimento escancara, de certa forma, a noção de morte pois, quanto mais envelhecemos, mais a morte se aproxima.

Evidente que os padrões de beleza e saúde dos vinte ou trinta anos de idade se diferenciam dos padrões de beleza das pessoas idosas e, pensando sobre o que nos fala Máximo (1999), idoso saudável é aquele que tem razão de viver, motivos para seguir em frente e que gosta da vida. O autor nos faz lembrar que, como dizem por aí, o segredo da saúde e da beleza está na cabeça. A liberdade de fazer opções de vida e fazer planos, assim como cuidar da parte física e da saúde do corpo ajuda muito, porém, o julgamento de si é que irá dizer o quanto a pessoa é realmente bela. “Belo é quem assim se acha e – assim se achando – faz com que os outros achem também. É através da cabeça que cada um de nós recria para uso próprio novos conceitos de beleza” (MÁXIMO, 1999, p. 20). Além disso, estamos diante das maiores conquistas da humanidade no século XX, a sofisticação tecnológica, e agora? Como iremos inserir as(os) idosas(os) para que tenham o acesso e o domínio de equipamentos de informática e microeletrônica, etc.? Cada um terá que fazer sua parte, não apenas os órgãos oficiais.

Para nos aproximarmos da representação social de envelhecimento, Jesuíno (2012) identifica diferentes visões históricas sobre envelhecimento que contribuíram para a construção da representação social de envelhecimento majoritária na atualidade. A primeira visão seria a de caráter mitológico, na qual houve uma valorização da preservação da tradição, onde as pessoas idosas teriam papel de destaque, por serem o grupo que dominaria o conhecimento representativo da tradição. Nesse aspecto, o papel das avós e dos avôs ganha destaque, partindo daí a grande cumplicidade entre netos/as e avôs/avós, o que ainda temos, de certa forma, presente no nosso imaginário social sobre família.

A segunda visão sobre envelhecimento, identificada pelo autor, emerge na antiguidade clássica, especialmente grega. Para isso cita Aristóteles, que desenvolveu uma visão bem mais pessimista sobre a velhice,

salientando a perda da juventude e a proximidade com a morte. O ideário de beleza física na Grécia marcou profundamente a sociedade ocidental e se mantém (mais incrementada) nos dias de hoje.

Por fim, a terceira perspectiva advém do monoteísmo, que coloca o ser humano como criação exclusiva de Deus. Essa visão salienta aspectos como a resignação e a vontade divina como fundantes do processo de envelhecimento. Dessa forma, o que vemos hoje não apresenta mudanças significativas. Percebemos que todas essas visões são presentes hoje, pois variam muito as representações construídas sobre os/as idosos/as, indo rapidamente de visões bem otimistas, que salientam aspectos positivos do envelhecimento, até uma posição mais resignada chegando a visões mais pessimistas, que salientam a finitude humana e a morte, usando como argumento o processo de adoecimento.

Além das questões referenciadas anteriormente, podemos trilhar o caminho de Pedro Monteiro, que nos fala sobre encenar nosso melhor papel, representado por *persona*, que significa máscara, utilizada no teatro para dar vida aos personagens. Nessa perspectiva, nossa tendência humana é a de agradar ao outro para preservar nossos relacionamentos. O temor do isolamento e da exclusão, o medo da rejeição e da perda dos laços afetivos, nos faz dependentes e autônomos nas relações humanas. Cada um/a usa a melhor máscara, ou seja, dá vida à personagens para facilitar a convivência. O risco pode estar nas variadas máscaras utilizadas ao longo da vida que, ao chegar a velhice, não se sabe mais quem se é de verdade. Diariamente milhões de imagens manipulam pessoas que determinam o que é ser mais aceitável, as regras são de que o bom é ser bonito e jovem, o que elimina todos os males da vida, ou seja, o feio e o velho (MONTEIRO, 2008).

O fato é que na atualidade o envelhecimento passa a ter novos contornos e deve ser pensado pelas mais diversas áreas do conhecimento, não

apenas na área da saúde, onde tem sido mais presente. Sabemos que em meio século foram aumentados 30 anos à expectativa de vida das pessoas e não é mais viável não incorporar essa cada vez maior parcela da população em estudos econômicos, sociais, demográficos, históricos, etc.

Em nossa experiência, enquanto docentes e a partir do cotidiano que transitamos, percebemos mudanças significativas em sala de aula, pois hoje vemos as mulheres em maior número (poucos homens ocupam estes espaços depois de idade já avançada), dividem e compartilham ao lado dos mais jovens ideias, reflexões, vivências, entre outros e pode-se dizer que se saem muito bem no convívio com tamanha diversidade.

Colling (2015) acena para a importância do encontro de gerações através de uma abordagem filosófica, com a possibilidade de uma visita ao passado, mas com nossos ascendentes ainda vivos e nos coloca diante de uma vivência que não a nossa, porém que perpassa pelas novas gerações através de seus legados.

Mas afinal, de que forma podemos caracterizar a velhice? Embora saibamos que a velhice é delimitada pela idade em documentos oficiais, como o Estatuto do Idoso⁵, por exemplo, diversos estudos empíricos com pessoas idosas demonstram que as pessoas não querem ser consideradas idosas pela sua idade cronológica. Máximo (1999) nos conduz a um pensamento alargado que nos permite refletir sobre os conceitos deterministas e classificatórios, exigidos pelo mundo contemporâneo e que muitas pessoas idosas resistem em aceitar, pois há vida e muita vitalidade mesmo com mais idade. Por óbvio que a idade traz alguns impedimentos, no entanto, o preconceito impede a realização de muitas outras coisas que podem ser feitas,

⁵ O Estatuto do Idoso define que a pessoa é considerada idosa com idade a partir dos 60 anos.

“[...] os que têm por qualquer motivo, o difícil ofício de avaliar pessoas – de medir-lhes a competência, de definir que papéis podem representar na sociedade e no mundo –, a inteligência, a sensibilidade, o espírito, a elegância de gestos, a nobreza de coração, o entusiasmo, a vontade e a capacidade de realizar deveria ser o essencial. E a idade, apenas um detalhe. (MÁXIMO, 1999, p. 10)

Monteiro (2002) corrobora com a crítica às classificações sociais do feio e belo, do bom e do mal, do normal e do patológico, as polarizações universais que a sociedade estabelece em relação ao envelhecimento, na qual a representação de velhice é negativa e estigmatizada. Sabemos que outras variáveis devem estar presentes, como a classe social, a profissão, a cultura, entre outros. Esse conjunto de fatores entremeados constroem representações sociais sobre o envelhecimento, que podem ser compartilhadas pelo grupo social de forma coletiva, mas também entremeada por representações individuais, num processo dialético onde o individual se entrelaça ao coletivo e vice-versa. Sobre trazer à tona as trajetórias de vida de mulheres idosas, a historiadora Del Priore levantou a seguinte questão:

Mas, afinal, poderíamos nos perguntar para que serve a história de nossas mães ou avós? E a resposta viria simples: para fazê-las continuar a existir, viver e ser. Essa é, afinal, uma das funções potenciais da história. Não cabe fazer a história das mulheres por meio de erros ou acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires. O que importa é desvendar as tensões, contradições e negociações que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade na qual estavam inseridas. Trata-se de desvendar hoje as complexas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual é parte integrante. Significa também transmitir-lhes uma mensagem de alegria, fazendo-as perceber o quanto sempre foram fundamentais para a construção de nosso país, de nossa cultura, do que somos e

seremos. De sua contribuição no passado, contribuição feita de coragem, amor e criatividade, nasceu a mulher que hoje aí está transitando de um papel social a outro, sendo simultaneamente mãe, amante, mulher, profissional, enfermeira, professora, cozinheira, enfim... tudo! (2001, p.84-85)

Dessa forma, não existe uma única compreensão sobre o tema, o que justifica a investigação, pois esta busca uma aproximação concreta com as pessoas idosas, especialmente com mulheres que, de alguma forma, construíram experiências de vida significativas e que, para isso, escaparam das representações sociais do feminino em sua época de juventude que, sabemos, em muito aprisionava as mulheres ao espaço doméstico, impedindo-as ao exercício de uma gama enorme de atividades.

No entanto, as mulheres investigadas, de alguma forma e por motivos diversos, conseguiram, imersas em um tempo histórico onde não havia espaço para as mulheres transitarem nos espaços públicos, de certa forma, ‘romper’ com os estereótipos de seu tempo, e se lançarem no mundo do trabalho, adquirindo respeitabilidade e valorização nas profissões e áreas de atuação. Assim, nos interessou uma aproximação com essas trajetórias de vida, buscando nas narrativas autobiográficas das próprias mulheres seus protagonismos.

Para cumprirmos com o objetivo proposto, a teoria das representações sociais nos auxilia no sentido de se constituir numa importante ferramenta para a análise das narrativas colhidas. Entendemos as representações sociais como os saberes produzidos socialmente e compartilhados por um grupo, numa relação entre o individual e o social. Conforme Jodelet (2009)

Falar de sujeito, no campo de estudo das representações sociais, é falar de pensamento, ou seja, referir-se a processos que implicam dimensões físicas e cognitivas, a reflexividade por questionamento e posicionamento diante da

experiência, dos conhecimentos e do saber, a abertura para o mundo e os outros. Processos que tomam uma forma concreta em conteúdos representacionais expressos nos atos e nas palavras, nas formas de viver, nos discursos, nas trocas dialógicas, nas afiliações e nos conflitos. (p. 705)

As representações sociais são uma forma de ler a realidade. É assim que as representações sociais possuem relevância como estratégia para abordar os problemas da sociedade. Elas permitem interpretar os acontecimentos, expressam as relações que as pessoas têm com o mundo e com os outros porque se pode compreender assim quais são os sistemas que são construídos pelas pessoas ao redor de realidades sociais diferentes.

Enquanto seres humanos somos colecionadores de verdades absolutas e o principal problema é de que forma construímos tais verdades. Nossa construção é no coletivo: inicia na infância através dos pais e de pessoas próximas, depois vem os interesses pessoais, a influência da mídia, de nossas convicções políticas, da pressão das pessoas com as quais convivemos, das interferências de nossa cultura, de nossa educação, da religião e tantas outras. E, sendo assim, construímos nosso processo de envelhecimento em sua complexidade.

É por isto que a aproximação às representações sociais se constitui numa ferramenta importante na investigação, já que estas representações se manifestam nas narrativas autobiográficas como consequência da sua função simbólica que podem ser utilizadas para codificar e classificar as experiências de vida.

As narrativas encontradas – as representações de feminino

Importante destacarmos que as mulheres idosas de nosso tempo viveram boa parte de suas vidas em uma época em que

O discurso da inferioridade feminina estava tão arraigado na estrutura da vida das mulheres e dos homens que poucos o questionaram. A maioria das mulheres acomodava-se na instituição familiar dominada pelos homens, que lhe garantia subsistência, lhe oferecia um companheiro para toda a vida e fornecia um sentimento de proteção frente ao cotidiano da vida. Vivendo para seus maridos, esquecidas, esqueciam de pensar sobre si mesmas. (COLLING, 2014, p. 46)

Esse contexto citado por Colling (2014) se constituiu historicamente a partir da construção e disseminação de vários discursos que se consolidaram em diversas áreas, como o discurso grego, o discurso religioso, o discurso médico, o discurso psiquiátrico e o discurso psicanalítico.

As discussões entre representações podem estar a serviço de uma provável luta por poder, espaços, questões quanto a identidade ou, ainda, por uma necessidade de rever conceitos. A representação social dirigida a homens e mulheres velhas está tomada de estereótipos, tanto positivos como negativos, que estão presentes em expressões, pensamentos e atitudes “velhistas”, expressão utilizada por Jesuíno (2012).

Perrot (2007) chama a atenção para a invisibilidade das mulheres, pois historicamente se construiu a concepção das mulheres vinculadas ao espaço privado. No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que as mulheres sempre trabalharam, em espaços públicos inclusive, mas esses trabalhos foram invisibilizados pela lógica da sociedade patriarcal, que atribui status diferenciados para as atividades exercidas pelos homens. Também cita o que denomina de “silêncio das fontes”, pois poucos registros as mulheres deixavam ao longo do tempo, já que o espaço privado, doméstico, sempre foi relegado.

Como as concepções tradicionais sobre trabalho formal e/ou mercado de trabalho não dão conta de uma diversidade de atividades historicamente exercidas por mulheres, isso nos remete à necessidade de

definirmos a concepção de trabalho que defendemos. Para isso, é necessária a incorporação de elementos advindos de uma produção específica com esse intuito, especialmente oriundos da teoria feminista. Trata-se de um campo de estudos que está longe de esgotar sua produção, mas que aponta vários caminhos promissores.

O conceito de divisão sexual do trabalho abarca as atividades exercidas historicamente por mulheres e, além disso, reconhece que a divisão social do trabalho é marcada por diferenças de gênero. *“Na verdade, o conceito de gênero surge justamente para se contrapor a utilização do conceito de sexo, alicerçado em bases biológicas e que até então eram utilizadas em prol da hegemonia da dominação das mulheres pelos homens”* (SILVA, 2009, p. 21)

Sabemos que as mais diversas sociedades têm criado compreensões diversas sobre o trabalho e as diversas atividades, explicando-as muitas vezes como divisões naturais do trabalho, portanto, imutáveis. Para isso, fazem uso de ideologias sexistas, baseadas em concepções de cunho biológico, que ‘naturalizam’ aspectos que, na verdade, nada mais são do que construções culturais e sociais.

A compreensão das atividades exercidas pelas mulheres como naturais acaba definindo a compreensão de qualquer trabalho feminino como sexual e biológico, excluindo seu caráter social. Essa concepção naturalista tem anulado a diversidade de trabalhos exercidos pelas mulheres ao longo de séculos. Assim, podemos falar que divisão sexual do trabalho é muito mais do que simplesmente constatar desigualdades. Trata-se da possibilidade concreta de articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades (KERGOAT, 2003, p.59).

O trabalho doméstico, por exemplo, é um trabalho não pago e que tem sido, historicamente, relegado às mulheres. Sobre o trabalho doméstico,

[...] podemos afirmar que os afazeres da casa e o cuidado com os filhos são trabalhos, embora não pagos e pouco considerados (talvez até por isso mesmo!). Esses trabalhos não são considerados como valor pelo modelo capitalista, por não permitirem o acúmulo de mais-valia. Mas isso não faz com que deixem de ser trabalhos. (SILVA, 2009, p.79)

Dessa forma, este trabalho procura romper com essa prática, dando visibilidade para as mulheres participantes. São suas trajetórias de vida e de trabalho que nos interessam. Conhecer suas representações de gênero, ouvi-las, é nosso propósito.

As mulheres que participaram de nossa investigação, de alguma forma romperam com os papéis tradicionalmente esperados que elas cumprissem, pois assumiram destaque em atividades profissionais em espaços públicos. Antes de abordarmos aspectos das mulheres pesquisadas, convém aqui apresentá-las brevemente. Maria tem 82 anos e é professora aposentada. É viúva e possui (04 quatro) filhas e (01 um) filho. Mora sozinha e demonstra ser uma pessoa totalmente independente e saudável. Se locomove sozinha por toda a cidade, usando transporte coletivo. Seu destaque se deu nem tanto por sua atuação profissional como professora alfabetizadora, mas possui grande reconhecimento na cidade por sua atuação política. Milita até hoje no movimento feminista e foi uma das fundadoras do movimento na cidade.

Ana tem 97 anos e possui (01 um) filho e (02 duas) filhas. Também é viúva. Atualmente mora com a família do filho. Precisa de cuidados constantemente, pois é cadeirante. Percebe-se uma fragilidade física em função da longevidade, mas com uma lucidez de causar inveja. Lembra-se de várias datas e fica visivelmente irritada quando esquece algum nome ou data. Inicia seu relato de que desde os 15 anos fazia vacina nas pessoas da comunidade, sendo que desde os doze anos trabalhava no balcão de um

comércio da família. Atuou como parteira por mais de 30 anos. Diz que realizou mais de 3.000 partos e se orgulha em dizer que tem todos os nomes dos bebês, juntamente com o nome da mãe e nome do pai de cada um deles. Mantem guardado os livros com todos os respectivos apontamentos.

Realizamos as entrevistas nas residências das entrevistadas. Elas não se conhecem e moram em diferentes cidades. Ambas possuem muitas fotografias e nos mostraram álbuns, onde fizeram questão de apresentar cada pessoa que aparecia nas imagens, situando o local e a data a que se referem. Maria possui fotografias na parede da sala e em outros ambientes da casa, são grandes painéis no qual ela montou e selecionou os momentos e pessoas importantes em sua vida.

Ambas foram muito agradáveis conosco e demonstraram felicidade em poder nos narrar suas trajetórias. Sobre as narrativas, importante salientar que ambas as entrevistadas não demonstraram perceber a importância de suas ações. São pessoas que, embora tenham orgulho de suas trajetórias, não se percebem como mulheres que fizeram algo que as demais de sua geração não chegaram a realizar.

Para Maria, quando fala de sua profissão docente, afirmou: “Era o que a gente podia fazer naquela época”. Dessa forma, deixa claro que a docência era uma das poucas atividades profissionais que era permitido às mulheres. Sobre sua militância, seu envolvimento com a causa começou com sua participação na Igreja, a partir da realização de ações na Pastoral. Dentre as atividades que exercia, foi incumbida a realizar trabalhos com as mulheres. Sendo que este possibilitou uma aproximação com outras mulheres e uma compreensão maior da dinâmica social que massacrava muitas. Essa foi a origem da militância feminista de Maria, que culminou na militância partidária mais adiante. Dessas atuações se tornou fundadora de uma ONG feminista que atua até hoje na defesa dos direitos das

mulheres. Essa ONG possui mais de 20 anos de atuação ininterrupta e se tornou uma das ONGs feministas mais antigas do país.

Ana demonstrou muito orgulho pela profissão que desenvolveu durante tanto tempo, desde os 28 anos de idade. Com orgulho nos disse que nos partos que realizou não teve nenhum óbito de recém-nascido. Quando perguntamos sobre as mães, ela disse que sim, algumas vieram à óbito, mas sem estender muito o assunto. Essa entrevista nos surpreendeu, pois a princípio tínhamos uma compreensão sobre a atividade de parteira que com Ana não se confirmou. Pensávamos que ela havia feito partos utilizando basicamente saberes de medicina natural, com remédios caseiros, que pudesse ser uma conhecedora das propriedades homeopáticas das plantas, sem nenhum ou com pouco uso de medicamentos industrializados. Ao contrário, sua narrativa demonstrou que Ana aprendeu os ensinamentos em um hospital localizado na região rural que morava e onde atendia as pacientes. Segundo ela, foi ‘escolhida’ pelo médico que atendia na região, para aprender o ofício. Seus pais permitiram que ela aprendesse com o médico e ela, mesmo contrariada, a princípio, acabou tendo que acatar a decisão.

Dessa forma, Ana se tornou conhecedora dos medicamentos utilizados nos hospitais na época. Chegou a realizar estágio no hospital antes de começar a realizar os partos nos domicílios. Mesmo depois de casada e com filhos, continuou exercendo a profissão, com o auxílio do marido e filhos, que a levavam e a buscavam das residências.

Percebemos que essa atividade lhe dava certo ‘status’, a ponto de que sua família a ajudava e incentivava. Percebemos que sua família era de certa forma economicamente estável, possuíam propriedades rurais e lojas. Sua família pertencia à elite local. Seus pais eram amigos do médico, por isso permitiram sua aprendizagem e o exercício da profissão.

Quando perguntamos como fazia para sair de casa e trafegar por longas distâncias quando seus filhos eram pequenos, afirmou que tinham várias empregadas na casa e sua mãe – que morava perto – também auxiliava com as crianças. Afirmou que cobrava por seu trabalho, mas que não deixava de fazer o parto se não podiam pagar. Disse que muitas pessoas ficavam de pagar depois e nunca pagaram. Por várias ocasiões na entrevista disse que nunca lhe aconteceu nenhuma cena de violência, embora entrasse nas casas de pessoas que nem conhecia. Demonstrou perceber que hoje em dia o risco seria bem maior. Demonstrou preocupação com a violência atual.

No que se refere aos cônjuges, chamou a atenção o fato de que nem Maria e nem Ana falaram muito de seus falecidos maridos. Eles não pareceram estar muito presentes em suas memórias, pelo menos no momento das entrevistas. Como abordamos fortemente suas trajetórias profissionais, nos pareceu que eles não tiveram destaques neste âmbito. Ambas demonstraram muita autonomia em suas trajetórias, o que a literatura de gênero mostra que não era situação comum.

Sobre a solidão, interessante perceber que Maria, embora more sozinha, não demonstrou em nenhum momento se sentir só. Possui vida social ativa e visita parentes constantemente, inclusive viaja grandes distâncias para isso. Já Ana, embora more com parentes e pareça ser muito bem tratada, com uma boa estrutura a sua disposição e com parentes que a tratam com bastante carinho e atenção, nos pareceu se sentir mais solitária. Inclusive ela verbalizou isso. Não nos pareceu que seja saudades de alguém especificamente, mas a sensação de impotência em função de suas limitações físicas a fazem se sentir solitária. Neste caso apareceu de forma mais explícita a questão de saúde física, que se impôs. O fato dela hoje ser ca-deirante e de possuir diversas outras fragilidades causadas em função do processo de envelhecimento, faz com que a velhice se torne mais

desafiadora, pois impôs para ela uma série de limites. É o desafio de viver em outras condições, para muito além da questão física, mas também psicológica, social, emocional, afetiva, etc.

Considerações finais

Finalizamos este texto com a compreensão que o campo de estudos sobre envelhecimento ainda possui um longo caminho a ser trilhado, especialmente na intersecção com os estudos de gênero e com o mundo do trabalho. Este trabalho é apenas um pequeno exercício de pesquisa que serve para nos mostrar o quanto existe um campo vasto de possibilidades investigativas interdisciplinares a ser descortinado.

Os dados mais atuais sobre o trabalho feminino mostra que as mulheres ainda são discriminadas no mundo do trabalho, embora já atuam diretamente no mercado de trabalho formal e informal, e em áreas antes inatingíveis para as mulheres. A relação entre os espaços privados e públicos ainda é ambiente de enormes disparidades entre os homens e as mulheres, pois elas somam jornadas de trabalho nos lares e nas empresas, recebem salários mais baixos, são vítimas de assédios, tanto nos ambientes de trabalho como nos espaços públicos em geral.

As mulheres idosas, além de serem parte desse grupo, nas sociedades capitalistas onde o mundo do trabalho exige e valoriza tudo que se refira à juventude⁶ e descarta tudo que é considerado ‘velho’ (incluindo os objetos), tratando de forma pejorativa tudo que possa ser visto como usado, velho, ultrapassado, são foco de mais preconceitos e discriminações, numa sociedade que fortemente discrimina as pessoas idosas.

Dessa forma, é fundamental que a ciência feminista se debruce com mais afinco na questão etária e geracional, em tempos de aumento da

⁶ Entendendo juventude aqui na forma de aspectos como estética, energia, vitalidade, saúde, mas também de forma coisificada, como objetos novos e descartáveis, a ideia de moderno e atual, etc.

expectativa de vida das pessoas e, especialmente, num momento político do país onde direitos sociais das pessoas idosas tem sido palco de disputas e que, tudo indica, caminha-se para um processo de perda de direitos sociais, inclusive direitos trabalhistas, como a aposentadoria, por exemplo.

Embora reconheçamos que a área da saúde é fundamental nessa fase da vida, precisamos admitir que as mulheres idosas são muito mais do que o resultado de um binômio saúde-doença. Elas carregam consigo grandes experiências de vida e de trabalho, a partir dos diversos papéis que exerciam, e ainda exercem, como mães, avós, trabalhadoras, viúvas, e outros tantos papéis sociais que ainda cumprem nos dias atuais.

Referências

BRASIL. *Estatuto do Idoso - 2003*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Feminismo, gerontologia e mulheres idosas. In: BONETTI, Alinne; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de (orgs.). *Gênero, mulheres e feminismos*. Salvador: EDUFBA, 2011.

COLLING, Ana Maria. *Dicionário crítico de gênero*. (Org) COLLING, Ana Maria, TEDESCHI, Losandro Antônio - Dourados: Ed. UFGD, 2015.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino na história*. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias do Cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

JESUÍNO, Jorge Correia. Imagens da velhice. In: TURA, Luiz Fernando R.; SILVA, Antonia Oliveira (orgs.). *Envelhecimento e representações sociais*. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.

JODELET, Denise. O movimento de retorno do sujeito e a teoria das representações sociais. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

MÁXIMO, João. *Retratos de outono*. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 2. ed. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

MONTEIRO, Dulcinéia da Mata R. *Depressão e envelhecimento – saídas criativas*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora REVINTER Ltda. 2002.

MONTEIRO, Pedro Paulo. *A beleza do corpo na dinâmica do envelhecer*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2008. (Coleção Envelhecer e Viver; 2).

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Márcia Alves da. As invisibilidades da divisão sexual do trabalho. In: EGGERT, Edla; SILVA, Márcia (orgs.). *A tecelagem como metáfora das pedagogias docentes*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2009. p.73-88.

SILVA, Márcia Alves da. Por uma outra ciência: tecendo a teoria feminista. In: EGGERT, Edla; SILVA, Márcia (orgs.). *A tecelagem como metáfora das pedagogias docentes*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2009. p.11-26.

VERAS, Renato. *15 anos na flor da maturidade: a juventude de uma senhora universidade*. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ, 2008.

Mulheres negras e diferentes modos de ser e fazer ciência: a terra, *os terrários* e os movimentos da vida

*Georgina Helena Lima Nunes
Alex Sandro de Castro Garrido
Fábio André Sangiogo*

Primeiras palavras: ciências, mulheres e histórias que feminizam e enegrecem fronteiras de saberes

*Era uma vez / Eram duas / Eram três
E eram histórias
Que se erram / Que se contam / E recontam
Contadas mal
Até perderem o final (Helena do Sul, 2007)*

Esta escrita parte de uma experiência acadêmica que aproximou diferentes campos de saber, no intento de reafirmar alguns pressupostos teóricos que há algum tempo ganham corpo nas discussões acadêmicas – sobretudo, a decolonialidade. Trata-se de um exercício que se consolida não apenas enquanto *lócus* teórico, mas sim como uma atitude política referenciada no mundo prático, cujas narrativas experienciais engendram-se como exercício de memória (hooks, 2019). Se assim não concebêssemos a decolonialidade, tornar-se-ia ela uma teoria prescritiva, restrita e elitista, que muito pouco se diferenciaria daquela orientada por humanistas neutros e ocidentais, que assumiram o controle do mundo literário (Christian, 2002).

A decolonialidade consiste em demover a herança colonial ainda vigente em sociedades cujo agenciamento se modifica por intermédio das formas de ação/regulação, geralmente marcadas por violências que, não

apenas vitimam corpos, mas que, primordialmente, são a encarnação de um processo supressor das energias vitais, cognitivas e espirituais de determinados grupos. Nesse sentido, compreender a perspectiva decolonial é possível quando apreendemos em “[...] um sentido amplo, que abarca a longa tradição de populações negras e indígenas e, posteriormente, daqueles que Frantz Fanon (2005) nomeou como condenados da terra¹” (Bernardino-Costa et al., 2018, p. 09-08).

A ruptura com a colonialidade², por consequência, presente no universo acadêmico, implica em um esforço para a transposição de fronteiras disciplinares que apartam territórios de saberes validados por uma métrica científica alheia. Legitima-se, dessa maneira, a imperiosa necessidade de sobreviver às tentativas de mortes físicas e simbólicas que se instituem em face da expressão de diferentes formas de existir.

O suntuoso pressuposto frasal de René Descartes – [EU] *penso, logo, existo* – é sustentáculo do conhecimento nas universidades que se ancoraram, filosoficamente, em modelos ocidentais. Na perspectiva de Grosfoguel (2016, p. 31),

[...] o ‘eu conquisto’ que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição do ‘eu penso’ idolátrico que seculariza todos os atributos do Deus Cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento [...]. O que conecta o ‘conquisto, logo existo’ (Ego onquiro) com o idolátrico ‘penso, logo existo’ é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo ‘extermino, logo existo’.

¹ Os *condenados da Terra*, também é o título conferido à obra de Frantz Fanon, na qual o autor discorre sobre a violência colonial em territórios cuja relação entre colonizado e colonizador estabelece “[...] um mundo compartimentado, esse mundo cortado em dois é habitado por espécies diferentes”. É “[...] um mundo compartimentado, maniqueísta, imóvel, mundo de estátuas: a estátua do general que fez a conquista, a estátua do engenheiro que construiu a ponte. Mundo seguro de si, esmagando com suas pedras as colunas dorsais esfoliadas pelo chicote. Esse é o mundo colonial” (Fanon, 2015, p. 56-68).

² Para o autor, a colonialidade é um conceito que, mesmo sendo vinculado ao colonialismo, ainda assim dele se difere. É um dos elementos “[...] constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista”. Sustenta-se “[...] na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder [...]” (Quijano, 2010, p. 84). Na perspectiva de Mignolo (2017, p. 02), a colonialidade constitui-se como o lado mais escuro da modernidade, visto que consiste numa narrativa que se origina na Europa e que funda a civilização ocidental por intermédio da celebração das suas conquistas; nesse sentido, “[...] não há modernidade sem colonialidade”.

Conquistas e extermínios foram e continuam a ser a lógica do *pensar* que se pretende hegemônico e, por isso, determinante de existências e humanidades que passam pelo crivo classificatório dos corpos, raças e cores; sujeitos, muitos deles, à lógica do descartável. No entanto, no cerne das relações sociais, sejam elas pautadas por binarismos que muitas vezes tendem a fixar posições de sujeitos ou sujeitas, as mulheres negras que se apresentam neste texto nos interpelaram por tantas formas – femininas – de se colocar no mundo, através das suas presenças identitárias, sociais e políticas, que validam as diferentes maneiras de compreensão do mundo numa diversidade de verbos e lógicas: “[EU] canto, bordo, cozinho, poetizo, musicalizo, ensino, planto, teço, logo (re)existo”:³ ininterruptamente!

Aos olhos da racionalidade instituída, aparentemente, todos os verbos que possam descrever um pouco do ser, fazer e viver de cinco mulheres negras têm pouca valia ante os conhecimentos isolados que emergiram na dinâmica do projeto *Terrário³ sustentável microclima e arte em vidro: Uma perspectiva de ensino e alternativa para geração de renda*. A multiplicidade de verbos a conjugar – cantar, bordar, cozinhar, poetizar, ensinar, plantar, tecer, administrar, orientar... –, advindos da *ordem* do dia, das *culturas ordinárias*⁴ (Certeau, 2001), contrastam-se com as *culturas científicas*, cujas leis explicativas de fenômenos físicos, biológicos e químicos foram expostas, no referido projeto, a uma verdadeira fusão

³ O projeto, *Terrário sustentável microclima e arte em vidro: Uma perspectiva de ensino e alternativa para geração de renda*, desenvolve o plantio de espécies ornamentais em vidro fechado, forjando um microclima. Apresenta em sua compreensão elementos biológicos, químicos e físicos. A construção metodológica da oficina segue as considerações de Garrido e Sangiogo (2018) e Garrido, Nunes e Sangiogo (2019), com base no pensamento freireano, que considera a teoria e a prática indissociáveis na vida humana.

⁴ Michel de Certeau (2001, p. 57-58) nomeia como “ordinários” àqueles/as que reconhece como “[...] herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. [...] Este herói de longe vem de longe. É o murmúrio das sociedades”. O autor referenda-se em Freud e Wittgenstein para construir uma concepção de linguagem, o discurso por meio do qual estes/as produzem e causam “estranheza” (p. 73) em face a modos tão distintos em relação àqueles convencionados como legítimos ou, melhor, legitimados por processos históricos de construção “[...] de poderes que hierarquizam e de nonsense que gozam de autoridade” (p. 72).

metodológica. Aliadas à arte, ritmos musicais, trama de linhas que formam pontos do crochê e uma polifonia de vozes que ecoou uma variedade de sentidos/sentimentos, engendraram-se, no decorrer das atividades, deslocamentos de lugares entre quem aprende e quem ensina.

Tais deslocamentos implicaram na construção de um espaço intervalar, um *entre-lugar* cujo “[...] trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente. O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia de viver” (Bhabha, 2001, p. 27). Por isso, modos de conhecer, radicados na *experiência* dessas mulheres, tornam-se um meio de conhecimento, uma ferramenta analítica e teórica, bem como um mecanismo para “[...] informar o modo como sabemos o que sabemos” (hooks, 2019, p. 122).

A terra, as mulheres e os terrários e as metodologias impregnadas da arte de viver: fragmentos de prática instigadoras de outras práticas

“Toda árvore possui por baixo da terra uma versão primeva de si mesma.

Por baixo da terra, a árvore venerável abriga uma

‘árvore oculta’[...] o mesmo acontece com a vida de uma mulher.

Como a árvore, [...] existe uma ‘mulher oculta’.

A ‘mulher oculta’ está sempre procurando empurrar esse espírito essencial em busca da vida...”

(Clarissa P. Estés)⁵

O projeto, *Terrário sustentável microclima e arte em vidro: Uma perspectiva de ensino e alternativa para geração de renda*, recupera a possibilidade das práticas sociais, na perspectiva de Freire e Nogueira (1993, p. 26), acerca da “[...] reflexão do saber-fazer das práticas políticas

⁵ ESTÉS, Clarissa Pinkola. A ciranda das mulheres sábias. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

que re-inventam e constroem coletivamente alternativas de luta e resistência, sobre a necessidade da vida”.

Essa necessidade da vida vai ao encontro da epígrafe que, na relação metafórica entre terra e árvore, aproxima os campos de discussão sobre uma proposta emergente do campo das ciências naturais, com *mulheres ocultas*, mulheres negras que, em sociedades racializadas, estão sempre “[...] procurando empurrar esse espírito essencial em busca da vida...” (Estés, 2007, p. 33).

Garrido e Sangiogo (2017) sinalizam que a prática do *Terrário Sustentável*, no viés da educação e na geração de renda, promove elementos de diálogos coletivos, pela troca de saberes sistematizados e interdisciplinares, em duas dimensões: no campo das relações sociais do saber-feito e no campo das ciências em suas especificidades. Freire e Nogueira (1993) afirmam que os elementos da criticidade, que se articulam e organizam a mobilização do saber-fazer, representam “[...] uma criticidade que re-inventa e atualiza a capacidade da reflexão humana” (p. 26).

Nesse sentido, o *Terrário Sustentável*, além das possibilidades vinculadas ao ensino das Ciências da Natureza, propicia que seja dinamizado um conjunto de reflexões e ações. Tal prática viabiliza focalizar-se em determinadas sujeitas da ação e reflexão que conceberam uma nova dinâmica ao projeto, priorizando-o ante outros processos de descobertas, e não limitado a um científico objetivo, aferível, quantificável, neutro. Nessa rota, as escalas de valores, instituídas no processo de enquadramento do olhar científico, formatado para compreender fenômenos desagregados de sua realidade físico-material para uma outra possibilidade, que conjugue, de igual forma, aspectos da ordem do simbólico-social, são invertidas, alteradas.

O projeto, então, passa a ter a preocupação em redimensionar a ação proposta, de modo que esta ultrapasse o estágio de ser *para* e passe a ser

com. É um remanejamento epistêmico que implica em “[...] como descolonizar o conhecimento e as metodologias através dos quais ele é produzido” (Santos, 2019, p. 161).

A perspectiva da realização do *terrário*, em reunião com mulheres negras, priorizou um olhar interseccional (Crenshaw, 2018; Akotirene, 2018), que as compreende como interpeladas, cotidianamente, pelas interfaces de raça, gênero, sexualidade, classe social e geração. Torna-se um *fazer* permeado por memórias e, por isso, consiste numa proposta que se torna social e historicamente situada. Amplia-se, desse modo, o conceito de experiência como *prática executada* em laboratórios para o de experiência como *prática vivida*, revivida, descontinuamente sequenciada, porque seus “[...] passos vêm de longe” (Werneck, 2019). Durante todos os encontros, até hoje realizados, manifestou-se uma relação acentuada com o que vem antes, de longe e de longa data e que se define como ancestral.

Por conseguinte, a metodologia, o método, tão referenciado na ciência cartesiana, foi reconstruído à proporção que mulheres de fala solta, riso constante, gargalhadas espontâneas e cuidado sempre em prontidão, trouxessem em algum momento, por exemplo, a história das *abayomis*⁶, cujo significado iorubano é *encontro precioso*. Nada mais precioso do que observar os limites e possibilidades do método, principalmente em face aos pressupostos trazidos por Collins (2019, p. 402), ao asseverar que “[...] homens brancos da elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, os temas, os paradigmas e epistemologias da pesquisa acadêmica tradicional”. Na esteira desse apontamento, a autora traz ainda distinções entre *epistemologias*, teorias abrangentes do conhecimento que

⁶ Para Lopes (2004, p. 23) significa um “[...] tipo de boneca preta, de pano, sem cola ou costura, com turbante vistoso e roupas coloridas, criadas no Rio de Janeiro em 1988, pela artesã maranhense Lena Martins. O nome de criação é de inspiração iorubana, estendeu-se ao da criadora conhecida como Lena Abayomi”.

indicam a forma como as relações de poder determinam em que se acredita e por quê; e *paradigmas*, que abrangem referenciais interpretativos e metodologias que remetem a princípios gerais que orientam como conduzir pesquisas e como aplicar conceitos, a exemplo do que aqui adotamos, o paradigma interseccional (Collins, 2019).

Metodologias e confluências de vozes e de sentidos: pluralizados modos de ser e fazer ciência

Uma metodologia, cuja pretensão é tensionar os cânones cartesianos de imposição científica, propõe a reconstrução de um percurso, conjuntamente com as mulheres negras participantes, na possibilidade de aprender-ensinar coletivamente. Inclui-se nessa alternativa metodológica as concepções de Fanon (2008, p. 16), segundo as quais seria importante “[...] deixarmos os métodos aos botânicos e matemáticos”. Suas palavras, escritas em um contexto em que o autor literalmente lutava pela descolonização da sociedade argelina, todavia, mesmo hoje, em sua veia descolonizadora, são capazes de abranger as bases da botânica ou da matemática, não neutras na conformação de um tecido social desigual, racializado, patriarcal.

Assumimos, na prática, uma atitude epistemológica revitalizada pelas diásporas alicerçadas no humanismo africano, no sentido da *ética do cuidado*, sob a tríade dos componentes apresentados por Collins (2019) acerca do valor da expressividade individual⁷, o lugar das emoções no diálogo⁸ e a

⁷ Primeiro componente é o “[...] valor da *expressividade individual* que ancorado na tradição humanismo africano, em que cada indivíduo é visto como uma expressão única de um espírito comum, poder ou energia inerente a toda vida. O polirritmo da música africana, no qual uma batida não domina as demais, assemelha-se ao tema da expressão individual, ao fazer artesanal das colchas de retalhos das mulheres negras artesãs que costumam padrões marcantes lado a lado, tomando as diferenças individuais não como depreciativas, mas como algo que enriquece a colcha como um todo” (Collins, 2019, p. 156).

⁸ Segundo componente é o lugar das emoções no diálogo: “As emoções indicam que a pessoa que fala acredita na validade do próprio argumento. [...] A emoção e o intelecto [não] são faculdades distintas. A história de expressividade pessoal da tradição das mulheres negras do blues remedia esse binarismo [...] funde-se à emoção de sua performance e apresenta uma cortante crítica social” (Idem, 2019, p. 157).

capacidade de empatia⁹. Tais percepções são indissociáveis da palavra de expressividade pessoal dos indivíduos que as criam e compartilham diante do diálogo construtivo. A tríade se apresenta “central no processo de validação do conhecimento” (Collins, 2019, p. 156).

Buscou-se, nesse processo, por meio de uma metodologia envolvente entre a prática do *terrário* e a história de vida das mulheres negras, as etapas cuidadosamente estabelecidas em um primeiro encontro, que já apontava indícios de continuidade. Assim foi a rotina da primeira tarde: chegamos no espaço da oficina, após a busca de mudas de plantas na praça, junto com a anfitriã; organizamos sobre a mesa o material, que já havia sido previamente higienizado e preparado; houve a apresentação de cada um/a e, a seguir, a explicação do projeto e da construção do *terrário*; uma escuta atenta aos diálogos se estabeleceu em todas as fases do processo e na confraternização final, ocorrida ao redor de uma mesa de café ao entardecer de um frio dia de inverno, típico do sul do País. No encontro de confraternização houve, ainda, música, produzida por instrumentos artesanais e composição autoral de uma das participantes. Na ocasião, também se realizou uma avaliação do trabalho como um todo.

O projeto se desenvolve com diferentes públicos e, a etapa aqui mencionada, realizou-se em dois momentos, conforme relatamos acima; o segundo, vários dias depois, teve a finalidade de avaliar como se desenvolveram as plantas. Buscou-se igualmente a retomada da dinâmica de manutenção do *terrário*, para que ocorresse a introdução de uma dimensão estética às tampas do artefato que agrega os fazeres do crochê de uma das mulheres. Ou seja, no último encontro, somaram-se dizeres, fazeres e

⁹ A terceira componente envolve o desenvolvimento de empatia: “Seja a sensibilidade e sentimento pela dor do outro. Algumas coisas da minha vida são tão difíceis de argumentar, e eu me sinto melhor em saber que você se sensibiliza com elas e as mudaria se pudesse [...]”. Se não acreditar na empatia seria difícil ela falar” (Idem, 2019, p. 157).

saberes sob a forma da malha, femininamente tecida e ensinada pelo crochê de Dona Eva Nunes.

Para o registro das oficinas, utilizamos aparelhos celulares para captar áudio e vídeo e depois realizamos as transcrições dos dados e visualização das imagens para fins de análise e relatoria.

As sujeitas do trabalho em questão foram cinco mulheres, negras, residentes em distintas localidades no município de Pelotas/RS, com idade entre 50 e 83 anos. As participantes da oficina serão apresentadas pelos seus nomes e fazeres, nem sempre enumerados como profissão, mas que foram citados no momento da apresentação como, também, aquilo que gostariam de ser, a exemplo de uma dela, com 76 anos, que desde a infância almejava ser musicista de piano. Serão nomeadas como: Prof.^a Laudiciana Soares, Orientadora Pedagógica; Dona Syrlei Amaro, Artesã Griôt e Contadora de Histórias; Dona Eva Nunes, Artesã de Crochê e Costureira; Dona Maria Soares, Musicista de Piano; Prof.^a Rosselane Alves, Vice-Diretora; Prof.^a Dr.^a Georgina Lima e o Prof. Msc. Alex Garrido, pesquisadora/or.

Salienta-se que a opção em identificar as participantes justifica-se nas suas próprias autorizações, e também vai ao encontro da perspectiva de respeito e representatividade em suas constituições sociais, que extrapolam o plano acadêmico deste trabalho. Trata-se de externar tudo aquilo que não invisibilize seus feitos como mães, avós, mulheres, enfim, uma multiplicidade de vivências e agenciamentos de situações, principalmente de racismos. Estes últimos, compreendidos e enfrentados com desenvolvimentos que poderiam servir de suporte à educação das relações étnico-raciais e da diversidade, um compromisso que se torna a cada dia inadiável (Nunes, 2018) perante as inúmeras violações de direitos da ordem do humano.

Sobre os experimentos e experiências: rotas existenciais descritas pelas terráricas

“Sou um ser humano. Sou uma mulher negra, uma poeta, mãe, amante, professora, amiga, gorda, tímida, generosa, leal, irritável. Se eu não trazer tudo o que sou ao que estiver fazendo, então não trago nada, ou nada de valor duradouro, pois omiti a minha essência” (Audre Lorde, p. 104)

O primeiro encontro com as *terráricas*, como em um determinado momento se autodefiniram, levou-nos a compreender que “[...] a experiência como critério de significado com imagens práticas como veículo simbólico é um princípio epistemológico fundamental para sistemas de pensamento” (Collins, 2019, p. 412), que se edificam a partir de mulheres que vivem em um país marcado por desigualdades “[...] cujas intersecções de raça e gênero apenas destacam a necessidade de explicar múltiplos motivos de identidade ao considerar como o mundo social é construído” (Crenshaw, 2002, s/n).

As identidades femininas são diversas, marcadas por um conjunto de experiências que as aproxima e, ao mesmo tempo, distancia-as; um duplo movimento que permite afirmar o dinamismo com o qual esses femininos diaspóricos constroem suas formas de ser e estar no mundo, em que “[...] nossas relações, apesar de todos os ‘pegas’, desenvolvem-se em um plano mais igualitário cujas raízes [...] provém de um mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum” (Gonzales, 2008, p. 39).

Desse solo comum poderíamos situar todas as mulheres que nos acompanharam, como aquelas que compõem o eixo Pelotas¹⁰-África, ou

¹⁰ Pelotas é um município do extremo sul do Rio Grande do Sul, emblemático por ter sido um lugar onde a indústria da produção de charque (carne salgada) demarcou territórios de dor e sangue. Tal fato, entretanto, não impede que o município seja visto por sua população negra, também, como território de subversão de lógicas senhoris, cuja força de trabalho, para além das charqueadas, impressa na arquitetura dos grandes prédios, traduz-se como força de uma vida ainda pulsante e reivindicatória de direitos historicamente negados.

seja, nesta vasta travessia transatlântica, encontramos, no extremo sul do país que mais recebeu populações escravizadas, um espaço em que a negritude se fez/faz força defronte a processos econômicos da empresa escravagista, que seria a mantenedora de outras senzalas do território brasileiro. Todavia, ao se multiplicarem os horrores dessa relação, o município também é cenário de resistências que se perpetuam nos corpos, principalmente das mulheres, que têm se encontrado, estatisticamente, nas franjas do poder quanto à renda, condições de vida, violências domésticas e sexual¹¹.

Nesse sentido, descrevemos em rotas, *Rotas Existenciais*¹², um pouco do conhecimento compartilhado nas oficinas de *terrário*, que reestabeleceram caminhos de mulheres inquietas, que, tão ardentes em *saber*, não perceberam o quão capazes de ensinar igualmente puderam ser. Dividiremos o poema de Helena do Sul, escritora, mulher, negra, também pelotense, que se insere nos diálogos estabelecidos com as mulheres, não como um dado de coincidência, mas na sapiência das palavras de Mãe Beata de Yemonjá, segundo as quais “[...] gotas de águas juntas se transformam em chuva” (Silva, 2007, p. 22).

Rota existencial (1): *um querer saber das ciências da natureza e da natureza das ciências*

*“Quero saber de fruto maduro, de árvores, de pássaros, de luzes, cravos e rosas.
Quero saber de atalho para chegar ao mar” (Helena do Sul)*

A primeira oficina teve como anfitriã a Dona Eva, artesã, costureira e, hoje, acadêmica em um curso de modas, ingressante por ações afirmativas. As participantes chegaram todas juntas e, entre duas das mais

¹¹ Dados disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/142>. Acesso em: 02 abr. 2021.

¹² Nome do livro da autora, pelotense, que tem grande parte de sua obra dedicada à escrita sobre as relações étnico-raciais no Brasil e na qual a presença da história das mulheres negras é muito enfática.

idosas, Dona Maria e Dona Sirley, houve inclusive um reencontro após décadas. Rememorar se tornou rotina nos encontros que estabelecemos. Tal exercício era frequentemente empreendido por Dona Sirley, contadora de histórias. Bosi (1994, p. 31), ao escrever sobre a substância social da memória, a matéria lembrada, mostra-nos que

[...] o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique.

A cada etapa da oficina, desde a apresentação da proposta até a feitura do terrário, didaticamente explicados à luz das intencionalidades acadêmicas do projeto, as interrupções autoautorizadas pela proposta dialógica sempre ocorreram. Isto, pois, na perspectiva de hooks, citada por Collins (2019, p. 416), “[...] o diálogo implica uma conversa entre dois sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto. É um discurso humanizador, que confronta e resiste à dominação”

As intervenções voltavam-se àquilo que suscitava sua curiosidade, preocupações e até mesmo possibilidades de engenho, tanto no âmbito pessoal como profissional.

O processo de preservação da vida, em um primeiro momento, sobressaiu-se como preocupação maior. Grande parte das mulheres cultivam flores e hortaliças para consumo nos seus jardins, comumente plantados em pequenos espaços nas suas moradias, em conjuntos habitacionais populares. As distintas maneiras por meio das quais essas mulheres administram os espaços de cultivo já foram referidas por Nunes (2010), ao descrever os jardins de comunidades negras e quilombolas, que, em geral,

[...] possuem uma composição de flores, (des) arrançadas, paradoxais ao cartesianismo dos jardins planejados pelos paisagistas de ofício. É um arsenal de flores plantadas no chão, em vasos e em outros recipientes alternativos; [...] plantas e flores que eu não saberia nomear. Junto às flores, se encontram próximo a casa alguns canteiros de ervas chá [...], um conhecimento tácito presente na fala das/os jardineiros/as que revelam as explicações sobre formas de podas e plantios, sazonalidades, superstições, cismas, descritivas dos saberes que enfeitam significando o terreno (p. 211).

A indagação que se tornou fundamental incorreu na maneira como se daria a sobrevivência das plantas no interior do vidro: como sobreviveriam sem a presença de ar? Esta foi a primeira manifestação que articulou saberes de diferentes vertentes: a do cuidado com aquilo que lhes produz bem-estar e das ciências que produzem explicações sob a forma de leis, interiorizadas por cada uma quase que num sentido de autorização coletiva à continuidade do trabalho.

Do querer saber sobre o cuidado às plantas quanto ao aspecto da sua respiração, passou-se ao *querer saber* acerca dos materiais que dariam um senso estético à construção e a coloração da terra, que seria feita com um corante chamado de *anilina*, que poderia, talvez, ser tóxico às plantas. Sugeriram-se alternativas de tingimento, trouxe-se um conjunto interminável de questionamentos, que iriam requerer outros saberes das ciências para responder às questões que advinham da experiência cotidiana: “Mas, a anilina não é toxica? [...] Eu fiquei pensando que até no urucum, como tem outras formas de tingir [...]. O açafrão e o colorau podem ser utilizados [...]” (Dona Sirley Amaro).

Em relação à estética, as tampas dos vidros seriam também alvo de atenção, com algumas amarrações e costuras com tecidos e, também, trama através do croché. Automaticamente, definiu-se um segundo

encontro, em que o protagonismo da ação educativa se inverteria e todos/as iriam aprender a fazer crochê e relatariam como estavam as suas plantas.

A geração de renda também entrou em questão. Com a variedade de profissões no campo da informalidade e da formalidade (esta nos papéis de orientação escolar e vice-direção escolar), as pretensões dividiram-se em alternativas para si e para coletivos de estudantes de baixa renda. No entanto, a geração de renda estaria em um escopo de prática que, no chão da escola, poderia assumir diferentes contornos pedagógicos e metodológicos.

A necessidade em ampliar a renda remete às posições sociais que o mercado de trabalho determina, conforme sua divisão social, racial, sexual e geracional. Por isso, as indagações oscilaram entre o cálculo do quanto se gastaria e do quanto se lucraria na utilização do *terrário* enquanto produto comercial. Por sua vez, enquanto produto pedagógico, para educadores e educadoras, tratar-se-ia de atividade auxiliar, na sua formação continuada, a partir de um enfoque interdisciplinar, que evocaria a realidade local, as transformações no mundo do trabalho, os sucessos e insucessos de jovens cuja rota parece predeterminada, mesmo no imaginário de quem exerce a docência, ao crime, às drogas, à gravidez precoce e mesmo à prostituição. Enfim, talvez se faça necessário que os conteúdos disciplinares deixem de assumir uma condição de neutralidade e indiferença à vida cotidiana, que não se aparta daquela que circula na escola, como avalia a Prof.^a Rosselane Alves:

Foi muito importante até para poder dar continuidade do trabalho da escola com as crianças [...]. Para envolver aqueles meninos e meninas, muito agitados, até para dar outros sentidos pra valorizar a vida de alguns que são muito pobres e até para ocupar as mães, numa tarefa que pode vir a ser lucrativa.

A rota dessa experiência torna-se cada vez mais difusa ante a infinidade de experiências que se conjugam às existências de cada uma... rotas pedagógicas, femininas, feministas evidenciam “[...] semelhanças e diferenças entre as suas histórias de vida e negritude, mas, com certeza, todas eram protagonistas de vivências que desacomodavam o pensar as mulheres negras numa perspectiva tão apenas subalternizante” (Nunes, 2009, p. 189)

Rota existencial (2): *um querer saber e fazerna* contramão das adversidades e a presença da memória

“Quero saber de barco na partida, com vento a favor, navegando a felicidade, capoeirando as ondas, indo e voltando ao mesmo lugar, em tempo certo, sem cansar, sem deixar vago qualquer momento de conspirar tristeza que me faça deixar de acreditar [...]”(Helena do Sul)

Os momentos da ação efetiva do *querer saber e fazer*, entre as escolhas dos vidros, da quantidade de terra e tipos de mudas de plantas a serem colocadas no interior dos recipientes, literalmente propiciou momentos de fuga a outras fatias do tempo, acessadas por uma memória de cheiro, de gosto, de tato, de afetos e desafetos. Isso nos reporta àquilo que Santos (2019, p. 237) caracteriza como fundamental na construção de metodologias pós-abissais¹³, ao afirmar que “[...] o conhecimento não é possível sem experiência, e a experiência é inconcebível sem os sentidos e os sentimentos que acordam em nós”.

Os vidros lembraram as inúmeras possibilidades de uso que remetem a lugares públicos, que são habitados conforme a relação idade-sexo: os vidros onde se acomodavam as balas de venda e puxa-puxa que, quando

¹³ Para Santos (2019, p. 203), as metodologias pós-abissais consistem em, ao invés “[...] de lutarem por conhecimentos completos e exclusivamente válidos, batem-se por saberes incompletos e pelo esclarecimento de critérios de validação concorrentes, evidenciando assim os processos através dos quais grande parte da população mundial foi historicamente privada da possibilidade de representar e transformar o mundo enquanto projeto próprio”.

criança, trocavam-se por vinténs; os ovos cozidos, condicionados na salmoura, como acompanhante dos aperitivos em botecos que, à época, constituíam-se redutos masculinos e espaços de trocas entre os trabalhadores, que davam uma chegada no bar após a jornada laboral, e das mães que faziam licores, pirulitos, doces em calda.

Antigamente, na cidade tinha uns botecos [...] usavam esses vidros cheio de ovo cozido [...]. Eu também me lembro das balas da venda e aquele puxa-puxa. Minha mãe fazia, licor de butiá e daquela laranjinha do mato, no cerro do Capão do Leão; fazia licor de bucha e depois ela tirava aquela calda, colocava num pauzinho e fazia pirulito para nós (Dona Sirley Amaro).

Dona Maria, 76 anos, cuja memória alternava entre movimentos de lembranças e sucessivos esquecimentos, principalmente de questões relativas ao momento presente, foi uma presença marcante. Com diagnóstico de Transtorno de Alzheimer, as oscilações memorativas não foram impedimento para que ela trouxesse muito de si na relação com o que estava fazendo. Foi soberana ao lembrar que a prática que estava sendo realizada a remetia a outras formas de cultivo de plantas, que não lhe era novidade, porque, afinal “[...] isso eu já fazia desde criança” (risos do grupo!). Mas desde menina eu planto e desplanto [...] só não botava a tampa. Eu plantava em uma latinha ou panela”, ambos recipientes em que, ao contrário do *terrário*, desprezava-se a tampa.

As dificuldades de acesso à memória eram sempre comentadas por ela mesma. Muitas das vezes, quando Dona Maria retomava o que havia esquecido, afirmava que a frequência dos esquecimentos decorria da quantidade de preocupações que acumulou ao longo da vida ao ter que criar os filhos, cuidar dos pais e ajudar o marido no sustento; consequências manifestas apenas ao passar do tempo, ao envelhecer, segundo ela. Se essas explicações não estão contidas nos estudos das áreas da ciência da

saúde neurológica, elas trazem com veemência, pela voz da mulher, as marcas de prejuízos que decorrem da ordem de um social em que os componentes de raça/classe e gênero também são determinantes, ou seja, localizar adoecimentos como consequência de sofrimentos é um exercício de autoridade de quem localiza, na sua história, aquilo que, em alguma medida, apresenta-se como supressão de um melhor viver.

Por fim, Dona Maria não esqueceu dos sonhos de criança, de ser pianista, desejo cuja realização precisou ser retardada pela necessidade de trabalhar ao invés de estudar, mas que, hoje em dia, em parte, foi compensado pela aquisição de um piano, que a faz se autodefinir (Collins, 2000; Lorde, 2020) como musicista de piano.

Dona Maria e outras mulheres, cotidianamente, tornam-se “[...] cantoras, poetas, autobiográficas, contadoras de história e oradoras. [...] Essas tornaram-se intelectuais negras pelos seus trabalhos, quanto pela validação que recebem de mulheres negras comuns” (COLLINS, 2019, p. 161), por isso o dedilhar o piano como técnica musical, na atualidade, diminui a distância entre os sonhos e a sua consagração na forma e no tempo que lhe foi possível.

Ser musicista no tempo que lhe foi possível confirma as palavras de Lorde (2020), segundo as quais: o tempo, mais do que qualquer outra coisa, é o responsável por nos mostrar o que precisamos. Contudo, se não definirmos quem somos, o mundo exterior decerto o fará e descobriremos que “[...] provavelmente definirá todas nós, para nosso prejuízo, como indivíduos ou como grupo” (p. 88).

Ainda sobre o tempo e o agenciamento de quem somos, do que podemos, voltamos a nos reportar, novamente, à Dona Maria, em relação à escolha do vidro para a confecção do *terrário*. Ela procurou um vidro de dimensões pequenas por acreditar que teria que dividir o seu tempo de tarefas diárias com o cuidado do cultivo, por isso, para vidros menores,

menor uso de tempo: uma proporcionalidade bastante pertinente à matemática do seu próprio tempo, razão e sentimentos.

Por fim, em virtude do que é presente no cotidiano de sociedades racializadas, a vivência do racismo não deixou de vir à tona nas conversas paralelas que se efetivaram em torno da grande mesa redonda, onde os artefatos eram produzidos. Foram relatos ora narrados com riqueza de detalhes, ora abreviados às ocasiões de discriminação, com foco nas suas reações em face ao preconceito.

Todas as narrativas apontaram para formas de discriminar associadas a outras formas de demarcação da diferença, inclusive, a religiosidade de matriz africana. Foi quase unânime a resposta ao racismo sofrido através de comportamentos de astúcia e enfrentamento, ou seja, numa relação que nos reporta à epígrafe desta seção da escrita, em que se faz necessário ressaltar *o vento que sopra a favor* (coragem); *capoeirar as ondas* (a necessária ginga) e não *deixar vago qualquer momento de conspirar tristeza* que nos faça deixar de acreditar (força!).

No último momento dessa etapa houve a confraternização, quando rapidamente se construiu um grupo de instrumentistas. A Mestre Griôt Sirley Amaro levou o seu pandeiro, repleto de fitas coloridas com batidas rítmicas, não hierarquizadas, novas histórias de sua rica memória a partir do samba de raiz, cantado em sua mocidade; nesse ritmo, o samba tomou corpo: Prof.^a Laudician batia na palma da mão, Prof.^a Rosselane tocava o violão, e o cavaquinho, único instrumento tocado por mãos masculinas, envolvia-se na alegria de uma roda de samba, dominada por mulheres negras, repleta de uma ética de cuidado, intuitiva no ordenamento das levadas musicais. Ao final, para além do resultado sonoro, evidenciou-se o fato de que, em conjunto, podemos rumar em harmonia no mesmo sentido, numa uníssona toada de força e felicidade.

Rota Existencial (3): o manejo das linhas, os questionamentos (re)insurgentes e a contadora de histórias que fez história

“[...] de querer outra vez mais além das descobertas de coisas incertas da rota existencial” (Helena do Sul)

Toda a escrita necessita ser seletiva e, nessa dimensão, fizemos escolhas para, por ora, trazer reflexões advindas de um universo feminino tão provocativo. O objetivo do segundo encontro, realizado na casa da pesquisadora, foi o de apresentar as experiências dos *terrários* no ambiente doméstico. Resultou em um conjunto de experiências articuladas entre si, mediadas pela motivação de produzir a estética das tampas dos vidros, que seriam revestidas por uma peça artesanalmente construída pela técnica do crochê.

Havia decorrido 40 dias desde o primeiro encontro, o aspecto positivo nesse intervalo foi que as plantas, em sua maioria, permaneceram vivas, atiçando mais curiosidades acerca de dados fenômenos físico-biológicos que, talvez, tenham sido ensinados na escola. Porém, haja vista o hiato entre o teórico e o prático, foi difícil fazer associações e produzir respostas completas a todas as questões apresentadas.

Uma das grandes curiosidades dizia respeito à formação de gotículas no interior do recipiente; outras correspondiam às condições ambientais, tais como níveis de luminosidade, que poderiam dar às plantinhas melhores condições de reprodução e sobrevivência. Fenômenos que podem ser explicados pela respiração celular das plantas e processos físico-químicos da evaporação e precipitação do ciclo, no microclima. Contudo, ainda assim permaneceram indagações acerca de certos fenômenos, inconclusões típicas de todo o processo teórico-prático, por exemplo, sobre a inclusão de novas mudas e quais espécies seriam adequadas, a regularidade das regas (algumas não se convenceram de que as mesmas não precisariam

de água), o amarelamento de algumas folhas e a falência de outras. Enfim, o exercício da dúvida e o desencadeamento de questões chancelou pedagogicamente a proposta quanto ao princípio de *inacabamento* (Freire, 1996), orientador de todo e qualquer fazer pedagógico, que consiste num fazer social, portanto, é dinâmico na sua arena eminentemente política.

Nesse segundo momento, a condução da tarefa educativa se inverteu e as mulheres, com diferentes habilidades, opinaram quanto ao manuseio da agulha, posicionamentos de dedos para a apreensão das linhas e consecutivas laçadas como ponto de partida para o artefato. Novamente, após alguns minutos iniciais de ensinamentos e trocas de ajudas, perante os variados níveis de dificuldades e conhecimento, tal dispositivo prático acionou outras searas da existência de cinco mulheres.

O que muito nos chamou atenção foi a forma como determinados encontros, que poderiam, tão somente, fazer parte de um ordenamento curricular atrelado a uma proposta extensionista, ao estender o foco do conteúdo às pessoas envolvidas, ampliaram os horizontes de compreensão e de ação, portanto, de *práxis*¹⁴ educativa, emancipatória e com potência transformadora. Assim sendo, é preciso que a educação trabalhada em espaços de formação universitária, de qualquer área do conhecimento, direcione-se às relações que estão presentes e são determinantes nas escalas hierárquicas de poder. Que estas sejam contempladas, não de forma casuística, mas como exercício permanente de produção de pensamentos responsivos a necessidades, a liberdades.

Estenderíamos, então, um olhar ao pensamento feminino e feminista negro, já teorizado por intelectuais brasileiras e estrangeiras (Nascimento,

¹⁴ O sentido da *práxis* é aquele segundo o qual o *agir* e o *fazer* apresentam-se numa relação de complementariedade defronte aos desafios que se apresentam, de transformações estruturais de práticas opressoras, negligenciadas historicamente pelos espaços de produção de conhecimento, tais como universidades e escolas. De Fanon (2015) a Freire (1983) se encontram subsídios teóricos, emergentes, acima de tudo, do território da contestação e da luta dos movimentos sociais organizados ou do cotidiano, que insurge as razões para as pautas políticas.

2018; Gonzales, 2018; Collins, 2019; hooks, 2018), que, de algum modo, apontam-nos que, lê-las, não é o suficiente para valorar tal ordem de pensamento, que é teórico, filosófico, político e eminentemente prático.

Essas dimensões de pensamento, que se veiculam a dimensões do prático, não remetem a um ordenamento de coisas ininteligíveis aos olhos de quem os produz; o pensamento negro feminino, na ordem do prático, implica numa relação imbricada com um sentido mais profundo: o de que a vida, para algumas mulheres, necessita ser *decidida* a cada dia, quase como se não houvesse amanhã. Vergès (2020, p. 52) faz uma alusão a *feminismos decoloniais* que retrata a imperiosa necessidade de re-humanizar o mundo, na certeza de que

[...] justiça para as mulheres significa justiça para todos. Eles não cultivam esperanças ingênuas, não se alimentam do ressentimento ou da amargura. Nós sabemos que o caminho é longo e cheio de percalços, porém guardamos na memória a coragem e a resistência das mulheres racializadas ao longo da história. [...] os feminismos de política decolonial são respaldados em **teorias e práticas** que certas mulheres forjaram ao longo do tempo no seio das lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais, contribuindo para a ampliação das teorias de libertação e de emancipação do mundo inteiro (grifo nosso).

Dimensões do teórico e do prático estão, primordialmente, incorporadas aos corpos daquelas que, dentro das suas diferenças, não se restringem a habilidades acadêmicas que as inscrevem e descrevem em circuitos cujos limites são inúmeros, de modo a alavancar a radicalidade das mudanças, a devir. Sua capacidade é a de re-humanizar o mundo, porque as humanidades, secularmente, foram colocadas em níveis que vão da excelência à exceção, e, esses processos, privilégios e exclusões máximas, podem se reconfigurar a partir da percepção do quão complexo poder ser aquilo que parece extremamente simples.

O tramar o crochê, ensinado por Dona Eva, lembra-nos uma estória chamada *Entrama, a história do beija-flor coroadado*, que traz histórias de mulheres fiadeiras, escravizadas, cujo ato de fiar produzia um momento em que

[...] uma dava força para outra. Tramavam para ser livres: mão na fiação, voz na cantoria e os corações lá no alto, no pé da serra, entre as três nascentes... sendo trabalhadeiras, ninguém desconfiaria, e desse jeito elas burlavam os vigias, os olhos de rapina dos capatazes (Vilas et al., 2006, p. 15).

Na tarde em que o ensinamento estava nas mãos, nas linhas, nos cálculos matemáticos de quantas laçadas deveríamos realizar para darmos corpo ao artefato que revestiria a tampa que cobriria os vidros do terrário, o tempo decorreu permeado por histórias que suscitaram um encantamento. Enlaçamo-nos a temas tão caros, aptos a discussões mais profundas, reflexos de como o *inédito viável*¹⁵ freireano é constante na vida daqueles/as cuja sobrevivência é uma permanência em histórias que atravessam gerações. Dona Eva, exímia artesã, afirmou ter aprendido crochê com o pai, que fora educado pela mãe e a vó, que, diante da escassez financeira, puseram-se a produzir agulhas com bambu para manter o menino dentro de casa, longe dos perigos da rua. As avós e bisavós de Dona Eva, à época, pelas condições de serem mulheres que criaram os/os filhos/as sozinhas, ultrapassaram as convenções do que é instituído como prática de fazer masculinas e femininas.

Enquanto ouvíamos, tentávamos aprimorar as habilidades motoras e cognitivas, de maneira que as atenções se dividiam entre as orientações técnicas do fazer crochê e, principalmente, aos entremeios dos diálogos, que não eram paralelos, mas radicalmente inseridos em um projeto muito

¹⁵ Nunes (2015) analisou o conceito freireano para compreender a presença negra na ditadura. Por inéditos viáveis se compreendem “soluções praticáveis despercebidas’ (nosso inédito viável)” (Freire, 1986, p. 126).

maior: o encontro da dignidade humana alimentada pela capacidade incontestável de escuta e fala. Ambas, *desordenadamente*, podem construir uma outra *ordem* discursiva sobre o viver (sobreviver) e lutar com entusiasmo e desenvoltura.

Houve, a exemplo do que acontecera no primeiro encontro, o momento de se sentar à beira da mesa, trazer a refeição como continuidade das trocas de informações sobre receitas, expressar o que se gosta ou não de comer, assuntos entrecruzados às músicas de época, sobretudo marchinhas de carnaval, sempre trazidas por nossa contadora de histórias, a quem o destino, nesse curto espaço entre a realização das atividades e a realização desta escrita, encaminhou para o *òrun (céu)*, indo *cantar para além do luar onde moram as estrelas*¹⁶.

A nossa mestra, Griôt Dona Sirley, naquela tarde, emendou uma história à outra, tamanho o seu repertório de contos, vivências e *caminhadas*, termo que empregava repetidamente. Ela, em meio às suas narrativas, tecia relações interculturais de maneira muito minuciosa, sempre incorporando códigos de bem-viver a partir de matrizes afro-brasileiras. Ela descreveu em detalhes, por exemplo, lugares e experiências e a tudo ressaltou a importância de defendermos *a nossa negritude, a nossa história negra* através do respeito às tradições, a exemplo da pedagogia das bonecas abayomis, que, segundo ela, ao ensinar sua confecção, jamais devem ser vendidas ou suspensas presas a cordões e assemelhados. A não venda das bonecas é um princípio para que se exerça o valor da dádiva e reciprocidade presentes no ato de trocar: o cuidado. Quanto à recomendação de não pendurar as bonecas, talvez seja uma forma de cuidado a símbolos da resistência negra, e que produzem, espiritualmente, um conjunto de energias cujo usufruto apenas será possível se respeitadas suas

¹⁶ Parte da música composta por João Nogueira, *Um ser de luz*.

constelações de significados, que se incorporam às mãos que realizam sucessivos nós em pequenos retalhos de tecido; o produto final é mais um corpo de mulher negra envolto de significados.

Dona Sirley também fez relações muito precisas entre Pelotas/RS e Salvador/BA, onde o filho era educador cultural. Ela trouxe os sincretismos religiosos, presentes nos rituais que aproximam o candomblé e a igreja católica, ao final de todas as terças-feiras, no Pelourinho, centro histórico baiano, e a interface com os clarins que prenunciam o início dos ensaios de grupos musicais carnavalescos, numa relação linear entre o final do sagrado e o início do festivo. Rituais conjugados de refazimento a partir das energias vitais que circulam pelos dois espaços.

Nesse sentido, segundo Sobel (1979), ao falar sobre o Cosmo Sagrado da África Ocidental, a palavra *nyam* faz referência a um espírito, poder ou energia intrínseco a toda forma de vida. Para Collins (2019), a mulher negra é guiada pela sua forma energética, que “[...] guia seus trabalhos por essas noções de espiritualidade derivadas das tradições africanas” (p. 155). Por isso,

[...] a centralidade das mulheres negras nas famílias, igrejas [candomblés] e em outras organizações comunitárias proporciona às [afro-diaspóricas] um grau elevado de apoio para o uso do diálogo como uma dimensão epistêmica da [mulher negra], utilizam o diálogo para avaliar e conhecimento, recorrem as formas de saber mais usuais das mulheres negras (Collins, 2019, p. 155).

Em suma, durante todo o encontro, a Mestre trouxe incessantes ensinamentos, que não foram reproduzidos apenas para serem escutados, ou antes, preferencialmente deveriam ser incorporados às condutas de vida, de maneira a tornar mais amenas as travessias pós-atlânticas.

A cada conto, somava-se um sonho de viajar, conhecer, aprender, ensinar, atrever-se a ser. Eram sonhos que jamais poderiam ser classificados

como maiores ou menores. Enquanto para alguns neófitos/as da arte de tramar o crochê o desejo era fazer/aprender as laçadas, concretizar a primeira circunferência que na sequência iria produzir o revestimento para a tampa do terrário, Dona Sirley se revelou apaixonada pela possibilidade de vestir uma linda saia feita através da mesma técnica.

Repetiu ela inúmeras vezes como seria o modelo da saia e manifestou, através de movimentos elegantes do corpo octogenário, estados de alma repletos de beleza e de vontade infinita de viver através do que melhor sabia: contar histórias, fazer músicas e costurar esperanças. Anteriormente à sua aposentadoria, fora uma exímia costureira de “alta costura” e nos últimos tempos havia abandonado a máquina e construía as peças costurando à mão. Dificilmente se apresentava triste ou desesperançosa e, defronte a inúmeros aspectos que poderíamos eleger, talvez a saia por ela descrita, em relação ao projeto, constitua a melhor metáfora: uma mulher negra que se veste por dentro e por fora, dotada de uma capacidade indescritível de renovar a roupagem da vida (e das circunstâncias), com estéticas, com textos, que reorientam os sentidos de ser mulher, de ser velha, de olhar o horizonte com confiança, pois sempre haverá tempo para a gira de todos os toques sociais, para novos *abanos de saia*, movimentos que são sempre sinônimos de lutas (Nunes, 2009).

Rotas existenciais (4): (In)conclusões

Não saberíamos como finalizar esta escrita, porque, na verdade, desde o começo nos desafiamos a descolonizar toda uma tradição acadêmica que isola os campos de saber e, na maior parte das vezes, autoriza-a tão somente segundo a perspectiva masculina, branca e hegemônica, matriz do pensamento intelectual. Buscamos brechas para um diálogo *com* cinco mulheres que, inevitavelmente, revelaram um vasto universo de epistemologias, conceitos e teorizações que partem de uma concepção de

conhecimento que só pode ser apreendida a partir de suas vivências, dúvidas e enfrentamentos. Isso não apenas aponta para o novo, como já desestabiliza o instituído; são tensionamentos que ultrapassam o campo, por vezes, segmentado de discussão de gênero, classe social e relações raciais, porque apontam que essas dimensões só podem ser compreendidas na simultaneidade com categorias que assombram a existência de determinados grupos, tais como as mulheres negras.

Utilizamo-nos da poesia *Rotas Existenciais*, da autora Helena do Sul, mulher negra, escritora, pelotense, filha *das mulheres que limpam o mundo* (Vêrges, 2020) – empregadas domésticas, diaristas, quituteiras –, tal como foram as mães das cinco sujeitas da nossa escrita, para traçarmos uma rota narrativa. Desse modo, trilhamos os ensaios de uma escrita que não cinde os saberes historicamente construídos, mas que os pensa numa dinâmica interativa e, por vezes, destrutiva, quando ousamos “[...] em tempo certo, sem cansar, sem deixar vago qualquer momento de tristeza que me faça deixar de acreditar, de querer outra vez mais além das descobertas de coisas incertas da rota existencial” (Helena do Sul, 2007).

É da rota a mudança, a transformação, a luta, a resistência, mas também um amor pela vida ressignificado em travessia. É da rota, encontros e eufêmicas despedidas sob o nome de morte, porquanto a vida não morre quando ela não está presente apenas no corpo, mas nas histórias contadas e recontadas por uma Mestre Griôt, com quem tivemos o privilégio de compartilhar esta reflexão: obrigado/a!

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte (MG): Letramento-Justificando, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze et al. (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Ed. Autêntica, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Ed. Autêntica, 2019.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 6. ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2001.

CHRISTIAN, Barbara. A disputa de teorias. *Estudos Feministas*, v. 1, p. 85-97, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*". Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso em: 02/04/2021.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: Teoria e Prática em educação popular*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GARRIDO, Alex S. C.; FERREIRA, A.; CARVALHO, C.; SANGIOGO, Fábio A. Terrário Sustentável e Microclima: Relato e Análise de Oficinas Desenvolvidas. In: SIEPE - CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA, 4., 2018, Pelotas. *Anais [...] Pelotas: UFPEL*, 2018.

GARRIDO, Alex S. C.; SANGIOGO, Fábio A. Terrário Sustentável, Microclima e Arte em Vidro: Uma Perspectiva de Ensino e Alternativa para Geração de Renda. In: SIEPE - CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA, 3., 2017, Pelotas. *Anais [...] Pelotas: UFPEL*, 2017.

GARRIDO, Alex S.C; NUNES, Georgina H. L; SANGIOGO, Fábio A. Terrário Sustentável e Arte em Vidro: Reflexões de um Saber-fazer-viver de mulheres negras. In: SIEPE- CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA, 5, 2019, Pelotas. *Anais [...] Pelotas: UFPEL*, 2019.

GONZALES, Lélia. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

GONZALES, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

hooks, bel. *Olhares negros, raça e representação*. São Paulo: Ed. Elefante, 2018.

hooks, bel. *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2019.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2004.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, v. 32, n. 94, e329402, jun. 2017.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Diáspora Africana*. São São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NUNES, Georgina Helena Lima. 1964: Marcas e dissensões acerca da presença negra. In: TAVARES, Maria Tereza Goudard et al. *Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização de inéditos viáveis no campo social e educativo*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 121-136.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação, Relações Raciais: Desafios e Possibilidades Frente às Diversidades. In: KRONBAUER, Selenir et al. *Diversidade e Inclusão*. São Leopoldo: EST, 2018. P. 59-75.

NUNES, Georgina Helena Lima. Espaços por onde cartografar quilombos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da. *RS Negro: cartografias sobre a produção de conhecimento*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da PUC, 2010.

NUNES, Georgina Helena Lima. Mulheres negras em seus protagonismos: paradoxos em relação ao gênero. In: MICHELON et al. *Gênero, arte e memória*. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. São Paulo: Ed. Autêntica, 2019.

SILVA, Beatriz Moreira. Primeiras palavras. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Guerreiras da Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

SOBEL, Mechal. *Trabelin On: The Slave Journey to an Afro-Baptist Faith*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

SUL, Helena do. *Rota Existencial*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ed. UBU, 2020.

VILAS, Paula Cristina et al. (Org.). *Entrama, a história do beija-flor coroado*. Brasília: LGE Editora, 2006.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: VERSCHUUR, Christine (Dir.). *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/6316>. Acesso: 07 set. 2019.

O lugar da raça e do racismo no debate sobre interseccionalidade

Luciana Garcia de Mello

Introdução

A discussão sobre interseccionalidade pode ser vista como uma das principais contribuições do pensamento feminista negro. Retomando uma ideia de Elsa Dorlin, Hirata (2014) afirma que interseccionalidade tornou-se um *hit concept*, que alcançou um franco sucesso na segunda metade dos anos 2000, ainda que a sua origem seja anterior. Ainda segundo a autora, a questão da Interseccionalidade foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dos desenvolvimentos iniciais do Black Feminism. Posteriormente, o conceito se disseminou entre outras autoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs.

Henning (2015) destaca que apesar do desenvolvimento da discussão sobre Interseccionalidade não há como pressupor coesão nos olhares teóricos, tendo em vista que há uma vigorosa e acalorada profusão de visões contemporâneas acerca desse conceito. Ao mesmo tempo, Interseccionalidade “(...) tende a ser vista como teoria, método, abordagem, paradigma, conceito, preocupação heurística, “lente de análise social”, base de trabalho analítico, metáfora analítica, etc. (HENNING, 2015, p. 101 - 102). Nos estudos acadêmicos brasileiros, também há uma disseminação da discussão sobre Interseccionalidade, que ocorre mesmo antes desse conceito ter sido nomeado. Pode-se citar, por exemplo, a reflexão realizada por Gonzalez (1984) sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. Nesse trabalho, a autora menciona o peso do racismo e do sexismo sobre esse grupo.

Na mesma linha, autoras como Bairros (1995) e Carneiro (2003;2021) também procuram refletir sobre a interpenetração do racismo e do sexismo e seus efeitos sobre a mulher negra.

O objetivo principal desse capítulo é problematizar esse conceito, sem a pretensão de superá-lo, mas indagando sobre o seu potencial para refletir sobre o papel da raça na explicação da opressão sofrida por mulheres negras. Assim, na primeira parte do trabalho, procurou-se, brevemente, retomar a discussão proposta por Kimberlé Crenshaw e demonstrar alguns desdobramentos realizados por autoras que buscam repensar a geometria das formas de opressão e o modo como as diferenças são construídas. Na segunda parte, defendemos o nosso argumento de que há uma primazia da raça na explicação das desigualdades e que, portanto, isso deve ser levado em consideração no debate sobre Interseccionalidade. Não se trata de descartar essa noção, mas tão somente propor um equacionamento das diferenças que seja sensível ao modo como os marcadores sociais se constroem em distintos contextos.

A Interseccionalidade para além de Kimberlé Crenshaw

A origem da discussão sobre interseccionalidade ocorre por volta dos anos 1970. Como explica Davis (2016), nesse período, ativistas de movimentos sociais e intelectuais negras dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha vão começar a colocar em xeque o modo como generalizava-se a questão da mulher. No documento intitulado “Combahee River Collective Statement” (1978), ativistas comprometidas com o movimento pelos direitos civis vão sublinhar elementos que são caros ao feminismo negro e defender a necessidade de articulação de fatores como gênero, raça, classe e orientação sexual. No livro *Mulher, Raça e Classe* (2016)¹, a norte-

¹ Publicado originalmente em 1981.

americana Ângela Davis vai criticar o argumento das organizações de esquerda que adotam uma visão marxista e ortodoxa e afirmam que a classe é o elemento mais importante para pensar a opressão. A autora sublinha que ao mesmo tempo em que a classe informa a raça, a raça também informa a classe. Raça é a maneira pela qual a classe é vivida. Do mesmo modo, gênero informaria a classe. Consequentemente, ainda segundo Davis, entre essas três categorias existem relações que tanto podem ser mútuas quanto podem ser cruzadas, não havendo primazia de uma categoria sobre a outra.

Apesar de já haver desenvolvimentos iniciais, o termo interseccionalidade será empregado de forma inédita pela jurista negra Kimberlé Crenshaw no artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of anti-discrimination doctrine, feminist theory, and anti-racist politics*, publicado em 1989. Nesse trabalho, a partir da análise de diversos processos judiciais, a autora vai realizar uma crítica aos tribunais e as cortes de justiça. Quando as demandantes de processos são mulheres negras as decisões admitem no máximo elementos de discriminação por gênero, levando a interpretação de que a experiência de mulheres e brancas seriam equivalentes. Assim haveria uma invisibilidade do caráter interseccional da opressão. Diante disso, Crenshaw argumenta sobre a necessidade de se analisar de forma conjunta gênero e raça para que as mulheres negras não sejam deixadas de fora da teoria feminista e da política antirracista. Posteriormente, no artigo *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence Against women of color* (1991), Crenshaw irá retomar o conceito de interseccionalidade para problematizar a hipervisibilidade da violência de gênero quando cometida por homens negros e a menor atenção quando essa é realizada por homens brancos. Também nesse trabalho, como explica Kerner (2012), haverá uma complexificação da ideia de interseccionalidade. Assim, Crenshaw irá

falar em Interseccionalidade estrutural para falar da situação precária das mulheres imigrantes, da Interseccionalidade política para se referir a diversas medidas políticas e jurídicas contra a violência doméstica, que tem no tratamento injusto à situação específica das mulheres de cor o seu traço comum e a Interseccionalidade nas ciências sociais que está relacionada à tematização dos estupros no direito.

O debate proposto por Crenshaw tornou-se ainda mais conhecido na sociedade brasileira com a publicação do Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero (2002). Nele, a autora faz uma crítica ao fato de que tanto os aspectos de gênero da discriminação racial quanto os aspectos raciais da discriminação de gênero não são totalmente apreendidos pelos discursos dos direitos humanos. O documento sugere várias formas de entender como as experiências únicas de mulheres étnica e racialmente identificadas são por vezes obscurecidas ou marginalizadas nesses discursos. Assim, é destacada a necessidade de se pensar as dimensões de gênero do racismo para trazer à tona a discriminação racial contra as mulheres e também permitir um entendimento mais profundo das formas específicas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens. Nesse documento, é apresentado o motivo para se adotar o enfoque interseccional para estudar a discriminação:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A autora usa uma metáfora de intersecção para pensar como vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através dessas avenidas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Ainda que esses eixos de poder sejam distintos e, por vezes, mutuamente excludentes, frequentemente eles se sobrepõem e se cruzam, dando origem a intersecções complexas. As mulheres racializadas geralmente estão posicionadas socialmente de tal modo que o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Desse modo, ainda segundo Crenshaw, elas estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias.

O tema da interseccionalidade terá vários desdobramentos a partir dessa discussão inicial e também será alvo de severas críticas². Piscitelli (2008), por exemplo, destaca que as leituras críticas sobre a abordagem de Crenshaw consideram que se trata de uma leitura expressiva de uma linha sistêmica, que destaca o impacto do sistema ou da estrutura sobre a formação das identidades e questionam o fato de que gênero, classe e raça são pensados como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam identidades, vinculando-se de forma exclusiva aos efeitos da subordinação social e ao desempoderamento. Outra crítica sublinhada por Piscitelli é que o poder é tratado como uma propriedade que uns possuem e outros não. Nesse sentido, a dinâmica das relações de poder deixa de ser levada em consideração e, conseqüentemente, conflitos e pontos de resistência são invisibilizados. Ainda segundo a autora, a Interseccionalidade aparece como um modo de revelar o poder unilateral das representações

² Para um exame das críticas ver Akotirene (2018)

sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação. Os sujeitos acabam ficando carentes de agência. De qualquer modo, para pensarmos na complexidade da Interseccionalidade, gostaríamos de apresentar algumas tentativas de continuidade dessa discussão, que tensionam, sobretudo, o modo como a diferença pode ser pensada e a relação entre os diferentes eixos de poder.

De acordo com Piscitelli (2008), como representante de uma abordagem construcionista podemos mencionar Avtar Brah. Nesse caso são destacados os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social e procura-se distinguir entre categorias de diferenciação e sistema de discriminação, assim como separar diferença e desigualdade. Os marcadores de identidade, tais como gênero, classe ou etnicidade aparecem tanto como formas de categorização quanto recursos que possibilitam a ação. Para Brah (2006), que reflete sobretudo a partir do contexto da Grã-Bretanha, a análise das interconexões entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença” deve ter em consideração a posição dos diferentes racismos entre si³. Nesse sentido, a autora sublinha a importância de uma macroanálise que estude as inter-relações das várias formas de diferenciação social, tanto do ponto de vista empírico quanto do ponto de vista histórico, procurando não derivar todas elas de uma só instância determinante. De forma complementar, Brah alerta sobre a necessidade de analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social.

Brah (2006, p. 351) considera que estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da

³ Há um questionamento, por exemplo, sobre o que haveria em comum entre grupos africanos-caribenhos e do Sul da Ásia na Grã-Bretanha.

outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela. Por outro lado, a autora utiliza o conceito de articulação para sugerir relações de conexão e eficácia através das quais elementos se relacionam tanto em razão de suas diferenças quanto por suas semelhanças. A articulação vincula-se a ideia de configurações relacionais. Em relação ao racismo, por exemplo, a autora não o considera redutível à classe social e nem ao gênero, mas também não o vê de modo inteiramente autônomo. O racismo se articula com estruturas patriarcais de classe de maneiras específicas em condições históricas dadas. Conseqüentemente, é mais frutífero construir as relações como historicamente contingentes e específicas a determinados contextos. Também na visão da autora, tratar racismo e sexismo como uma série de efeitos pode invisibilizar a operação de processos ideológicos e materiais, dificultando dessa maneira a compreensão das complexas bases das desigualdades. Cabe ainda mencionar que Brah sugere que ao invés de focalizar a questão da diferença em si (entre mulheres brancas e negras, por exemplo), deve-se procurar ter melhor clareza conceitual na análise da diferença.

Como a diferença designa o “outro”? Quem define a diferença? Quais são as normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente? Qual é a natureza das atribuições que são levadas em conta para caracterizar um grupo como diferente? Como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas? Como a diferença é interiorizada nas paisagens da psique? Como são os vários grupos representados em diferentes discursos da diferença? A diferença diferencia lateral ou hierarquicamente? (BRAH, 2006, p. 359)

A partir dessa problemática, a diferença pode ser conceituada a partir de quatro maneiras: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.

Outra autora importante nesse debate sobre interseccionalidade é Patrícia Hill Collins. Hill Collins (2000) considera que o paradigma interseccional é relevante, pois traz à tona o fato de que a opressão não pode ser reduzida a um tipo fundamental, existindo uma série de fatores que se articulam na produção de injustiças. No entanto, diferentemente de Crenshaw que fala em sobreposição, somatório ou encontro para pensar na relação entre os eixos de poder, essa autora recorre ao conceito de matriz de dominação. Uma matriz de dominação poderia ser vista como uma organização histórica específica de poder em que grupos sociais estão imersos e a partir da qual os relacionamentos individuais se estabelecem. Essa ideia permite pensar no intercâmbio de processos de dominação que por vezes podem ter seu fundamento em questões de classe, mas também podem estar ancorados em questões de gênero ou raça. Ainda segundo Hill Collins, essas matrizes seriam organizadas por meio de quatro domínios de poder inter-relacionados: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal. O domínio estrutural está relacionado com as estruturas sociais, tais como a economia ou a política, por exemplo, que geram processos que acarretam desigualdade e discriminação. O domínio disciplinar tem por objetivo controlar, gestionar e organizar o comportamento recorrendo a ordem, ao controle e a vigilância. Já o domínio interpessoal refere-se às relações pessoais e às interações que ocorrem na vida cotidiana e tem a ver com o modo como as pessoas se veem e se representam. Por fim, o domínio hegemônico incide sobre os demais e serve como uma justificativa para a opressão. A associação entre os eixos de dominação (raça, gênero, classe, entre outros) e esses domínios de poder mencionados permite analisar a matriz de dominação.

Ainda cabe mencionar o tensionamento que é feito por Ina Kerner ao chamar a atenção para o fato de que nem tudo é interseccional. Kerner (2012) salienta que a criação de analogias entre sexismo e racismo, por um

lado, e a ênfase nos seus entrelaçamentos, por outro, são por vezes vistas como excludentes entre si. Propõe então que ambas são úteis à conceituação das complexas relações entre racismo e sexismo e que além dessas existem outras classificações úteis para tratar dessa relação. Kerner (2012, p. 48) defende a tese de que “um modelo que abarque semelhanças, diferenças, ligações e intersecções entre racismo e sexismo tem efeitos muito mais benéficos para a compreensão das relações entre esses dois sistemas do que a tentativa de formular a relação em apenas uma dimensão e reduzi-la a um único termo como interseccionalidade ou interdependência”.

Ainda segundo a autora, racismo e sexismo são semelhantes no que se refere a seus mecanismos de funcionamento e em ambos os casos são construídas diferenças categoriais. Além disso, tanto no caso do racismo quanto no do sexismo, atribuições categoriais de diferença servem para legitimar formas de segregação e de estratificação. Por outro lado, eles diferem em relação aos padrões de estratificação e de segregação que são produzidos em decorrência desses sistemas. Também se diferenciam no que diz respeito ao valor da reprodução. As normas sexistas de gênero são centradas na reprodução em sentido amplo e assim tudo o que possibilita ou facilita a reprodução sexual é considerado normal e natural. Nos discursos e instituições racistas há um impedimento da mistura entre raças, ou seja, um impedimento da reprodução biológica entre os diferentes grupos. Se o sexismo tem por objetivo possibilitar certas formas de reprodução; o racismo, por sua vez, busca impedir a miscigenação. A ligação entre os dois elementos é pensada a partir do vínculo que se estabelece entre a preocupação sexista com a reprodução e a preocupação racista com a homogeneidade. Essas duas preocupações são compatíveis entre si e podem ser conectadas a um complexo biopolítico. Outra ligação entre racismo e sexismo tem a ver com a etnicização do sexismo, que pode ser

compreendida como uma tentativa de denunciar o sexismo sofrido por mulheres não ocidentais.

Kerner considera que não está claro o que se quer dizer no atual debate sobre intersecção. A autora reconhece a importância da contribuição de Crenshaw, mas afirma que seus trabalhos não colocam de forma suficientemente ampla a questão de como pode ser mais esclarecedor entender a Interseccionalidade do racismo e do sexismo como fenômenos de poder complexo e entrelaçados empiricamente de múltiplas formas com uma dimensão epistêmica, uma institucional e outra pessoal. Inspirando-se em Michel Foucault, a autora propõe um modelo que diferencia uma dimensão epistêmica, que envolve o conhecimento racista e sexista, bem como os seus discursos correspondentes, envolvendo símbolos e imagens; uma dimensão institucional que se refere às formas institucionalizadas de racismo e sexismo que produzem formas estruturais de hierarquização e de discriminação; e, por fim, uma dimensão pessoal, que abrange tanto os posicionamentos individuais a respeito da identidade ou da subjetividade quanto ações individuais e interações pessoais. Essas três dimensões se inter-relacionam e se apoiam mutuamente umas nas outras e o sentido da Interseccionalidade difere de dimensão para dimensão.

A partir da intuição original de Patrícia Hill Collins, kerner propõe uma concepção sobre as intersecções entre racismo e sexismo que abarcam essas três dimensões supra citadas. Em relação à dimensão epistêmica faz-se necessário lidar com normas de gênero racializadas e com representações e atribuições raciais sexualizadas. Nesse caso, a Interseccionalidade implica também uma pluralização ou uma diferenciação interna de categorias usuais da diversidade. Estereótipos e atributos da feminilidade negra se diferenciam de normas de gênero que envolvem as mulheres brancas. Do mesmo modo, estereótipos e atributo da feminilidade negra diferem da masculinidade negra. Em relação à dimensão institucional, a Interseccionalidade

resulta em complexo entrelaçamento entre diferentes estruturas institucionais, por exemplo, entre condições de acesso e permanência no mercado de trabalho e o seu entrelaçamento com estruturas familiares. Por último, a dimensão pessoal a Interseccionalidade diz respeito a processos de subjetivação ou de formação de identidade.

Os desdobramentos da discussão sobre Interseccionalidade são importantes, pois demonstram que a construção da diferença e a geometria das formas de opressão podem ser pensadas de múltiplas formas. Na etapa seguinte, colocaremos em discussão especificamente o papel da raça e do racismo nesse debate.

Interseccionalidade e a subordinação social das mulheres negras: a primazia da raça

Uma das principais contribuições do debate sobre interseccionalidade é enfatizar o fato de que as mulheres negras estão submetidas a várias formas de opressão, o que explica em grande medida o seu lugar subordinado na estrutura social. Sem sombra de dúvida isso é uma contribuição fundamental. No entanto, nessa etapa, gostaríamos de sublinhar a importância da discussão sobre o racismo dentro do debate sobre interseccionalidade, argumentando que, para que se compreenda de forma adequada a situação da mulher negra, deve-se levar em consideração a centralidade da raça como mecanismo produtor de desigualdades e hierarquias sociais.

A raça é um elemento fundante da modernidade e de suas hierarquias sociais correspondentes. De acordo com Quijano (2005), com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno, que é eurocentrado, emerge um novo padrão de poder que possui como um dos seus eixos fundamentais a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados a partir da ideia de raça. Essa noção, em sua acepção moderna, não tem história

conhecida antes da América, mas o que realmente importa é que ela desde muito cedo foi concebida como referência a supostas estruturas biológicas que diferenciavam os grupos, considerando uns superiores e outros inferiores. Identidades sociais que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, a partir de então ganharam uma conotação racial. Nesse contexto, ainda segundo o autor, uma vez que as relações sociais que estavam se configurando eram relações de dominação, essas novas identidades foram associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes. Os povos conquistados e dominados acabaram sendo colocados numa situação natural de inferioridade, bem como seus traços fenotípicos, suas descobertas mentais e sua cultura.

Essa classificação social racista da população mundial de que nos fala Quijano também se relaciona com a institucionalização de um certo modo de tratamento para com a população negra, que a deixa mais vulnerável a formas de opressão. O autor ainda acrescenta que a estrutura de poder dos estados latino americanos foi e ainda permanece sendo organizada sobre e ao redor do padrão de poder que emergiu com a colonização. A construção do Estado-Nação nessas localidades se deu contra a maioria da população, nesse caso os índios, negros e mestiços. Isso demonstra a importância do racismo estrutural em nossa sociedade.

Outra razão para defendermos a necessidade de dar primazia à raça, tem a ver com o modo pelo qual esse marcador social de diferença se articula com o gênero. Baca Zinn e Dill (1996) procuram ir além de um mero reconhecimento da diversidade e da diferença entre as mulheres para examinar propriamente as estruturas de dominação, destacando-se o papel da raça. Na abordagem dessas autoras, que se enquadra no multirracial feminismo, trata-se de demonstrar que significados raciais oferecem novas direções teóricas para o pensamento feminista. Refletindo a partir do contexto norte-americano, as autoras afirmam que raça é um princípio

fundamental de organização das relações sociais, que afeta homens e mulheres de diferentes maneiras. Também é importante mencionar que mesmo diferenças culturais e de grupo entre as mulheres são produzidos por meio da interação dentro de uma estrutura racialmente estratificada.

Baca Zinn e Dill salientam que o multirracial feminismo oferece premissas analíticas para pensar sobre o gênero. Assim, alguns pontos importantes são destacados: 1) afirma-se que gênero é construído por uma gama de desigualdades entrelaçadas, o que significa, tal como sugere Collins com a noção de matriz de dominação, que as pessoas experienciam classe, gênero, raça e sexualidade diferentemente dependendo de sua localização social nessas estruturas; 2) enfatiza-se a natureza interseccional das hierarquias em todos os níveis da vida social. Homens e mulheres são diferentemente absorvidos por esse cruzamento de hierarquias e desse modo eles experienciam formas diferentes de privilégio e de subordinação, dependendo de sua classe, raça e sexualidade; 3) destaca-se a natureza relacional da dominação e da subordinação. Isso significa que as diferenças femininas estão conectadas, sendo que a raça é um elemento vital no padrão de relações entre minorias e mulheres brancas; 4) explora-se a interação entre a estrutura social e a agência das mulheres. Trata-se de chamar atenção para a resistência.

No mesmo sentido Carneiro (2021) acentua o caráter central da raça nas hierarquias de gênero e diante disso fala da necessidade de enegrecer o feminismo hegemônico. A autora argumenta que a violência sexual colonial é o cimento de todas as hierarquias de raça e de gênero presente em nossa sociedade. Carneiro vai além e menciona que as relações de gênero que se estabeleceram durante o período da escravidão mantem-se intactas. Essa singularidade da experiência histórica das mulheres negras não tem sido reconhecida no discurso clássico, do mesmo modo que ainda falta dar conta da diferença qualitativa em relação a opressão sofrida por esse

grupo. Assim, a autora argumenta que, por exemplo, o mito da fragilidade feminina diz respeito somente a mulheres brancas; o mesmo pode ser dito em relação ao mito da rainha do lar; enfim, para as mulheres negras se impõe uma perspectiva feminista que não pode ser separada de outros eixos de opressão.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossa sociedade (CARNEIRO, 2021, p. 2 -3).

Ainda segundo Carneiro (2003), grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras possuem demandas específicas, que não podem ser tratadas de forma exclusiva sob a rubrica das questões de gênero. Para as mulheres negras, o combate ao racismo é uma prioridade política, pontua a autora.

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

O argumento de Carneiro é que o racismo superlativa os gêneros através de privilégios oriundos da exploração e da exclusão dos gêneros subalternos. Desse modo, acaba sendo instituído para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis em uma concorrência igualitária.

Hooks (2015) chama atenção ainda para três importantes aspectos. O primeiro diz respeito à problemática do sofrimento. A autora faz uma

crítica às mulheres brancas de classe média, quando elas insistem que o sofrimento não pode ser medido. hooks concorda com Benjamin Barber que afirma que o sofrimento não deve ser concebido como uma experiência única e universal, estando relacionado a situações, necessidades e aspirações. Em consequência, deve haver alguns parâmetros históricos e políticos para o uso do termo, permitindo que se encontre prioridades políticas para que se possa dar mais atenção a diferentes formas e graus de sofrimento. O segundo aspecto relaciona-se à dificuldade que as feministas privilegiadas têm em compreender a questão da Interseccionalidade e, devido a isso, insistir que o gênero é o único elemento que determina a vida da mulher. Na visão de hooks, faz-se necessário levar em consideração a diversidade de experiências das mulheres para verificar até que ponto o sexismo é uma força opressiva na vida de cada uma delas. O sexismo não determina de forma absoluta o destino de todas as mulheres. Por fim, o terceiro aspecto tem a ver com o fato de que a mulher negra – diferentemente do homem negro e da mulher branca – não possui qualquer outro institucionalizado que possa discriminar, explorar ou oprimir.

É igualmente importante citar a contribuição da teoria racial crítica para pensarmos a primazia da raça. Como explica Gilborn (2015), essa vertente teórica, apesar de suas diferentes abordagens, parte do entendimento de que a raça é socialmente construída e que a diferença racial é inventada, perpetuada e reforçada pela sociedade. Nessa abordagem o racismo é compreendido como complexo, sutil e flexível, manifestando-se de maneiras diferentes de acordo com o contexto. Teóricos raciais críticos argumentam que a maioria do racismo permanece escondido sob um verniz de normalidade e somente as formas mais rudes e óbvias do racismo acabam sendo vistas como problemáticas pela maioria das pessoas. Ainda segundo o autor, muitos estudiosos da teoria racial crítica visam explorar

como as desigualdades raciais são moldadas por processos que refletem e são influenciados por outras dimensões de identidade e estrutura social, daí a importância da discussão sobre Interseccionalidade. A ideia de Interseccionalidade – desenvolvida por Crenshaw e outros ativistas críticos da raça – tem dois elementos chave: 1) uma base empírica – uma abordagem interseccional é necessária para melhor compreender a natureza das desigualdades sociais e os processos que as criam e as sustentam; 2) tem um componente ativista central, que visa gerar coalizões entre diferentes grupos com o objetivo de resistir e mudar o status quo.

Todavia, Gilborn se propõe a realizar um entendimento mais crítico da Interseccionalidade, percebendo-a como uma ferramenta de análise crítica racial e de intervenção. Em sua visão, para entender como o racismo trabalha nós precisamos analisar como a raça se intersecta com outros eixos de opressão em diferentes momentos e em diferentes contextos, mas nós devemos tentar encontrar um equilíbrio entre questões remanescentes que são sensíveis para a Interseccionalidade sem ser sobrecarregado por elas. Diante disso, o autor irá argumentar pela primazia do racismo para estudiosos raciais críticos. Gilborn esclarece que, quando fala nessa primazia, não quer dizer que está presumindo que o racismo é a única questão que importa e também não defende que o racismo seja sempre a questão mais importante na compreensão dos processos de exclusão e de opressão que afetam a vida das pessoas. A ideia também não sugere a existência de algum tipo de hierarquia de opressão, a partir da qual os membros de qualquer grupo possam ser considerados os mais excluídos.

O argumento de Gilborn é que existem pelo menos três maneiras pelas quais o racismo continua a ser a preocupação principal para essa vertente teórica. Em primeiro lugar, há uma primazia empírica do racismo. Assim, quando estudamos o modo como as desigualdades racistas são criadas e mantidas pressupostos e práticas racistas são

frequentemente a questão crucial para entender como a opressão opera. A desigualdade racista é influenciada por fatores como gênero, classe e incapacidade, mas o racismo continua a desempenhar um papel central. Em segundo lugar, há uma primazia pessoal ou autobiográfica da raça, que se relaciona com a nossa realidade vivida e a maneira como damos sentido as nossas experiências. Alguns estudiosos críticos iniciam sua discussão com desigualdade de classe, outros com gênero ou sexualidade ou incapacidade. A teoria racial crítica tende a começar com a raça e o racismo. O autor esclarece que isso não o cega em relação a outras formas de exclusão. Por fim, a primazia da raça também é afirmada por uma questão política, que se vincula à dimensão ativista da luta antirracista. A meu ver, a perspectiva da teoria racial crítica de fato não propõe uma hierarquização das formas de opressão, mas permite compreender a centralidade da raça em sociedades que possuem uma demarcada ordem racial.

Por último, e sem querer anular a importância do efeito interativo de sistemas de opressão que a discussão sobre Interseccionalidade tão bem tratou de pôr em relevo, cabe mencionar brevemente a relação entre classe e raça. Como explica Hanchard (2001), determinar se a raça é um epifenômeno da estrutura ou se ela está no cerne das relações de produção tem sido uma grande fonte de tensão. A abordagem que remete mais a uma ideia de discriminação por classe defende que o problema do negro se funde com o problema social. Dessa maneira, a base para discriminação não está na cor ou raça dos indivíduos, mas na posição social: os pobres são discriminados e como a maioria dos negros são pobres eles se tornam as principais vítimas. Os defensores de tal abordagem também não acreditam no poder explicativo da categoria raça, preferindo utilizar o termo cor. Já na segunda abordagem, que coloca a raça como um elemento central, faz-se referência de modo mais explícito à ideia de discriminação racial. Nessa perspectiva, a pertença racial é mais importante para que se

entenda as relações sociais entre brancos e negros do que o *status* social de cada um desses grupos. Logo, há uma concordância com a constatação de Thales de Azevedo (1975) de que a discriminação atinge indistintamente todos os não-brancos, mesmo que eles não sejam pobres. Ao mesmo tempo defendem o uso da categoria raça e não cor para analisar o racismo no Brasil. Concordamos com Guimarães (1999) quando ele afirma que o problema brasileiro consiste justamente na interligação dos conceitos de cor, classe, raça e *status* na definição das posições sociais. O ponto importante ressaltado pelo autor é que essa multiplicidade de critérios não permite a visualização das duas dicotomias fundamentais do sistema de hierarquização: elite/povo e brancos/negros. A nosso ver, a primazia da raça se justifica também para que essa separação possa ser melhor compreendida.

Considerações finais

Sem sombra de dúvidas, o feminismo negro aportou uma importante contribuição para a teoria social ao denunciar a visão universalizante de mulher e o caráter eurocêntrico presente no movimento feminista hegemônico. Em sociedades multirraciais, tal como a brasileira, é crucial para a análise sociológica incorporar ferramentas analíticas e conceitos que permitam compreender o modo de combinação de múltiplas formas de opressão. Nesse sentido, em nosso contexto, a noção de Interseccionalidade tem um valor heurístico fundamental. Desse modo, a nossa intenção nesse capítulo não foi descartar tal ideia, mas, acima de tudo, chamar a atenção para a sua complexidade.

Na primeira parte do trabalho, procuramos mostrar algumas propostas de desenvolvimento da ideia de Interseccionalidade, que partem da ideia inicial de Crenshaw. Assim, evocamos autoras como Avtar Brah (2006), Patrícia Hill Collins (2000) e Ina Kerner (2012), que procuram

problematizar o modo como os processos de construção de diferença se desenvolvem e como as formas de opressão se cruzam na realidade das mulheres negras. Na segunda parte, procuramos colocar acento sobre a importância de manter a centralidade da discussão sobre raça e racismo para não perder de vista o problema central enfrentado por indivíduos negros. A ideia principal defendida é que a luta prioritária das mulheres negras é tanto contra o sexismo quanto contra o racismo, não sendo possível dissociá-las.

Por fim, argumenta-se que apesar da ênfase desse debate em não hierarquizar modos de opressão, faz-se importante compreender os marcadores de diferença enquanto construções sociais, que se relacionam a contextos sócio-históricos específicos e tornam-se inteligíveis a partir das relações que estabelecem com os mesmos. Tendo isso em consideração, afirma-se que na sociedade brasileira, é a raça que ordena o modo como os demais marcadores de diferença se conectam e, conseqüentemente, há uma predominância do fator racial enquanto elemento determinante das formas de opressão. Nesse sentido, ressalta-se que não se pode construir equivalências entre sexismo e racismo no modo como eles acontecem na vida das mulheres negras. O racismo é um fator que determina o modo como o sexismo é vivido – é ele que explica a diferença existente entre mulheres brancas e negras e entre homens brancos e homens negros e o modo como as mulheres negras são vistas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento - Justificando, 2018.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1975.

- BACAZINN, Maxine; DILL, Bonnie Thornton. Theorizing difference from multiracial feminism. **Feminist Studies**, v. 22, n. 2, p. 321-331, 1996.
- BAIROS, Luiza. Nossos femininos revisitados. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 458 – 463, 1995.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p.329-365, janeiro – junho, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509702/mod_resource/content/0/14-Artigo-Enegrecer-o-feminismo-a-situa%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-negra-na-Am%C3%A9rica-Latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-g%C3%AAnero.pdf Acesso em: 01 de março de 2021.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, 17 (49), p. 117 – 132, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé .Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171- 188, 2002.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GILBORN, David. Interseccionalidade, Critical Race Theory, and The Primacy of Racism: Race, Class, Gender and Disability in Education. **Qualitative Inquiry**, v. 21(3), p. 277 - 287, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALEZ%2C%20L%20C%20A%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em: 15 março de 2021.

GUIMARÃES, Antônio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Ed. 34,1999.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 - 1988)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HENNING, Carlos E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 97 - 128, jul./dez., 2015.

HILL COLLINS, Patricia. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics**. Rev. 10th anniversary ed. New York, Routledge, 2000.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61 - 73, junho, 2014.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193- - 210, janeiro - abril, 2015.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 93, p. 45 - 58, julho, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n. 2, p. 263 - 274, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 26 jul. 2018.

Aspectos históricos acerca do uso de fórmulas substitutivas e perspectivas para a proteção e promoção do aleitamento materno: um olhar de gênero e empoderamento feminino

*Melissa Hartmann
Lucinara da Cruz Cantos
Letiane Borges Canez
Juliane Portella Ribeiro
Marina Soares Mota*

Introdução

Atualmente, amamentar mostra-se um ato de empoderamento feminino ao resgatar o direito de alimentar seu filho de forma natural, mas também de estabelecer vínculo e promover a saúde da mulher e do bebê. Entretanto, até o final do século XVII, o ato de amamentar uma criança ao seio não era visto com naturalidade pela mulher e pela sociedade, nem como um gesto de amor e carinho; um modelo de maternidade muito diferente do atual (GOMES *et al.*, 2016). A maternidade era marcada pelo distanciamento do filho, e em virtude disso, a morte de bebês antes de completar o primeiro ano de vida era um fato corriqueiro devido às doenças que acometiam as amas de leite e que eram passadas às crianças através do leite do seio (BOSI; MACHADO, 2005).

É por volta do século XVIII, que a forma de ver e se relacionar com a criança começa a ser modificada, passando o cuidado a ser obrigação da família. É também nesse período que se percebe um aumento na produção de materiais, entre estes livros, chamando a atenção dos pais para o dever de cultivar novos sentimentos pela criança e incentivando a amamentação como forma de sobrevivência do recém-nascido (GOMES *et al.*, 2016).

Surtem as primeiras publicações recomendando o aleitamento materno e Jean-Jacques Rousseau tem um importante papel neste contexto, publicando obras como *Êmile* (1762), em que pela primeira vez, a mulher é enaltecida por ser mãe, fundamentando a família no amor materno (GOMES *et al.*, 2016; BADINTER, 1985).

No entanto, o aleitamento materno entra em declínio no século XX, devido à introdução comercial do leite em pó adaptado para bebês. Em 1922, cresce a veiculação de propagandas de leite em pó e em 1933 é noticiado que a Indústria Nacional de Alimentos Infantis dá início a sua fabricação, dando ênfase ao seu produto barato e um substitutivo benéfico do leite materno caso este faltasse; sem considerar os riscos durante o preparo, principalmente para as crianças criadas em condições precárias (BOSI; MACHADO, 2005).

Não se pode negar a importância desta descoberta científica para os bebês que por impedimento materno, doença específica ou óbito materno, não podiam ser amamentados. Entretanto, a expansão indiscriminada do consumo do alimento destinado aos bebês descreditou a mulher sobre a capacidade de amamentar seu filho, conseqüentemente “desempoderando-a” de um ato natural e benéfico e impulsionando os investimentos e lucros da indústria alimentícia, em prol do capitalismo ancorado no lucro com a venda das fórmulas (GOMES *et al.*, 2016).

A indústria alimentícia vislumbrou na expansão do consumo do leite em pó, a oportunidade de elevar seus lucros bem como de obter vantagens. Dessa forma, disseminou através dos anúncios publicitários a ideia de que o leite materno era fraco, ruim e insuficiente para que o bebê crescesse realmente forte e saudável. Tal fato foi validado pelos pediatras, que prescreviam o leite em pó, o que era aceito como verdadeiro por uma grande parcela das mulheres da época, dando-se assim início a cultura do leite em pó (GOMES *et al.*, 2016).

Foi somente no final da década de 1970 que o cenário começa a mudar a partir de uma reunião Conjunta sobre a alimentação de Lactentes e Crianças na Primeira Infância, realizada em Genebra, com a participação de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o Brasil sendo representado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Constatou-se a necessidade de que os governos nacionais e a sociedade em geral adotassem medidas urgentes para promover a saúde e a nutrição infantil, sendo a recomendação básica incentivar, proteger e apoiar o aleitamento materno (GOMES *et al.*, 2016).

No centro dessa discussão estavam as mulheres que foram e são influenciadas a não amamentar tanto pelos homens com o seu sexismo e dominação, bem como a sociedade com especial atenção à indústria de fórmulas substitutivas que com o capitalismo desenfreado coloca em primeiro lugar o lucro em detrimento da saúde; assim, deixando a mulher a margem, sem poder para escolher, conscientemente, amamentar ou não seu filho. Para mudar tal situação, faz-se imperativa à ela a “autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesma e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor”(BERTH, 2019, p.21).

Diante do exposto, este capítulo tem por objetivo realizar uma análise acerca dos aspectos históricos do uso de fórmulas substitutivas e perspectivas para a proteção e promoção do aleitamento materno sob o olhar de gênero e do empoderamento feminino.

Para tanto, parte-se do conhecimento de que “a amamentação é um fenômeno multifacetado que envolve a complexidade do mundo social, os papéis assumidos pela mulher, seus atributos e expectativas sociais”

(GIORDANI et al., 2018, p.1). De tal forma, para a mulher amamentar é mais que nutrir o bebê, pois envolve o seu papel na sociedade, seus desejos e expectativas frente a experiência da maternidade e do ser mulher.

Substitutos do leite materno e o princípio da produção de fórmulas substitutivas: o “desempoderamento” da mãe para o aleitamento

Historicamente, sabe-se que um dos primeiros sistemas utilizados para a alimentação das crianças foi o aleitamento realizado por meio das “amas de leite”*. Tal fato sustentou-se ao longo do século XVIII, baseado na crença de que o ato de amamentar causava prejuízos físicos a mãe, como também, o choro do bebê poderia perturbar suas emoções (BADINTER, 1985). Além disso, os homens influenciaram as mulheres a não cuidar dos filhos e não amamentar, pois esses atrapalhavam a vida conjugal e social (BARBIERI; COUTO, 2012). A amamentação era desaconselhada por não ser vista como um ato nobre, bem como, pelas reclamações dos homens que afirmavam que ela restringia seu prazer e sexualidade, pois os médicos prescreviam abstinência sexual caso a mulher amamentasse seu bebê. Por essa razão, as amas de leite passam a assumir esse papel (MONTEIRO; GOMES; NAKANO, 2006).

Desse modo, quando se influencia as mulheres para que não amamentem pelos “motivos” supracitados, se apropria do ser mulher e a reduz a um corpo a ser explorado pelo homem para o seu prazer e benefício, fortalecendo a submissão e inferioridade dessa, próprio do regime patriarcal. Bell Hooks (2019) nos mostra que o patriarcado, enquanto sistema de dominação beneficia os homens ao preço da exploração e da dominação das mulheres.

Frente às justificativas para a mãe não amamentar, se transfere essa responsabilidade para as “amas de leite”, responsáveis por amamentar e formar a criança até os cinco anos (BADINTER, 1985). Cabe ressaltar que

nesse comportamento de influência europeia, além da questão de gênero, também carrega as marcas das relações de poder, classe e raça entre mulheres.

Nesse processo de amamentação mercenária, as mulheres amas de leite comumente eram de classes sociais mais baixas, frequentemente recebiam salários miseráveis e viviam em condições precárias sendo, em alguns casos, a criança entregue para viver com essa ama em condições desfavoráveis e longe dos pais. Essa cultura se difundiu no Brasil pelos portugueses especialmente por meio das amas negras escravizadas que eram afastadas dos seus filhos, pois eram mais rentáveis, para os “senhores patriarcais”, como “mercadoria escrava leiteira” (BARBIERI; COUTO, 2012).

Destaca-se que no século XVIII a mortalidade infantil era demasiadamente alta, na sociedade brasileira era natural que de 20% a 30% dos bebês morressem antes de completar um ano de vida (BOSI; MACHADO, 2005). Esses ocorridos podem ser sustentados pelo fato de muitas mulheres possuíam doenças infectocontagiosas que se manifestavam de maneira expressiva nos recém-nascidos, pois eles ainda não haviam desenvolvido nenhuma defesa imunológica. Além disso, naquela época, poucos cuidados médicos e sanitários existiam, deixando à população ainda mais vulnerável a propagação destas doenças (GOMES et al., 2016; BADINTER, 1985). Diante disso, em algumas culturas ocidentais de origem greco-romana, alimentos como cereais, mel e vinho diluído eram oferecidos às crianças e o colostro materno era desprezado (CASTILHO; FILHO, 2010).

No século XIX o sistema das “amas de leite” foi totalmente substituído pelo leite de vaca, muitas vezes, os bebês mamavam diretamente do ubre do animal. Neste período, com o conhecimento médico, novos conceitos foram criados e a alimentação baseada em pastas e outros nutrientes passaram a substituir as “amas de leite” e o colostro materno começou a ser

utilizado. A mortalidade infantil diminuía nas primeiras semanas de vida, conforme a taxa de crianças amamentadas aumentava (REA, 1990).

No entanto, o leite de vaca seguiu sendo umas das primeiras opções para alimentação das crianças que não eram amamentadas e também era oferecido às demais. Com a constatação de que o leite de vaca não era digerido facilmente pelos bebês, os médicos passaram a recomendar a sua diluição. Mas, com isso verificou-se que os bebês não estavam apresentando o crescimento considerado adequado para a idade, sendo empiricamente acrescido açúcar e nata ao leite diluído (REA, 1990).

Ao final do século XIX, o leite de vaca, considerado um excelente substituto para o leite materno, passou a revelar problemas, como desnutrição, adoecimento e mortalidade infantil, os bebês estavam ficando desnutridos, adoecendo e a morte de neonatos era bastante expressiva; pois não havia o conhecimento suficiente para conservação do leite animal sem a perda de boa parte dos seus nutrientes (CASTILHO; FILHO, 2010).

Tal fato propiciou que Gail Borden, em 1856, produzisse o leite condensado, que podia ser conservado sem o crescimento de bactérias e, por isso, foi indicado para alimentação das crianças (CASTILHO; FILHO, 2010; REA, 1990; GIUGLIANE, 2020). E, posteriormente, em 1867, foi criado pelo químico Justus Von Liebig o primeiro suplemento para crianças em fórmula de pó, que fora pensada para os bebês que não tinham acesso, por algum motivo, ao leite materno. A mesma era composta por leite de vaca, farinha de trigo e bicarbonato de potássio devendo ser diluído no leite (CASTILHO; FILHO, 2010).

Diversos pesquisadores desenvolveram fórmulas, mas somente em 1874, foi disponibilizada a primeira fórmula artificial em pó que era diluída em água. Concomitante ao aparecimento de substitutos artificiais do leite materno, a indústria alimentícia desenvolveu instrumentos que facilitarão a manipulação e administração do leite artificial, como as

mamadeiras de vidro e os bicos de borracha (CASTILHO; FILHO, 2010; REA, 1990).

Observa-se que o propósito da criação de substitutos para o leite materno foi se modificando ao longo do tempo, sendo criado primeiramente para suprir as necessidades dos bebês que por alguma razão não tinham acesso ao leite materno ou outro composto que suprisse as suas demandas. Foi nesse ínterim que a indústria alimentícia vislumbrou a possibilidade de lucrar com a necessidade materna e infantil; passando a divulgar informações convenientes para o consumo cada vez maior desses produtos (MARTINS *et al.*, 2014).

Utilizando-se da figura do profissional da saúde, a indústria do leite artificial atingiu diversos públicos, propagando e disseminando o uso das fórmulas artificiais. Unida ao sistema de saúde, a indústria pôde aumentar a sua lucratividade a partir do aumento do número de prescrições de seu produto, conquistando e ampliando assim o seu mercado. Com isso, os profissionais de saúde, principalmente os direcionados à saúde infantil, foram utilizados como “meio promocional”, que, manipulados pelas estratégias de marketing, acabaram desencorajando a amamentação (BRASIL, 2009).

Em 1960 a pílula anticoncepcional começa a ser fabricada e distribuída, possibilitando a mulher maior liberdade sexual, sendo possível o planejamento familiar, concomitante a isso, ocorre a ampliação do mercado de trabalho. Cenário que favoreceu a apresentação do leite artificial às mães como uma oportunidade de independência, pois a alimentação das crianças não necessitaria mais da disponibilidade materna (GOMES *et al.*, 2016). Contudo, na modernidade a mulher é mais uma vez manipulada para que “escolha” abrir mão do direito de nutrir o seu filho em seu seio.

Propagandas de fabricantes de substitutos do leite materno e produtos lácteos: a possibilidade de lucrar com a necessidade materna e infantil

As propagandas influenciam o comportamento social podendo direcionar as escolhas das mulheres utilizando como base sua autoestima, seus sonhos e anseios; assim, repercutem dando a falsa ideia de escolha, criando necessidades e desejos persuadindo e determinando o comportamento em uma lógica capitalista que objetiva vender e lucrar independente do bem estar das pessoas.

Com relação aos substitutos do leite materno, o leite em pó foi o ponto inicial no comércio alimentício para lactentes, logo em seguida outros produtos foram criados, como as mamadeiras, os bicos, as colheres dosadoras, os copos, entre outros, e as propagandas se responsabilizaram por instituir a necessidade do uso dessas tecnologias na comunidade sem nenhuma regulamentação (GOMES; CARVALHO, 2016).

A mensuração do uso das propagandas pode ser feita por meio da lucratividade da Nestlé, uma das maiores empresas do ramo, que aumentou de maneira expressiva a sua produtividade de leite em pó durante os anos de 1970 a 1977. Passando a produção de leite em pó de 42,964 toneladas para 49,762 toneladas; aproximadamente um aumento de 16% na produção em apenas sete anos (BOSI, MACHADO, 2005; CASTILHO; FILHO, 2010).

Nesse sentido, pesquisa que avaliou 1.539 participantes do Estudo Pró-Saúde, com o objetivo de descrever a duração mediana da amamentação em população de mães com crianças nascidas a partir da década de 1960 e identificar os fatores relacionados ao desmame evidenciou que a redução do aleitamento materno na década de 1970 sofreu forte influência de determinantes sociais, como a inserção da mulher no mercado de trabalho e as práticas de marketing que estimulavam o consumo de substitutos do leite materno. A indústria do leite artificial desestruturou os

benefícios do aleitamento natural perante a sociedade em uma manobra que impulsionou suas vendas (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A exacerbação no consumo de produtos substitutos do leite materno sem indicação pertinente e a constatação de complicações associadas às altas taxas de desmame precoce e mortalidade infantil, despertou grande preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU), dando início à discussão sobre a promoção de fórmulas infantis.

Dois fatores importantes contribuíram para que a concepção sobre a prática da amamentação sofresse alterações: os indicadores de saúde da criança, indicando que na África, Ásia e América Central, ocorreu a elevação dos índices de morbimortalidade infantil na população pobre; e o alerta com a publicação “The baby killer” (O matador de bebês), elaborado por Mike Muller, que mostrou a relação entre o aumento dos índices de morbimortalidade infantil nestas populações e a propaganda da indústria de alimento, o que foi comprovado décadas mais tarde ao se constatar os prejuízos, tais como a desnutrição e a mortalidade nos países de terceiro mundo, incluindo o Brasil (GOMES *et al.*, 2016).

Nessa época foram aprofundados os estudos científicos acerca da temática, evidenciando as vantagens do aleitamento materno e afirmando que este é o melhor alimento para o bebê. Inicialmente os estudos faziam referência à saúde na infância e posteriormente passaram a apontar os reflexos na idade adulta, na prevenção de doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e obesidade, incluindo-se nesta lista o bem-estar proporcionado as mães durante a amamentação, ou seja, o aleitamento materno é amplamente benéfico, para a criança, a mulher, a família e o estado (GOMES *et al.*, 2016; ROLLINS *et al.*, 2016).

Posteriormente, em 1979, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dando seguimento a discussão, apontaram normas para nortear o marketing dos substitutos

do leite materno (ABRANTES; TABAI, 2013). Diante das especulações e irregularidades presentes no comércio de fórmulas infantis, diversas regulamentações foram criadas com medidas que apoiavam o aleitamento materno e regulamentavam a promoção de substitutos do leite materno, na tentativa de frear a disseminação do leite artificial de maneira indiscriminada (MARTINS *et al.*, 2014).

Dessa forma, as empresas precisaram buscar novas alternativas para seguir faturando de maneira expressiva com o comércio das fórmulas infantis. Desde então o marketing ficou responsável por criar novas estratégias para apresentar a marca aos profissionais da saúde, assim, diversos representantes comerciais buscam consultórios e centros de saúde, expondo o seu produto por meio de promoções e distribuição de amostras grátis em embalagens atrativas; com o apoio a eventos científicos; com brindes e presentes; patrocínios de cursos, simpósios, congressos e revistas (BRASIL, 2009).

A empresa Nestlé é considerada a maior promotora de fórmulas infantis, conquistou o reconhecimento e desejo de milhares de mães no mundo, tudo isso por meio de valores criados e associados ao seu nome. O seu produto comercializado como leite puro de vaca, ou não modificado, começou a ser comercializado no Brasil em 1923 (Figuras I e II) com o nome de Molíco, posteriormente, o leite em pó chamado Ninho Fases passou a ser a melhor opção (ABRANTES; TABAO, 2013; PEREIRA, 2019).

Atualmente, com leite em pó com o nome de Ninho, conquista diversos setores do comércio alimentício devido a sua imagem e reconhecimento. A marca com o nome “ninho” retoma a ideia de afeto e aconchego, já a imagem de um coração amarelo com borda dourada trazida juntamente ao nome da marca reflete a ideia de amor, riqueza e confiança (PEREIRA, 2019).

Figura I- Propaganda da Nestlé.



Fonte: Goldenberg P. Repensando a Desnutrição como questão social, 1989.

Figura II- Propaganda da Nestlé.



Fonte: Goldenberg P. Repensando a Desnutrição como questão social, 1989.

A sua propaganda sempre vem acompanhada de frases que buscam propagar adjetivos, benefícios e propriedade do leite Ninho, como sendo inatingíveis por outros leites, anunciando que nem mesmo o leite materno seria suficiente e capaz de levar aos lactentes maiores benefícios. Análise realizada com o objetivo de identificar a interferência do discurso produzido pela promoção comercial do leite industrializado na prática do aleitamento materno constatou que a linguagem disseminada pela Nestlé em 1940 segue os mesmos sentidos e efeitos na atualidade. Seus enunciados apresentam-se de maneira diferente, mas o contexto do discurso sustenta-se nas ideias lançadas na época (PEREIRA, 2019).

Essa manipulação mantém-se pelo fato de que a regulamentação brasileira para fórmulas e produtos alimentícios de primeira infância ainda apresenta lacunas que permitem a promoção comercial de produtos lácteos para bebês, rótulos e publicidades seguem ludibriando os consumidores e induzindo o consumo de produtos sem indicação (ABRANTES; TABAI, 2013). Nesse sentido, pesquisa realizada em diversas maternidades brasileiras em 2008, através do Inquérito Nacional Nascer no Brasil, apontou que 18% dos lactentes recebem outros tipos de leite já no primeiro mês de vida, chegando a 48,8% entre 120 e 180 dias (BRASIL, 2009).

Constata-se que o financiamento das fórmulas infantis atinge a maternidade até hoje, pois ao expandirem o seu mercado e as suas vendas as empresas deste ramo acabam competindo com o aleitamento materno, persuadindo os profissionais da saúde e levando a manipulação em massa das famílias; afetando a consolidação da amamentação (BRASIL, 2009).

Programas e políticas de proteção ao aleitamento materno: tentativa de frear a disseminação do leite artificial de maneira indiscriminada

A década de 1970 foi marcante pela mudança no cenário da alimentação infantil, visto que despertou na corrente feminista e na comunidade científica uma mobilização em prol dos benefícios que o leite materno dispunha para a saúde materna e infantil (GOMES *et al.*, 2016).

No Brasil, em 1981, o Ministério da Saúde (MS), implantou o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM) com o objetivo de criar um conjunto de ações relacionadas a promover, a proteger e a apoiar o aleitamento materno. Para tanto, elencou-se propostas estratégicas nas áreas de educação e saúde, além do controle estatal da propaganda de alimentos infantis e o respeito às leis de proteção à nutriz, entre outras (BRASIL, 2017).

A partir da PNIAM houve a proposição de implantação do alojamento conjunto nas maternidades, amamentação iniciada imediatamente após o nascimento, não oferta de água e leite artificial, criação das leis sobre as creches no local de trabalho da mulher e aumento do tempo da licença-maternidade. No entanto, o marketing da indústria de leite em pó foi restrito somente em 1988, com a formulação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2017; OPAS/OMS, 2018).

Em 1990, foi promulgada a Declaração de Innocenti, documento internacional que contém um conjunto de metas para a prática da amamentação exclusiva até os 4-6 meses de vida e a alimentação complementar saudável e aleitamento materno até os dois anos de vida. Visando promover, proteger e apoiar tal prática, a UNICEF e a OMS formularam orientações que foram denominadas de "Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno", definindo o papel dos serviços de saúde e maternidade para rotinas adequadas de promoção à amamentação (BRASIL,

2017). Com essas ações de proteção e promoção ao aleitamento materno, nas décadas de 1980 e 1990, no Brasil, houve um aumento considerável nas taxas de aleitamento materno.

Em 2001, houve alteração nas recomendações da OMS, que passou a indicar que a amamentação tenha início na primeira hora de vida do recém-nascido, bem como o aleitamento materno exclusivo perdure até os seis meses de idade e de maneira complementar até os dois anos (BRASIL, 2002). No entanto, as práticas de amamentação são afetadas por uma ampla gama de fatores, tais como: lacunas substanciais no conhecimento e nas habilidades dos profissionais de saúde para apoiar a amamentação; assim como práticas hospitalares como a separação da mãe e criança; às práticas e experiências de outras mulheres da rede de apoio; a existência de doença materna; as intercorrências com o neonato; a posição de amamentação ou embocadura inadequada, que acarretam intercorrências mamárias; a crença na produção insuficiente de leite; o trabalho materno; e, também o suporte inadequado, especialmente nas primeiras semanas após o nascimento, são razões comuns para o abandono do aleitamento materno (ROLLINS *et al.*, 2016; URBANETTO, 2018).

Na perspectiva de estruturar e organizar os serviços de saúde de maneira a integrar todas as necessidades maternas e infantis foi criado o Projeto Rede Cegonha em 2011 (BRASIL, 2017). Além disso, a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, regulamentada pela Portaria nº 1.920/2013 do Ministério da Saúde, tinha como objetivo ações educativas na atenção básica de esclarecimento sobre os direitos das mulheres e de aprimoramento das competências e habilidades dos profissionais para a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos de idade (LAMOUNEIR *et al.*, 2019).

Em 2015, com a publicação da Portaria nº 1.130, instituiu-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), que se

estruturou em sete eixos prioritários de atuação, sendo que um deles está relacionado à promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável. Já, em 2017 foram lançadas, pelo MS, as bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno, que vem sendo construídas desde 2010 (BRASIL, 2017).

Ao longo dos anos, o MS com sua série histórica de programas e políticas de proteção ao aleitamento materno conseguiu melhorar consideravelmente os índices de aleitamento materno exclusivo e aleitamento materno complementado até os dois anos de vida. No entanto, ainda não atingiu a meta estabelecida pela OMS.

Pesquisa que avaliou o aleitamento materno em crianças até dois anos de idade assistidas na atenção básica do Recife (PE) apontou que o tempo de aleitamento materno total e exclusivo foi de 182,52 e 60,84 dias, respectivamente (SANTOS *et al.* 2019). Portanto, ainda se fazem necessários investimentos e suporte político para que a amamentação seja consolidada como prática (ROLLINS *et al.*, 2016).

Perspectivas para a proteção e promoção do aleitamento materno: as redes de apoio à mulher nutriz

No sentido de proteger e promover o aleitamento materno, eventos e campanhas investem em slogans que, apoiando-se em evidências científicas, buscam conquistar a atenção do público por expressar de forma simples a importância da amamentação. A Campanha Agosto Dourado de 2020, tem como slogan “Apoiar a Amamentação para um planeta mais saudável” buscando chamar a atenção da sociedade aos impactos causados pela alimentação infantil no meio ambiente, nas mudanças climáticas e na necessidade urgente de proteger, promover e apoiar o aleitamento para a saúde do planeta e de todos os seres vivos, pois o leite materno é natural, renovável e seguro para o meio ambiente. A temática foi pensada em

consonância com os objetivos lançados na Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável mundial. Vale ressaltar que em 1992, uma temática parecida foi lançada, com o slogan “Amamentar é um ato ecológico” (IBFAN, 2020).

A Campanha Agosto Dourado de 2019, teve como slogan “Empoderar mães e pais, favorecer a amamentação: hoje e para o futuro”, buscando conscientizar pais e familiares a respeito do seu papel no apoio à prática do aleitamento materno, bem como a promoção de um ambiente que permita a manutenção deste de maneira exclusiva até os seis meses e como complementação até os dois anos de vida (Figura III) (MALAVÉ, 2019).

Figura III- Campanha Agosto Dourado, 2019.



Fonte: Malavé, 2019.

Dessa forma, faz-se imperativo que os profissionais compreendam que, além da mulher, a rede de apoio também deve ser orientada em relação ao aleitamento materno e aos sentimentos que a mãe pode vivenciar, muitas vezes, envolvendo dúvidas sobre a capacidade de alimentar seu filho somente com o leite materno, acarretando insegurança e ansiedade que podem interferir negativamente no aleitamento materno. Há

possibilidade de que a rede próxima à mãe - companheiro, familiares, vizinhos, colegas de trabalho e profissionais da saúde - ofereça apoio e tente praticar a empatia; logo, contribuindo para que a mesma se sinta apoiada e confiante, aumentando as chances de êxito na amamentação (MALAVÉ, 2019).

Estudo com o objetivo de conhecer os aspectos relacionados à amamentação sob a ótica materna apontou a ausência do companheiro nesse processo, fato que influenciou negativamente na consolidação das práticas de aleitamento materno. Nesse sentido, os profissionais da saúde devem incentivar a participação paterna nas consultas de pré-natal e incluí-lo nas atividades, para que o mesmo se sinta parte do processo (ALVES *et al.*, 2020).

Outro estudo, que analisou o conhecimento de enfermeiras sobre as vantagens da amamentação para a família e as ações realizadas nesse contexto, revelou que as profissionais identificam a importância da rede de apoio familiar para consolidação do aleitamento materno. Entre as estratégias reveladas por enfermeiras está o incentivo a participação do companheiro ou outra pessoa de confiança da gestante durante as consultas de pré-natal, atividades em grupos de gestantes e família, atividades em sala de espera e visita domiciliar na primeira semana após o nascimento do recém-nascido. Essas ferramentas possibilitam atuar dentro da rede de apoio buscando minimizar obstáculos físicos, culturais, sociais e econômicos que podem surgir durante o período de aleitamento materno (DIAS; BOERY; VILELA, 2016).

As mulheres no puerpério, especialmente após a alta hospitalar, podem apresentar fragilidade e insegurança em relação a amamentação e aos cuidados com o recém-nascido. Mesmo que existam diversas estratégias do âmbito da saúde pública que visam estimular e proteger o aleitamento materno, há necessidade de apoio da rede de saúde e familiar, o

encorajamento a formação de grupos de apoio de mulheres que passaram pela mesma experiência e da observação da subjetividade de cada uma é essencial para promover o conforto e segurança à mulher que amamenta (ALVES *et al.*, 2016).

Não raro as mulheres utilizam a internet em busca de apoio nas redes sociais virtuais, pois se sentem vulneráveis quanto à nova condição “mulheres-mães”; uma vez que essa transformação traz consigo uma série de dúvidas e incertezas que, muitas vezes, são aproveitadas pela sociedade para a criação de inúmeras narrativas que levam a mulher a desacreditar de sua capacidade de amamentar sua prole (RIEMENSCHNEIDER; D’AQUINO, 2017).

Nesse sentido, diversos grupos virtuais de apoio ao aleitamento materno são concebidos nas redes sociais, públicos ou privados, de direção única ou compartilhada, na forma de coletivos formados por diversos profissionais da saúde, mas em grande maioria por mães que vivenciam ou vivenciaram a experiência materna (DALMASO; BONAMIGO, 2019).

Esses possuem a capacidade de incentivar e apoiar as mulheres no aleitamento materno utilizando-se de evidências científicas e desmistificando diversos mitos e anseios criados pela indústria do leite artificial. Por essa razão, as redes sociais podem ser consideradas um ponto importante a ser explorado pelos profissionais da saúde, buscando reunir as principais medidas que permitam a consolidação do aleitamento materno e outras práticas de assistência humanizada (DALMASO; BONAMIGO, 2019).

Considerações finais

A fabricação de substitutos do leite materno, que surgiu como uma alternativa de nutrir o recém-nascido em situações especiais, tornou-se para a indústria alimentícia uma oportunidade de aumentar a sua lucratividade. Para tanto, ao longo de anos vem utilizando-se de diversas

estratégias de marketing que invalidam o leite materno e “desempodera” a mulher do papel de nutriz do seu filho, enaltecendo as fórmulas artificiais e desconsiderando os benefícios físicos e relacionais do ato de amamentar.

Cabe colocar que atualmente o fenômeno do *femvertising*, onda da publicidade que busca o empoderamento feminino, pode contribuir para que as mulheres se vejam nos anúncios como empoderadas para a amamentação modificando o foco comercial da venda de fórmulas infantis para a mensagem de fortalecimento da mãe que tem o desejo de amamentar.

No entanto, mesmo com políticas públicas, normas e campanhas que promovam o aleitamento materno, ainda se fazem necessários investimentos financeiros, suporte político e apoio à rede familiar para que a amamentação seja consolidada como prática de saúde, promotora de vínculo e de empoderamento da mulher. Também, requer a valorização das ações de proteção e promoção ao aleitamento materno promovidas pela atenção primária, como orientações em consultas de pré-natal, puerpério, puericultura, atividades grupais, bem como mobilizar a rede de apoio à mulher nutriz.

Tal fragilidade política e assistencial corrobora para que uma nova perspectiva de proteção e promoção da amamentação desponte: as redes sociais virtuais, visto que as mulheres têm procurado cada vez mais empoderar as mesmas para a tomada de decisões sobre a amamentação. Esses espaços as possibilitam transcender o conhecimento culturalmente adquirido e o publicizado pela indústria de fórmulas infantis.

Considerando a influência das redes sociais virtuais na sociedade e a sua representatividade como ferramenta de busca por informações, aponta-se como necessária a participação de profissionais de saúde nesses espaços, em especial mulheres com visão feminista, de forma a mediar o conhecimento científico e fomentar as discussões acerca do aleitamento

materno, com responsabilidade e respeito à mulher. Assim auxiliando na conscientização da população sobre os benefícios do aleitamento materno, direitos da nutriz, sanar dúvidas, combater a disseminação das chamadas “Fake News” (notícias falsas), de propagandas enganosas dando o poder de decisão sobre o aleitamento materno de forma efetiva para a nutriz.

Referências

ABRANTES, R. S.; TABAI, K. C. Fórmulas para o Público Infantil: a promoção comercial nas rotulagens de fórmulas infantis e sua adequação com a legislação vigente. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa/ MG, v. 24, n. 1, p. 21-37, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3663>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ALVES, V. H.; PADOIN, S. M. M.; RODRIGUES, D. P.; SILVA, L. A.; BRANCO, M. B. L. R.; MARCHIORI, G. R. S. Manejo clínico da amamentação: Valoração axiológica sob a ótica da mulher-nutriz. **Esc Anna Nery [online]**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452016000400217&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ALVES, Y. R.; COUTO, L. L.; BERETO, A. C. M.; QUITETE, J. B. Breastfeeding under the umbrella of support networks: a facilitative strategy. **Esc Anna Nery [online]**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/biblio-1039822>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor eterno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBIERI, C.L.A.; COUTO, M.T. As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. **Cadernos de História da Ciência-Instituto Butantan**, v. 8, n.1, 2012. Disponível em: <<https://ojs.butantan.gov.br/index.php/chcib/article/view/112>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Suli Carneiro; Pólen, 2019. 184p.(Feminismos Plurais/coordenação de Djamilia Ribeiro).

BOSI, M. L. M.; MACHADO, M. T. Amamentação: Um resgate histórico - Cadernos ESP - **Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.aleitamento.com.br/upload%05Carquivos%05Carquivo1_1688.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Bases para a discussão da Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/bases_discussao_politica_aleitamento_materno.pdf> Acesso em 30 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Humanização no Parto, no Pré-Natal e Nascimento**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <<https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 114 p. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_marketing_produtos_amentacao.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2020.

CASTILHO, S. D.; FILHO, A. A. B. Alimentos utilizados ao longo da história para nutrir lactentes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro/SP, v. 86, n. 3, p. 179-188, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572010000300004&lang=en>. Acesso em: 16 jul. 2020.

DALMASO, M. S.; BONAMIGO, A. W. A pesquisa on-line sobre amamentação: entre o senso comum e a OMS na era digital. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 911-921, 2019. Disponível em <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/38757/2/20.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

DIAS, F. B.; BOERY, R. N. S. O.; VILELA, A. B. A. Knowledge of nurses and incentive strategies for family participation in breastfeeding. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2527-36, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000802527&script=sci_abstract>. Acesso em: 16 jul. 2020.

GIORDANI, R. C. F.; PICOLLI, D.; BEZERRA, I.; ALMEIDA, C. C. B. Maternidade e amamentação: identidade, corpo e gênero. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 8, p. 2731-2739, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.14612016>>. Acesso em: 30 out. 2020.

GIUGLIANE, E. R. J. **Histórico do Departamento de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/historico-DC-aleitamento-materno__1_.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

GOMES, J. M. F.; CARVALHO, M. C. V. S.; FERREIRA, F. R.; VARGAS, E. P. Amamentação no Brasil: discurso científico, programas e políticas no século XX. In: Prado SD., et al. **Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede**. [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, v. 5, p. 475-491, 2016. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37nz2/pdf/prado-9788575114568-23.pdf>>. Acesso em: 28 fev 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas de arrebadoras**. 8ªed., Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2019. 176p.

IBFAN. Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar. **SEMANA MUNDIAL DE ALEITAMENTO MATERNO – 2020 | APOIE O ALEITAMENTO MATERNO POR UM PLANETA SAUDÁVEL**. 2020. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/site/noticias/smam-2020.html>>. Acesso em: 4 ago. 2020.

LAMOUNEIR, J. A.; CHAVES, R. G.; REGO, M. A. S.; BOUZADA, M. C. F. Iniciativa Hospital Amigo da Criança: 25 anos de experiência no Brasil. **Rev. Paul. Pediatria**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 486-93, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-05822019000400486&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MALAVÉ, M. M. **AGOSTO DOURADO: campanha para empoderar famílias e incentivar a amamentação.** Fundação Oswaldo Cruz, 2019. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/agosto-dourado-campanha-para-empoderar-familias-e-incentivar-amamentacao>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MARTINS, O. M. D.; PAÇO, A. M. F.; MAINARDES, E. W.; RODRIGUES, R. G. O marketing social e a promoção de mudanças estruturais no aleitamento materno. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 54, n. 4, p. 370-380, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=So034-75902014000400370&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MONTEIRO, J. C. dos S.; GOMES, F. A.; NAKANO, A. M. S. Amamentação e o seio feminino: uma análise sob a ótica da sexualidade e dos direitos reprodutivos. **Texto contexto-enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 146-150, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-07072006000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 nov. 2020.

OLIVEIRA, D. S.; BOCCOLINI, C. S.; FAERSTEIN, E.; VERLY, J. L. E. Breastfeeding duration and associated factors between 1960 and 2000. **Journal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 93, p. 130-135, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So021-75572017000200130>. Acesso em: 16 jul. 2020.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana Para a Saúde/Organização Mundial da Saúde. **Aleitamento materno nos primeiros anos de vida salvaria mais de 820 mil crianças menores de cinco anos em todo o mundo.** 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5729:aleitamento-materno-nos-primeiros-anos-de-vida-salvaria-mais-de-820-mil-criancas-menores-de-cinco-anos-em-todo-o-mundo&Itemid=820>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PEREIRA, B. T. Aleitamento materno como um direito humano: a guerra entre o seio e a mamadeira. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

REA, M. F. Substitutos do Leite Materno: passado e presente. **Ver. Saúde Pública**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 241-249, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101990000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2020.

RIEMENSCHNEIDER, O. S.; D'AQUINO, L. Maternidade, Redes Sociais e Sociedade de Consumo: vulnerabilidade ou empoderamento da lactante? Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. 2017. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/5-2.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

ROLLINS, N. C.; LUTTER, C. K.; BHANDARI, N.; HAJEEBHOY, N.; HORTON, S.; MARTINES, J. C.; PIWOZ, E. G., RICHTER, L. M.; VICTORA, C. G. Lancet Breastfeeding Series Group. Why invest, and what it will take to improve breastfeeding practices?. **Lancet**, Reino Unido, n. 387, p. 491-504, 2016. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(15\)01044-2/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(15)01044-2/fulltext)>. Acesso em: 1 mar. 2020.

SANTOS, E. M.; SILVA, L. S.; RODRIGUES, B. F. S.; AMORIM, T. M. A. X.; SILVA, C. S.; BORBA, J. M. C.; TAVARES, F. C. L. P. Avaliação do aleitamento materno em crianças até dois anos assistidas na atenção básica do Recife, Pernambuco, Brasil. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 24, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v24n3/1211-1222/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

URBANETTO, P. D. G.; GOMES, G. C.; COSTA, A. R.; NOBRE, C. M. G.; XAVIER, D. M.; JUNG, B. C. Facilidades e dificuldades encontradas pelas puérperas para amamentar. **Rev Fund Care Online**, v. 10, n. 2, p. 399-405, 2018. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-908457>>. Acesso em: 14 jul. 2020

Sobre vivências: reflexões iniciais para o estudo do lugar da mulher no ambiente radiofônico

Silvana de Araújo Moreira

Este estudo surgiu das reflexões oriundas de minha dissertação de mestrado intitulada “ZYD 579, 107,9 MEGA HERTZ - RÁDIO FEDERAL FM” O PROTAGONISMO DO RADIALISTA COMO SOBREVIVENTE DAS MÍDIAS (1980-2017). Durante a pesquisa realizada para compor o trabalho, foi analisado o quadro de trabalhadores e trabalhadoras que fizeram parte da história da Rádio Federal FM, emissora que se constituiu como o primeiro veículo de comunicação da Universidade Federal de Pelotas. Concluiu-se que, durante os seus 38 anos de história, completados em 8 de janeiro de 2017, cerca de vinte homens trabalharam e/ou trabalham como servidores do quadro, como radialistas. Contudo, apenas quatro mulheres exerceram funções de radialista na emissora, sendo que, atualmente, apenas uma delas segue na rádio.

Diante desse panorama, parecia importante incluir as histórias dessas mulheres na pesquisa de forma mais detalhada e, partindo destas informações, pensar e analisar o papel da mulher dentro do rádio, bem como as dificuldades das mulheres para adentrar e permanecer neste espaço. Desta forma, foi observada a trajetória das mulheres que fizeram parte do cotidiano da emissora, através da metodologia de História Oral e a análise deu forma a um dos capítulos da dissertação.

Sabemos que a história das mulheres é marcada por diversas desigualdades de gênero e que algumas dessas disparidades foram atenuadas a partir de diversos movimentos de luta e resistência no decorrer da

história. Aos poucos as mulheres foram conseguindo ocupar alguns espaços que antes eram atribuídos apenas aos homens, mas ainda existem diversos ambientes onde a desigualdade de gênero é marcante, principalmente espaços de maior poder e responsabilidade. Sabemos também que a mídia brasileira se consolidou como um desses espaços de poder nos quais a abertura para o trabalho da mulher pode ter tido uma maior resistência, tendo uma maior número de mulheres trabalhando em algumas áreas, mas pouca representatividade em outras.

Desta forma, surgiu a necessidade de ampliar a pesquisa realizada com as mulheres da Rádio Federal FM para as demais rádios da cidade de Pelotas tendo como objetivo principal o estudo dos espaços ocupados por estas mulheres, as dificuldades sofridas e o papel destas radialistas dentro dos veículos de comunicação. Nos registros do Diário de Campo que está sendo constituído para essa pesquisa, apenas mais dezenove mulheres foram identificadas, além das trabalhadoras da Rádio Federal FM. Para entender essas desigualdades de gênero nos ambientes radiofônicos é necessário, para além de números, verificar outros aspectos relevantes como, por exemplo, a interferência da linha editorial das emissoras na divisão sexual do trabalho.

Este artigo tem o propósito de dar início a uma discussão teórica para compor a pesquisa que está sendo realizada no doutorado em História intitulada “[...] e as mulheres vão abrindo espaço meio a fórceps, não é fácil, não foi fácil” - as vozes femininas nas ondas das rádios pelotenses. A pesquisa tem como objetivo principal investigar em que medida a linha editorial e os conteúdos das emissoras de rádio pelotenses influenciaram a inserção de mulheres em sua grade de programação para compreender as desigualdades de gênero neste ambiente. O estudo sobre a presença das mulheres no radialismo pelotense encaixa-se no campo de investigação da História Social e História do Tempo Presente, tendo como metodologia a

História Oral em sua vertente Temática, focando ainda nas linhas de pesquisa de História e Gênero e História Social do Trabalho.

1. História social e mundos do trabalho

O termo História Social tem uma definição conceitual complexa, em geral já foi utilizado para fazer referência à história das classes “inferiores” e do movimento social, outras vezes para designar trabalhos relacionados a usos, costumes e vida cotidiana, além de designar o “social” interligado com a história econômica. Contudo, foi a partir da década de 1950, que a História Social passou a ser efetivamente utilizada pelos historiadores. (HOBSBAWM, 2013). Segundo o autor:

Está claro que a história social, a partir de 1950, foi poderosamente moldada e estimulada não só pela estrutura profissional das outras ciências sociais (por exemplo, as exigências acadêmicas específicas para estudantes universitários) e pelos seus métodos e técnicas, mas também por suas questões (HOBSBAWM, 2013, p. 112).

A história social recolocou a ação das pessoas como tema para a história, buscando a abordagem do tempo, da experiência e do vivido para as pesquisas. Neste sentido, Thompson (1997, p. 10), que foi um dos primeiros a incluir grupos de minorias na historiografia, evidencia em seus trabalhos a análise de fatos históricos “sempre encarnada em pessoas e contextos reais”. Para ele:

A medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena. (THOMPSON, 2001, p.234)

Para conduzir as suas pesquisas em História Social do Trabalho, o autor utilizou-se do conceito de “a história vista de baixo” que nada mais

é que dar visibilidade aos que são silenciados nos documentos oficiais, os que sofrem diretamente com as consequências das transformações dos processos de trabalho, ou seja, as pessoas comuns. Essa mudança se dá a partir da crítica aos silenciamentos da história.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ (...). Seus ofícios e tradições poderiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo poderia ser retrograda. Seus ideais comunitários poderiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais poderiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 1997, p. 13)

Dessa forma, em seu trabalho, o autor reconstrói experiências cotidianas dos operários e analisa como elas contribuíram para a construção e a formação da consciência de classe. A “história vista de baixo” permite explorar as experiências de homens e mulheres que tiveram suas ações e atividades históricas ignoradas ou mencionadas sem detalhamentos. Os estudos de grupos marginalizados pela historiografia buscam reintegrar essas minorias à história da sociedade.

Para Hobsbawm (2013, p. 114) com a necessidade de estudar a transformação das sociedades, incluindo a modernização, “experimentamos igual necessidade das técnicas para observação e análise em profundidade de indivíduos específicos, pequenos grupos e situações que também foram destravadas fora da história”. Isso se deve, segundo o autor, ao fato de que, anteriormente, a maior parte da história era escrita para exaltar os governantes.

Ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado. (HOBBSAWM 2013, p. 284)

Para o autor, os historiadores da “história vista de baixo”, dedicam-se ao estudo de como as sociedades funcionam e como se dá as mudanças pelas quais elas passam. O trabalho é responsável pela sobrevivência humana e é através dele que a maioria das pessoas produz os meios para o seu sustento. Contar e analisar a história dos trabalhadores é de suma importância para entender as mudanças nos processos de produção e as tensões vivenciadas pelos trabalhadores.

2. História do tempo presente, memória e história oral

Realizar uma reflexão sobre um passado recente é um desafio metodológico para os pesquisadores, sobretudo por contemplar uma história em que algumas testemunhas ainda estão vivas, essa é a característica mais marcante que diferencia essa linha de pesquisa de outras, a possibilidade de confronto entre a história e as testemunhas. Definição de objeto, métodos, fontes e recortes cronológicos são algumas das dificuldades enfrentadas. Fico defende que:

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico. (FICO, 2012, p.44)

A reabilitação da História do Tempo Presente, de acordo com Fico (2012, p.47) ocorreu “em novos moldes, após as grandes guerras

mundiais, introduziu o relato testemunhal como um dado essencial para a compreensão daqueles conflitos”. É nesse sentido que a História Oral se coloca importante para pesquisas que abordam as experiências e o cotidiano das pessoas.

Este estudo utiliza como metodologia principal a História Oral Temática, de forma a analisar as narrativas das interlocutoras, através de entrevistas com as trabalhadoras do rádio. Trabalhar com experiências vivenciadas pelas pessoas que estiveram presentes em episódios a serem analisados, permite evidenciar os aspectos individuais e particularidades sobre o tema.

Em concordância, Portelli (2016, p. 18) afirma que “o que faz com que as fontes sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memórias e do filtro da linguagem”.

A metodologia de História Oral busca nas narrativas o que exclusivamente estes relatos podem revelar sobre o passado, complementando a documentação e proporcionando uma análise mais aprofundada do assunto. A memória está presente na constituição da entrevista de História Oral. É a partir dela que o entrevistado reconstrói os fatos do passado, transformando-os em narrativa através do olhar do presente. Para Pollak, a composição de memórias envolve além das experiências vividas diretamente, as experiências que são herdadas, aprendidas e comunicadas às pessoas em suas existências em grupos.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] Além desses acontecimentos, a memória é constituída

por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. [...] (POLLAK, 1992, p.2).

Sobre isso, Candau (2011, p. 67) defende que “para a consciência humana nada é simplesmente apresentado, mas representado”. O autor (2011, p. 65) acredita que “a lembrança não é uma imagem fiel da coisa lembrada, mas outra coisa, plena de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida”. Por mais nítida que uma recordação esteja presente na memória, ela não é a mesma imagem vivenciada no passado, principalmente pelo fato das mudanças pessoais ocorridas com o passar do tempo, ou seja, seria uma representação dessa imagem.

As relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação e expressão de si, supõe um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória da ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro (CANDAU, 2011, p. 60).

Para Candau (2011), existe um consenso entre os autores que trabalham com o conceito de memória de que ela é uma reconstrução continuamente atualizada do passado. Já para Pollak (1992, p. 214), a memória é seletiva fazendo com que vários fatos não sejam recordados pelo narrador, alguns são esquecidos e outros são selecionados de forma a contextualizar e ordenar as lembranças do narrador. “[...] a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. Para o autor uma parte da

memória também é herdada, por não fazer referência apenas à vida do indivíduo.

Thompson (1981, p. 50) também acredita que os fatos são ordenados para compor o todo. Para ele a memória não é composta por “um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras”. Desta forma, as narrativas podem qualificar a pesquisa permitindo a observação de aspectos subjetivos que muito dificilmente estariam expressos em outros tipos de fontes.

3. Desigualdades de gênero e divisão sexual do trabalho

A partir da concepção e do nascimento cada pessoa carrega consigo características biológicas que definirão a sua vida. É neste momento que as pessoas são classificadas como homem ou mulher, o que pode ser analisado antes mesmo do nascimento com a utilização da tecnologia que possibilita examinar já nos primeiros meses de gestação o sexo do bebê.

A partir daí toda uma carga cultural passa a influenciar a vida da criança. Questões como quais espaços poderão ser ocupados por ela, qual a profissão que ela poderá seguir, quais brinquedos ela poderá ter, quais roupas serão usadas e até mesmo quais cores serão preponderantes em seu mundo, são questões que, geralmente, já acompanham o imaginário dos pais ao descobrirem o sexo do bebê. Atualmente, por exemplo, tornou-se popular no Brasil o Chá de Revelação, uma festa que reúne familiares e amigos dos futuros pais com o objetivo de descobrir junto com eles o sexo do bebê. Na festa, diversas atividades criativas são propostas para revelar se o bebê é menina ou menino como, por exemplo, o bolo revelação que apresenta a novidade a partir do seu recheio: rosa ou azul.

Em geral, a partir dessa informação, as roupas começam a ser compradas, o quarto passa a ser decorado, os primeiros brinquedos são

adquiridos e os amigos e parentes passam a presentear a família de acordo com o sexo do bebê. Além disso, o futuro dessa criança começa a ser traçado, por exemplo, se for menino, é possível que desde pequeno ele seja incentivado a jogar futebol que é uma das grandes paixões nacionais, assim a bola de futebol acompanhará o crescimento da criança. Já no caso de ser menina, muitas vezes ela brincará com bonecas e panelinhas, já trilhando um caminho que refletirá, por exemplo, em profissões ligadas ao cuidado das pessoas e da residência. De acordo com Louro:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. (LOURO, 1997, p. 28)

Essas construções vão direcionando o comportamento dos meninos e das meninas e se fortalecendo no decorrer do tempo marcando a fronteira entre masculinidade e feminilidade, uma fronteira invisível, mas que demarca o que é aceitável para meninos e meninas, garotos e garotas e homens e mulheres, quais são as brincadeiras de menino, quais são as atitudes de uma garota, como deve se comportar um homem, tudo isso vigiado e julgado pelos olhos da sociedade. São códigos de conduta que vão moldando as pessoas inclusive encaminhando homens e mulheres para certos campos de trabalho.

Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. (LOURO, 1997, p. 35)

As diferenças as quais as pessoas são expostas no decorrer da vida criam realidades que constituem os homens e as mulheres de modos diferentes. Essas diferenças não são estabelecidas exclusivamente por fatores biológicos, mas são formadas principalmente a partir de discursos, ações, cultura e história.

Numa outra posição, estarão aqueles/as que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as, geralmente, às características biológicas. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e *justificar* – a desigualdade social. É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental. (LOURO, 1997, p. 20-21)

Desta forma, é necessário aprofundar as concepções sobre o que é natural e o que é construído e naturalizado. Como já citado, no decorrer da vida meninos e meninas passam por diversas experiências de separação e hierarquização. Ainda na escola, meninas e meninos começam a ser até mesmo separados em algumas atividades, dando a ideia de que existem atividades específicas para cada grupo e esses comportamentos vão sendo disseminados de geração em geração tornando-se normalizados. O

problema não está refletido nas diferenças e sim no modo como as relações são hierarquizadas, mostrando a mulher como diferente e inferior ao homem o que contribui para a invisibilidade histórica das mulheres tanto no mundo do trabalho, quanto na política.

Nesta perspectiva na qual somente as diferenças biológicas são consideradas, as diferenças entre homens e mulheres envolveriam certas qualidades e habilidades características, ou seja, os homens segundo as suas características estão aptos para desempenhar certos tipos de tarefas, enquanto as mulheres que possuem outras características seriam compatíveis com outras atividades. Então, quando precisam entrar no mundo do trabalho, mais uma vez as fronteiras estabelecidas entre o que uma mulher pode ser e o que um homem pode ser enquanto trabalhadores refletem nas decisões dessas pessoas.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, 1997, p. 41)

O mundo do trabalho ainda reflete as fronteiras de uma sociedade que construiu parâmetros sociais de convivência entre homens e mulheres revelando discriminações, diferenças, preconceitos e hierarquias. Sabe-se que a luta das mulheres no campo do trabalho tanto no Brasil como no mundo tem conquistado algumas vitórias ao longo do caminho, com a ocupação de determinados espaços. Contudo, ainda hoje são encontrados setores profissionais preponderantemente masculinos. Como já citado, enquanto os homens são preparados para profissões que exigem maior intelecto, maior responsabilidade, as mulheres acabam sendo direcionadas

para trabalhos que reflitam cuidados. Além disso, ainda há uma disparidade de salários aliada as dificuldades que as mulheres encontram ao ter que dar conta do trabalho e dos cuidados com a família e com a casa.

Biroli (2018) discute a divisão sexual do trabalho pensando nas associações realizadas como trabalho de mulher, lugar de mulher e competência de mulher. Para a autora, as hierarquias de gênero, classe e raça são diretamente influenciadas por esta divisão que cria identidades, vantagens e desvantagens.

Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. (BIROLI, 2018, p.21)

Para Matos e Borelli (2016, p. 127), o termo “trabalho de mulher” conduz a vários sentidos: “alguns confundem trabalho feminino com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho”. Além da separação sobre o entendimento do que seria o “trabalho de homem” e o “trabalho de mulher”, existe também a hierarquização desses espaços, na qual as atividades masculinas têm um valor maior que as femininas, mesmo que as tarefas sejam equivalentes. Contudo, ao analisar a formação dessas mulheres, é possível perceber que elas estão mais bem capacitadas, com um tempo de escolaridade superior ao dos homens. Essa disparidade ocorre até mesmo no serviço público, no qual há uma igualdade de rendimentos, porém as mulheres têm mais dificuldade de chegar a cargos comissionados de chefia, por exemplo, ou ainda conseguir financiamentos de projetos que coordenam.

Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Modificaram-se, assim, os ritmos e as feições da vida cotidiana. A posição delas se modificou, também, no acesso à escolarização. Hoje têm em média, mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser a maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar disso, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e o dos homens permanece em torno de 25%, e a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações. (BIROLI, 2018, p.21)

Perrot (2005, p. 251) que estuda o espaço das mulheres na história e o aumento da visibilidade e conquistas nos espaços públicos e privados afirma que “as mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram profissões”. Perrot atenta para este fato que, muitas vezes, impossibilita a mulher de vislumbrar posições mais altas dentro das empresas.

Mas as mulheres ficam, em seguida, presas a estas atividades que as monopolizam e, além disso, lhes oferecem pouca perspectiva de promoção salarial ou social, por serem voluntariamente limitadas. “Fazer carreira” é, de qualquer maneira, uma noção pouco feminina para uma mulher, a ambição, sinal incongruente de virilidade, parece deslocada. Ela implica, em todo caso, em uma certa renúncia, sobretudo do casamento (PERROT, 2005, p. 255, grifo da autora).

Para Perrot (2008, p. 37), existe uma segregação sexual dos espaços públicos, existem áreas profissionais específicas em que essa discriminação é muito marcada e visível como os “políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos [...]”, já outros espaços são quase que exclusivamente reservados a elas como as “lavanderias, grandes magazines, salões de chá [...]”. A autora levanta uma questão importante sobre a representação e a participação das mulheres nos níveis de poder:

Por que as mulheres, que conquistaram a igualdade civil, a instrução, a condição de assalariadas, certas formas de criação, o esporte de alto nível, etc., têm tanta dificuldade em chegar aos comandos da cidade, tanto econômicos quanto políticos? (PERROT, 2008, p. 12)

No século XX, em decorrência da crise econômica foi possível que as mulheres ocupassem outros postos de trabalho, desde que não competissem com o homem. Ainda assim, era comum que mulheres exercessem as profissões de professora, enfermeira, secretárias e telefonistas, além daquelas que se vinculam ao mercado mais informal e, muitas vezes, reproduzem suas funções na casa, como lavadeiras, doceiras, costureiras, dentre outras.

Cabe ainda salientar que quando as mulheres chegam nesses espaços de trabalho, elas acabam acumulando as atividades do trabalho com as tarefas de cuidado da casa e da família, acumulando uma multiplicidade de demandas que as levam a um esgotamento, físico e mental frente as duplas e até mesmo triplas jornadas. Isso cria outra desvantagem que é a falta de tempo, o que impede que elas ocupem outros espaços na sociedade como a participação política, por exemplo.

As tarefas que são realizadas em casa por essas mulheres são chamadas de trabalho reprodutivo, um trabalho que é realizado de forma gratuita para a sociedade e naturalizado como responsabilidade das mulheres, diferente do trabalho produtivo que é remunerado e mais acessível aos homens.

Apesar das transformações na posição relativa das mulheres no exercício de trabalho remunerado fora da casa, elas continuam a dedicar muito mais tempo que os homens às tarefas domésticas e, por outro lado, a ter rendimentos bem menores que os deles na esfera pública (BIROLI, 2018, p. 65).

As mulheres foram invisibilizadas por muito tempo sendo colocadas à margem dos principais acontecimentos do mundo. Esses aspectos refletem e ainda refletem o cotidiano hierarquizado que demonstrava uma superioridade do homem em relação à mulher.

4. Interseccionalidade

Como já citado, a discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres não é recente, a sociedade há muito tempo trata a mulher como um ser inferior, ao qual é relegado um espaço de menor destaque, com deveres que se resumem à vida privada e aos cuidados com a casa e com a família. É inegável que ainda hoje a mulher sofre uma grande desigualdade em diversos aspectos da vida. Salários mais baixos, dificuldades em chegar a determinados cargos e alto índice de violência são algumas das opressões pelas quais as mulheres passam.

No entanto, é necessário ter um olhar especial para a diversidade dessas mulheres, tendo em vista que nem todas vivenciam as mesmas situações, nem todas têm as mesmas oportunidades, nem todas têm as mesmas lutas e elas não vivem as mesmas opressões. Biroli (2018) afirma que as desigualdades de gênero assumem diferentes escalas de acordo com a classe e a raça de cada mulher.

Na maternidade, por exemplo, as angústias e preocupações da mulher branca divergem das vivenciadas pelas mulheres negras. Para Akotirene (2020) entre os dilemas das mães brancas está a preocupação que seus filhos sejam envolvidos pelo patriarcado, já a mãe negra tem medo de perder seus filhos para a necropolítica que decide quem deve viver e quem deve morrer e, assim, extermina a juventude negra nas periferias e essa não é uma preocupação apenas da atualidade. Vejamos:

Não por acaso, Sojourner Truth, nascida acorrentada ao escravismo, vendida em leilão aos nove anos de idade, junto ao gado, tornou-se pioneira do feminismo negro. Em discurso de improviso *Eu não sou uma mulher?*, proferido em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, ela denunciou que “ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama[...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida pra escravidão”. Nestes fragmentos, a intelectual pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas africanas eram vendidos escravizados. (AKOTIRENE, 2020, p. 25, grifos da autora)

Collins (2015, p.26) acredita que “quando nos recusamos a lidar com raça ou classe porque elas não parecem ser diretamente relevantes ao gênero, estamos, na verdade, nos tornando parte dos problemas de outras pessoas”. Desta forma, é urgente considerar as desigualdades entrecruzadas nos estudos de gênero.

A interseccionalidade é um conceito cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, no ano de 1989. Contudo, antes disso, em 1977, no manifesto de Combahee River, feministas negras e lésbicas já haviam se articulado para denunciar as diferentes formas de opressão baseadas em racismo, heterossexismo e exploração econômica (HENNING, 2015). De acordo com Akotirene (2020), o conceito foi pensado por feministas negras que não se sentiam contempladas com as experiências e reivindicações intelectuais do feminismo branco e, também, do movimento antirracista, que tinham suas lutas focadas no homem negro.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2020, p.19)

Para a autora, o feminismo negro, por perceber as sobreposições de opressões pelas quais passam as mulheres negras, também dialoga com outros grupos que, da mesma forma, sofrem opressões estruturais que se cruzam com outras, como é o caso das lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, pessoas com deficiência, indígenas, religiosos de matriz africana, idosas e trabalhadoras. (AKOTIRENE, 2020)

No caso do mundo do trabalho, as mulheres brancas não têm os mesmos empecilhos para chegar a determinadas posições quanto as mulheres negras ou mulheres com uma idade mais avançada. A análise do mundo do trabalho é uma das dimensões possíveis de se averiguar a produção e reprodução dessas desigualdades sociais.

A despeito do feminismo hegemônico argumentar que na velhice as mulheres experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho, o qual as consideram velhas; e de classe, porque perdem o dinheiro da aposentadoria para netos e adultos da família, é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas. (AKOTIRENE, 2020, p. 26)

Como em outros campos de estudo, o ambiente laboral evidencia a sobreposição de grupos privilegiados com a definição de padrões e exclusões que, muitas vezes, impõe à sociedade quem pode ou não fazer parte de cada ambiente. Desta forma, determinados grupos são excluídos e, assim, compelidos a permanecer em espaços mais precários de trabalho e empregos informais. Para estes grupos, também há uma sobreposição de opressões que da mesma forma são impostas a eles estruturalmente. A intersecção de classe, raça, gênero, geração e sexualidade condiciona determinados grupos a uma desigualdade social no Brasil.

Sendo assim, é urgente que as pesquisas acadêmicas, além do olhar de gênero, tenham este olhar interseccional para o conhecimento desenvolvido nas universidades. No diário de campo que está sendo construído para essa pesquisa é possível identificar a diversidade de mulheres radialistas. Apesar de ser de maioria branca, o grupo contempla mulheres negras, idosas e LGBTQIA+.

5. Gênero e comunicação

A presença de mulheres no mundo do trabalho ocorreu muito cedo, mas foi a partir de meados do século XX que a participação feminina passou a ser maior, sobretudo no setor de serviços e comércio. As mulheres passaram a atuar com mais protagonismo nas esferas sociais, políticas e econômicas. Profissões como professoras, enfermeiras e vendedoras passaram a compor as principais oportunidades para as brasileiras trabalhadoras.

Desta forma, as mulheres por muito tempo foram excluídas da esfera pública, tendo suas atividades relegadas à esfera privada, ao lar e à família. Criadas em um mundo que às diferenciava dos homens, as mulheres precisaram adentrar no mercado de trabalho já inferiorizadas. Antes disso, trabalhar fora de casa era uma realidade para mulheres de camadas populares. Essas mulheres precisavam abandonar todo o preconceito imposto pela sociedade, pela necessidade de sobrevivência e, por isso, sofriam diversos tipos de abusos.

A partir da regulamentação da profissão de jornalista, em 1969 e o surgimento de cursos de graduação nas universidades brasileiras, as mulheres passam a atuar nas redações das empresas de comunicação, da mesma forma que estava ocorrendo com outras profissões. Atualmente, há mais mulheres que homens nos cursos de comunicação. Contudo, assim como em outras áreas, há uma maior exigência na formação das

mulheres para o mundo do trabalho. Na televisão, por exemplo, existe um grande número de mulheres, porém poucas conseguem chegar a espaços de maior destaque e poder.

No rádio, principalmente no interior, essas dificuldades são ainda mais evidentes. O rádio se estabeleceu como o primeiro veículo de comunicação de massa principalmente por contar com várias características que atraem o público como, por exemplo, o som, a interação, a instantaneidade e a objetividade. Os serviços radiofônicos no Brasil foram registrados oficialmente em 7 de setembro de 1922 com a transmissão de um discurso do presidente Epitácio Pessoa por ocasião de uma comemoração do centenário da Independência do Brasil no Rio de Janeiro.

Na Era de Ouro do Rádio, as emissoras brasileiras receberam muitas mulheres em sua programação, porém elas estavam mais vinculadas às radionovelas, programas de auditório e musicais e menos às funções radiofônicas. As equipes eram preponderantemente compostas por homens e os programas retratavam as mulheres de acordo com as normas de boas maneiras daquela época.

Com uma produção sofisticada durante aquele período, o rádio emergiu com a participação de muitas mulheres que, através dele, ficaram conhecidas e emocionaram o país, muitas delas tornaram-se “Divas do Rádio”, como é o caso de Dolores Duran, Maysa, Zezé Gonzaga, Ademilde Fonseca, Angela Maria, Emilinha Borba, Marlene, Dalva de Oliveira, Elizeth Cardoso, Nora Ney, Linda e Dircinha, Isaurinha Garcia e Inezita Barroso (AGUIAR, 2010).

A Era do Ouro do Rádio, contudo, não trouxe consigo nenhuma mudança quanto à expressividade da participação feminina neste meio. Ao contrário, deste período até meados dos anos 1970, a presença feminina nas rádios brasileiras era reflexo da sua posição na sociedade: as mulheres que trabalhavam nas rádios tinham seu espaço limitado aos assuntos considerados de domínio

feminino, como cuidados domésticos e com a aparência. Outro mote que permitia a presença feminina era a música e as radionovelas, onde a mulher também podia cumprir o papel de servir e cuidar do homem e da família. (DIETMANN & CHAVES, 2020, p. 67)

Neste contexto, Pelotas é pioneira na história do rádio no Brasil, a Sociedade Rádio Pelotense AM foi a primeira rádio do interior do Rio Grande do Sul, fundada em 1925 por um grupo de amigos. Contudo, trabalhar em redações de jornais e rádio não era um lugar para mulheres, entre os motivos: os horários diferenciados e o grande número de homens. Desta forma, muitas mulheres eram impedidas de atuar por suas famílias. Em Pelotas, uma situação ocorreu com a radialista conforme a sua narrativa:

Bom, voltei para casa do meu pai e falei para minha mãe: olha, estou começando a trabalhar, arranjei um emprego, vou trabalhar na Tupanci, com o Deogar Soares. Eu estava com 18, acho que era 74, meu pai teve um ataque: - Não, mulher trabalhando em rádio... E nessa época ele era secretário executivo do Grêmio Esportivo Brasil, do Xavante, então ele convivia com esses jornalistas esportivos, esses repórteres... - E isto não é ambiente para minha filha, não vai trabalhar coisa nenhuma. E eu: - Tudo bem, só que quando eu tiver 21 anos, eu vou trabalhar. Aí estava na época de vestibular e eu fiz vestibular para Educação Artística na Federal, passei, cursei um ano e parei, fui para Católica fiz vestibular para Assistente Social, cursei um ano e não fiz, quando eu fiz 21 anos eu voltei em casa e disse para ele: - Agora eu vou voltar lá na Tupanci e vou trabalhar. Voltei na Tupanci, fiz o Deogar se lembrar de mim e disse assim: - Agora eu quero aquela vaga (TERESA CUNHA, 2018).

Analisando o exemplo da Rádio Federal FM, que foi objeto de estudo de minha dissertação é possível ter um panorama sobre a inserção das mulheres no rádio. Na emissora vinculada à Universidade Federal de Pelotas, inaugurada em 8 de janeiro de 1981, a equipe que iniciou os

trabalhos da então Rádio Cosmos foi composta pelos servidores Cleber Luiz Zurchimitten, Francisco Luís da Silva Magalhães, Giovani Mendes da Silva, Luiz Virgílio Lopes Padilha, Paulo de Oliveira Mancini, Roberto Gustavo Engelbrecht e Rudinei Tellier de Freitas, com a coordenação de José Marques da Cunha. Pode-se notar que a estrutura inicial da Rádio Federal FM era composta por homens em sua totalidade.

No decorrer da sua história, a Rádio teve a participação de cerca de vinte profissionais homens em seu quadro técnico e apenas sete mulheres. Dessas sete, três estão ligadas aos serviços de secretaria e apenas quatro desempenharam as suas funções como radialistas. Para a dissertação de mestrado, essas quatro trabalhadoras foram entrevistadas. Vera Lopes, que entrou na Universidade em 1983, como diretora de produção, foi a primeira e única diretora mulher da Rádio Federal FM, em 2013, nos 32 anos da rádio, ficando no cargo até a sua aposentadoria em 2014. Sobre as suas experiências em veículos de comunicação, Vera Lopes (2017) diz que geralmente eram ambientes com muitos homens. Em sua vivência como estagiária do Jornal do Brasil, em 1968, a entrevistada relembra que “era isso aí uma redação de jornal, muitos homens, pouquíssimas mulheres, mesmo as estagiárias eram muito poucas e ali a gente foi aprendendo...”. Mais precisamente sobre o ambiente do rádio em Pelotas, ela relata a sua trajetória em narrativa que dá título a este projeto de pesquisa:

A rádio é um ambiente muito masculino, não só da Rádio Federal, mas todas as rádios que eu frequentei, para te falar a verdade, é um ambiente muito masculino e sempre tem aquela imposição do empoderamento do macho e as mulheres vão abrindo espaço meio a fórceps, não é fácil, não foi fácil, porque ninguém dá espaço, ninguém dá poder, isso é uma coisa que tu tens que conquistar, ou porque tu és eficiente, ou porque tu és abusada mesmo, ninguém vai dividir poder contigo.

Em Pelotas, nos registros do Diário de Campo que está sendo constituído para esta pesquisa, foram levantados os nomes de apenas dezesseis radialistas mulheres que trabalharam nas rádios comerciais e educativas da cidade. Foram elas: Maria Clara Michels Pinho, da Rádio Pelotense, Fátima Salois, da Rádio Tupanci, Dora Elisa (nome artístico ou codinome), da Rádio Pelotense, Cleusa Pimenta (falecida), da Rádio Universidade, Rádio Pelotense e Nativa de Rio Grande, Cláudia Rodrigues, da Rádio Alfa e Cultura, Heloisa Helena Correa, da Rádio Cultura, Candinha Rocha (falecida), da Rádio Pelotense, Malu Madeira, da Rádio Pelotense, Marlene, da Tupanci, Regina Macedo, da Rádio Cultura, Nara Beatriz, da Rádio Tupanci, Vanda Leite, da Rádio Nativa e as radialistas Maria Alice Estrella, Vera Lopes, Zari Machado e Teresa Cunha da Rádio Federal FM.

Curiosamente, sabe-se que a Dora Elisa utilizava esta denominação como nome artístico ou codinome, fato que precisará ser pesquisado posteriormente, tendo em vista que existem duas hipóteses, o fato do nome artístico ser usual no rádio desde os tempos da chamada “Era do Rádio” e o fato de que as mulheres não eram socialmente aceitas como radialistas, precisando usar codinomes para atuar na imprensa. Segundo o radialista aposentado Luiz Carlos Vaz (2017), uma das fontes da dissertação, trabalhar na imprensa era coisa para boêmios, pessoas “da noite”, muito em função dos fechamentos dos jornais que ocorriam a meia noite.

Cada emissora possui uma linha editorial, algumas com conteúdo voltado mais para o esporte, outras para religião e outras para política, por exemplo. Em contrapartida, será analisada também uma rádio comunitária da cidade, a RadioCom, inaugurada em 1998. A emissora surge a partir da iniciativa de algumas pessoas e sindicatos de trabalhadores de Pelotas. Segundo seu Website, a rádio tem como “princípios a luta pela liberdade e democratização dos meios de comunicação, dar voz aos movimentos sociais que são geralmente excluídos da mídia oficial local, denunciar os

abusos da mídia oficial, ter programação voltada para a informação e educação, valorizar a cultura local e popular e proporcionar a participação da sociedade na emissora”. Curiosamente, a rádio é a única que possui um programa feito exclusivamente por mulheres. Trata-se do programa Lua Sangrenta, produzido por um coletivo de mesmo nome, composto por mulheres do movimento feminista de Pelotas. Outro diferencial é o número de mulheres que emprestam as suas vozes à emissora. Se nas principais rádios comerciais e educativas da cidade foram identificadas, de 1925 até a atualidade, dezesseis radialistas, na RadioCom já foram identificadas cerca de dez mulheres, de 1998 até agora, mais da metade do total de mulheres que trabalham ou trabalharam nas outras emissoras durante toda a história do rádio em Pelotas. Entre as radialistas estão: Heloisa Duarte, conhecida como Dj Helô, Vanessa Silveira, Ediane Oliveira, Betânia Dédalos, Helena Oliveira, Tais Galindo e Jéssica Porciúncula.

Desta forma, a pesquisa conseguirá analisar as questões de gênero nas emissoras de Pelotas, tanto nas rádios comerciais, educativas e comunitárias. Sabe-se que não existe uma igualdade de espaços destinados para homens e mulheres na programação das rádios. Atualmente, nenhuma mulher integra a equipe da Rádio Pelotense¹ composta por 15 pessoas. Apenas uma mulher é encontrada na equipe da Rádio Federal FM² que possui 12 homens, além de uma mulher que desempenha atividades administrativas. Em seu website, a Rádio Universidade³ informa a participação apenas de homens em sua programação. A Rádio Tupanci⁴ descreve a sua programação em seu website com a apresentação de 15 radialistas homens. Verifica-se que a presença de mulheres é quase nula se comparada

¹ Disponível em: <https://www.radiopelotense.com.br/QuemFazaRadio>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

² Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/federalfm/sobre-a-emissora/equipe/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

³ Disponível em: <https://ru.ucpel.edu.br/resumo-dos-programas/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

⁴ Disponível em: <https://radiotupanci.com.br/speakers>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

ao homem. Esta realidade contrasta com o número de mulheres que cursam Jornalismo nas Universidades, que é superior ao de homens.

É difícil avaliar em que medida as mudanças no perfil educacional das mulheres as têm beneficiado em termos de inserção no mercado de trabalho e na geração de renda. Há avanços inegáveis, mas também fortes persistências no que diz respeito às desigualdades de gênero. (ABREU et. al., 2016, p.151)

E é neste contexto que, para além da presença das mulheres nestes espaços, surge a necessidade de pesquisar a vida profissional dessas mulheres, entender como ocorreu a inserção delas no ambiente radiofônico, identificar as dificuldades pelas quais passaram para desempenhar as suas funções, bem como investigar em que medida essas diferenças editoriais e os conteúdos das emissoras influenciam neste cenário e como se dá as relações de gênero nestes espaços.

Considerações finais

Com estes apontamentos teóricos e metodológicos iniciais que servirão de base para o referencial teórico da pesquisa de doutorado em andamento. Para além do referencial teórico é importante ressaltar a necessidade do estudo. Ser uma mulher radialista, apesar de certamente ser o sonho de muitas mulheres, torna-se um ideal de difícil acesso, tendo em vista o universo excludente em que a rádio está inserida. Apesar de que na situação atual esse espaço esteja mais acessível, as mulheres ainda são minoria, mas é visível que a mulher vem ganhando espaço nos meios de comunicação e de forma mais lenta no rádio, muito devido ao fato das emissoras, em sua maioria, terem um conteúdo muitas vezes voltado aos esportes, especialmente o futebol.

As lutas travadas pelas mulheres e pelos movimentos feministas possibilitaram a conquista de várias melhorias, o preconceito dentro do local

de trabalho diminuiu, a inserção no mundo do trabalho aumentou, a discriminação com relação ao estado civil da mulher também diminuiu e o nível de escolaridade já é maior entre as mulheres em relação aos homens. Ainda assim, isso não quer dizer que exista uma igualdade, ou ainda uma equidade nas relações de gênero.

Nota-se que as mulheres precisam se preparar muito mais para provarem que são competentes. As dificuldades das mulheres radialistas em geral, não são diferentes das dificuldades da trabalhadora de qualquer área.

A busca das memórias do rádio pelotense e mais especificamente das mulheres radialistas, através da história oral, possibilitará o acesso a fatos importantes para a análise da história das emissoras, da inserção da mulher neste ambiente prioritariamente masculino e, ainda, das relações de poder e das dificuldades geradas a partir delas. Esses acontecimentos certamente não seriam encontrados em outros tipos de fontes.

É fácil identificar as fronteiras simbólicas de gênero que são estabelecidas desde a infância nas brincadeiras consideradas de meninos e de meninas. Geralmente, ao ultrapassar os limites de cada grupo, as crianças são corrigidas e até mesmo punidas como uma forma de controle que vão definindo o espaço de cada um e cada uma dentro da sociedade.

Também na fase adulta essas fronteiras vão construindo o ideal para homens e mulheres delimitando espaços em que eles podem atuar ou não, as atitudes que devem ter e as ações que não podem fazer. São padrões de conduta que estabelecem as relações de dominação e opressão entre os homens e as mulheres. Essas margens que permeiam os limites dos indivíduos não são naturais, nem decorrem das características biológicas de cada um, são na verdade uma construção social.

Como construção, essas margens podem ser corrompidas, deslocadas, desconstruídas e até mesmo reconstruídas de uma outra forma. De

uma certa forma, esses limites já vêm sofrendo um deslocamento através das diversas lutas dos movimentos de mulheres pelos direitos. É neste sentido que os estudos de gênero se tornam importantes para a análise e o debate das desigualdades, buscando uma desconstrução e até mesmo uma ruptura com os padrões que são impostos nas estruturas de dominação.

Este artigo constituiu-se de reflexões preliminares acerca das principais bases teóricas e metodológicas que serão necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Fontes orais

CUNHA, Maria Teresa. Jornalista e Radialista aposentada. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na Câmara dos Vereadores, Pelotas, 2018.

ESTRELLA, Maria Alice. Radialista e locutora. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, agosto de 2017.

LOPES, Vera. Diretora de Produção aposentada e ex-diretora da Rádio. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, outubro de 2017.

MACHADO, Zari. Jornalista e Radialista aposentada. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa de sua mãe, Pelotas, 2018

VAZ, Luiz Carlos. Jornalista e radialista. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada no Mercado Público de Pelotas, Pelotas, agosto de 2017.

Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A de; VIEIRA, Joice Melo; MARCONDES, Gláucia dos Santos. Presença Feminina em Ciência e Tecnologia no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **As divas do rádio Nacional**: as vozes eternas da Era de Ouro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.

DIETMANN, Sofia Soares. CHAVES, Leslie Sedrez. As recatadas: As mulheres enquanto pauta e protagonistas no Rádio. In: RIBEIRO, Alessandro Teixeira. **Comunicação, política e atores coletivos**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista**: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. 2015. Mediações, Londrina. v.20 n.2, p.97-128, jul./dez. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

DELGADO. Lucilia de Almeida Neves. Jango: cinema, história, memória e reconhecimento – intersecções. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta (orgs). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis**: o caso brasileiro. Varia História. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun. 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Editora Companhia das Letras, 2013.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru/São Paulo: UDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 1. ed., 1ª reimpressão–São Paulo. Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** (tomos I, II e III). 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos Ingleses e outros ensaios**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

Ressignificação do trabalho feminino em espaços de homossociabilidade masculina: novas identidades profissionais das trabalhadoras do Polo Naval de Rio Grande a partir de suas trajetórias e disposições

*Marcus Vinicius Spolle
Pedro Robertt*

1. Introdução

Este trabalho analisa a trajetória de trabalhadoras do Polo Naval de Rio Grande de 2005 a 2016, período de seu funcionamento, até a sua desativação devido à crise do Setor, com o fechamento de várias empresas do setor¹. O foco de análise está centrado na ativação de novas disposições e a criação de uma nova identidade profissional individual e uma nova identidade coletiva.

Analisou-se as trajetórias das trabalhadoras, mobilizando os conceitos de Lahire (2004), sobre as disposições agenciadas pelos indivíduos, e de Stuart Hall (2006), dos estudos culturais e de Avath Brah (2006), vinculado às teorias pós-colonialistas. Assim, é observada a construção das identidades, principalmente, o processo das diferenciações e, especialmente, as construções das identidades femininas e das profissões

¹O capítulo é produto, de um lado, do projeto de pesquisa “Masculinidades e diferenças: uma análise sociológica dos espaços de homossociabilidade masculina no sul do estado do Rio Grande do Sul em suas interfaces com os marcadores de raça e classe social”, discutindo a construção identitária das mulheres em espaços masculinos. O projeto explora a interseccionalidade de gênero, raça e classe e tem se vinculado ao Núcleo de Estudo do Polo Naval (NEPN), formado por pesquisadores da área do trabalho. O NEPN entrevistou, de 2017 a 2019, trabalhadores e trabalhadoras que foram contratados nas empresas do Polo Naval de Rio Grande e de São José do Norte, como parte do projeto “Etnografia do Polo Naval: os trabalhadores após o trabalho”. De outro lado, então, o artigo também se insere neste projeto. De um total de cinquenta participantes, foram entrevistadas nove mulheres, investigando a trajetória de trabalho antes e depois do Polo Naval, bem como a construção da identidade profissional dentro do setor naval. Para este trabalho, foram analisadas cinco entrevistas com mulheres que trabalhavam no setor operativo do empreendimento.

femininas em um espaço predominantemente de profissões e de homosociabilidades masculinas, dado que a maioria dos trabalhadores dentro de um polo naval é homem.

Procurou-se entender como as mulheres ressignificaram, relacionalmente, as profissões que são teoricamente consideradas masculinas, se posicionando no mercado de trabalho como profissionais qualificadas e especializadas.

Na primeira parte do trabalho é apresentado um breve relato histórico do Polo Naval de Rio Grande, desde a implantação até o seu fechamento, com a crise do setor naval. Em seguida, numa segunda parte, é apresentada a reflexão sociológica de Bernard Lahire que coloca em relação os conceitos de disposições e de identidades, fazendo também uma diferenciação entre identidades individuais e coletivas. Na terceira parte, se traz a contribuição de Hall e de Brah, focalizando nas dimensões apresentadas por este autor para analisar o processo de formação da identidade: a experiência, a diferença como elemento social, o subjetivo e a própria construção identitária. Na quarta parte são analisadas descritivamente as entrevistas realizadas, esboçando algumas reflexões conceituais. Nas considerações finais, mobilizamos as categorias teóricas dos autores citados para pensar os processos de ativação de disposições e de formação de identidades das mulheres que trabalharam no Polo Naval de Rio Grande, no período recente.

2. Breve histórico do Polo Naval de Rio Grande: implantação e crise do setor²

O Polo Naval, no município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, veio juntar-se ao desenvolvimento da indústria naval, em todo o país, na virada de século. Todo um conjunto de alterações legais propiciaram que

² Fazemos, nesta seção, uma descrição geral do processo de implantação e declínio do Polo Naval de Rio Grande. Informações mais detalhadas e precisas sobre este processo podem ser consultadas em Spolle e Fabres (2014).

essa indústria tivesse um novo impulso no período recente. A partir disso, foi facilitado o crédito para armadores e estaleiros, e aumentado também o prazo máximo de quitação dos financiamentos de quinze para vinte anos. Nessa época, não tão distante, se registrava uma forte modernização do parque industrial que mudaria, radicalmente, a situação de emprego e a cidade de Rio Grande, que tinha até esse momento uma tradição em atividades principalmente de comércio e de pesca³.

Nesses primeiros anos também se verificavam incentivos para o desenvolvimento de novas tecnologias, de forma a tornar a indústria naval brasileira competitiva em nível mundial, junto com a geração e qualificação e de emprego e renda.

Nesse grande movimento de revitalização de uma indústria, foram financiados a construção de algumas centenas de embarcações e vários estaleiros, ao longo de todo o país. A Petrobrás, a grande contratante dos megaempreendimentos, chegou a demandar encomenda de quatorze plataformas e vinte e cinco sondas de perfuração.

No caso do Polo Naval de Rio Grande registrava-se a instalação de grandes empresas como Quip e Ecovix/Engevix, sobre as quais orbitavam um conjunto de mais de cem empresas fornecedoras. O megaempreendimento expandiu-se fisicamente até 2016, na área de infraestrutura naval e na produção de cascos. O Polo Naval significou, portanto, uma forte dinamização da economia local, a geração de emprego inédita para a região, impactando principalmente as cidades de Rio Grande e a vizinha Pelotas, e a qualificação de milhares de trabalhadores, incluindo mulheres, num ramo industrial pujante.

³ Sobre as mudanças gerais na cidade de Rio Grande e nas suas atividades econômicas tradicionais, a partir da instalação do Polo Naval, pode-se consultar Robertt (2019) e Robertt, Spolle (2020).

Assa expansão, no entanto, foi interrompida nos últimos meses de 2016 com a crise do setor naval, decorrente em parte de ações judiciais contra a empresa Ecovix. Embora esse seja o motivo conjuntural com o qual se associa o declive e encerramento do Polo Naval, vários fatores podem ser trazidos para explicar tal processo, principalmente uma mudança da política industrial do governo com o impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016.

No município de Rio Grande, no final do ano de 2016, foram demitidos em torno de dois mil trabalhadores. Embora o movimento de demissões já tinha começado, lentamente, anos atrás, aquele era um momento crucial no desmantelamento de toda a indústria naval. Tinha-se, agora, uma percepção local de que talvez o Polo Naval passasse pela história da cidade como um evento fugaz que ficaria na memória de seus habitantes como um projeto do que poderia ter sido.

Começava-se, assim, a vivenciar um período de dificuldades econômicas sérias para esses ex-trabalhadores. Segundo os depoimentos de vários deles, grande parte da mão de obra alocada teve que procurar emprego em outro lugar, com um grande número de migrações para outras cidades portuárias. Inclusive, muitos trabalhadores que tinham vindo de outras cidades (com uma experiência pretérita de trabalho na indústria naval), retornavam a suas cidades de origem ou procuravam um novo emprego em diferentes regiões do Brasil. Uma outra parte dos desempregados conseguiu abrir um negócio autônomo como o de soldador, ou mudar de ramo, seja no trabalho numa grande empresa de fertilizante que se instalava em Rio Grande, no comércio, e até mesmo na construção civil. Já outro contingente importante de trabalhadores caía na informalidade e no trabalho precário. No caso das mulheres, muitas voltavam a procurar emprego no comércio, ou na área de limpeza e higienização, o que de certa forma mostra um forte retrocesso frente à

especialização da mão de obra feminina na indústria naval, que se tinha verificado nesses anos. É esse processo que pretendemos analisar neste artigo, focando nas trajetórias de mulheres trabalhadores. Nesse sentido, explicitamos que o mesmo não trouxe apenas uma mudança econômica importante no nível local de uma cidade do sul do Brasil, mas também significou a ativação de disposições e a criação de uma novas identidades profissionais.

3. Disposições e aproximações ao estudo das mulheres trabalhadoras do Polo Naval

A discussão que Bernad Lahire (2004) traz sobre as disposições possibilita apontar os princípios que geram a diversidade das práticas. Cabe ressaltar que as disposições, nesta perspectiva, só podem ser registradas a partir da observação de uma série de comportamentos, atitudes e práticas. Por sua vez, este conceito implica uma ideia de recorrência, de uma série de acontecimentos e de práticas dos atores.

Ao invés de pensar as disposições a partir da transponibilidade ou transferibilidade de esquemas de diversos contextos (dando uma certa coerência na construção dos *habitus*, mais fortemente presente em Bourdieu), o autor elabora essa categoria a partir da combinação de contextos de ação atuais e passados. Isso, inclusive o leva a propor que existem disposições tanto coerentes quanto contraditórias, por exemplo, em um mesmo indivíduo. Contudo, o mais interessante a resgatar, seguindo a análise desse autor, é que estudar as disposições é ver como elas aparecem empiricamente na ação prática, em cada contexto da ação (LAHIRE, 2005, p.13).

Lahire trabalha as disposições no sentido bourdesiano como interiorização das exterioridades, incorporação de estruturas sociais passadas e presentes. Contudo, a ênfase de sua sociologia disposicional aponta a

mostrar como o indivíduo vive a pluralidade do mundo social. Assim, esta sociologia trabalha a ideia de que cenários, contextos presentes e passados podem acabar por gerar uma heterogeneidade disposicional. Para o autor, o que determina a ativação de determinada disposição em um certo contexto, pode ser produto de interesses entre as relações de forças internas e externas. (LAHIRE, 2005, p. 37). Nessa linha de análise, estudar o social individualizado é estudar o social retratado em um corpo que atravessa instituições, grupos sociais, e campos de força e de luta. (LAHIRE, 2005)

Cabe ressaltar que, o desenvolvimento de uma sociologia das pluralidades disposicionais, em Lahire, permite em alguns casos encaminhar a análise para as discussões sobre a pluralidade das identidades⁴. Nesse sentido, existiria a possibilidade empírica de *construção de identidades individuais múltiplas*, que apareceriam como formas particulares de tensões disposicionais, isto é, após a sua explicitação conflitual. De acordo com o nosso autor:

Somente depois que ‘imagens pessoais’ tenham sido um pouco objetivadas (na linguagem verbal) é que se pode começar a falar de identidade individual. No mundo social, uma parte ínfima dessas imagens pessoais sofre um longo processo em que são explicitadas, objetivadas, institucionalizadas e tornadas públicas. (LAHIRE, 2004, p. 317).

Assim, a relação entre disposições e identidade não é automática, só sendo verificável empiricamente em alguns casos de “tensão disposicional”. No decorrer de sua interpretação, o autor acrescenta:

De tanto se interessar pela identidade, o sociólogo pode ver identidade por todo lado, ao passo que é apenas em certos momentos, em certas ocasiões,

⁴ Lahire trata de mostrar essa possibilidade em uma pequena seção dedicada a relacionar disposições e identidades, constante na obra “Retratos Sociológicos” (2004). pp. 316-318.

para certos grupos ou certos indivíduos, que se apresenta a questão do ‘Quem somos nós?’ ou do “Quem sou eu?” ou mais adiante “(...) é útil para compreender os próprios fenômenos identitários, conhecer um pouco mais precisamente os processos de socialização aos quais foram submetidos/de que participaram os indivíduos singulares ou os membros do grupo em questão, a fim de reconstruir as disposições que eles construíram e que fazem com que ajam de determinado modo” (LAHIRE, 2004, p. 317).

Essa leitura nos permitirá em diante ter uma visão não essencializada das mulheres do Polo Naval, justamente por ver neste grande empreendimento uma forte possibilidade de ativação de novas disposições bem como tensões disposicionais, derivadas do confronto das antigas e das novas identidades.

Lahire traz também uma contribuição para pensarmos as identidades coletivas. De acordo com seu raciocínio, a perdurabilidade da identidade coletiva depende de contextos políticos e ideológicos, o que de algum modo configura a possibilidade de construção de um “nós”. Entram em jogo aqui lutas simbólicas que implicam princípios classificatórios (e identificatórios) bem como os efeitos de imposição de identidades. Justamente, essa reflexão conceitual nos será de utilidade para pensarmos em que medida pode se observar, no caso das trabalhadoras do Polo Naval, uma passagem de uma identidade individual a uma coletiva

4. Identidades, reflexões pós-coloniais e mulheres do Polo naval

O uso das teorias de autores pós coloniais como Hall e Brah, por sua vez, nos permite aprofundar na análise da construção identitária das mulheres do Polo Naval, a partir da forma em que desenvolvem o conceito de identidade, enquanto algo múltiplo, discursivo, relacional e em construção (HALL, 2006), o que ajuda a pensar as formas de mediação dessa construção. Nessa perspectiva, Avta Brah (2006) discute o processo de formação

da identidade como um processo de diferenciação em termos de quatro dimensões: a experiência, a diferença como elemento social, o subjetivo e a própria construção identitária do indivíduo em relação a si ou a grupos coletivos. Para a autora, a primeira dimensão, a da *experiência*, é o conceito chave do feminismo. O movimento de mulheres tem tido como alvo dar voz às experiências pessoais. Assim, principalmente nos anos oitenta do século passado, os movimentos feministas apontavam que o pessoal é político. O que importa não é como se deu a conscientização disso, mas que a experiência não reflete uma realidade pré-determinada, é uma construção cultural. Não se trataria, então, de um sujeito da experiência plenamente constituído, mas das experiências que acontecem, sendo o lugar de formação do sujeito. Como a pessoa percebe ou concebe um evento varia de acordo como ela é constituída culturalmente.

A dimensão da *diferença*, como elemento do social, também apresentada pela autora, é constituída e organizada pelas relações sistemáticas, através de discursos econômicos, culturais e políticos e por práticas institucionais. Trata-se de articulações históricas (micro e macro) de regimes de poder dentro dos quais são instituídos, nas formações estruturais, modos de diferenciação (gênero, classe ou raça). As relações sociais de diferença são constituídas e operam em todos os locais de uma formação social.

Há também um reconhecimento crescente sobre que as emoções, sentimentos, desejos e fantasias não podem ser compreendidas em termos de imperativos das instituições sociais. Eis aqui o *subjetivo*, terceira dimensão considerada pela autora. Dentro da concepção Pós-colonialista o sujeito é salientado e entendido como descentrado, heterogêneo em suas qualidades e dinâmico. A subjetividade não é nem unificada, nem fixada, mas fragmentada e constantemente processada. Os processos de formação de subjetividades são ao mesmo tempo sociais e subjetivos, o que ajuda a

entender os investimentos psíquicos que os sujeitos, socialmente produzidos, fazem ao assumir posições específicas.

Por fim, as lutas sobre significados são também a luta cotidiana sobre diferentes modos de ser, sobre diferentes construções de identidades. A *construção identitária*, última dimensão, está ligada às dimensões anteriores: da experiência, da subjetividade e das relações sociais. A subjetividade sentida no processo da relação do indivíduo com o mundo é experimentada como identidade. A identidade, por sua vez, é marcada pela multiplicidade de posições de sujeito. Assim, ela não é fixa, mas uma multiplicidade relacional em mudança.

Dessa leitura pós-colonial, a identidade é concebida como um processo pelo qual a multiplicidade, a contradição e a instabilidade da subjetividade são significadas como tendo coerência, continuidade, estabilidade, que podem em qualquer momento serem enunciadas como um “eu”. Podem, assim, serem articuladas com as experiências coletivas que dão sentidos a essa construção.

Além das concepções das identidades individuais, pode se falar também em identidade coletiva, processo de significação pelo qual as experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação (classe, casta, gênero ou religião) são investidas de significados particulares. Assim, identidade coletiva é um processo, no qual discursos, matrizes de significados e memórias históricas, postos em circulação podem formar uma base de identificação de um processo em um contexto econômico, social e político (BRAH, 2006).

Os elementos trazidos desde um olhar pós-colonial nos permitem anunciar algumas questões relevantes, especialmente, em relação às dimensões elencadas por Brah (2006) na discussão do processo de formação da identidade. Assim, podendo abrir a possibilidade de análise destas dimensões nas trajetórias das trabalhadoras do Polo Naval. Salienta-se,

assim, cogitar que as novas *experiências* vivenciadas num espaço de homosociabilidades masculinas e de alteração profissional, se somam e transformam a trajetória de vida destas trabalhadoras, fortalecendo uma perspectiva relacional das suas trajetórias. As relações sociais de diferença podem ser visualizadas nas mudanças de vivências de consumo e de salário, de lugar de moradia, que a possibilidade do emprego no polo propiciou. A subjetividade como dimensão analítica que se expressa nestas formas de como estas mulheres assumem novas perspectivas profissionais e de realização. Finalmente, a construção identitária se observa no modo como as mulheres vivenciaram sua inserção e posterior ejeção de espaços não destinados historicamente a elas, como o do trabalho na indústria Naval.

5. Mulheres trabalhadoras do Polo Naval de Rio Grande: suas trajetórias, disposições e construções identitárias profissionais

Ao analisar as profissões ligadas ao setor produtivo⁵, pode-se observar no grupo de entrevistadas, dois tipos de trajetória de aprendizagem: aquelas que optaram por profissões onde há uma exigência de curso técnico profissionalizante ou superior, em que o conhecimento especializado é adquirido em cursos de longa duração; e aquelas que o fizeram através de cursos técnicos, de curta duração, de seis meses a um ano, de modo a desenvolver as habilidades específicas⁶.

As especializações de curta duração possibilitaram que as trabalhadoras, que tinham profissões vinculadas a outras áreas, diferentes do setor

⁵ Para este trabalho partimos das trajetórias de vida e profissional de 9 (nove) entrevistadas; destas, 5 (cinco) trabalhavam na área técnica do Polo Naval (uma soldadora, duas armadoras, uma ajudante da parte elétrica e uma estagiária de engenharia naval) e 4 (quatro) em setores administrativos (controle de estoque, contabilidade, tradução, controle de contratos). Como o nosso interesse é relativo às transformações das identidades profissionais das trabalhadoras vinculadas às áreas técnicas do setor produtivo do Polo, concentramos nossa análise nas primeiras 5 (cinco), não sendo analisados os depoimentos das trabalhadoras do setor administrativo. Contudo, cabe destacar que as últimas declararam, expressamente, a relevância do Polo Naval nas suas trajetórias profissionais, principalmente no que diz respeito a uma melhoria nos rendimentos econômicos auferidos. Foram excluídos os nomes das entrevistadas para preservar seus nomes, sendo substituídos por letras.

⁶ Cursos, os últimos, oferecido geralmente pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e, no caso de Rio Grande, no período da implantação do Polo Naval, pela prefeitura municipal.

naval, principalmente a aquelas ligadas ao setor de serviço e que tinham baixa escolaridade, conseguissem a oportunidade de adquirir capacidades técnicas e expertises de maneira mais rápida e com baixo investimento financeiro, possibilitando a inserção no novo mercado de trabalho que se abriu com a implementação do Polo Naval de Rio Grande, como mostra o depoimento a seguir:

Antes eu trabalhava em loja, era vendedora. Ai me especializei, fiz curso no SENAI, larguei o currículo. Um mês depois já me chamaram pra trabalhar, foi em 2013. (..) Um dia passando no INPS [Instituto Nacional de Previdência Social] que faz consultas lá e tinha uma fila e eu passei e perguntei o porque daquela fila, né? E o pessoal disse “que era para uns cursos que estão dando gratuitamente” e eu entrei naquela fila pra ver que tipo de curso era. Eu estava desempregada na época, ai quando eu cheguei a moça me falou assim: “tem dois cursos”. Um eu não me lembro qual era o curso, “só que tu vai ter que esperar e tem um outro que é montagem de andaime e tu já pode ingressar”; e eu não sabia nem o quê que era e eu quis fazer o curso. Eu estava desempregada mesmo. Ai eu fiz o curso de montagem de andaime, foi duas semanas eu acho que de curso. Ai eu fiz o curso e em seguida já larguei o currículo e me chamaram. (Entrevistada A)

O testemunho acima indica que a oportunidade aberta, pela instalação do Polo Naval, mobilizou as disposições da entrevistada para investir em uma outra carreira profissional, além daquela que usualmente ela estava inserida no mercado de trabalho local.

Em outro caso, a entrevistada B, que tinha um restaurante em São Sepé (no centro do estado), recebeu a informação da existência de cursos para o Polo Naval de Rio Grande, através do filho, o qual tinha vindo ao município para realizar um curso superior. Sua estratégia foi diferente, pois, veio para a cidade, entrou no curso de esmerilhadora, de formação mais rápida, conseguiu uma vaga na ECOVIX por três meses e depois fez

um curso de solda no SENAI, na expectativa de mudar da profissão de esmerilhadora para soldadora, mas mantendo o vínculo empregatício dentro da empresa.

Uma terceira estratégia desenvolvida foi observada na trabalhadora que já era servidora concursada na prefeitura de Pelotas, trabalhando no setor administrativo, e resolveu investir no curso intensivo de montadora de andaime. A sua estratégia foi pedir afastamento de dois anos de seu emprego no estado, sem receber vencimentos, ingressar no Polo Naval e experimentar como seria essa nova empreitada em uma nova profissão. Isto é, se não desse certo, ela poderia voltar à situação anterior:

Era uma coisa bem melhor que o salário de um funcionário público, né? No caso da minha função. E aí eu fiz um curso de montador de...de...como é mesmo o nome?

(...) é, eu só esqueci o termo que ele usou. Aí eu peguei e fui trabalhar, tirei uma licença de interesse da prefeitura. Porque depois de dez anos de funcionário público você tira a licença e fica dois anos...Até dois anos afastados, sem perder seu vínculo empregatício, mas tu não recebe.

(...) eu fiz aqui em Pelotas, ali na Duque de Caxias tinha um curso. Que eu também não vou lembrar do nome do curso pra te dizer.(...) Eu paguei, eu paguei na época prestações e era dois mil e alguma coisa, não lembro mais. Eu tenho os recibos lá em casa. Era dois mil e alguma coisa.(...) Eu paguei 10 parcelas de duzentos e.. O rapaz que ministrava o curso lá de noite, trabalhava como encarregado no Polo Naval. Aí ele pegou, ele levava os currículos, né? E deixava lá dentro. Aí quando havia necessidade de contratação, aqueles que tinham o curso de especialização ficava mais fácil (Entrevistada C).

Nos três casos, as entrevistadas, cada uma a seu modo, conseguiram adquirir as capacidades técnicas para ingressar no Polo Naval, o que mudou em certa medida a trajetória de suas vidas profissionais. Entre outras, essa nova capacidade profissional proporcionou uma mudança econômica, aumentando significativamente os vencimentos que recebiam nas

atividades que exerciam anteriormente ao polo, como mostra o seguinte depoimento, da trabalhadora originária do comércio:

Eu não conhecia nada, mas quando eu fiz o curso me deu uma base, porque tu conhece mesmo é estando lá dentro. A experiência, no caso, me deu uma base e já no início eu gostei. Aí no primeiro dia que foi a entrevista o salário também me atraiu, por exemplo na loja eu ganhava não chegava a R\$800,00 na época que era o salário mínimo e eles me ofereceram R\$1640,00 e mais o vale alimentação que tinha (Entrevistada A).

Os maiores rendimentos monetários possibilitaram também mudanças na qualidade de vida e de consumo, passando a adquirir bens móveis e imóveis:

Como eu falei pro resto foi um sonho [mas] pra nós foi realidade e a gente adquiriu bens, a gente adquiriu carro, a gente tá pagando carro que deram a oportunidade da gente comprar no banco e móveis a gente adquiriu e agora caiu, desceu não só na expectativa, mas estamos aí tentando. (Entrevistada A)

Para uma das entrevistadas, estudante universitária do curso de engenharia mecânica naval, o significado da entrada no Polo Naval de Rio Grande representou a sua inserção no mercado de trabalho, pois abriu a possibilidade de estagiar na área de sua formação, como podemos observar na sua fala, a seguir:

Sou de Rio Grande, estudei o ensino médio e fundamental em escola pública. Entrei pra FURG com 18 anos no curso de matemática – Licenciatura, depois migrei para o curso de engenharia mecânica naval, que era um curso novo, me formei na primeira turma. Teve processo seletivo de estágio para o Polo Naval numa empresa que trabalhava lá dentro e fui selecionada.
(...) Fiz um processo seletivo junto com o pessoal da engenharia mecânica e fui selecionada para trabalhar nessa empresa.

(...) Eu fazia vistoria estrutural dos blocos, desde a montagem dos blocos até a parte de equipamentos que iam dentro da plataforma. Então, eu sou engenheira mecânica naval, tem tudo a ver (Entrevistada D).

Nesse caso, a entrevistada expressa que, diferentemente das soldadoras e montadoras, o Polo não modificou as suas expectativas profissionais de, depois de formada, conseguir entrar no mercado de trabalho. Suas disposições em seguir a sua carreira profissional já estavam dadas.

Assim, com exceção da engenheira, foram desenvolvidas as disposições destas mulheres entrevistadas em mudar de ramo. Tal prerrogativa nasceu a partir das iniciativas pessoais de ingressarem nos cursos técnicos oferecidos no município, pelo SENAI e pelas empresas privadas, no auge do Polo Naval. O que, de certa forma, alterou suas identidades profissionais. Nesse sentido, mesmo com o fim do Polo, a incorporação foi tão intensa, que elas passaram a ser ver como especialistas neste setor. Inclusive, depois de encerrado o Polo Naval, pode se ver como permanece essa identidade individual profissional, como por exemplo no seguinte depoimento.

Eu continuo buscando, no momento eu estou de auxiliar de higienização, mas eu continuo buscando como montadora porque é a minha área e eu adoro. É a qualificação que eu tenho (Entrevistada A).

Muitas dessas trabalhadoras continuaram procurando empregos vinculados à área de metal-metalurgia e da construção naval; apesar de, na condição de desempregadas, terem que aceitar trabalhos vinculados à questão de gênero, isto é, instituídos tradicionalmente como sendo próprios “de mulher”, como faxineiras e auxiliar de limpeza. Contudo, sua identidade já tinha mudado. Agora, passavam a se sentir identificadas com uma profissão na indústria naval.

Cabe destacar que a partir da nova situação de desemprego ou subemprego, muitas trabalhadoras passaram a ter dificuldades para manter-se nas funções especializadas que o Polo Naval lhes tinha proporcionado. Foi a partir daí que algumas ex-trabalhadoras das empresas ligadas ao Polo Naval decidiram formar o grupo de mulheres, “Muralha Rosa”. Esse grupo nasceu procurando a reinserção no mercado de trabalho das mulheres que trabalharam no Polo Naval, fiscalizando e denunciando as empresas do setor naval, ou do setor metal/mecânico, principalmente nas questões da discriminação de gênero na seleção feita pelas empresas. Além disso, como o grupo reúne profissionais que trabalharam no Polo Naval, se discute a possibilidade de se transformar em uma cooperativa prestadora de serviços. O depoimento a seguir ilustra esse processo de formação, agora, de uma identidade coletiva:

Inclusive a gente tem um coletivo de mulheres desempregadas do Polo Naval, nosso coletivo se chama Muralha Rosa.

(...) A gente começou através da nossa luta pela volta do Polo Naval, ai a gente viu que estávamos lutando pra conseguir emprego e a gente não conseguia por ser mulher; até mesmo teve uma empresa que a gente passou a noite inteira na fila eu a “V”, a encarregada, na fila do SINE. Tinha vaga e a gente era qualificada e a empresa não quis. Nesse ponto o Polo Naval era bem mais aberto pra contratação de mulheres, na Ecovix era 30% mulher.

(...) A gente se reuni, a gente faz confraternização às vezes pra conversar e às vezes a gente faz entrevistas em rádios. Nos chamam.

(...) A gente surgiu mesmo no sindicato dos metalúrgico e ainda estamos. E eles sempre botam vaga do SINE [Sistema Nacional de Emprego] pra nós no grupo, a gente tem grupo na Whasapp. Nós somos no total de 50 mulheres.
(Entrevistada B)

A criação de uma cooperativa de serviço, somente de mulheres ex-profissionais do Polo Naval, visaria oferecer todos os serviços

especializados vinculados às suas associadas, de todos os setores, dos mais técnicos, como solda, armação de andaimes até os de caráter administrativo. Nas considerações finais, a seguir, fazemos uma interpretação global da trajetória das ex-trabalhadoras do Polo Naval, desta vez, com o apoio teórico visto nas seções precedentes.

6. Considerações finais: discutindo as disposições e a construção de identidades de mulheres metalúrgicas

O Polo Naval de Rio Grande e São José de norte representou um megaprojeto que impactou de forma considerável a dinâmica não apenas dessas localidades, mas da metade sul do estado de Rio Grande do Sul em geral. Um de seus impactos principais foi sobre aqueles que dia a dia colocavam em funcionamento essa grande indústria, tanto antes quanto após o seu encerramento.

A trajetória de algumas trabalhadoras de Polo Naval de Rio Grande, no período de 2005- 2016, no Polo Naval de Rio Grande, nos permite argumentar⁷ que houve, especialmente naquelas que estavam desenvolvendo atividades vinculadas às áreas técnicas do setor produtivo do Polo, uma resignificação de suas identidades profissionais iniciais.

A instalação do Polo Naval representou uma mudança nas trajetórias dessas mulheres, ativando novas disposições e práticas, ausentes nas suas atividades de trabalho pretéritas, principalmente, em serviços de limpeza e no comércio. As disposições adquiridas foram fundamentalmente cognitivas, na medida que as trabalhadoras passaram a perceber que podiam desempenhar atividades que lhes eram vedadas anteriormente por uma divisão sexual do trabalho que reservava para elas as atividades

⁷ O número pequeno de entrevistas, apesar de serem em profundidade, nos leva a colocar nosso argumento mais em termos hipotéticos. Contudo, a criação de um grupo organizado de ex-trabalhadoras do Polo Naval que expressa coletivamente as disposições e identidades geradas outorga um peso adicional a esse argumento, para além da entrevista individual.

domésticas e de baixa qualificação no mercado de trabalho (HIRATA, 2002). Com auxílio de Lahire (2001, 2004, 2005), observou-se, então, como as disposições de atores sociais singulares, no nosso caso mulheres trabalhadoras da indústria naval, são resultado da diversidade de práticas e contextos de ação nos quais eles participam ao longo de sua vida.

As mulheres entrevistadas fizeram um deslocamento profissional da trajetória que iriam trilhar (fazendo um desvio de trajetória), não reproduzindo ocupações vinculadas ao gênero feminino, ligadas ao trabalho doméstico e de baixa qualificação, para se capacitarem em profissões tradicionalmente reconhecidas como masculinas.

A ressignificação da identidade profissional é ratificada, não só pela incorporação de habilidades, mas também por se reconhecerem como especialistas de uma nova atividade econômica, de maneira que ao perderem o emprego, pelo fechamento da empresa Ecovix, no município de Rio Grande, elas passaram a buscar empregos nas profissões que recém tinham incorporado na indústria naval. Assim, há um primeiro movimento face uma nova identidade individual que emerge a partir de incorporação, em boa medida, de disposições cognitivas.

O processo de ativação de novas disposições implicou, por sua vez, mudanças nas perspectivas identitárias profissionais das trabalhadoras. Essa identidade recente implica um sentido de pertencimento a uma nova categoria de trabalhadores (da indústria naval) que se expressa racional e afetivamente, como no depoimento que analisamos em que a trabalhadora não apenas afirma que está qualificada para trabalhar de montadora de andaime, mas também a “adoração” por essa nova atividade laboral na sua vida.

A partir do auxílio das sociologias disposicionais pudemos compreender a alteração das disposições vinculadas ao *habitus* (Bourdieu, 2007), abrindo, assim, para a possibilidade de mudança da trajetória de vida a

partir de escolhas de práticas, que irão reverberar nas identidades e na reconfiguração de novas trajetórias. As trabalhadoras do Polo Naval começaram a se identificar como trabalhadoras qualificadas, seja como soldadoras ou seja como montadoras de andaime, se afastando de ocupações mais identificadas com a experiência de gênero, de mulher, que geralmente estariam mais próximas de atividades domésticas, por exemplo os serviços de limpeza.

A nova identidade profissional também é resultado de uma “tensão disposicional”. Ao serem convocadas as mulheres (junto com os homens) na cidade de Rio Grande e proximidades para participar de uma renascente indústria naval e de vivenciarem cotidianamente espaços de homossociabilidades masculinas, criou-se uma tensão disposicional entre o passado determinado e um presente que carrega para elas a possibilidade de ativar um ineditismo disposicional.

Um achado de nosso estudo é que a implantação do Polo Naval trouxe como consequência a construção de uma nova identidade individual profissional, associada à aprendizagem de um novo ofício, em que as mulheres começaram a perceber e a sentir que não precisavam ficar atreladas àquele passado disposicional de trabalhadoras empregadas domésticas, de serviços de limpeza ou comerciárias. Agora elas passavam a se perceber e sentir como “trabalhadoras da indústria naval”.

Mas o processo de construção de uma nova identidade não termina aí. Aqui entra outro achado que nosso estudo apresenta: a ejeção do Polo Naval representa um momento de construção de uma nova identidade, agora de tipo coletivo, a qual é resultado de uma “tensão disposicional” que se apresenta de um modo novo. É o conflito entre o que foi possível ser e a imposição retroativa de disposições pretéritas. O ingresso no Polo Naval dessas trabalhadoras, como vimos, criou uma tensão entre disposições herdadas e disposições ativadas, tendo como resultado a criação de

uma nova identidade individual profissional: trabalhadora da indústria naval. A ejeção do megaempreendimento criou a tensão inversa formada pela reativação de disposições apagadas (limpar, cuidar, vender, etc) e o apagamento das disposições geradas (principalmente cognitivas) no período de seu funcionamento. A tensão disposicional agora empurra as trabalhadoras para suas disposições herdadas, as quais elas conseguem ativar novamente, mas talvez não mais fortemente como antigamente, mas de forma fraca. Por isso, uma trabalhadora entrevistada diz que “está” (verbo transitivo) de auxiliar de higienização. No decorrer desse processo, o resultado mais nítido da tensão disposicional “invertida” é a construção de uma nova identidade coletiva, representada pela emergência do grupo “Muralha Rosa”.

Em síntese, o Polo Naval ao oferecer e ativar novas disposições acabou gerando uma certa tensão com o esperado tradicionalmente das mulheres trabalhadoras. Todo esse processo de implantação e encerramento do Polo Naval levou gradativamente, primeiro à construção de uma identidade individual profissional e, posteriormente, a uma identidade coletiva de mulheres da indústria naval.

A nova identidade individual (que persiste junto com a identidade coletiva) é tão contundente, que ao perceberem a dificuldade de competição com os profissionais homens, após o encerramento do Polo naval, uma parcela dessas mulheres funda um movimento coletivo que reivindica uma inserção profissional que contemple as disposições cognitivas incorporadas naquele empreendimento. Nesse sentido, passam a questionar a atuação do SINE e das empresas e empresários da localidade de Rio Grande, diante da discriminação de gênero e profissional no mercado de trabalho.

Para Lahire são raros os casos em que se pode associar criação de disposições e formação de uma identidade coletiva. Talvez nos

encontremos, justamente, diante de um desses ramos casos. A trajetória de uma parcela das mulheres do Polo Naval, que criam um grupo que reivindica a sua inserção profissional, no mesmo patamar que os homens, é um primeiro momento de construção de uma identidade coletiva. Já, a tentativa de organização de uma cooperativa profissional que as aglutine representa um segundo momento dessa identidade coletiva, que ao mesmo tempo reafirma a nova identidade profissional criada a partir da instalação e funcionamento do Polo Naval.

Para finalizar, trazemos algumas reflexões que surgem da leitura pós-colonial. A construção da identidade de acordo com as dimensões trazidas por Brah, pois a identidades destas mulheres, se constroem a partir das diferentes dimensões das suas vivencias, a experiência de ser mulher, que antes fortalecia trabalhos ligados a vida doméstica e agora assume novas possibilidades como a de serem mulheres engenheiras, soldadoras, armadoras, ao mesmo tempo que usam da organização para reivindicar a condição de gênero e de trabalho, criando, assim, a Muralha Rosa. Na dimensão da diferenciação social, as mulheres trabalhadoras do Polo passam a ter um novo padrão de consumo, de salário, de moradia, colocando-as na construção de novas perspectivas de estilo de vida. Por último, a dimensão da subjetividade e da própria construção identitária, vislumbra para elas a possibilidade de ganhar novas formas de reconhecimento profissional, dimensão que é incorporada e que motiva também a pauta de luta sindical e coletiva.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAH, Avtar. Difference, Diversity, Differentiation. In: Cadernos Pagu, nº 26, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? *Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*, São Paulo, Boitempo, 2002.

LAHIRE, Bernard. O homem plural: as molas da ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2001

_____. Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas* [online]. 2005, n.49, pp.11-42.

ROBERTT, Pedro. Trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande: ativação e apagamento de disposições econômicas e cognitivas. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. Florianópolis, 9 ao 12 de julho de 2019. UFSC.

ROBERTT, Pedro; SPOLLE, Marcus Vinicius. Ativação e descarte de disposições de trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande: corpos entre a fantasia e o fantasma. *Polis (Santiago)*, v. 1, p. 100-113, 2020.

SPOLLE, Marcus Vinicius; FABRES, Ana Cristina Porto. O Polo Naval de Rio Grande e a utilização de trabalhadores especializados migrantes. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambú. 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014.

Diversidade sexual, gênero e educação ¹

*André Luis Penha Corrêa
Renato Duro Dias
Sheila Stolz*

Introdução

As temáticas envolvendo as diversidades sexuais e o gênero sempre foram motivo de inquietação. O discurso e o poder que constituem e colocam as pessoas LGBTQIA+ em posição de desigualdade social precisam ser questionados e subvertidos. Para que se possa, efetivamente, combater a violência e a desigualdade as quais essas pessoas são condenadas é preciso, em primeiro lugar, analisar e compreender o que legitima esta realidade para que, então, seja possível pensar em soluções e formas de enfrentamento.

A incapacidade de conviver com a diversidade e com aqueles classificados como diferentes, muitas vezes, é fruto de preconceitos, ou seja, da forma distorcida e despida de conhecimento de enxergar o outro. Os preconceitos são percepções negativas em face de indivíduos ou grupos socialmente inferiorizados, visando à exclusão desses sujeitos no âmbito social e político.

Ao longo da história as escolas e demais locais de educação vêm praticando o ensino de forma a disciplinar e modelar os indivíduos e suas identidades, favorecendo o heterossexismo e a heteronormatividade.

¹ O presente artigo faz parte de estudo desenvolvido na dissertação "Gênero e sexualidades no currículo do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande : um estudo de caso" de André Luis Penha Corrêa, no Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, sob orientação do Prof. Dr. Renato Duro Dias e cuja pesquisa empírica foi realizada na disciplina "Direito e Gênero", ministrada pela Profa. Dra. Sheila Stolz Silveira no Curso de Graduação em Direito da mesma universidade.

Assim, estes locais, que deveriam propagar o conhecimento e a diversidade, acabam se tornando lugares de ocultamento e de desconhecimento. Muitas vezes o indivíduo orienta suas atitudes com base na moral e em crenças, elementos estes que se relacionam com o processo de aprendizagem.

Os locais de ensino são uns dos mais importantes para a formação de conceitos e produção de práticas inclusivas em relação à diversidade sexual e de gênero, sendo estes, também, os lugares adequados para a ampla discussão sobre direitos humanos. Então, a desigualdade social vivenciada pelas pessoas LGBTQIA+ constitui o problema de pesquisa do presente trabalho, o qual é realizado tendo como hipótese a ideia de que, sendo as regras sociais opressoras um constructo social criado e sustentado pelo discurso e pela cultura, a educação poderá alterar esse cenário de injustiça social.

Para investigar tal questão, estabeleceu-se como objetivo geral a investigação sobre o potencial que a educação possui para enfrentar a desigualdade aqui narrada. Para alcançar o objetivo geral, traçou-se como objetivos específicos o estudo acerca das origens deste preconceito e a investigação sobre o potencial da educação como ferramenta capaz de trazer maior justiça social para a população LGBTQIA+. Para tanto, foi definido o método de revisão bibliográfica de textos acadêmicos relacionados ao tema².

² Salienta-se que o presente trabalho diz respeito à parte dos resultados obtidos em pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado intitulada Gênero e Sexualidades no Currículo do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande: um estudo de casa, apresentada no curso de Mestrado em Direito e Justiça Social da FURG em 2020, na qual os autores deste trabalho figuraram como orientado e orientador.

1. Diversidade sexual e gênero

Apesar dos tão conhecidos avanços e conquistas em relação ao reconhecimento e à conquista de direitos das pessoas LGBTQIA+³, o preconceito contra esse grupo de pessoas ainda é uma realidade mundial. Em um levantamento realizado em 2019 sobre a homofobia pelo mundo, a *Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)* indicou a existência de cerca de setenta países que ainda criminalizam a homossexualidade com penas que variam desde multa à prisão perpétua e pena de morte.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) publicou em 2020 seu relatório anual sobre a morte de pessoas LGBTQIA+ no Brasil no qual afirmam que em 2019, no país, ocorreram 329 mortes violentas desse grupo de pessoas, sendo 297 homicídios e 32 suicídios, todos os casos decorrentes de homotransfobia⁴, o que equivale a uma morte a cada vinte e seis horas. Esta realidade decorre das desigualdades e normas sociais que determinam quais pessoas merecem viver e quais não.

A aversão às pessoas LGBTQIA+ está diretamente ligada à história da sexualidade, a qual diz respeito não apenas às práticas sexuais, mas, à maneira como a pessoa percebe a si e de como ela se situa e expressa na sociedade, especialmente em uma realidade cuja presença de normas sociais não escritas (DIAS, 2015, p. 299-245), que ditam o que é considerado certo ou errado nas relações entre pessoas, é tão marcante.

Até meados do século XVII as práticas sexuais eram mais permissivas, porém a partir desse período passaram a ser reguladas, assumindo um propósito social (FOUCAULT, 2017, p. 07-19). As relações sexuais entre dois homens, por exemplo, costumavam ser reconhecidas e faziam parte

³ Esta é a sigla utilizada atualmente, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais, Travestis, *Queers*, Intersexuais Assexuados e demais possibilidades de orientações sexuais e identidades de gênero.

⁴ A homotransfobia é conceituada pela aversão, o medo ou o ódio contra pessoas LGBTQIA+.

da cultura na Grécia Antiga (BORRILLO, 2016, p. 45), porém, passaram a ser proibidas e alvo, até os dias atuais, de violência e preconceito.

Naquele período, chamado por Foucault de vitoriano, o sexo foi revestido de uma moral contida, hipócrita, passando a ser silenciado e regulado pelas principais instituições sociais, tais como o seio da família (FOUCAULT, 2017, p. 07-19). Esse silêncio, até os dias atuais, exclui certos corpos, nega a possibilidade da sua existência estigmatizando as identidades e os corpos divergentes (DIAS, 2015, p. 241).

Uma vez regulado o sexo, algumas formas de relações sexuais passaram a ser classificadas como permitidas e aceitáveis enquanto outras foram consideradas proibidas e abomináveis. A prática sexual aceitável seria unicamente aquela que, voltada aos órgãos reprodutores (PRECIADO, 2017, p. 25), objetivasse a reprodução, como explica Foucault:

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e a menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras.

[...]

Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (FOUCAULT, 2017 p. 08)

Para além de mera teoria, a repressão das sexualidades é um dado histórico. Analisando isto, Foucault (2017, p. 19-58) afirma que o sexo reprimido passou a operar como um mecanismo de poder baseado no discurso que molda e controla a vida das pessoas na sociedade. Então, o corpo passou a ser vigiado, controlado e condenado a se adequar a certos

hábitos, sensações e prazeres. A respeito disso, Foucault exemplifica relatando um caso interessante:

Num dia de 1867, um trabalhador agrícola da aldeia de Lapcourt, de espírito um tanto simples, empregado sazonalmente de um canto a outro, alimentado aqui e acolá por um pouco de caridade e pelo pior dos trabalhos, morando em granjas ou estábulos, sofre uma denúncia: nas fimbrias de um roçado, havia obtido algumas carícias de uma menina, como já havia feito, como tinha visto fazer, como faziam em volta dele os moleques da aldeia; é que na orla do bosque ou nas valas da estrada que leva a Saint-Nicolas, brincava-se familiarmente de “leite coalhado”. Ele foi, portanto, delatado pelos pais ao prefeito da aldeia, denunciado pelo prefeito à polícia, por esta apresentado ao juiz, inculcado por este e submetido inicialmente a um médico, depois a dois outros peritos que, após elaborarem um relatório, publicam-no. O que é importante nessa história? Seu caráter minúsculo: que o cotidiano da sexualidade aldeã, os ínfimos deleites campestres tenham podido tornar-se, a partir de um certo momento, o objeto não somente de uma intolerância coletiva, mas de uma ação judiciária, de uma intervenção médica, de um atento exame clínico e de toda uma elaboração teórica (FOUCAULT, 2017, p. 34-35)

Após certo tempo surgiu a categorização das perversões, no século XIX. O sexo voltado à reprodução ganhou fundamentos na medicina e na biologia, ciências estas que estavam completamente submetidas às normas sociais opressoras e controladoras (FOUCAULT, 2017, p. 61). Como resultado, ocorreu a condenação da homossexualidade, do adultério, do casamento sem consentimento dos pais e das pessoas hermafroditas. Quem os praticasse ou identificasse seria alvo de ódio e marginalização, bem como seriam taxados de doentes e pervertidos.

Surgem então as práticas sexuais e as sexualidades periféricas, exercidos pelos considerados libertinos que ousaram transgredir a moral e a ordem social em busca de prazeres proibidos e bestiais. O sexo passou, dessa forma, a ser uma ferramenta social de produção de verdades

(FOUCAULT, 2017, p. 63) que estabelece o que é certo e errado, o que é permitido e o que é proibido, bem como onde habitam os modos de viver saudáveis (RIOS; SEFFNER, 2018, p. 27).

Este mecanismo de poder, ao relacionar o sexo à religiosidade e à reprodução, torna-o algo que precisa ser confessado, bem c. O prazer seria violador das regras divinas, porém, ao mesmo tempo, a confissão libertaria e retiraria de quem o confessa o peso dos seus pecados e pensamentos impuros.

Passa a existir, então, um ciclo sem fim, uma armadilha, na qual às pessoas como e quando fazer sexo, mas que também devem, por meio da confissão, se arrepender e se livrar do fardo de tê-lo feito. O indivíduo fica, então, preso em um mecanismo que o torna suscetível ao controle (FOUCAULT, 2017, p. 67).

Esse poder, enquanto discurso, passa despercebido porquanto mascarado nas relações sociais, revestindo-se com aparência de naturalidade, incorporando-se ao dia a dia de forma a moldar, sorrateiramente, os pensamentos e as concepções (BOURDIEU, 2017, p. 15). Tais concepções são tão fortes que ocasionam a existência de diversos movimentos contrários aos direitos da população LGBTQIA+, como, por exemplo, o movimento antigênero que, ao taxar tais direitos como ideologia de gênero, buscam manter o extermínio e a desigualdade para essa parcela da população (JUNQUEIRA, 2018, p. 181).

Dentre os adeptos deste movimento estão legisladores, grandes empresários, políticos e demais pessoas de poder, os quais tornam o cenário político um local de disputa onde são decididos critérios de pertencimento e de exclusão sociais (FRASER, 2009, p. 17). Nesse cenário chama a atenção o que Bourdieu chama de paradoxo de doxa. Esse conceito diz respeito ao fato da ordem social construída e imposta criar, para uns, inúmeras injustiças, violências, subordinações e obrigações, ao

tempo em que gera para outros privilégios e imunidades, não produzindo, apesar dessa manifesta desigualdade, um número expressivo de revoltas e transgressões (BOURDIEU, 2017, p. 11).

Muitas dessas violências ocorrem porque o discurso opressivo não opera somente sobre os comportamentos e as atividades, mas também sobre os corpos. O corpo precisa refletir, fisicamente, as masculinidades e as feminilidades que são exigidas no âmbito teórico, ético e invisível da sociedade (BOURDIEU, 2017, p. 24). Essa realidade estabelece uma verdadeira hierarquia entre os gêneros (LOURO, 2014, p. 28) pela chamada, por Bourdieu, de divisão das coisas:

Arbitrária em estado isolado, a divisão as coisas e das atividades (não necessariamente sexuais) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado), etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo // subir/descer, fora/dentro // sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida a sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências. (BOURDIEU, 2017, p. 20)

Daí surgem conhecidas proposições sobre os papéis de cada pessoa conforme o seu gênero. Por exemplo, há a ideia de que as mulheres já nascem maternais, que são dóceis e domesticáveis, que devem atender aos padrões de beleza e sentirem-se sexualmente atraídas por homens. Enquanto isso, deles se espera uma figura viril, provedora, proativa, presumindo-se já nascidos preparados para o trabalho e para o comando,

devendo expressar sua sexualidade publicamente e que esta deve ser potente e dominadora, bem como voltada à atração pelas mulheres.

Nessa ordem das coisas, a sociedade, ao estabelecer tais padrões, exige uma correlação mútua entre o gênero da pessoa e a sua sexualidade predeterminada, especialmente em relação à sua vida sexual (SALIH, 2015, p. 67). Nesse cenário inflexível, a pessoa que não se enquadra em tais padrões sofrerá retaliações, como, por exemplo, no caso de uma mulher que não deseje ser mãe ou esposa e que não se sinta atraída por homens (BORRILLO, 2016, p. 29).

Nota-se que não há espaço, nessa realidade social, para pessoas cujas identidades não seguem tais padrões, como pessoas trans⁵ e travestis, ou que sequer cabem dentro desta visão binária de homem e mulher, como as pessoas não binárias e intersexo (BORRILLO, 2016, p. 15). Outros eixos de poder, ou marcadores sociais, também interferem e se relacionam nesse cenário, tais como a raça, a etnia e a classe (BUTLER, 2003, p. 21; HARITAWORN, 2014 p. 207). Este complexo mecanismo de poder cria o que Bento (2014) chama de cidadania precária, especialmente quando se trata de travestis e pessoas trans as quais não têm seus direitos, especialmente o uso do nome social, reconhecidos em todos os locais da sociedade.

Frente tais questões, surge a figura da educação como uma ferramenta que enorme potencialmente de enfrentamento à desigualdade social, à violência e ao preconceito vivenciados pela população LGBTQIA+ em razão dela servir para a composição e formação de valores (VERONESE, 2018, p. 73). É por isso que se passa a analisar, no próximo tópico, o potencial da educação como forma de intervenção em tais problemas sociais.

⁵ Trans é a forma reduzida da palavra transgênero.

2. Educação, diversidade sexual e direitos humanos

A abordagem e a produção de conhecimentos relacionados aos temas das sexualidades e do gênero são, ainda hoje, práticas revestidas de preconceitos e obstáculos. A desigualdade de gênero e a repulsa às sexualidades não heterossexuais ainda é muito presente no mundo. Em 2019, por exemplo, um estudo realizado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais indicou a existência de mais de setenta países que ainda criminalizam a homossexualidade, alguns com pena de morte.

Em relação à desigualdade de gênero, uma investigação desenvolvida pelo Fórum Econômico Mundial em 2016 constatou, ao analisar cento e quarenta e quatro países, que há um baixo progresso, ao longo dos anos, na representação de mulheres na política. O próprio secretário-geral da Organização das Nações Unidas já reconheceu que a violência contra as mulheres é uma pandemia global.

No Brasil, foram apuradas, ao menos, 868 mortes de travestis e transexuais desde 2008 até 2016, conforme dados levantados pela ONG europeia Transgender Europe (TGEu), colocando o país no topo do ranking mundial de homicídios de pessoas trans. Ainda, segundo os mesmos dados, no Brasil, ocorrem três vezes mais assassinatos deste grupo de pessoas do que no México, país que ocupa o segundo lugar do mesmo ranking.

Segundo dados publicados pelo Senado Federal brasileiro, a taxa de violência letal contra mulheres, no Brasil, teve um aumento de 10% entre os anos de 2006 e 2014. Ainda, foi apurado que, embora a violência letal contra mulheres brancas tenha reduzido em 3% no mesmo período, as mortes das mulheres negras aumentaram, em média, 20%. Desses dados, constata-se que diferentes mulheres sofrem os efeitos da desigualdade de

gênero de formas diversas a depender de suas características pessoais e marcadores sociais.

Essa realidade não existe por acaso. Estas desigualdades decorrem das normas sociais que determinam quem deve ocupar uma posição de prestígio, de reconhecimento e de garantia de direitos e quais grupos deverão ser sentenciados à marginalização, à subalternidade e à violência. São as chamadas leis não escritas (DIAS, 2015, p. 229-245), pois embora não se encontrem em uma norma ou texto com força normativa, são seguidas pela sociedade.

Estas normas operam como um verdadeiro mecanismo de poder. Em tempos passados as relações homossexuais, por exemplo, eram reconhecidas e faziam parte da cultura de muitos povos, como na Grécia Antiga (BORRILLO, 2016, p. 45). Até o século XVII as práticas sexuais eram mais permissivas, porém, dali em diante, período este chamado de Vitoriano por Foucault, elas foram sendo revestidas de uma moral hipócrita sustentada por diversas instituições, como a família e a escola (FOUCAULT, 2017, pp. 07-19).

Convive-se até os dias atuais com os reflexos dessa construção social (BUTLER, 2003). Um grande efeito desse mecanismo de poder que opera pelo discurso é a exclusão e a morte por meio do silenciamento, como bem explica Dias:

A norma, e os discursos (FOUCAULT, 2014) que a rodeiam, silencia os corpos. Este silêncio (velado ou explícito) exclui, abjeta, nega a possibilidade de outro sujeito corpóreo. E mais, a partir desta narrativa discursiva excludente, se estigmatizam as identidades divergentes. Enfim, este silêncio produz por vezes um vazio, produz, inclusive, dor e morte. (DIAS, 2015, p. 241)

Mais adiante, no século XIX, o discurso sobre as sexualidades já estava bem consolidado e, então, começaram a surgir as categorizações

das perversões. Deu-se destaque a uma biologia da reprodução que sustentava, sob o véu da ciência, uma normatividade obediente a respeito das práticas sexuais (FOUCAULT, 2017, p. 61). Como consequência disto a homossexualidade, o adultério, o casamento sem consentimento dos pais e as pessoas intersexos hermafroditas foram condenadas ao ódio e à marginalização, sendo considerados pervertidos e doentes.

Surge, então, a noção das sexualidades periféricas, que seriam as práticas exercidas pelos libertinos e perversos que ousavam transgredir a lei e a ordem social em busca de desejos bestiais, envergonhando a toda sociedade, dessa forma. O discurso estava produzindo verdades (FOUCAULT, 2017, p. 63) ao estabelecer aquilo que seria considerado certo e errado e onde habitariam os hábitos e modos de viver saudáveis (RIOS; SEFFENER, 2018, p. 27).

Essa visão, sustentada pelo poder do discurso, se mascara nas relações e se reveste de aparente naturalidade, moldando pensamentos e concepções (BOURDIEU, 2017, p. 15). Bourdieu (2017, p. 11), ao falar sobre a violência simbólica contra as mulheres, expressa enorme preocupação com o que chama de paradoxo de doxa. Este conceito diz respeito ao fato de que estas normas sociais criam, para uns, injustiças, violências, subordinações e obrigações, ao mesmo tempo em que gera, para outros, dominação, privilégios e imunidades, não produzindo, apesar dessa manifesta desigualdade, um número expressivo de transgressor, salvo alguns poucos faltos históricos.

Neste cenário, estabeleceu-se o que Bourdieu (2017, 2017, p. 20) chama de divisão das coisas e das atividades. Esta divisão, determinada de forma arbitrária, tem como ponto de partida a oposição entre masculino e feminino e, com base nela, cria um sistema de oposições homólogas como alto e baixo, em cima e em baixo, na frente e atrás, direita e esquerda, reto e curvo, seco e úmido, duro e mole, temperado e inosso, claro e escuro,

fora (ou público) e dentro (ou privado), etc., correspondendo, por meio do uso das metáforas e ferramentas semânticas, tanto a práticas sexuais como não sexuais.

O indivíduo masculino é eleito como dominante de forma tão natural que, no dia a dia, simplesmente dispensa justificção (BOURDIEU, 2017, p. 22). Dessa forma, a visão androcêntrica das coisas se impõe, se naturaliza, penetra nos discursos, molda opiniões e não é, justamente por isto, questionada. É forçada, ainda, pela biologia fundada nas diferenças entre corpos masculinos e femininos (BOURDIEU, 2017, p. 24) e pela religião fundada nas regras impostas pelo divino (BORRILLO, 2016, p. 53).

Essa ordem não opera apenas sobre os comportamentos e atividades. O corpo também é levado em consideração pelas normas sociais impostas. “Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo” (BOURDIEU, 2017, p. 24). O corpo precisa refletir, fisicamente, as masculinidades e as feminilidades que são exigidas no âmbito teórico, ético e invisível da sociedade. É assim que as normas sociais não escritas dominam os corpos.

Esse poder exercido sobre os sujeitos constitui, então, a hierarquia entre os gêneros (LOURO, 2014, p. 28), estabelecendo ditames que vão desde as práticas sexuais até a sexualidade, ao comportamento social, à submissão de uns perante a dominação de outros, tudo isto de forma naturalizada, amparados no discurso biológico e religioso. Essa realidade está tão impregnada na sociedade e enraizada nas pessoas por meio de esquemas de avaliação e percepção que se torna dificilmente acessível à consciência (BOURDIEU, 2017, p. 133).

Essa realidade não se limita às relações e práticas privadas, porquanto também é incorporada pelas instituições e inscritas, inclusive, nas normas. No Brasil, por exemplo, há pouco tempo as leis destinavam às mulheres a subordinação aos homens em relação aos seus direitos

básicos, como o direito ao nome – na escolha do sobrenome no casamento –, à escolha do local de moradia, ao voto, ao trabalho, dentre outros.

O Código Civil de 1916, há não muito tempo revogado pelo de 2002 estabelecia que as mulheres casadas eram consideradas incapazes para a prática de certos atos da vida civil. Enquanto incapaz deveria residir, obrigatoriamente, junto ao marido ao qual era incumbido o papel de representá-la. Sem autorização dele a ela não poderia trabalhar.

Além disso a esposa deveria manter comportamento puro e ser virgem à época do casamento, sob pena de gerar ao marido o direito de requerer a anulação do casamento. As diferenças baseadas na ciência biológica interviam, inclusive, nas leis trabalhistas. O artigo 320 – em vigor desde 1943 até hoje – da Consolidação das Leis do Trabalho veda a contratação de mulheres para funções que exijam força muscular superior a 20kg de trabalho contínuo ou 25kg para trabalho ocasional.

É claro que todas essas questões vinham sofrendo críticas e fomentando debates. No final da década de 1960 o movimento feminista, preocupado com os problemas sociais e políticos da desigualdade de gênero, voltou sua atenção para as construções teóricas sobre este tema. Estudiosas e militantes protagonizaram questionamentos e problematizaram o conceito e a utilização do termo gênero (LOURO, 2014, p. 19).

A homofobia e o sexismo apresentam-se como duas faces do mesmo fenômeno social. Em uma sociedade androcêntrica os valores apreciados de forma especial são os masculinos. Ocorre, porém, que os valores masculinos se estruturam com base no antagonismo: o homem é oposto da mulher e o/a heterossexual é o oposto do/a homossexual. Logo, ser homem significa se afastar daquilo que, no entendimento dominante, caracteriza a mulher: a feminilidade, a sensibilidade, a vulnerabilidade e a ternura (BORRILLO, 2016, p. 87-89).

Não é possível percorrer tais questões sem menos mencionar que todo este cenário é agravado quando presentes os marcadores sociais decorrentes da classe, da raça e da etnia (BUTLER, 2003, p. 21). A população negra vive, ainda hoje, os reflexos de um passado não muito distante em que o sistema escravagista submetia negros e negras a formas desumanas de coerção, domínio, controle, tortura, estupro, espancamento, chicotadas e demais atos afins, especialmente em relação aos corpos das mulheres negras (DAVIS, 2016, s/n).

No século XIX o culto à maternidade e à feminilidade reforçou as normas sociais binárias que ditavam o papel da mulher na família e na vida, porém a mulher escravizada não tinha nem o “direito” de enquadrar-se em tais papéis machistas, pois “na verdade, ao olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães” (DAVIS, 2016, s/n).

Tais premissas opressoras que historicamente enxerga(va)m o corpo negro não como humano, mas como propriedade e, ainda, enxerga(va)m na mulher um corpo frágil, reprodutor e doméstico, colocam as pessoas negras em situação de injustiça social maior em relação às brancas. Além disso, indivíduos que destoam das normas binárias dominantes de identidade de gênero também sofrem mais em relação às pessoas cisgêneras. Essa realidade sustenta o que Haritaworn (2014, pp. 205-216) chama de O Drama dos Amantes Queers e O Outro Odioso.

O Amante Queer, segundo a autora, é a pessoa que ao se inscrever em valores neoliberais – incluindo ser branco, cisgênero, reduzir sua vida amorosa à privacidade de quatro paredes e à “respeitabilidade”, se enquadrar nos padrões de beleza – encontra segurança e proteção sob o véu da tolerância. Suas vidas adquirem biovalor, tornam-se mais humanas, ao passo em que se adequam a tais características. Quem obedece esses ditames não contesta as normas socialmente impostas, mas, na verdade, as reforçam e reafirmam enquanto dominantes.

O racismo encontra nas normas binárias de gênero e na dominação da sexualidade heterossexual locais de fixação e proliferação (FOUCAULT, 2017, p. 30). As pessoas mulheres e pessoas LGBTQIA+ que não se enquadram em tais moldes heterossexistas e racistas serão vistos como O Outro Odioso. Aqui encontram-se as pessoas não brancas e trans. Seus corpos serão passíveis de desumanização, morte e violências pelo sistema que é reforçado pelos Amantes Queer. Enquanto alguns corpos tornam-se visíveis e toleráveis, outros desaparecem. Fica claro, então, que mesmo entre as mulheres e pessoas LGBTQIA+ existem privilégios de raça e classe social (HARITAWORN, 2014, p. 207).

Talvez a violência mais paradoxal seja a das travestis e transsexuais, porque são, ao mesmo tempo, vítimas do ódio e violências extremos e explícitos, enquanto despertam profundo desejo erótico nos chamados “cidadãos de bem” no Brasil, que é o país que mais mata e, também, consome pornografia e serviços sexuais dessas pessoas (RIOS; SEFFNER, 2018, p. 28).

Os corpos das travestis e transsexuais transbordam os limites daquilo que seria possível em uma realidade binária de macho/masculino e fêmea/feminina (DIAS; BRUM; FLORES, 2017, p. 41). Então, por serem estes os corpos que mais extrapolam os limites daquilo que a realidade normatizante pode conceber ou autorizar, estas são as pessoas mais violentadas e com menos acesso a direitos.

Fica bem claro, então, que as sexualidades e o gênero são construídos de diferentes formas a depender da época, da sociedade e da cultura em que se vive. A história da sexualidade é, na verdade, uma história a respeito do discurso que os indivíduos têm sobre a sexualidade. Dessa forma, toda educação que diz respeito à sexualidade também é uma construção social, porém, ao longo do tempo, os ambientes de ensino, embora proponham ser locais de proliferação dos conhecimentos, têm agido como verdadeiros

propagadores do desconhecimento e mantenedores das normas tradicionais opressoras.

Em relação às pessoas LGBTQIA+, que eram tradicionalmente excluídos dos locais de aprendizado, têm, cada vez mais, ingressado nos ambientes de ensino, o que gerou, desde os níveis iniciais de ensino até as universidades a utilização de termos como “inclusão” e “educação inclusiva” (SEFFNER, 2009, p. 124). A presença dessas pessoas nos ambientes de educação gera impactos.

Se, por um lado, existe certo consenso de que todos devem ter acesso à educação, por outro lado, é preciso pensar a maneira de incluir pessoas plurais num modelo de ensino sem preconceitos, sem manifestações de estigma e discriminação (SEFFNER, 2009, p. 127). Nos ambientes educacionais – e nos cursos de Direito não é diferente – existem espécies de normas ou códigos de conduta pré-estabelecidos.

Aqueles que não seguem à risca o que é entendido como “normal” serão vistos como “anormais”. Essa realidade ocasiona, muitas vezes, o afastamento das pessoas LGBTQ+ desses locais de ensino apesar da universalização do acesso à educação, uma educação inclusiva. Ocorre, então, o que Seffner (2009, p. 127) chama de “exclusão na inclusão”. Em outros termos, se trata da ineficácia da inclusão.

Ao estruturar as abordagens teóricas e didáticas, é preciso ter em mente a necessidade de desmistificar as estruturas do sexismo e do patriarcado que fundamentam a homofobia, bem como os discursos religiosos, científicos e políticos que tanto legitimam e perpetuam essas estruturas (RIOS, 2009, p. 58).

Para tanto, os rótulos, os estereótipos de masculinidade e feminilidade, as imposições ideológicas e simbólicas precisam fazer partes dos debates nos ambientes educacionais (SILVA, 2013, on-line). Além disso:

Nesse contexto, o processo que deve ser iniciado começa por mudanças de valores sociais que se mostrem conservadores, com a "quebra" de paradigmas que reproduzam preconceitos e que devem ser conquistados através de modificações profundas das estruturas estruturantes, como diria Bourdieu (2003), englobando a sociedade em longo prazo, sendo inegável o sintoma das relações de poder que perpetuam violências e regras sociais específicas, como os padrões culturais "heterossexuais", a saber: o Casamento, a Família Tradicional, o sexo "apenas" entre pessoas de gêneros opostos e demais formas de padronização de comportamentos sexuais e sociais. (SILVA, 2013, on-line)

A realização da atividade educacional precisa ter como norte a ressignificação das normas sociais não escritas tratadas, para que os comportamentos violentos e opressores citados ao longo de todo este trabalho sejam revistos e reavaliados na sociedade e na cultura. É preciso que os mecanismos de poder sejam evidenciados e denunciados em suas mais diversas instâncias: social, política, econômica, cultural, simbólica, além dos rótulos sociais que marcam as vidas das pessoas, a classe, a cor, a etnia, o gênero etc.

Neste contexto, o papel da pessoa encarregada da condução das aulas é importantíssimo. Trata-se de um verdadeiro papel social, pela qual o profissional da educação deverá discorrer sobre preconceitos e desigualdades sociais, falando de maneira aberta e sem medo, de modo a conduzir as pessoas à percepção das bases dos mecanismos de poder que geram tanta violência para que, a partir daí, se possa sensibilizar o aluno ao caminho do respeito e de modo a pensar maneiras de subverter esta realidade tão desigual (SILVA, 2013, on-line).

Portanto, disciplinas que tratem dos aspectos que envolvem as sexualidades e o gênero parecem ser ferramentas essenciais para o levantamento de críticas e debates acerca dessa realidade tão violenta e

injusta. A sexualidade ainda é vista como um tabu e quando é mencionada nos ambientes de ensino o objetivo, geralmente, é o de abordar a reprodução, o papel da procriação e a prevenção de ISTs. Para além desses aspectos, é preciso abordar o autoconhecimento, o respeito ao outro e ao corpo do outro, a significação do que vem a ser sexo, sexualidade, prazer e orientação sexual, bem como uma infinidade de conceitos que fazem parte do cenário da sexualidade (SILVA, 2013, on-line).

Porém, tais ideias têm esbarrado continuamente no uso incansável da expressão “ideologia de gênero” pela população conservadora brasileira. Para além de uma classificação, uma terminologia ou conceito, a expressão age como uma poderosa categoria de mobilização política (JUNQUEIA, 2018, p. 183). Esse estandarte, fabricado na forma de slogan, tende a funcionar como sinal de adesão, ostentado por aqueles que tentam silenciar a diversidade sexual e de gênero.

Um grande exemplo de como a “ideologia de gênero” afeta diretamente o sistema educacional ocorreu com a suspensão, em 2011, da distribuição dos materiais educativos (livros, filmes e vídeos) produzidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e que tratavam de temas concernentes a orientação sexual diversa e a superação da homofobia. Naquele momento, o referido material didático, foi depreciativamente chamado pela bancada congressista conservadora e religiosa de “kit-gay”. Sob a alegação de que através do “kit-gay” o governo estava estimulando crianças e adolescentes a se inclinarem para a homossexualidade, o material foi confiscado antes mesmo de ser distribuído para as escolas. Dito discurso inflamado e pernicioso embasado, ademais, em notícias falsas e inverossímeis, começou no Congresso Nacional e tomou conta das mentes de uma parcela significativa da população brasileira a ponto de que até os dias atuais existam pessoas que confirmam sua existência e, inclusive,

apontam os efeitos danosos que provocou, mesmo que nunca tenha sido destruído dito material.

Junqueira explica, de forma muito clara, os perigos que derivam do uso do discurso da maneira como ocorre com a “ideologia de gênero”:

Afinal, ao expandir seus sentidos e, eventualmente, dotar-se de caráter universalizante, assumindo os contornos de um “significante vazio” (LACLAU, 1996 [2011]), o sintagma “ideologia de gênero” pode vir a adquirir a capacidade de operar como elemento de representação e articulação de inúmeras cadeias discursivas e equivalências. Assim, de maneira contingente, no âmbito de batalhas por hegemonia, o sintagma pode atrair ou aglutinar diversas demandas políticas, propiciar adesões de atores distintos, ensejar instrumentalizações e revestir os discursos de aparente coerência, especialmente entre agremiações políticas de direita de caráter populista e nacionalista (e não apenas). (JUNQUEIRA, 2018, p. 184)

Esses agentes do retrocesso, ao invés de buscarem o debate político democrático, investem esforços no aliciamento e na adesão de gestores públicos, parlamentares, juristas, jornalistas, dirigentes escolares, eleitores e outros. O campo político torna-se o palco de definições de quem será socialmente excluído e nele são estabelecidos critérios de pertencimento social (FRASER, 2009, p. 17).

O movimento anti-gênero cativa os particulares e coloniza a esfera pública mostrando-se como o salvador, messias e protetor de interesses privados tradicionais, familistas e religiosos, que alega agir em defesa das crianças, da inocência da infância, do direito das crianças a uma família composta por um pai e uma mãe e do direito dos pais de determinarem todos os limites da educação de seus filhos. Quanto a este último, a escola e a universidade são ditas como expropriadoras e inimigas desse direito (JUNQUEIRA, 2018, p. 187).

No campo da educação, tais interesses foram cristalizados no movimento chamado Escola Sem Partido que, fantasiado de – nem tão – aparente legalidade, buscou descontextualizar a Convenção Americana de Direitos Humanos, da OEA, que diz, em seu artigo 12, que os pais têm direito a que seus filhos e pupilos recebam educação religiosa e que a moral deles seja formada de acordo com as convicções daqueles. Nesse fato ocorreu o que Santos alerta: a utilização do discurso dos Direitos Humanos com a finalidade de fundamentar a violação de direitos e o retrocesso social (CHAUI; SANTOS, 2013, p. 49).

Nos últimos anos o Plano Nacional da Educação (PNE) foi aprovado sem o trecho anterior que falava sobre gênero, suprimindo frases como “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” por outras variações genéricas, como “erradicação de todas as formas de discriminação”. Parece que o gênero e a sexualidade correm o risco de passarem a ser considerados assuntos não-escolares ou educacionais (PARAISO, 2018, p. 07).

O silenciamento e a ignorância – chamada de inocência – são vistos como mantenedores dos valores e comportamentos “bons” e aceitáveis. Porém, condena as pessoas LGBTQIA+, nas salas de aula, às gozações, perseguições, insultos e violências, pois são vistos como desviantes, indesejados ou ridículos, bem como a manutenção de padrões sexistas de pensamento e conduta (LOURO, 2014, p. 72).

Um dos maiores aspectos da educação, levando em consideração o seu papel e dimensões, é que ela deve servir para a composição e formação de valores que superem os tempos, culturas e ideologias (VERONESE, 2018, p. 73). A chamada cultura da paz, tão utopicamente desejada por todos, jamais poderá tornar-se realidade sem uma educação que compreenda e valorize as diferenças, o outro (VERONESE, 2018, p. 74).

Para tanto, é preciso que a atenção seja voltada à maneira como são construídos os currículos. Atualmente o currículo é uma ferramenta de legitimação das identidades heterossexual e masculina e de subordinação das identidades homossexual e feminina (BACKES; PAVAN, 2017, p. 03-04). Este documento não é um elemento estático no processo educacional, porque, na verdade, é uma ferramenta que vincula a organização social.

Ao conceituar o currículo, Dias (2014 p. 108) diz que “dadas suas principais características o currículo acabou por alargar seus domínios à noção de luta política, discurso, poder, cultura, significação, enfim, a própria visão de sociedade”. O currículo, inclusive, opera como uma ferramenta de poder, pois é a partir dele que se decide o que será abordado nas salas de aula e o que ficará de fora. Silva descreve acertadamente os diversos significados que o currículo pode assumir:

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2010, p. 150)

Considerações finais

É preciso, portanto, que a educação vá além, aprimorando a integração entre os saberes escolares ou acadêmicos e as necessidades e realidades sociais, dialogando a teoria com a prática por meio de uma perspectiva humanista, ultrapassando as barreiras dogmáticas vigentes e o mero ensino técnico-especialista que apenas reproduz o conhecimento – e, às vezes, o desconhecimento, ao reproduzir normas sociais opressoras – sem emancipar ou reduzir as desigualdades (DIAS; LEITE, 2013, p. 5), conforme bem descrevem Backs e Pavan:

Esses estudos mostram que ainda perdura uma norma a partir da qual as identidades/diferenças de gênero são vistas: “no contexto da sociedade brasileira, ao longo de sua história, foi sendo produzida uma norma a partir do homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão” (LOURO, 2011, p. 65). [...] Tais relações de poder procuram induzir os sujeitos escolares a viverem de uma forma (a forma supostamente normal), produzindo práticas de vigilância sobre si e sobre os outros, seja sobre os modos de vida considerados válidos, seja sobre pensamentos adequados, sentimentos permitidos e não permitidos. Os currículos escolares “produzem determinados tipos de sujeito, normalizando seus corpos e ‘dizendo’ o que é certo e o que é errado e quais comportamentos e características de gênero e de sexualidade são aceitáveis ou não” (MEYER & SOARES, 2012, p. 47). (2017, p. 03)

Ao tratar da necessidade de incluir questões relativas ao gênero e às sexualidades nos currículos, Louro (2004, p. 64) propõe a possibilidade de se “estranhar o currículo”, ou seja, a necessidade de se desconfiar do currículo, de estranhá-lo, a fim de se realizar um verdadeiro enfrentamento das condições em que se dá o conhecimento:

No Rio Grande, quando alguém diz “tu tá me estranhando”, está sugerindo, com alguma dose de provocação, que o outro não o está tratando do jeito habitual. Como diz Luiz Augusto Fischer (1999), no seu Dicionário de Porto-Alegre, a expressão se enquadra num contexto belicoso, de bravata, e se aplica quando alguém percebe ou imagina que está sendo malvisto ou quando há desconfiança a respeito de si. É como se o sujeito perguntasse: “tem algum problema em eu ter dito o que disse? Porque se tiver já vamos partir para a ignorância”. Então, quando pretendemos “estranhar o currículo”, nosso movimento seria parecido com isso, ou seja, seria um movimento de desconfiar do currículo (tal como ele se apresenta), tratá-lo de modo não usual, seria um movimento para desconcertar ou transtornar o currículo. (LOURO, 2004, p. 64).

A ideia deste conceito é a de questionar o currículo para que se possa analisar criticamente não apenas os conteúdos que estão inseridos nele, mas, também, aqueles que ficam de fora. Importa saber isto porque é desta forma que certos conhecimentos chegam aos alunos e outros não. Neste contexto e ao pensar em quais conhecimentos ficam de fora, é preciso lembrar de Foucault quando ele diz que o silenciamento daquilo considerado desviante (seja em termos de gênero ou de sexualidades) produz o desconhecimento (2017 p. 8).

Nessa linha de raciocínio, fica bem claro, então, que existem, quando se fala na construção do currículo, conhecimentos que ficam de fora, silenciados. Isto ocorre de forma proposital:

Existem conhecimentos em relação aos quais há uma “recusa” em se aproximar; conhecimentos aos quais se nega acesso, aos quais se resiste. Por tudo isso, ao tratarmos de educação e de pedagogia, talvez devêssemos pensar, como sugerem alguns, não propriamente na paixão pelo conhecimento, mas sim na paixão pela ignorância e perguntar o que essa ignorância ou esse desejo pela ignorância tem a nos dizer. [...] “O que há para aprender com a ignorância?” – é a questão que colocam estudiosas queer. (LOURO, 2004, p. 69)

A construção de um currículo para todos diz respeito não apenas à inclusão de certos conhecimentos, mas, também, à reflexão sobre como certos conhecimentos e informações são abordados pelos professores e chegam aos alunos. Um ensino voltado não apenas, e de forma engessada, ao binarismo de gênero e à reprodução de preconceitos e do sexismo, mas à diversidade, às múltiplas sexualidades, aos diversos corpos e à igualdade de gênero poderá contribuir para que se tenha uma educação mais efetiva (LOURO, 2004, p. 72).

Referências

- BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. O currículo e a produção de identidades/diferenças de gênero: a heteronormatividade em questão? **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 45, ano 2017. Disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19027>. Acessado em maio de 2019.
- BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans**: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 5. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BRASIL. **Código Civil, 1916**. Brasília: Senado Federal, 1916.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, classe e raça**. São Paulo: Boitempo, 2016. Formato e-pub.
- DIAS, Renato Duro. Interdição de gênero: a lei que silencia o corpo. **Revista de Direito, Arte e Literatura**, | e-ISSN: 2525-9911 | Minas Gerais | v. 1 | n. 2 | p. 229-245 | Jul/Dez. 2015. 229-245.
- DIAS, Renato Duro; BRUM, Amanda Netto; FLORES, Maicon Varella. Alteração do registro civil de transexuais: uma análise empírica do posicionamento do TJ/RS. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. v. 4, n. 2, jun. 2017, p. 39-54.

DIAS, Renato Duro; LEITE, Maria Cecília Lorea. **Imagens da justiça e educação jurídica na contemporaneidade**. 2013. Disponível em <http://repositorio.furg.br/handle/1/2325>. Acessado em julho de 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, 77 : 11-39, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/ao1n77.pdf>. Acessado em julho de 2019.

GGB. **Relatórios Anuais de Morte LGBTI+**. Disponível em <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acessado em fevereiro de 2021.

HARITAWORN, Jin. Além do “ódio”: metonímias queer para crime, patologia e antiviolença. **Meritum**, Belo Horizonte – v.9 – n.2 – p. 189-261 – jul.dez. 2014. Disponível em <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/3062>. Acessado em outubro de 2018.

ILGA. **State-Sponsored Homophobia Report 2019**. Disponível em <https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report-2019>. Acessado em fevereiro de 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas Públicas de Educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero. In: MAGALHÃES, Joanalira; RIBEIRO, Paula; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa organizadores. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande: Editora da FURG, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, Sexualidade e Heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. In: MAGALHÃES, Joanalira; RIBEIRO, Paula; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa organizadores. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande: Editora da FURG, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Dinin. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

RIOS, Roger Raupp; SEFFNER, Fernando. Direitos humanos e direitos sexuais frente à precariedade dos temas sexo e gênero: a educação jurídica como problematizadora das formas de vida em nossa sociedade. In: BORRILLO, Daniel; RIOS, Roger Raupp (org.); SEFFNER, Fernando (org.). **Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer**. Porto Alegre: Editora da UFCSPA, 2018.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª. ed. 3ª. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista do NUFEN**, vol. 5, no. 1, São Paulo, 2013, versão on-line. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003. Acessado em setembro de 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Pedagogia do re-conhecimento: educar para crescer direito. In: DIAS, Renato Duro; LEITE, Maria Cecília Lorea; HENNING, Ana Clara Corrêa (orgs). **Justiça curricular e suas imagens**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

A prática pedagógica com mulheres em situação de prisão: reflexões sobre a produção artesanal e o diálogo temático

*Amanda da Rocha Lourensen
Aline Lemos da Cunha Della Libera*

Introdução

Refletir sobre experiências pedagógicas vivenciadas com mulheres no interior de um presídio feminino está longe de ser uma tarefa simples¹. Para que fosse possível dimensionar o vivido, foi necessário sistematizá-lo. Tínhamos, ao menos, três universos que se entrecruzaram neste cenário: o universo da educação, da prisão e das mulheres. Oscar Jara Holliday (2006), educador popular chileno, indica que sistematizar experiências é totalmente distinto de sistematizar dados e informações, pois as experiências são processos sociais dinâmicos que estão em constante movimento. Considera, ainda, que são processos complexos que se inter-relacionam, por vezes, de forma contraditória, mesclando fatores objetivos e subjetivos da vida dos sujeitos e de suas relações.

Neste texto, buscamos rememorar, partindo de relatórios, trabalhos acadêmicos e outros documentos, as oficinas de produção de sabonetes artesanais com ervas medicinais realizadas com mulheres reclusas no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier². *Qual a finalidade deste exercício?* Holliday (2006) indica, ao menos, quatro motivos: 1) compreender

¹ Este artigo surge como uma das sínteses do trabalho de conclusão de curso, apresentado em 2018, requisito para a obtenção do título de graduada em Ciências Sociais (UFRGS), de autoria de Amanda da Rocha Lourensen. Além deste, também se referencia nos relatórios apresentados como exigência da bolsa de extensão.

² RIO GRANDE DO SUL (Estado). Convênio. Termo de Cooperação Técnica entre SSP/SUSEPE e UFRGS. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, 06 de set. de 2016. p. 39. A atividade foi realizada nos anos de 2016 e 2017.

profundamente nossas experiências e poder melhorá-las; 2) compartilhar experiências com outras atividades semelhantes; 3) aportar reflexões teóricas aos conhecimentos surgidos e compartilhados durante a experiência; 4) Incidir em políticas públicas, a partir de aprendizados oriundos das experiências.

A importância da sistematização aqui proposta se dá justamente no sentido de atentar à complexidade que esteve envolvida em nossos encontros com as mulheres, durante as oficinas. Entretanto, vamos sistematizando aos poucos, começando por contextualizar o espaço pedagógico em que atuamos. *O sistema prisional pode ser considerado um espaço de aprendizagem? Como se configura, atualmente, o sistema prisional brasileiro e, mais especificamente, o feminino?* Para respondermos à segunda questão, podemos mobilizar alguns dados que nos possibilitam traçar um panorama sobre quem são as pessoas que estão em situação de privação de liberdade em nosso país - vale ressaltar o quanto estes dados se constituem como um importante dispositivo que desafia o imaginário social construído em torno das prisões. Cumpre salientar que foram acessadas diferentes fontes, compondo um panorama aproximado que se modifica constantemente. Para este texto foi elaborada uma visão geral, partindo dos dados contidos no site do Conselho Nacional de Justiça³; no Sistema Eletrônico de Execução Unificado⁴ disponibilizados em página web; no site da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul⁵ e na segunda edição do INFOPEN Mulheres (2018).

³ Disponível em <https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>. Acesso em 18 de abril de 2021.

⁴ Disponível em <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=f8f79a16-35a2-43fe-a751-34ba131ffc1f&sheet=74a59799-5069-461d-a546-91259016a931&lang=pt-BR&opt=currsel>. Acesso em 18 de abril de 2021.

⁵ Disponível em <http://www.susepe.rs.gov.br/capa.php>. Acesso em 18 de abril de 2021.

As mulheres e as prisões

O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo⁶. Atualmente⁷ é composta por mais de 700.000 pessoas. Deste contingente, em torno de 45% são presos provisórios, os quais poderão ser inocentados. Dados disponibilizados através do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEUU), relativos à Estatística de Execução Penal⁸, expressam que, no Rio Grande do Sul, aproximadamente 2.813 mulheres foram sentenciadas a regime de cumprimento de pena privativa de liberdade (Art. 33 do Código Penal). Dentre elas, 31,5% (887 mulheres) cumprem pena em regime fechado, 35,6% (1.001 mulheres) em regime semiaberto e 32,9% (925 mulheres) em regime aberto. As condenações por roubo (1.912 mulheres), tráfico de drogas (1.310 mulheres) e furto (934 mulheres) são as mais frequentes. Também cabe ressaltar, os dados relativos à faixa etária: 598 mulheres (21,2%) têm entre 18 e 29 anos; 1.052 (37,4%) têm entre 30 a 40 anos. Segundo dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE/RS)⁹, relativos a novembro de 2020, no que se refere à cor, 66,37% das mulheres que compunham a população prisional no Estado eram brancas e 31,07 negras¹⁰. A expressiva maioria tem baixa escolaridade, considerando que 83,62%¹¹ não concluiu a Educação Básica.

À primeira vista, se analisarmos os dados do Estado do Rio Grande do Sul, o que parece ser um número não tão expressivo (2.813) se

⁶ 1º lugar – Estados Unidos; 2º lugar – China; 3º lugar – Brasil.

⁷ Pesquisa realizada em 18 de abril de 2021.

⁸ Acesso em 18 de abril de 2021.

⁹ Acesso em 20 de abril de 2021.

¹⁰ Este dado pode ser questionado considerando que, na categoria cor, há o uso do termo “mista” na legenda dos gráficos elaborados pela SUSEPE-RS para descrever grupos não-brancos. O uso desta forma de descrição, diferente da que é adotada pelo IBGE, dá margem a inferir que as mulheres podem ter se identificado com outros termos, não contemplados nas autodeclarações de cor – como “morena”, “morena clara” “morena escura” – ficando a precisão do registro reduzida. Em um estado europeizado e estruturalmente racista, tais imprecisões podem significar a tendência ao embranquecimento de pessoas mestiças.

¹¹ A saber: 1,52% - analfabetas; 1,42% - alfabetizadas; 52,18% - Ensino Fundamental Incompleto; 13,14% - Ensino Fundamental Completo; 15,37% - Ensino Médio Incompleto. Acesso em 18 de abril de 2020.

comparado ao masculino (43.309), torna-se relevante se considerarmos as estatísticas nacionais sobre o aumento da população carcerária feminina nos últimos anos. No Brasil, houve um aumento de 656% no número de mulheres presas num intervalo de dezesseis anos (2000 a 2016)¹², ao passo que o aumento entre os homens foi de 293%, no mesmo período. Segundo Borges (2018), muitos estudiosos e ativistas têm associado esse aumento exponencial à Lei 11.343 de 2006 - chamada “Lei de Drogas” - que promoveu alterações severas em relação à tipificação criminal do tráfico de drogas, gerando o encarceramento em massa (BORGES, 2018) como política de segurança pública. De acordo com Onofre (2016), esta política não integrou o proporcional aumento das vagas nas casas prisionais, verificando-se uma crônica superlotação “que agrava as condições de vida, cada vez mais fragilizadas no interior dessa instituição” (p. 45). No caso das mulheres, em junho de 2016¹³, um espaço destinado a dez (10) presas, custodiava dezesseis (16).

Ainda torna-se relevante salientar alguns dados do INFOPEN Mulheres (2018)¹⁴ sobre o contexto brasileiro: as mulheres são menos visitadas que os homens; a expressiva maioria, tem filhos; poucas unidades prisionais possuem cela ou dormitório para gestantes¹⁵; apenas 14% das unidades femininas ou mistas (para homens e mulheres) contam com berçário ou centro de referência materno-infantil; 3% das unidades têm estrutura para creches; 60% das mulheres encarceradas, que tem alguma deficiência física, estão em unidades sem condições de acessibilidade.

¹² Dados do INFOPEN Mulheres (2018).

¹³ INFOPEN Mulheres (2018).

¹⁴ Referentes a junho de 2016.

¹⁵ No Rio Grande do Sul, podemos citar a Unidade Materno-infantil (UMI) do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, única no Estado. Durante a gestação, nesta casa prisional, as mulheres reclusas permanecem em galeria específica para gestantes até o terceiro trimestre, momento em que são levadas para a UMI. Na UMI, ficam com seus/as filhos/as até que estes/as completem 12 meses.

Basear nossas análises nestes dados nos permite refletir sobre a urgência da perspectiva feminista e interseccional para compreender profundamente este cenário. Cabe atentar para o fato de que são grupos sociais que recorrentemente tem seus direitos violados (Borges, 2018) e que, em uma sociedade punitivista, tornam-se alvo das polícias, ainda que não envolvidos com o crime. Situado o universo prisional, cabe agora pensar: *como construir e desenvolver uma proposta pedagógica que atenda às especificidades, demandas e direitos dessas mulheres neste momento de suas vidas?* Abordaremos, a seguir, questões que inter-relacionam o universo da educação e das prisões: *quais são os atravessamentos envolvidos nessas interações e quais as alternativas para uma ação educativa voltada especificamente para essas pessoas, perpassadas por tantos fatores subjetivos e objetivos, levando em consideração o imaginário socialmente construído em torno de uma “mulher presa”?*

Se nos propomos a refletir sobre a realidade das mulheres em situação de prisão, é imprescindível destacar como as mulheres, que estão vivenciando o encarceramento, são duplamente condenadas pela sociedade: 1) na esfera legal, através do processo judicial corrente ou pelo qual foi incriminada; e 2) na esfera moral, por infringir os papéis socialmente atribuídos às mulheres - de submissão e passividade - que não comporta a transgressão de normas ou regras (LEMGRUBER, 1999).

Em nossas experiências no Presídio Estadual Feminino Madre Pelle-tier (PEFMP) realizamos oficinas com mulheres das mais diferentes galerias - cada qual subdividida de acordo com as tipificações criminais. Contudo, nos dedicamos, com maior afinco, a um grupo específico: as mulheres da “Galeria B4”. Este grupo nos leva a refletir sobre uma condenação que intensifica, ainda mais, os estigmas já existentes: essas

mulheres são acusadas de infanticídio¹⁶ ou de cometerem crimes contra crianças. Aqui, a esfera moral se complexifica, afinal, a mulher não transgrediu somente os papéis sociais relacionados à conduta feminina, mas rompeu brutalmente com o maior deles: a maternidade. Na ênfase de que o sentido de ser mãe é cuidar e criar, crimes desta espécie causam grande impacto social e comoção. Por mais que possam ser acusadas de cometê-los contra uma criança com a qual não tenha necessariamente um laço de parentesco, não é a filiação que define a perspectiva maternal: o que prevalece é o estigma de infringir os deveres de “cuidado” e “amor”, atribuídos às mulheres.

Numa sociedade patriarcal, a mulher é sempre “para alguém” e não para si mesma (EGGERT E SILVA, 2011). Assim, sua vida passa a ser regulada pelos papéis de esposa (para o marido) e mãe (para os filhos). Esta discussão sustenta-se nas análises da antropóloga e pesquisadora mexicana Marcela Lagarde y de Los Ríos (2005) que afirma que todas as mulheres são “mães”, independentemente de sua condição concreta de mãe e/ou esposa. Mesmo as mulheres que não exercem concretamente a maternidade podem ser a “mãe” de irmãos, maridos, sobrinhos, afilhados, exercendo esses papéis simbolicamente. Inevitavelmente, em suas trajetórias de vida, tornaram-se “cuidadoras” e, mesmo que oficialmente não sejam, exerceram tais tarefas e, muitas vezes, em detrimento do cuidado de si (EGGERT e SILVA, 2011).

Neste aspecto recaem, sobre as mulheres, para além de sua condenação, estigmas que as concebem como desumanas e monstruosas, pois manifestam comportamentos que são severamente distintos do que se espera delas. Estes olhares fortalecem o isolamento dentro da própria prisão

¹⁶ De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940), o **Infanticídio** está tipificado no Art. 123: “Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após: Pena - detenção, de dois a seis anos”.

- essas mulheres não podem circular pelas dependências da instituição, pois são alvos de agressões físicas e verbais, cenário que torna, ainda mais difícil, o cotidiano do cárcere. Além disso, o detalhamento explicitado na mídia, os comentários feitos sobre os casos e a visível condição fragilizada das crianças, impele a sociedade à necessidade de que a justiça seja feita. Entretanto, de modo geral, não são suficientes as condenações e as penas. Nestes casos, a justiça a ser feita, no imaginário coletivo, ultrapassa as determinações legais. Por conta destas concepções, além dos xingamentos, do descrédito na possibilidade de defesa das acusadas¹⁷, na descrença em sua reintegração comunitária e familiar, não é raro identificar que o isolamento físico na prisão é também perpassado pela impossibilidade de trabalhar e estudar. Ademais, adentrar nestes programas, resulta em redução da pena, o que não é entendido pela opinião pública como um direito para os casos em tela. Verifica-se que a atuação com estas mulheres é desafiadora, pois requer uma análise profunda e cidadã do direito à educação, para além das contingências morais.

O direito à educação nas prisões

De acordo com o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁸, “todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais”. Também expõe que “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais”, promovendo “a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou

¹⁷ Ver o caso de Tatiane da Silva Santos. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/caso-de-tatiane-da-silva-santos-condenada-24-anos-de-prisao-e-denunciado-na-comissao-interamericana-de-direitos-humanos/>

¹⁸ <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz”.

Seguindo esta premissa, a Constituição Federal, no artigo 205, assegura que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ademais, o artigo 5º, que trata dos *Direitos e Garantias Fundamentais*, assevera o respeito à condição humana das pessoas em situação de prisão. Para tanto, expressa: o fim da tortura e de tratamentos desumanos ou degradantes (Inciso III) e o respeito à integridade física e moral da pessoa presa (Inciso XLIX). De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP)¹⁹ “é dever do Estado fornecer à pessoa privada de liberdade assistência educacional, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” para tanto, a lei prevê que a “assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional da pessoa privada de liberdade, devendo o ensino fundamental ser obrigatório” (INFOPEN MULHERES, 2017, p. 37). Reitera-se, portanto, que o direito à educação é dever estatal no período de reclusão garantindo, em especial, o reconhecimento da humanidade dos sujeitos presos, independentemente do delito.

Analisando dados do INFOPEN Mulheres (2018), relativas a junho de 2016, verifica-se que apenas 25% das apenadas estavam incluídas em alguma atividade educacional (educação escolar ou outros projetos educativos) no período. No que se refere às atividades consideradas complementares (projetos de remição pela leitura ou pelo esporte), o percentual é ainda menor, alcançando 4% das mulheres.

¹⁹ Lei n.º 7210 de 11 de julho de 1984.

O direito ao trabalho, como recurso para remição de pena e formação, também não é acessado pela maioria das mulheres apenadas (24% tinha envolvimento com atividades laborais em junho de 2016). Infere-se que estes índices tenham se tornado ainda menores, se considerarmos o contexto da pandemia de COVID-19 e a necessidade de restrição na movimentação das apenadas, seja no regime fechado, semiaberto ou aberto.

Vemo-nos diante de um terreno onde há pouco acesso à educação durante o aprisionamento, mas podemos nos questionar a respeito desta oferta e buscar compreender o modo como esta é conduzida e organizada²⁰. Entretanto, se o próprio ensino formal está defasado no que se refere à oferta, pensemos nas ações educativas e de trabalho alternativas, mas que fazem sentido às realidades dessas mulheres - àquelas que vão além dos limites do “formal” como, por exemplo, uma oficina de produção de sabonetes artesanais com ervas medicinais e debates temáticos sobre Direitos Humanos das Mulheres. Excetuando as assistências formais do Estado, podemos identificar como consolidada dentro das prisões, responsabilizando-se por algumas atividades, a convivência com instituições religiosas cuja presença, em geral, tende a se desdobrar - mesmo no século XXI - a partir de uma visão assistencialista e moralizante em relação às mulheres, sua educação e suas possibilidades de “recuperação”²¹.

Nosso esforço, para este texto, é entender a educação e o trabalho como direito humano, os quais são garantidos em Lei e devem ser assegurados. Para além do marco legal, defender que estudar e trabalhar são possibilidades de existir, aprender e ensinar e, com isso, vão para além do crime. Ademais, não se espera, nesta perspectiva, que o “milagre da

²⁰ Algumas análises sobre estes temas são feitas por Julião (2016), Onofre e Julião (2013) e Godinho, Julião e Onofre (2020).

²¹ Ver KARPOWICZ, Débora Soares. Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981). Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2017.

transformação” seja exercido pelas atividades educativas ou laborais, pois a complexidade da vivência humana requer, para além da garantia destes direitos, compreender a sociedade de modo ampliado: as oportunidades, os estigmas, as visões de mundo... Restringir a oferta a esta perspectiva futura torna-se limitado e, não raro, perverso, pois os índices de reincidência, permanecendo altos, podem justificar a oferta exígua e culpabilizar, mais uma vez e unicamente, os sujeitos por suas mazelas. Também cabe salientar que estas atividades se fazem no hoje, no período de reclusão e, no caso das mulheres com altas penas, é imprescindível compreendê-las em sua inserção e eficácia no período do aprisionamento.

Sistematizando a experiência: limitações, possibilidades e alternativas.

O Programa “Justiça com as próprias mãos”: manualidades e Direitos Humanos das Mulheres²², ação extensionista da Faculdade de Educação da UFRGS, tem como objetivo promover atividades educativas orientadas por princípios da Educação Popular, dos Direitos Humanos das Mulheres e das manualidades (trabalho artesanal) com mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, devido ao histórico de surgimento do Programa e de seus projetos, mulheres em situação de privação de liberdade e mulheres em situação de rua foram grupos priorizados, principalmente a partir do ano de 2016.

Além de a extensão universitária estar às “margens” no campo acadêmico, algumas áreas de conhecimento e seus objetivos/propósitos também parecem influenciar na (des)qualificação e (des)conhecimento dos trabalhos. Acreditamos que a extensão comunitária é ainda desvalorizada e escanteada – ao menos em certa medida – no interior das Universidades, as quais ainda secundarizam o quão valorativa e

²² Em atividade desde 2016.

significativa são as experiências extensionistas, chegando ao limite de desconsiderar a produção científica oriunda delas. A experiência e a imersão, em distintos grupos sociais e contextos em que a extensão pode se colocar, não influenciam somente na formação pessoal e acadêmica dos/as estudantes, mas promovem mudanças que têm o potencial de ser estruturais no que se refere a romper com a lógica de produção científica e do *ethos* acadêmico que, em algumas áreas, se distanciam das realidades sociais brasileiras. Assim afastam-se, também, do comprometimento ético e político que a universidade deveria ter para com a sociedade; da responsabilidade institucional em promover transformações e mudanças sociais, direcionando a dimensão política do fazer científico para o fortalecimento de uma sociedade cada vez mais democrática e de uma universidade popular.

Para construir uma proposta de oficinas de produção artesanal com mulheres em situação de prisão, levamos em conta os dados do INFOPEN Mulheres (2018), teorias, reflexões, subjetividades e objetividades. Compreendemos cada mulher como múltipla e única em sua existência: trazem consigo aprendizados e conhecimentos próprios de suas trajetórias; têm sonhos e almejam conquistas; carregam suas dores e seus traumas e o peso de suas lutas cotidianas - principalmente se levamos em conta todo o contexto de violência sistemática e de violação de direitos a que expressiva maioria foi submetida.

A produção artesanal foi o eixo central de nosso encontro com as mulheres, sendo o que nos permitiu promover discussões sobre diferentes temáticas, ao passo que se tornou nossa ferramenta na tentativa de promover oportunidades de reflexão e aprendizagens. É importante destacar que, neste contexto, a perspectiva emancipatória da prática educativa está diretamente vinculada às possibilidades de ensinar e aprender, por meio das pedagogias “da não formalidade” (CUNHA, 2010) - em nosso caso,

uma pedagogia voltada às *manualidades*. Aqui, o significado da emancipação se desdobra em torno das possibilidades de autovalorização das mulheres através dos conhecimentos por elas adquiridos em cada oficina; da superação de condicionantes sociais que marcam seu dia a dia, ao ampliarem seus horizontes e saberes; ao trocar experiências e ideias com outras mulheres; ao dominar um conhecimento novo - desde o início até o fim do processo - por meio da confecção de peças artesanais.

A produção artesanal teve o propósito de estimular a capacidade intelectual e criativa das mulheres, que aprendiam e ensinavam a técnica para confecção de sabonetes artesanais com ervas medicinais umas às outras em cada um dos encontros e, assim, desenvolviam seus próprios métodos enquanto produtoras. Desta forma, tornando-se protagonistas do processo de ensinar e aprender. Valorizamos estas práticas, pois se configuram como oportunidades de empreender “pequenas reformas cotidianas que, em cada caso, promovem alguma superação” (CUNHA e EGGERT, 2011, p. 70).

Acordamos entre nós - bolsistas e professoras - que iríamos trazer algumas discussões como ponto de partida, mas que, a cada encontro, estaríamos dispostas a compreender melhor as demandas para elaboração de novas oficinas. A intenção seria de elaborar o programa da ação de extensão de forma mais dinâmica e coletiva, sendo o mais coerente possível com suas realidades.

Em nosso primeiro encontro com as mulheres, fizemos um convite para que participassem do projeto. Partindo de princípios da Educação Popular, podemos analisar este momento não apenas como uma mera apresentação do curso e, sim, como uma acolhida, uma oportunidade de dar os primeiros passos na direção de mostrar a relevância individual e coletiva das propostas que apresentamos. Buscamos, com isto, evidenciar

que o ato de aprender e ensinar envolve afeto e cuidado²³. Para a acolhida levamos: sabonetes artesanais que produzimos com antecedência; algumas ervas medicinais com o objetivo de “despertar” memórias; um painel enfeitado com borboletas; uma “touca de borboletas”, para compor com o cenário colorido, a fim de que fossem fotografadas, se assim o desejassem.

Para aquelas que se interessaram e se inscreveram no grupo de artesanato, preparamos um varal com as fotos para recebê-las no primeiro dia de encontro e pedimos a elas que escrevessem ou nos contassem: *quais memórias as ervas suscitaram?* As fotografias foram capazes de proporcionar outras visões das mulheres sobre si mesmas. Estar diante de um cenário tão distinto daquele que se deparavam no seu dia a dia contribuiu para a autovalorização e autoestima, pois refletiram que, mesmo estando ali, precisam de cuidados e não devem abandonar a si mesmas. Num lugar onde há restrições para o uso de determinadas vestimentas (não se pode usar roupas pretas, por exemplo) e não há espelhos, ver-se em uma fotografia é, por vezes, emocionante ou impressionante.

Nas oficinas que se seguiram, buscamos trazer algumas discussões que achávamos importantes em consonância com ideias que as educandas traziam. Importante enfatizar que nosso espaço físico para as produções, também foi pensado de forma estratégica: se tratava de uma mesa grande, centralizada em nossa sala, cumprindo a função de ser utilizada coletivamente. Na sala ao lado, outra mesa, que poderia ser utilizada para refeições²⁴ e atividades educativas. As mulheres trabalhavam sempre lado a lado, umas com as outras - por mais que cada uma tivesse seu tempo e seu ritmo de aprendizagem. Não somente a produção de sabonetes era

²³ bell hooks, em sua obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2013), salienta que “ensinar de um jeito que respeite e proteja [...] é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendiz possa começar do modo mais profundo e mais íntimo” (p.25).

²⁴ Por ocorrer no turno da tarde, a oficina era interrompida para que fosse servido o café das mulheres, feito por aquelas que trabalhavam na cozinha da casa prisional. Geralmente, um pão francês com margarina e café com leite.

coletiva. As discussões, após esse momento, também eram desenvolvidas neste mesmo formato com as mulheres em círculo, podendo se ver e se comunicar com maior fluidez. A escolha de formar turmas pequenas (até quinze mulheres) também foi essencial nesse processo, pois era possível acompanhar uma educanda por vez, tirar suas dúvidas e conversar sobre detalhes da produção, numa metodologia de ensino, também artesanal (CUNHA, 2010; CUNHA e EGGERT, 2011).

As ervas medicinais também contribuíram para acionar memórias anteriores ao encarceramento, considerando que as mulheres carregavam consigo muitos conhecimentos populares sobre o seu uso - principalmente os chás. Lembraram-se dos ensinamentos que receberam de suas mães e avós; de momentos de cuidado com a própria saúde e de suas famílias; assim como lembranças de suas antigas casas e das plantas que costumavam cultivar nos pátios. Aqui podemos destacar uma das experiências mais relevantes que observamos durante as oficinas: a possibilidade de difundir os conhecimentos científicos em aliança com os conhecimentos populares das mulheres, através de uma linguagem acessível, onde os saberes são complementares e se agregam, e não se excluem ou se hierarquizam.

Buscamos reforçar esses conhecimentos populares com uma das oficinas em que trabalhamos o Relógio do Corpo Humano²⁵ - atividade em que as mulheres passaram a compreender melhor o funcionamento biológico dos seus corpos e aprofundaram seus conhecimentos sobre a administração dos chás com ervas medicinais para tratamento de algumas dores ou desconfortos. Essa atividade exerceu uma importante ruptura para a saúde das mulheres em dois sentidos: primeiramente, reconhecer que seus corpos estão marcados pelo “relógio institucional” da prisão,

²⁵ <https://wp.ufpel.edu.br/hortasurbanas/2020/07/01/relógio-das-plantas-medicinais-no-corpo-humano/>

cujas regras são rígidas; em segundo plano, refletir sobre a medicalização da vida que se observa no interior da instituição prisional, especialmente a feminina. Conhecer melhor seu próprio corpo também é uma forma de autovalorização e autocuidado.

Outra atividade que proporcionou experiências enriquecedoras para as educandas foi a dinâmica que intitulamos “Mulheres na História”. A intenção pedagógica era destacar mulheres que, dadas às devidas contextualizações e proporções, tinham histórias de vida que se assemelhavam ou se aproximavam das biografias das participantes – seja pela condição social de ser mulher, seja pela marginalização de sua força produtiva, pelo compartilhamento de experiências de vida marcadas por situações de vulnerabilidade social e violação sistemática de direitos ou até pelo aprisionamento. Ao mesmo tempo, a proposta também era de oferecer um contraponto: *o que a luta dessas mulheres representou? Quais foram suas conquistas diante de inúmeros obstáculos e dificuldades?* Ao verem as imagens e ouvirem um pouco das histórias, muitas das educandas demonstraram ter se emocionado, evidenciando, através de falas, que se identificaram em alguns daqueles relatos, bem como demonstrando surpresa ao descobrir as lutas e as conquistas empreendidas por elas. Algumas das mulheres destacadas nesta oficina foram: Laudelina de Campos Melo, Carolina Maria de Jesus, Angela Davis, Nina Simone, Luísa Mahin e Margarida Maria Alves.

Ao final do período, as mulheres da galeria B4 foram o único grupo com o qual conseguimos concluir todas as oficinas previstas. Realizamos, para elas e para os outros grupos que participaram do projeto, uma formatura. Receberem seus certificados com um sentimento de missão cumprida e emoção pela conquista do que, para algumas delas, era o primeiro diploma.

Considerações finais

Para concluir este texto, retomamos a questão: *o sistema prisional pode ser considerado um espaço de aprendizagens?* Complementando-a: *é possível que estas aprendizagens ultrapassem o estigma do crime e se constituam como importantes elementos para a valorização humana no ambiente prisional?* Partindo da premissa de que os processos educativos se fazem nos espaços onde as pessoas estão e convivem, Onofre (2016) destaca que

a escola, as oficinas de trabalho, as oficinas de artesanato, as oficinas de informática, as oficinas de jogos dramáticos, os cultos religiosos, as atividades de lazer, o cultivo de plantas, hortaliças e frutas, a criação de aves, as rodas de leitura, as discussões de documentários, entre tantas outras atividades que acontecem no interior da prisão se constituem em práticas que educam, uma vez que nelas se estabelece o convívio, as aprendizagens e o respeito pelo outro. (2016, p. 48)

Entretanto, cumpre salientar quais os projetos educativos que tem tido visibilidade e oportunidade nas prisões brasileiras, analisando quais as finalidades das propostas e quais os sujeitos que se beneficiam delas. Ademais, provoca-nos a pensar, considerando que se trata da Educação de jovens e adultos, uma perspectiva educacional que se orienta pelo legado da Educação Popular, já que o que almejamos, partindo destas propostas, é a transformação da própria educação e da sociedade. Neste sentido, cabe compreender a emancipação destas mulheres como momentos de esforços e conquistas cotidianas, possíveis de serem alcançados mesmo diante de tantos atravessamentos que o ambiente prisional abarca.

Por fim, refletimos como a sistematização das experiências pode oferecer uma visão metodológica alternativa, pois reforça a necessidade de constantemente (re)construirmos a ação educativa olhando cada dia,

compartilhado entre todas as mulheres envolvidas no processo, como momento de experiências únicas que fazem emergir potencialidades de todos os que dela participam. Destacamos, igualmente, a importância dessa metodologia de sistematização para reiterarmos princípios que orientaram as ações, ratificando nosso compromisso com a transformação social. Neste caso, nos dedicamos a refletir sobre o aprisionamento feminino, que atinge níveis alarmantes em contexto brasileiro. Uma sociedade punitivista, racista e patriarcal resulta que o maior índice, dentre as mulheres encarceradas, seja de negras (pretas e pardas) e pobres.

As práticas educativas, neste contexto, são fundamentais para que as mulheres leiam o mundo de modo crítico, a fim de que possam refletir sobre sua condição, superando estigmas e compreendendo-se para além da prisão. Defendemos, portanto, que a extensão universitária possa ser uma ferramenta importante na promoção da transformação social e da própria educação, atuando em múltiplos contextos e difundindo o conhecimento científico em diálogo com os conhecimentos populares.

Referências

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.

CABRAL, Paula, ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano, LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. EJA e Trabalho Docente em Espaços de Privação de Liberdade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, e96663, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v45n2/2175-6236-edreal-45-02-e96663.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2018.

CUNHA, Aline Lemos da. **Histórias em múltiplos fios: o ensino de manualidades entre mulheres negras (re)inventando pedagogias da não-formalidade ou das tramas complexas.** Tese (doutorado) - Universidade Do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2010.

_____, EGGERT, Edla. O ensino do crochê de grampada como possibilidade emancipatória para mulheres negras em Rio Grande, RS. In: EGGERT, Edla (org). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, pp. 58-74.

DELLA LIBERA, Aline Lemos da Cunha. PRODUÇÃO ARTESANAL COM MULHERES EM PRISÕES: reflexão e criatividade superando a lógica patriarcal. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 2, p. 07-21, maio 2019. ISSN 1982-9949. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/12636>. Acesso em 01 de abril de 2021.

EGGERT, Edla. SILVA, Márcia A. Descosturar o doméstico e a “madresposa” - a busca da autonomia por meio do trabalho artesanal. In: EGGERT, Edla (org). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul** [recurso eletrônico] Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, pp. 39-57.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira, JULIÃO, Elionaldo Fernandes, ONOFRE, Elenice Cammarosano. Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade. *EccoS - Revista Científica*, 0(52), e17100, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17100/8292>. Acesso em: 18 de abril de 2021.

HOLLIDAY, Oscar J. *Para sistematizar experiências*. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

INFOPEN MULHERES (2018). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. ESCOLA NA OU DA PRISÃO? **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, Abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00025.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2021.

KARPOWICZ, Débora. Do convento ao cárcere: do caleidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2017.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres:** madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. Coyoacan: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos:** análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOURENSEN, Amanda da Rocha. “Tão longe, mas tão perto”: significados de uma experiência de Educação Popular com mulheres em situação de privação de liberdade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IFCH, Porto Alegre, RS, 2018.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano, JULIAO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, Mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf>

_____. A PRISÃO: INSTITUIÇÃO EDUCATIVA? **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 43-59, Abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n98/1678-7110-ccedes-36-98-00043.pdf>

_____, FERNANDES, J. R., FERREIRA GODINHO, A. C. A EJA em contextos de privação de liberdade: desafios e brechas à educação popular. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 465-474, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://revistas eletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/33770>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 18 de abril de 2018.

A luta pela afirmação das identidades LGBTQ+ e a violência lgbtfóbica consentida e legitimada pelo estado ¹

Luciano Pereira dos Santos

Para iniciar essa discussão parto do pressuposto de que nem todas as pessoas estão familiarizadas com a histórica luta por reconhecimento empreendida pelas identidades LGBTQ+ no decorrer do desenvolvimento das sociedades humanas. Para que se possa compreender os atravessamentos a que estão sujeitas essas identidades e orientações sexuais não normativas é preciso conhecer e reconhecer a condição de vulnerabilidade e violências a que sempre estiveram [e ainda estão] expostas as pessoas LGBTQ+. É nessa perspectiva, de conhecimento para o reconhecimento, que nas páginas seguintes trago à luz do debate teorias sobre a gênese da LGBTQfobia, o surgimento do movimento LGBTQ+ brasileiro e os modos pelos quais a luta por conquista e garantia de direitos dessa população tem permeado o contexto político-social e que, por conseguinte, reverberam na maneira como tem sido tratada a abordagem das temáticas de gênero, identidades de gênero e orientações sexuais nas políticas educacionais no Brasil na atualidade.

Historicamente a população LGBTQ+ tem sido alvo de contumaz perseguição e ódio por parte de diferentes sociedades, não apenas da brasileira, compelindo essas pessoas à condição de vulnerabilidade diante de diferentes formas de violência. Conforme os apontamentos das pesquisas do banco de dados do GGB, o número de assassinatos de pessoas

¹ Este texto foi elaborado a partir de um recorte da Tese de Doutorado em Educação do autor (Políticas LGBTQ+ em Sindicatos de Trabalhadoras/es em Educação) onde é apresentada uma discussão ampliada sobre o assunto.

LGBT+ no território brasileiro excede à soma dos que ocorrem nos 13 países do Oriente e África onde se aplica a pena de morte para essa população² (MOTT; MICHELS; PAULINHO. 2019; GASTALDI et al, 2021). Os últimos relatórios publicados por essa entidade demonstram a oscilação no total anual de mortes motivadas pela LGBTfobia no Brasil: 2020/237 mortes; 2019/329 mortes; 2018/420 mortes; 2017/445 mortes. Como é possível perceber, à primeira vista esses números indicam uma redução de mortes, no entanto, é preciso considerar que a atuação do Estado sempre foi insuficiente e que desde 2018 o governo não tem promovido políticas públicas de inclusão e proteção das pessoas LGBT+, soma-se a isso a subnotificação causada pelo crescimento do conservadorismo e fundamentalismo religioso da última década e os impactos da pandemia do Novo Coronavírus que afetam com maior intensidade as minorias subalternizadas, dentre elas a população LGBT+. É importante ressaltar que, embora seja utilizado como fonte por diversas organizações nacionais e internacionais, esses dados não são oficiais. Os relatórios do GGB são elaborados a partir de um banco de dados do blog “Quem a homotransfobia matou hoje³”, que atualiza diariamente as informações dos números de assassinatos, orientação sexual e identidade de gênero das vítimas, raça etnia, idade, tipo de arma utilizada, profissão, cidade, estado, dentre outras. De acordo com as informações do blog, o banco de dados é alimentado por notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais coletadas pelo GGB ou enviadas por uma rede formada por grupos e organizações LGBT+ de todo o território nacional, caracterizando-se como

² Países do Oriente e África onde existe pena de morte para pessoas LGBT+: Sudão, Irã, Arábia Saudita, Iêmen, Mauritânia, Afeganistão, Paquistão, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Iraque, partes da Síria, partes da Nigéria e partes da Somália. In: BIANCHIN, Victor. Os 10 países mais perigosos para ser gay. 06/jul. /2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-10-paises-mais-perigosos-para-ser-gay/>

³ Para acessar os dados atualizados diariamente visite <https://homofobiamata.wordpress.com/>

o único banco de dados de crimes homofóbicos e transfóbicos do Brasil (SILVA, 2017).

Fontes (2014) destaca que a ausência de leis que criminalizem a LGB-Tfobia, afeta diretamente a produção de dados oficiais que possam servir como mecanismo de pressão para a aprovação de políticas de proteção e garantia de direitos relativos à orientação sexual e identidade de gênero. É válido lembrar que “no campo da segurança pública, os estados não têm obrigatoriedade de informar a orientação sexual, a identidade de gênero ou a possível motivação homofóbica nos boletins de ocorrência policial” (FONTES, 2014, p. 44). Segundo essa autora

Não nomear a violência que recai sobre os que estão fora da norma heterossexual, torná-la uma violência geral, sem nome, mantém a norma hétero invisível, e cria obstáculos à organização social e política. Nem sempre a violência que acomete as pessoas não hétero é homofobia; entretanto, o fato dela não ser entendida dessa forma, em um país homofóbico, indica um enquadramento que se recusa a olhar a precarização dessas vidas (FONTES, 2014, p. 14).

Com isso, provoca-se um intencional silenciamento preconceituoso e discriminatório que oculta a realidade dos fatos, pois ainda que a vítima sofra assédios morais, agressões físicas e psicológicas motivadas pela LGB-Tfobia, outros serão os motivos que constarão nos documentos comprobatórios de violência tais como “injúria”, “lesão corporal” ou “homicídio”, sem especificar o principal motivo que provocou a ação violenta, ou seja, o ódio contra a orientação sexual e ou identidade de gênero desses sujeitos (FONTES, 2014).

A única estatística governamental é um levantamento de dados do governo federal durante a gestão da Presidenta Dilma Rousseff, feito pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da

Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, compreendendo o período entre 2011 e 2013, cujo relatório de 2013 foi publicado em 2016. Os levantamentos e análises dos dados sobre a violência contra pessoas LGBTQ+ feita pelo Governo Federal por meio da referida Secretaria, nos anos de 2011 a 2013, teve como pretensão verificar e comparar a realidade de violência aos direitos humanos impetrada aos sujeitos LGBTQ+, servindo como ferramenta para o combate à LGBTQfobia e de fonte de dados para a elaboração de políticas destinadas a essa população. Os resultados do levantamento de 2013 foram publicados em 2016 sob o título “Relatório de violência homofóbica no Brasil: ano de 2013”. A produção dos dados deu-se a partir das denúncias ao poder público e notícias de violências dos direitos humanos cometidas contra pessoas LGBTQ+ vinculadas na mídia, em todo território nacional. Os dados oriundos das denúncias junto ao poder público foram coletados em três fontes: Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Destaca-se que tanto a ouvidoria do SUS, quanto a da SPM atendem a população LGBTQ+ e possuem registros das violações cometidas contra essas pessoas. Quanto às notícias vinculadas na mídia, utilizou-se o banco de dados disponibilizado pelo Grupo Gay da Bahia. Em seus resultados o relatório de 2013 aponta para uma realidade marcada por intensa violência homofóbica (BRASIL, 2016).

Na ouvidoria do SUS foram protocoladas 85.803 manifestações, das quais 40.852 pessoas responderam questionário de perfil sobre orientação sexual. Dessas, 952 pessoas não se identificaram como heterossexuais. Dentre as orientações sexuais e identidades de gênero identificadas, 44% são gays, 18% são bissexuais, 13% são lésbicas, 3% transexuais, 1% travestis e 21% se identificaram como outros. O documento classifica os tipos de violências que motivaram as reclamações como “diversas” sem

especificar ou exemplificar nenhuma delas. Cita apenas que três reclamações foram de travestis em razão do não uso do nome do cartão social. O Disque Direitos Humanos (Disque 100) registrou 1.965 denúncias em 2013, das quais 1.695 versavam sobre 3.398 violações cometidas contra LGBT+, abrangendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos. Houve uma redução de 44,1% de denúncias em 2013 comparadas a 2012. Observou-se também que as denúncias foram diminuindo mês a mês ao longo do ano. As possíveis variáveis apresentadas para essa diminuição foram: a não ligação, a não manutenção de campanhas de divulgação pelos estados, a dificuldade de acesso de pequenos municípios a esses serviços. Quanto à raça/cor autodeclarada pelas vítimas, 39,9% são pretos e pardos, 27,5% brancos, 0,6% amarelos e indígenas e 32% não informaram (p. 17). Jovens entre 15 e 30 somam 54,9% das vítimas (p. 18), 5,3% do total possuem algum tipo de deficiência (p. 19), enquanto 32,1% conheciam os suspeitos (p. 20). O índice de suspeitos entre 15 e 30 anos de idade é de 19,6% e na faixa etária de 31 a 40 é de 15,8%. Denúncias de violência homofóbica ocorrida em casa (da vítima, do suspeito ou dos dois) somam 36,1% e ocorrida na rua, 26,8%. Quanto aos tipos de violências homofóbicas, 40,11% são psicológicas (hostilizações, humilhações e ameaças), 36,4% são discriminações por orientação e identidade de gênero, 14,4% são violências físicas (lesões corporais, maus tratos e tentativas de homicídios). Além das relatadas, tiveram também 74 casos de denúncias de violência sexual (BRASIL, 2016).

O documento, a partir de então, passa a analisar os dados hemerográficos (notícias sobre violência contra LGBT+ veiculada nas mídias) utilizando o banco de dados do GGB. Em 2013, as principais mídias brasileiras noticiaram 317 violações dos direitos humanos de pessoas LGBT+, sendo 251 homicídios. Observou-se que as mídias, majoritariamente, noticiaram casos cujas vítimas e agressores eram de classes populares, de

média e baixa renda, moradores de periferias de grandes cidades ou pequenas cidades brasileiras, com alta vulnerabilidade quanto à segurança pública. Casos de LGBTfobia nas classes mais altas foram pouco noticiados. O documento destaca ainda que a mídia priorizou dois grupos em particular: 1) violência contra travestis e transexuais em situação de prostituição de rua; 2) violência sofrida por homens gays por vivenciar sua homossexualidade. Se por um lado sites, portais de notícias e versões online de jornais impressos foram os veículos que mais notificaram os casos de violência LGBTfóbica, por outro, a mídia LGBT+ pouco tratou do assunto. As identidades sexuais mais vitimadas foram os homens gays com 54% dos assassinatos e as travestis com 26%. As armas mais utilizadas para a execução dos assassinatos foram facas e armas de fogo. A recorrência é de homens gays serem mortos nas residências por armas brancas ou objetos domésticos (facas, canivete, tesoura, etc.) e as travestis nas ruas por armas de fogo. As faixas etárias com maior número de vítimas são de 19 a 29 anos (26,2%) e de 30 a 39 anos de idade (24,3%). Em suas conclusões, o relatório aponta para a preocupante situação de violência a que estão sujeitas as pessoas LGBT+ no Brasil e para a necessidade de que o governo, em suas diferentes instâncias, desenvolva políticas públicas para o combate da violência LGBTfóbica, bem como promova articulações com a sociedade brasileira para o enfrentamento desse perigoso panorama de violência no país (BRASIL, 2016).

É imperioso destacar que, após décadas de luta empreendida pelos movimentos em defesa dos direitos das pessoas LGBT+, O STF (Supremo Tribunal Federal) concluiu no dia 13 de junho de 2019 o julgamento que enquadrou a homofobia e a transfobia como crime de racismo, até que o Congresso Nacional aprove legislação sobre o tema. O racismo é um crime inafiançável e imprescritível segundo o texto constitucional e pode ser punido com um a cinco anos de prisão e, em alguns casos, multa.

Independentemente das possíveis controvérsias sobre a aplicabilidade da lei que criminaliza o racismo na criminalização da LGBTfobia, esse enquadramento serve, primeiramente, ao propósito de minorar o desrespeito e a humilhação social, além de, concretamente, representar um avanço na conquista de reconhecimento das identidades LGBT+.

Assim como a perseguição e violência contra as homossexualidades são históricas nas sociedades, o debate sobre a garantia de direitos relativos à orientação sexual e identidade de gênero nas pautas dos governos e organismos internacionais também não é novo. Conforme elucidada Corrêa (2009), os debates sobre direitos humanos e sexualidades surgem na agenda global em 1993 durante o processo de organização da Conferência de População e Desenvolvimento que aconteceu no ano seguinte no Cairo (1994). A menção aos direitos sexuais foi suprimida do texto final daquela conferência, mas é aprovada em 1995, na Plataforma de Ação de Pequim, no parágrafo 96 que tratava de direitos das mulheres quanto à sexualidade. Os debates se acentuaram em 1999 e 2000 em razão da revisão de cinco anos dessas conferências, tornando-se ainda mais fortes em julho de 2001, na primeira Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre AIDS, onde a participação de representantes da Comissão Internacional para os Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC) e do Health Gap - redes de defesa de direitos LGBT+ - numa mesa-redonda, foi contestada por alguns países conservadores. Um mês depois o fato se repete com a *International Lesbian and Gay Association (ILGA)* no processo de organização do DUBAN, 2001 - Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial e formas correlatas de discriminação. Nessa conferência, é recusada a proposta do Brasil da inclusão de um parágrafo sobre discriminação por orientação sexual. Em 2003 o Brasil elabora uma nova proposta sobre discriminação por orientação sexual, feita com a participação de representantes de gays, lésbicas e feministas, para apresentar para a

Comissão de Direitos Humanos da ONU. Nesse processo, grupos e ativistas transexuais exerceram pressão para a inclusão do termo identidade de gênero na proposta. A votação foi postergada para 2004 e aconteceria em Genebra, no entanto os países árabes pressionaram o governo brasileiro para a retirada da proposta. Ainda que a proposta não tivesse tido apoio e tenha sido retirada, a inclusão do termo identidade de gênero promoveu e acirrou o debate nas pautas das políticas internacionais, pois o termo não era de conhecimento de muitos diplomatas e ativistas de direitos sexuais que não tinham aproximação com grupos de travestis, transexuais e intersexuais (CORRÊA, 2009).

A proposta da resolução brasileira de 2003 e os desdobramentos por ela ocasionados no cenário político tiveram como consequência a expansão e fortalecimento do ativismo LGBTQ+ e feminista nas negociações pelos direitos humanos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU. A pressão dos movimentos LGBTQ+ e feministas resultou na aprovação, na Assembleia Geral da ONU de 2005, da criação do Conselho de Direitos Humanos (CHD-ONU) em substituição à comissão. A criação do CDH-ONU, em 2005, promoveu a associação das organizações LGBTQ+ e de direitos humanos que, assessoradas pelo Serviço Internacional de Direitos Humanos e pela Comissão Internacional de Juristas, deram início ao processo de elaboração de um projeto de identificação e elaboração de leis internacionais de direitos humanos que pudessem ser aplicadas expressamente nos casos de violência decorrentes de orientação sexual e identidade de gênero. Outro objetivo foi estabelecer os deveres e compromissos dos países em relação à adesão e implantação das normas gerais de tais princípios (CORRÊA, 2009). Quanto à elaboração dos princípios, Corrêa explica:

A pesquisa documental realizada pelo professor Michael O'Flaherty resultou num esboço de documento que foi compartilhado com um grupo de 29 especialistas vindos de 25 países diferentes, muitos deles contando com amplo reconhecimento e legitimidade no sistema internacional de direitos humanos. Em novembro de 2006, vários desses especialistas se reuniram na Universidade da Gadjá Madha na Indonésia para finalização dos Princípios.

Os Princípios de Yogyakarta não são uma declaração de aspirações ou carta de reivindicação de direitos. O documento compila e reinterpreta definições de direitos humanos fundamentais, consagradas em tratados, convenções, resoluções e outros textos internacionais sobre os direitos humanos, no sentido de aplicá-los a situações de discriminação, estigma e violência experimentadas por pessoas e grupos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. A ideia central é que não precisamos produzir definições específicas para coibir violações e proteger os direitos humanos dessas pessoas ou grupos. Basta aplicar os princípios gerais da lei internacional existente que já foi debatida, adotada e ratificada pela maioria dos países membros da ONU (CORRÊA, 2009, p. 29).

O encontro foi realizado de 06 a 09 de novembro de 2006 e o documento final recebe o nome de Princípios de Yogyakarta – princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Inicia-se com uma introdução situando o debate sobre a violação dos direitos humanos em razão de orientação sexual e identidade de gênero, discorrendo sobre os participantes, os objetivos e procedimentos. Em seguida tem-se o preâmbulo onde os especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero dispõem os enunciados de origem, justificativas, objetivos, valores e ideais a serem considerados na compreensão e interpretação dos princípios promulgados. É nessa parte que pela primeira vez aparece a definição de orientação sexual e identidade de gênero, hoje comumente utilizada. O documento define orientação sexual e identidade de gênero:

COMPREENDENDO “*orientação sexual*” como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas; ENTENDENDO “*identidade de gênero*” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgico ou outros e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (PRINCÍPIOS DE YOGYOKARTA, 2007, p. 10).

Em seguida são elencados 29 princípios. Em cada um deles tem-se um enunciado e em seguida são elencadas as responsabilidades do Estado na aplicação das normas e garantia do direito. Por fim, tem mais uma seção com recomendações para os membros da sociedade e comunidade internacional e na sequência, dispõe os nomes dos signatários.

Estamos vivendo uma época de contradição em relação aos direitos de pessoas LGBTQ+. Contradição esta que não se limita ao caso brasileiro, tendo proporções mundiais. Se por um lado conquistamos direitos historicamente resguardados e aprofundamos o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro acompanhamos o contínuo quadro de violência e discriminação que a população LGBTQ+ vive cotidianamente. Ainda que o preconceito e discriminação LGBTQófobas tenham se tornado crime, esse quadro estarrecedor de violência apontando índices alarmantes de mortes de pessoas LGBTQ+, apresentado no relatório do GGB, remete ao questionamento sobre as origens da marginalização e desumanização das pessoas com identidades e orientações que fogem à norma heterossexual que, conforme anunciam

estudiosas e estudiosos sobre o tema, são as bases que fundamentam o preconceito e a discriminação contra a população LGBT+ nos dias de hoje.

Borrillo (2015) em seus estudos, defende que as origens da intolerância e opressão LGBTfóbica estão calcadas na tradição judaico-cristã com o advento de consolidação e expansão do cristianismo.

Os elementos precursores de uma hostilidade contra lésbicas e gays emanam da tradição judaico-cristã. [...]. Por sua vez, o cristianismo, ao acentuar a hostilidade da Lei judaica, começou por situar os atos homossexuais – e, em seguida, as pessoas que os cometem – não só fora da Salvação, mas também e, sobretudo, à margem da Natureza. O cristianismo triunfante transformará essa exclusão da natureza no elemento precursor e capital da ideologia homofóbica. Mais tarde, se o sodomita é condenado à fogueira, se o homossexual é considerado um doente suscetível de ser encarcerado ou se o perverso acaba seus dias nos campos de extermínio, é porque eles deixam de participar da natureza humana. A desumanização foi, assim, a conditio *sine qua non* da inferioridade, da segregação e da eliminação dos “marginais em matéria de sexo” (BORRILLO, 2015, p. 43-44).

Dessa maneira, o cristianismo desde seus tempos primórdios encarrega-se de desumanizar os sujeitos homossexuais destituindo-lhes a natureza humana. Em seus preceitos sagrados a doutrina cristã prega que, na dádiva da criação deus fez o homem a sua imagem e semelhança e, de sua costela fez-lhe de presente a mulher para que, juntos, pudessem fazer crescer e multiplicar a raça humana. A fim de prevalecer esse dogma, a igreja instituiu que o homem que se relaciona afetiva e sexualmente com outro não porta a imagem e semelhança do criador, logo não é filho de deus e sobretudo não dispõe de alma. Ao roubar-lhe a alma, o cristianismo não só o destitui da salvação, mas também lhe retira a humanidade. Se não tem alma, não está destinado à salvação, não encerra em si a imagem e semelhança com o divino e então, não é humano. Ao que não é humano

pode ser imputada toda a sorte de castigos, punições e extermínios. Assim, conforme preconiza o autor, a igreja cristã, ao condenar a homossexualidade promoveu a heterossexualidade monogâmica como norma, e para tanto, passou a pregar que as relações homossexuais eram um dos pecados mais graves, tais como, o canibalismo, a bestialidade ou ingestão de imundices. Essa visão passou a influenciar na maneira como as pessoas com orientação homossexual passaram a ser tratadas na sociedade, constituindo assim, a gênese da prática homofóbica (BORRILLO, 2015).

Fleury e Torres (2011), ao investigar as origens das perseguições contra pessoas não heterossexuais, afirmam que a ideologia cristã não apenas promoveu a propagação da discriminação social contra a homossexualidade como também foi responsável pela criação de uma legislação específica para combatê-la. O cristianismo foi instituído como religião oficial do Império Romano no governo de Constantino em 300 d.C., incorporando ao Estado a responsabilidade em garantir o povoamento das nações tendo como premissa os dogmas religiosos de “crescer e multiplicar”, legitimando, assim, as relações heterossexuais como a única forma de vivência da sexualidade permitida. Embora fosse prática comum a repressão e violência contra a sodomia, foi a partir do governo do imperador Justiniano, em 533 d.C., que homossexuais passaram a ser perseguidos e punidos com a castração ou mortos na fogueira (FLEURY; TORRES, 2011).

A rigidez da doutrina religiosa tomou para si a função de policiamento de uma moral social onde o prazer poderia ser uma consequência, mas não a finalidade do ato sexual em si, pois diante de deus, o sexo, permitido apenas dentro dos laços sagrados do matrimônio, tinha como única função a procriação para a perpetuação da espécie (REIS, 2015). Corroborando com esse argumento Mafra (2015) enfatiza que

[...] a luta contra o pecado da carne e ascensão espiritual molda a relação heterossexual, ajustando o corpo e o sexo ao princípio monogâmico, como corolário da lei divina intrínseca à sociedade teocrática. A crença da qualidade natural da heterossexualidade torna-se a base da reprodução humana e povoamento do mundo na tradição judaico-cristã, e é a mesma tradição que desenvolve, de maneira inversa à naturalidade, a percepção de que as relações homossexuais são práticas nocivas aos indivíduos e à sociedade, como uma contraversão à vontade divina (MAFRA, 2015, p. 53).

Instituindo-se como uma “sentinela da verdade universal” (MAFRA, 2015, p. 56), durante a Idade Média, também conhecida como Idade das Trevas, a igreja cristã interceptou e proibiu toda e qualquer prática sexual fora dos padrões heteronormativos monogâmicos e que não fosse para fins reprodutivos. Sob a alegação de que expurgaria os pecados da terra, pregava a purificação dos culpados por meio da tortura ou morte dos corpos para a garantia da salvação da alma nos preceitos dogmáticos da doutrina. Dentre os julgados como culpados nos tribunais da santa inquisição encontravam-se os sodomitas (homossexuais), os hereges e as bruxas (MAFRA, 2015). Considerada pela igreja cristã como uma ameaça aos desígnios divinos de reprodução da vida e povoação do mundo, a homossexualidade era concebida “como um crime pior que o canibalismo, o homicídio, o estupro, o roubo [...]” (MAFRA, 2015, p. 57). Alicerçado em seus estudos, no que concerne à origem do preconceito, discriminação e ódio que, na atualidade, marginalizam os sujeitos LGBT+, o autor afirma que

[...] a Igreja aparece, geralmente por meio de seus discursos, como a instituição que conserva a expressão mais antiga do ódio e perseguição aos homossexuais. Os mais sutis controles da diversidade sexual ainda hoje emanam das mais toscas referências aos sodomitas baseados nos pensamentos da escolástica e da patrística de Tomás de Aquino e Agostinho, ambos apoiados

na noção de *Ato contra Natureza* e traduções da concepção platônica tratada em *As Leis*. (MAFRA, 2015, p. 57).

Prado e Machado (2012) explicam que, como resultado da doutrinação da igreja, no decorrer dos séculos, diferentes países introduziram em suas legislações formas de penalidades contra a homossexualidade. Se as primeiras leis que condenavam e puniam os sujeitos com práticas homoeóticas com a morte datam do século VI, as primeiras manifestações contra essas punições só ocorreram 12 séculos depois. Foi no século XVIII na Inglaterra que diferentes instituições protestaram contra a lei que punia os homossexuais com a morte por enforcamento. No entanto, foi na França, durante a Revolução Francesa, que cidadãos “sodomitas” conquistaram o fim da punição impetrada às práticas homossexuais naquele país. Ao não criminalizar a homossexualidade, a França tornou-se o primeiro país a reconhecer os homossexuais como sujeitos detentores de direitos, ainda que esses direitos não se equiparassem aos direitos das pessoas heterossexuais⁴. A descriminalização da homossexualidade na França impulsionou, mesmo que de forma cautelosa, o início do ativismo LGBTQ+ possibilitando o lançamento de livros e manifestos que questionavam e contestavam a moral sexual da sociedade daquele período. Maiormente as autorias se mantiveram no anonimato como forma de prevenção a possíveis represálias pois, mesmo com a descriminalização das práticas homossexuais, ainda havia forte pressão social para que as pessoas LGBTQ+ fossem segregadas e tivessem tratamento diferenciado (PRADO; MACHADO, 2012).

No século XIX, na Alemanha, iniciaram-se alguns movimentos que tiveram impacto na militância LGBTQ+ até os dias atuais. Foi neste país que

⁴ De La Marre (2012) argumenta que as relações homossexuais não foram descriminalizadas em 1791, durante a Revolução Francesa. O autor afirma que a repressão à homossexualidade continuou constando no ordenamento jurídico francês sob outros termos, como forma de manter a supremacia da heterossexualidade e da dominação masculina.

em 1869 o escritor **Karl-Maria Kertbeny** cunhou os termos “homossexual” e “heterossexual” para designar, respectivamente, sujeitos que se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo e os/as que se relacionam com o sexo oposto⁵. É na Alemanha também onde foi fundada a primeira instituição de luta e pesquisa sobre este tema, o Comitê Científico Humanitário, criado por Magnus Hirschfeld, em 1897. O formato de Organização da Sociedade Civil utilizado para a criação do Comitê foi tomado como modelo por diversos países, inclusive pelo Brasil, para a institucionalização dos movimentos de defesa de direitos dos homossexuais. Com a ascensão do nazismo na década de 1930, o Comitê Científico Humanitário foi fechado e os homossexuais, assim como judeus e outros grupos, enviados aos campos de concentração (BORRILLO, 2015; SARAIVA, 2014; PRADO; MACHADO, 2012).

A partir da institucionalização, o movimento LGBT propagou-se por diversos países. Em 1969 ocorreu em Nova York (EUA) a revolta de Stonewall, dando início ao período que foi chamado de onda do movimento de libertação gay. Durante a década de 1960 era explícita a homofobia do Estado e da sociedade, bem como era recorrente a repressão policial aos locais frequentados por pessoas LGBT+. Em 28 de junho daquele ano, diante de uma invasão policial violenta, as/os frequentadoras/es do bar Stonewall se rebelaram contra a investida da polícia e tomaram as ruas da cidade. Este movimento de resistência influenciou, de forma contundente, os movimentos LGBT+ em todo o mundo, dentre eles o movimento LGBT+ brasileiro (SCHULTZ, 2011; DAVIS; HEILBROVER, 2014).

⁵ As teorias dos Estudos Culturais (EC) compreendem as identidades gênero e sexuais como constructos sociais produzidos na e pela cultura. A partir desse entendimento as definições de homossexualidade e heterossexualidade são deslocadas para sujeito que sente desejo afetivo-sexual por pessoa do mesmo gênero e sujeito que sente desejo afetivo-sexual por pessoa do gênero oposto (JESUS, 2012; BUTLER, 2003).

Inspirados pela Revolta de Stonewall e influenciados pelo movimento feminista, o movimento LGBT+ no Brasil começou a se estruturar na década de 1970. Ambientes de socialização foram primordiais para a consolidação das identidades LGBT+ e com isso, para a estruturação do movimento. A população LGBT+ se reunia em espaços clandestinos em centros urbanos tais como livrarias, bares, cafés, casas noturnas, bailes de carnaval, fã clube de artistas – principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro –, com incursão discreta e um tanto sigilosa, constituindo o que foi chamado de “gueto gay”. A clandestinidade, a discrição e o sigilo eram as estratégias de precaução contra a política higienista implantada pelo governo militar que perseguia, prendia e espancava pessoas LGBT+. Em abril de 1978, na gama de movimentos sociais de resistência e contraposição ao regime ditatorial militar, surgiu na cidade do Rio de Janeiro o jornal *O Lampião da Esquina*, uma publicação com circulação nacional que fazia oposição à ditadura militar e denunciava a violência e os abusos contra LGBT+. Em agosto do mesmo ano foi fundado na cidade de São Paulo o Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais (NADH), no entanto, o nome do grupo sofreu duras críticas por explicitar a questão política de defesa de direitos LGBT+, assim, ao final daquele mesmo mês o NADH mudou seu nome para SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual. Para o movimento LGBT+ o jornal *O Lampião da Esquina* e o Grupo Somos são reconhecidos como os dois primeiros movimentos LGBT+ brasileiros (FACCHINI, 2011; GREEN, 2000; TREVISAN, 2008; SILVA, 2008).

A aproximação política entre os movimentos LGBT+ e feminista tornou-se evidente ainda em 1978, quando ativistas gays e feministas começaram a desenvolver atividades de combate ao sexismo e ao machismo, destacando no campo político e social as congruências de suas pautas de reivindicações de direitos. “O desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais

desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com as questões levantadas pelo movimento gay a partir de 1978” (GREEN, 2000, p. 394). Em 1979, uma dissidência no Grupo Somos resultou na criação do subgrupo de atuação dentro da própria organização formado por lésbicas feministas com o nome de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (ALF), porém, em 1980 durante o I Encontro Brasileiro de Homossexuais o grupo se torna independente e funda o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), inaugurando as organizações de mulheres lésbicas no país (FACCHINI, 2011; GREEN, 2000; BACCI, 2016).

O ativismo LGBT+ da década de 1980 iniciou com uma manifestação pública organizada pelo movimento LGBT+ da época no dia 13 de julho 1980 em São Paulo, onde as e os militantes marcharam em passeata protestando contra a violência da operação Rondão já que, atendendo aos objetivos da política higienista do governo, as forças policiais, com uso de extrema violência, agrediam, prendiam e espancavam homossexuais e travestis. Esse mesmo ano foi marcado pelo surgimento do Grupo Gay da Bahia (GGB) na cidade de Salvador e o Triângulo Rosa no Rio de Janeiro. Foi também uma década de grande fragilização do movimento, com o encerramento das atividades do jornal O Lâmpião da Esquina em 1981, após sucessivos ataques às bancas e a outros postos de venda do jornal e, ainda, a perseguição e indiciamento de seus diretores e editores. Também nessa década, em 1983, ocorreu a dissolução do Grupo Somos. Além disso, os anos de 1980 são lembrados pela epidemia do HIV/AIDS, que estigmatizou ainda mais os homossexuais sendo encarada como a “peste gay” e a divulgação de que esta população era o principal “grupo de risco” (GREEN, 2000; TREVISAN, 2008; SILVA, 2008).

Entre 1981 e 1985 o GGB implantou e coordenou a campanha nacional pela despatologização da homossexualidade e sua retirada do código de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência

Social (INAMPS). Nessa década o movimento LGBTQ+ adotou o termo “orientação sexual” em substituição à “opção sexual”, como ação de afirmação política de afastamento do entendimento da homossexualidade como opção do sujeito. “O uso do termo “orientação sexual” implica afirmar que não se trata de uma escolha individual racional e voluntária, mas não se trata também de uma determinação simples” (FACCHINI, 2011, p. 15). Na segunda metade dos anos de 1980 o Triângulo Rosa realizou intensos debates na Assembleia Nacional Constituinte e no Congresso Nacional em defesa dos direitos das pessoas LGBTQ+, no entanto, a conquista de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 não foi profícua, configurando a população LGBTQ+ como a minoria que obteve o menor número de garantias legais na Constituição, não sendo nenhuma delas especificamente voltadas a essas e esses sujeitos (FLEURY; TORRES, 2011).

Nos anos 1990, o movimento LGBTQ+ se reorganizou, tornando-se mais plural e diversificado, dando maior visibilidade às lésbicas e às pessoas transexuais, até então apagadas ou ignoradas pelo movimento que priorizava os homens gays. Também foi nesta década que iniciaram as paradas do Orgulho LGBTQ+, tendo o primeiro ato para reivindicar direitos às pessoas LGBTQ+ reunido cerca de 500 pessoas na Praça Roosevelt em São Paulo no ano de 1996. Deste ato resultou a organização da Primeira Parada LGBTQ+ de São Paulo em 1997 que reuniu 2000 pessoas que marcharam pela Avenida Paulista tendo por objetivo dar maior visibilidade para a sociedade, das pautas levantadas pelo movimento, como criminalização do preconceito e a extensão de direitos que os heterossexuais sempre tiveram, como o casamento civil, adoção, etc. Essa década é marcada pela criação de organizações específicas, diferenciadas de acordo com as identidades dos sujeitos políticos no interior do movimento. Na primeira metade, começaram a ocorrer os Encontros Nacionais das Travestis (ENT) e no meio da década (1995) foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e

Travestis (ABGLT), que reuniu em sua base mais de 200 organizações brasileiras, tornando-se a maior rede LGBT+ da América Latina. Na segunda metade dos anos de 1990 tiveram início os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALES) e a principal bandeira de luta da Organização das Transexuais passou a ser a reivindicação pelo acesso às cirurgias experimentais de transgenitalização cuja aprovação pelo Conselho Federal de Medicina deu-se em 1997 (PRADO; MACHADO, 2012; FACCHINI, 2011). Se as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela organização do movimento LGBT+ brasileiro, é a partir dos anos 2000 que o debate sobre o reconhecimento dos direitos dessas identidades insere-se na seara de disputas que compõem o campo das políticas públicas.

O novo milênio surge com a promessa de uma nova era. A primeira década dos anos 2000 pode ser designada como a década da concepção e implantação de políticas públicas de afirmação das identidades LGBT+ e de combate à LGBTfobia e, ainda, também foi o período de expansão das redes nacionais das entidades LGBT+. Depois da fundação da ABGLT, outras redes nacionais foram criadas. Cito algumas: Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Associação Nacional de Travestis (ANTRA), Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB), Rede Afro LGBT, Fórum Paulista LGBT, Associação Brasileira de Gays (AbraGay), Articulação Brasileira de Gays (ArtGay), Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas e Autônomas (Candaces-BR) e Rede E-Jovem (MELLO; BRAZ; FREITAS; AVELAR, 2012; FACCHINI, 2011).

Conforme Mello *et al* (2012), na perspectiva dos direitos humanos esse período é marcado pela formulação de políticas públicas voltadas especificamente à população LGBT+. A institucionalização das políticas de defesa e afirmação dos direitos LGBT+ teve seu início em 2004, no governo Lula, com o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH). Ao corpo

técnico das equipes de elaboração e gestão das políticas desencadeadas pelo BSH foram integrados ativistas de diversas organizações LGBT+ de todas as regiões do país. Coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, o BSH foi desenvolvido para o cumprimento da ação de Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais do Plano Plurianual do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos 2004-2007. Intitulado de Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, o BSH foi criado com o objetivo de

[...] promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. Para atingir tal objetivo, o Programa é constituído de diferentes ações voltadas para: a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB (CONSELHO, 2004, p. 11).

Como resultado da atuação do movimento LGBT+ junto ao Poder Executivo Federal, Mello *et al* (2012) apontam seis ações realizadas no decorrer do desenvolvimento do BSH, no período de 2008 a 2011, que se configuram como importantes para efetivação das políticas públicas para a população LGBT+:

Realização, em 2008, da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos Humanos e Políticas Públicas: O Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT); divulgação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania

e Direitos Humanos de Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH - LGBT(2009); lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PN DH 3), em 2009; criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, vinculada ao Departamento de Direitos Humanos, da Subsecretaria Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos (2009); criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – LGBT, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos (2010); realização, em 2011, da II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT, com o tema Por uma País Livre da Pobreza e da Discriminação – Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (MELLO; BRAZ; FREITAS; AVELAR, 20012, p. 155).

Mello *at al* (2012) citam, ainda, mais duas ações no âmbito do Poder Executivo Federal para a garantia de igualdade de direitos à população LGBT+. Em 4 de maio de 2010 a Agência Nacional Suplementar (ANS) publicou a Normativa nº 12, garantindo aos servidores deste órgão o direito de inclusão do parceiro do mesmo sexo como beneficiário titular de plano privado de assistência à saúde e, em 19 de julho do mesmo ano, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), permitiu que as/os companheiras/os homoafetiva/o de seus servidores pudessem ser cadastrados como dependentes na declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. No entanto, os mesmos autores enfatizam quatro grandes dificuldades de consolidação de políticas públicas de combate a LGBTfobia e de garantia da cidadania da população LGBT+:

a) a ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como políticas de Estado, livres das incertezas decorrentes das mudanças na conjuntura política, da homofobia institucional e das pressões homofóbicas de grupos religiosos fundamentalistas; b) as dificuldades de implantação de modelo de gestão que viabilize a atuação conjunta transversal e intersetorial, de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, contando com a parceria de grupos organizados da sociedade civil; c) a carência de previsão orçamentária

específica, materializada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); e d) o reduzido número de servidores públicos especializados, integrantes do quadro permanente de técnicos dos governos, responsáveis por sua formulação, implementação, monitoramento e avaliação (MELLO; BRAZ; FREITAS; AVELAR, 20012, p. 155).

Se na primeira década dos anos 2000 houve fomento para o debate e elaboração de programas e projetos para a promoção de políticas públicas para a garantia de direitos para a população LGBT+ no âmbito do Poder Executivo Federal, os avanços pararam aí. Como explicam Nagamine, Natividade e Barbosa (2016), a luta pelo reconhecimento legal das relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero como entidade familiar tramitam no Congresso Nacional desde 1995, quando da apresentação do Projeto de Lei de Parceria Civil - PL 1.151/95, pela deputada federal Marta Suplicy, na época filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT-SP). Mesmo sofrendo muitas alterações e focando-se nas questões patrimoniais o projeto nunca chegou a ser votado. Se o Poder Legislativo se demonstrou inerte quanto a essa questão, a garantia do direito legal de constituir família foi conquistada por meio do Poder Judiciário. Em cinco de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF), unanimemente, reconheceu como entidade familiar a união estável entre pessoas do mesmo sexo/gênero e em 14 de maio de 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adotou a Resolução nº 175/2013 que determina aos Cartórios a obrigatoriedade de celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo/gênero e de converter a união estável em casamento (NAGAMINE; NATIVIDADE; BARBOSA, 2016).

Em 2016, um grupo de 23 psicólogas/os ligadas/os a igrejas evangélicas de diversas denominações e estados brasileiros, impetraram uma ação popular no TRF1-DF (Tribunal Regional Federal da 1ª Região do Distrito Federal) solicitando a derrubada da Resolução 01/1999 do CFP (Conselho Federal de Psicologia) que proíbe as/os profissionais da

psicologia de tratar a homossexualidade como distúrbio ou como doença e, por conseguinte, proíbe a realização de terapias de reorientação ou reversão sexual. Em 15/09/2017 o Juiz da 14^a Vara do Distrito Federal Waldemar Cláudio de Carvalho concedeu a liminar em favor das/dos postulantes da ação popular garantindo o livre exercício da profissão sem licença prévia do CFP, no entanto, controversamente determinou a manutenção da resolução 001/99. Na prática o juiz federal liberou a realização de terapias de reorientação sexual (SOUZA, 2017). Nas palavras da presidente da Comissão da Diversidade Sexual da OAB, Maria Berenice Dias, em entrevista ao site Portal G1 datada de 21/09/2017, “na parte dispositiva, ele [o Juiz Federal] suspendeu a resolução. Quando ele suspende uma portaria que proíbe uma prática, automaticamente ela [a prática] está permitida” (MORAIS, 2017). O CFP ajuizou um recurso e em 15/12/2017 o juiz confirmou a sentença garantindo aos profissionais da psicologia no Brasil a “plena liberdade científica” para a realização de estudos e atendimentos terapêuticos de reorientação sexual associados à orientação sexual egodistônica sem qualquer licença prévia do CFP. Em setembro de 2018 o CFP apresentou uma reclamação constitucional no STF solicitando a suspensão da sentença e a extinção da ação popular para manter a integralidade da Resolução 01/99. Em 04/04/2019 - o STF concedeu a liminar ao CFP que suspende a sentença anterior e extingue a ação popular e seus efeitos judiciais e, com isso, manteve a eficácia da Resolução 01/99 em sua totalidade, voltando assim, a proibir aos profissionais da psicologia a prática de terapias de reorientação sexual comumente conhecidas como “cura gay” (GONÇALVES, 2019).

Se por um lado, na primeira década dos anos 2000 e primeiros anos da segunda a pressão dos movimentos sociais LGBT+ reverberaram em avanços na conquista de direitos junto aos poderes executivo e judiciário, a segunda década é fortemente marcada por retrocessos na luta pelo

reconhecimento dessas identidades, tendo como palco principal o Congresso Nacional – Câmara dos Deputados Federais e Senado – e como campo de disputa as políticas educacionais. No Poder Legislativo as correntes de pensamentos conservadoras e fundamentalistas religiosas têm fortemente se posicionado contrárias ao reconhecimento de direitos à população LGBT+. Na medida em que a pauta LGBT+ passou a ocupar a agenda política também foi possível evidenciar a manifestação da moralidade conservadora e homofóbica arraigada na sociedade brasileira, revestida de um discurso nauseabundo de proteção à família – onde prevalece o conceito arcaico de família formada por homem, mulher e filhos designada pelo termo “tradicional” –, proteção à infância e juventude. Como forma de manutenção de um modelo patriarcal e sexista de sociedade mascarado pelo recorrente termo “tradicional” tem-se como ferramentas o apagamento e supressão no campo educacional das temáticas de gênero – que buscam, para exemplificar de forma simplificada, o reconhecimento de equidade de direitos entre homens e mulheres –, das temáticas de identidades de gênero – que pretendem promover o reconhecimento social das identidades transgêneros equanimemente às identidades cisgênero – e, por fim, as temáticas sobre orientação ou condição sexual – que perseguem o reconhecimento da livre expressão das sexualidades humanas para além da heteronormatividade compulsória. A título de exemplo dos posicionamentos contrários ao reconhecimento das identidades LGBT+ pelo Poder Legislativo cito as insistentes tentativas de patologização das homossexualidades via Decreto Legislativo. Ainda que o STF tenha determinado a suspensão da ação popular que pleiteava a liberação das terapias de reorientação sexual em abril de 2019, projetos que visam legalizar a “cura gay” tramitam no Legislativo desde 2011 (Projeto de Decreto Legislativo da Câmara 234/2011); 2016 – (PDC 4931/16); 2019 – (PDC 539/16) – este último está no aguardo da designação de relator na

Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). Mesmo que sejam projetos diferentes, todos eles possuem alguns pontos comuns: têm como objetivo derrubar a Resolução 01/99 do CFP; propõem autorizar terapias de reorientação sexual; afirmam que as homossexualidades causam transtornos psicológicos; coincidentemente, ou não, foram apresentados por deputados que são pastores evangélicos (GONÇALVES, 2019).

Quanto às disputas no campo da Educação, logo no início da segunda década dos anos 2000 tornou-se emblemática a questão do material didático para a ação de enfrentamento da LGBTfobia nas escolas. Conforme descreve Pamplona (2012), estava previsto para o segundo semestre de 2011 a distribuição, para seis mil escolas públicas de ensino médio, de um material educativo de combate ao preconceito e discriminação para com pessoas LGBT+, denominado de Projeto Escola sem Homofobia – um dos desdobramentos do BSH no âmbito da Educação. Posteriormente o material ficou conhecido como “kits educativos anti-homofobia”. O kit era composto por um caderno, uma série de seis boletins, três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação para gestores/as e educadores/as. Esse material foi financiado pelo Ministério da Educação (MEC) e produzido em parceria com Organizações da Sociedade Civil ligadas a temática⁶. Com forte oposição no Congresso Nacional, o material foi apelidado pela imprensa e por parlamentares ligados a grupos conservadores, religiosos e homofóbicos, de “kit gay”. Sob as alegações de proteção da família tradicional criada por deus e, de que as escolas transformariam as crianças em homossexuais e promoveriam a pedofilia, a frente parlamentar religiosa (católica e evangélica) ameaçou retirar o

⁶ ONGs parceiras do MEC na produção do Kit anti-homofobia: Pathfinder do Brasil; Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e ECOS – Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (São Paulo); Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e Global Alliance for LGBT Education (GALE) (PAMPLONA, 2012).

apoio ao governo e apoiar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o enriquecimento do então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci. Mediante a pressão no Congresso Nacional a Presidente Dilma Rousseff vetou em 25 de maio de 2011 a distribuição do material educativo Escola Sem Homofobia (PAMPLONA, 2012).

Este não foi o único retrocesso sofrido no campo da Educação. Reis e Eggert (2017) elucidam que a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, apresentada em 20 de dezembro de 2010 no Congresso Nacional, continha as resoluções e diretrizes sobre equidade de gênero e diversidade sexual definidas na Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB) de 2008 e da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010. A flexão de gênero o/a foi empregada na redação do texto com o intuito de ressaltar que para a promoção da equidade entre os gêneros é de crucial importância a ação de desuniversalizar o masculino como norma. Em 2012, a versão aprovada na Câmara dos Deputados foi encaminhada para o Senado mantendo a flexão de gênero na redação do documento e abrangendo a questão da igualdade de gênero e da diversidade sexual no inciso III do artigo 2º do Plano onde se podia ler “São diretrizes do PNE [...] III - a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação”.(REIS; EGGERT, 2017, p. 15). O Senado, em 17 de dezembro de 2013, para a aprovação do Plano adotou a forma geral masculina na redação do texto e reduziu o inciso III do artigo 2º, deixando de mencionar a promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Dessa forma, na versão aprovada pelo Senado a redação do referido inciso citava apenas superação das desigualdades educacionais, com ênfase na erradicação de todas as formas de discriminação. Seguiram-se, a partir da volta do Plano para a Câmara dos Deputados, os debates

promovidos pelas bancadas religiosas que afirmavam que o projeto instituiu uma “ideologia de gênero” que tinha por objeto a destruição da família. O PNE sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em 25 junho de 2014 continha na redação a utilização da flexão de gênero, no entanto, mantinha o inciso III do artigo 2º tal qual fora aprovado pelo Senado, sem nenhuma menção às formas de discriminação. Como reflexo dessa ação, em janeiro de 2016, de 22 Planos Estaduais de Educação (PEE) aprovados e sancionados até aquele momento, nove não citavam gênero em qualquer parte do documento e 15 não especificavam as formas de discriminação em seus princípios e diretrizes. Do mesmo modo, grande parte dos municípios brasileiros suprimiram esses termos dos Planos Municipais de Educação (PME) (REIS; EGGERT, 2017).

Seguindo o fluxo do retrocesso nas políticas educacionais de combate da LGBTfobia e garantia da cidadania LGBT+ é preciso pautar, também, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017. Silva (2018) elucida que após a sanção do PNE, ainda em 2014, intensificaram-se no Congresso Nacional as discussões sobre a BNCC tendo, nesse cenário de disputas, de um lado as correntes conservadoras religiosas reverberando os discursos sobre a existência de uma ideologia de gênero e, de outro, os parlamentares simpatizantes ou defensores dos Direitos Humanos. Em junho de 2015 o MEC reuniu, em Brasília, diversos gestores educacionais e especialistas em educação (que se posicionavam a favor da construção da base) para o I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC e em julho daquele ano, o governo federal lançou uma plataforma eletrônica intitulada “Portal da Base” como ferramenta de consulta social. Através deste portal, pessoas e instituições, ligadas ou não à área da educação, participariam da construção da BNCC através do envio de críticas e contribuições para as possíveis alterações do documento preliminar. Em setembro daquele ano o Ministro da Educação Renato Janine

Ribeiro, pela portaria nº 592⁷, instituiu uma comissão de especialistas, a qual deveria ser formada por indicações a cargo da Secretaria de Educação Básica (SEB), juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Universidades Federais e Estaduais e grupos da sociedade civil, convidando 116 membros de vários níveis e modalidades de ensino de instituições educacionais reconhecidas. A primeira versão foi apresentada em 16 de setembro de 2015 e nela estava prevista a inclusão, no currículo do ensino fundamental, as discussões sobre gênero e orientação sexual (SILVA, Vanessa, 2018).

Macedo (2017) aponta que a proposição de inclusão desses temas no currículo escolar não somente acirrou os debates no Congresso Nacional entre os meses de novembro a março de 2016, mas também alocou nesse cenário de disputa um novo interlocutor da corrente conservadora: o movimento Escola Sem Partido (ESP) que, alinhado com o discurso da ideologia de gênero se aliou à bancada religiosa com o propósito de excluir da BNCC as discussões sobre gênero e orientação sexual. Vanessa Silva (2018) relata que a segunda versão foi apresentada pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e disponibilizada no Portal da Base no dia 3 de maio de 2016. Na segunda versão do documento as temáticas de gênero e orientação sexual continuavam previstas no currículo. O CONSED e a UNDIME ficaram responsáveis pela promoção e organização de seminários em todo território nacional que deveriam contar com a participação de especialistas, educadores, gestores municipais e estaduais para a discussão e para a elaboração da terceira versão. Conforme os escritos de Santos, Pereira e Soares (2018), o MEC encaminhou a terceira e última

⁷Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=21361-port-592-bnc-21-set-2015-pdf&Itemid=30192>.

versão para o CNE em 06 de abril de 2017 para que este fizesse a apreciação e emitisse seu parecer. O documento final divulgado para a imprensa dois dias antes de ser entregue ao CNE continha em seu texto os termos gênero, identidade de gênero e orientação sexual, no entanto, a redação da versão aprovada pelo Conselho em 15 de dezembro - numa votação com 20 votos favoráveis e três contrários - não faz nenhuma referência a essas temáticas. As autoras enfatizam que, ao tempo que as questões relacionadas a gênero e diversidade sexual foram excluídas do documento, houve a inserção, na versão aprovada, do ensino religioso como área de ensino para toda a educação em nível fundamental. A BNCC foi homologada pelo MEC no dia 20 de dezembro de 2017 e a Resolução CNE/CP⁸ n^o 2, que institui e orienta sua implantação, foi publicada no dia 22 daquele mês (SANTOS; PEREIRA; SOARES, 2018).

A percepção e reflexão diante desse cenário me possibilita conjecturar que o Estado ao omitir-se diante do grave quadro de violências cometidas contra a população LGBT+ compactuando com a ausência de legislação para a regulação da criminalização da LGBTfobia; não promover campanhas contra a violência destinada a esses sujeitos; não implementar políticas públicas de inclusão e proteção dessas pessoas; rejeitar e suprimir a distribuição do material educativo de combate à homofobia nas escolas e erradicar as temáticas de gênero e diversidade sexual dos Planos de Educação brasileiros e da BNCC, para além de coibir o sistema de ensino de atuar na promoção da equidade de gênero, da livre orientação sexual e do respeito às identidades sexuais e de gênero, tem atuado para instituir políticas educacionais que negam e cerceiam direitos e que opera na hierarquização dos gêneros e das sexualidades, isto é, promove o reconhecimento denegado (não reconhecimento) das identidades LGBT+. Nesse

⁸ Resolução do Conselho Pleno do CNE.

sentido, fica-me a impressão de que o Estado ao não promover e não aprovar ações de combate às desigualdades de gênero e da LGBTfobia no âmbito da Educação, legitima e autoriza as violências de gênero e por orientação sexual a que estão sujeitas as minorias sexuais no contexto social, ao passo que se mostra conivente com o sexismo e com a LGBTfobia que assola o ambiente escolar. Diante dessas considerações arrisco a dizer que a violência cometida contra pessoas LGBT+ é uma violência consentida e legitimada pelo Estado.

Referências

- BACCI, Irina karla. Vozes lésbicas no Brasil: a busca de sentidos da cidadania LGBT. 2016. 117f. **Dissertação** (Mestrado Direitos Humanos e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. Universidade de Brasília. Brasília, 2016.
- BIANCHIN, Victor. **Os 10 países mais perigosos para ser gay**. 06/jul./2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/os-10-paises-mais-perigosos-para-ser-gay>. Acesso em: 10/08/2018.
- BORILLO, Daniel. **Homofobia** – história e crítica de um preconceito. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em: 14/12/2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORRÊA, Sonia. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”.

Revista Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades, Natal, Brasil. V. 3. n.4. p.17-42. 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/vo3no4bagoaso4.pdf>. Acesso em: 13/12/2017.

DAVIS, Kate; HEILBRONER, David. **A Revolta de Stonewall**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>>. Acesso em: 30/0/2018.

DE LA MARRE, Geoffroy Huard. A homossexualidade perante a lei na França: do pós-guerra à “liberação gay”. Tradução Marcos Tindo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 07, 2012, p. 43-62.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta LGBT no Brasil. **Cadernos Temáticos do CRPSP- Psicologia e diversidade sexual**, São Paulo, v. 11, p.10-19, 2011.

FLEURY, Alessandra; TORRES, Ana. **Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas**. Curitiba: Juruá, 2011.

FONTES, Malu. **Das ruas às manchetes: o enquadramento da violência homofóbica**. In: Notícias de homofobia no Brasil. Brasília: Letras Livres, 2014, p. 21-56.

GASTALDI, *et al.*; Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. **(Orgs)**. – 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. 79 p

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 175-199, 2019.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval** – a homossexualidade no Brasil no século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

JESUS, Jaqueline. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87>

%C3%95ES_POPULA%C3%87%C 3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em 20 de março de 2021.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun. 2017.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia**: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas. 1.ed. Curitiba: Appris, 2015.

MELLO, Luis; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fátima; AVELAR, Rezende Bruno. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan./jul. 2012.

MORAIS, Raquel. **'Cura gay'**: OAB se une a Conselho de Psicologia em ação contra tratamento. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/oab-decide-ajudar-conselho-federal-de-psicologia-em-acao-que-contesta-autorizacao-para-cura-gay.ghtml>. 20/09/2017. Acesso em: 25 out. 2017.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; PAULINHO. **Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório GGB 2017**. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

NAGAMINE, Renata R. V. K; NATIVIDADE, Marcelo T.; BARBOSA, Olívia Alves. Questão de família: um olhar jurídico-antropológico sobre o “casamento gay” no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR**, Curitiba, v. 61, n. 3, set./dez. 2016, p. 233-257.

PAMPLONA, Renata Silva. O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual. 2012. 147f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PRADO, Marco; MACHADO, Frederico. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PRINCÍPIO DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**.

Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 14 Fev. 2020.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional**: o silêncio está gritando. 1.ed. Curitiba: Appris, 2015.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, jan./mar. 2017, p.9-26.

SANTOS, Luciano Pereira dos. Políticas LGBT+ em Sindicatos de Trabalhadoras/es em Educação. 2020. 240f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SANTOS, Nathany Ribeiro Lima dos; PEREIRA, Sara; SOARES, Zilene Moreira Pereira. Documentos curriculares oficiais assegurando a abordagem de gênero e sexualidade para a educação básica: um olhar para o ensino de ciências. In: V Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina/PR, 2018. **Anais**. Londrina, 2018. <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/VSGPP-%20GT9-%20Nathany%20dos%20Santos%20Sara%20Pereira%20e%20Zilene%20Soares.pdf>. Acesso em: 10/08/2018.

SARAIVA, Márcio. **Políticas públicas e direitos LGBT no estado do Rio de Janeiro**: análise exploratória acerca da atuação do Poder Legislativo entre os anos 1999 e 2013. 2014. 173f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia. **O Lampião da Esquina**: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970. VIII Encontro nacional de história da mídia Unicentro, Guarapuava - PR. 2011

SILVA, Alessandro Soares da. **Luta, Resistência e Cidadania**: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT. Curitiba: Juruá. 2008.

SILVA, Vanessa Silva da. Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política. 2018. 199f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

SILVA, Walter. **Breve história do banco de dados virtual da Homofobia e Transfobia no Brasil**. Quem a homofobia matou hoje. 17/05/2017. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/quem-somos-2/>. Acesso em: 14/12/2017.

SOUZA, Marselha Evangelista de. Evangélicos e movimento LGBT na esfera pública: a “cura gay” trazendo novas perspectivas. 2017. 84 f. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

TREVISAN, João S. 2000. **Devassos no paraíso, a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade**. 4. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Record. 2000.

Sobre as/os autoras/es

Alex Sandro de Castro Garrido é Professor de Biologia, Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Educação em Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação no Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com Graduação em Licenciatura no curso de Ciências Biológicas com ênfase em Meio Ambiente pela UNIESP. Desenvolve estudos e discussões das Epistemologias da educação e dos Saberes Étnico-Raciais em diálogos com as relações sociais, sob as dimensões socioculturais, sócio-histórica, socioeconômicas e socioambientais. E-mail: abiologianaturalviva@gmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/5711616426061996>

Aline Lemos da Cunha Della Libera é Pedagoga pela FURG. Mestre (UFPel) e Doutora em Educação (UNISINOS). Docente da área de Educação de Jovens e Adultos no Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS. Coordenadora do Programa de Extensão “Justiça com as próprias mãos”: manualidades e Direitos Humanos das Mulheres. Integrante do grupo de pesquisa D’Generus. E-mail: alinefaced@gmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/8695102704001890>

Amanda da Rocha Lourensen é Graduada em Ciências Sociais pela UFRGS. Ex-bolsista do Programa de Extensão “Justiça com as próprias mãos”: manualidades e Direitos Humanos das Mulheres.

André Luis Penha Corrêa é Advogado. Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2020). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Verbo Educacional (2018). Especialista em Direito Civil pela Rede de Ensino LFG/Anhanguera (2017). Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/7223885437687882>

Catiane Cinelli é Professora Adjunta no Departamento de Educação do Campo, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Rolim de Moura. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2016), na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, com bolsa Capes; Mestra em Educação

nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI, 2012) com bolsa CAPES; Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Ciências Aplicadas/Celer Faculdades (2010). Graduada em Pedagogia: Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Crianças, Jovens e Adultos, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS, 2007). Atua na Educação Popular, Educação do Campo e Movimentos Populares, em especial com Mulheres Camponesas. Pesquisadora na Universidade Federal de Pelotas, no D'Generus. Mãe de Nayla Dandara, esteve em licença maternidade em 2020. E-mail: katimmc@gmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/4455725882240682>

Fábio André Sangiogo possui graduação em Química-Licenciatura (2007), mestrado em Educação nas Ciências (2010) pela UNIJUÍ e doutorado em Educação Científica e Tecnológica (2014) pela UFSC. Atualmente é professor no Centro de Ciências Químicas Farmacêuticas e de Alimentos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática e no Programa de Pós-Graduação em Química da UFPel. É o coordenador institucional no Programa Residência Pedagógica da UFPel. Atua principalmente nos seguintes temas: abordagem temática, ensino e aprendizagem de e sobre Ciências/Química, abordagem histórico-cultural, linguagem e cognição, formação docente, epistemologia e ensino Ciências. E-mail: fabiosangiogo@gmail.com. Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/3646621320378234>

Georgina Helena Lima Nunes possui graduação em Educação Física e Técnico em Desporto pela Universidade Federal de Pelotas, Especialização em Educação Psicomotora (URCAMP), Especialização em Educação UFPel, Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Estágio Pós-Doutoral em Educação na Universidade do Oeste do Paraná (UNOESTE). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Rural, Educação das Relações Raciais, Educação Quilombola e Gênero, Políticas Afirmativas no Ensino Superior. Líder do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (MovSE), coordenadora do Observatório Interinstitucional em Ações Afirmativas. Integrante do grupo de pesquisa D'Generus. E-mail: geohelena@yahoo.com.br Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/3494845515615884>

Hudson W. de Carvalho é docente adjunto do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Foi editor associado da Revista *Temas em Psicologia/Trends in Psychology* entre 2013 e 2016. Durante muitos anos se dedicou a pesquisar diferenças individuais em domínios socioemocionais articulando psicometria, neurobiologia e metodologias quantitativas. Atualmente estuda temas como gênero, sexualidade, HIV/AIDS e transdisciplinaridade com base em perspectivas queer/cuir/kuir e epistemologias críticas. Também desenvolve trabalhos artísticos relacionando performance e arte visual. Por fim, é doutor em ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Psicologia Médica da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e psicólogo pela mesma instituição. Foi bolsista do CNPq de Pós-Doutorado Júnior junto ao Programa de Pós-Graduação em Medicina e Ciências da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com ênfase nas áreas de Neurociência e Psiquiatria. Integrante do grupo de pesquisa D'Generus. Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/4471885354162497>
E-mail: hdsncarvalho@gmail.com

Isaura Isabel Conte é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2014) com realização de Doutorado Sanduíche na Universidad Autónoma de México na Facultad de Fylosofía y Letras apoiado pelo CNPq (2013). PhD pela UFRGS com estudos em Educação do Campo sob orientação da Dra. Marlene Ribeiro. Mestra em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí/2011) e Pedagoga pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS/2007). Docente do Curso de Pedagogia no Campus de Ji-Paraná, Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com realização de pesquisa e extensão nos seguintes temas: Educação do Campo, Educampo, Educação do Campo em Rondônia; Educação do Campo com Pedagogia da Alternância em Escolas da Rede Pública; Pedagogia da Alternância na Educação Infantil do Campo; Feminismo e Campesinato; Faz parte do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Amazônia Legal (Leal/Unemat/CNPq) e do Grupo de Pesquisa "Etnoconhecimento e Pesquisa em Educação" da Unir/CNPq na linha de pesquisa "Educação do Campo, Cultura e Movimentos Sociais". Faz parte do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), Câmara de Pesquisa e Extensão (CAmPe). Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/9168225312294695>

Juliane Portella Ribeiro é Professora na Faculdade e no Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFPEL. Doutorado e Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal do Rio Grande. Editora assistente da Journal of Nursing and Health. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos com Crianças, adolescentes, Mulheres e Famílias (NUPECAMF/UFPel) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Enfermagem e Saúde da Criança e do Adolescente (GEPESCA/FURG). Áreas de atuação: Humanização do parto e nascimento, Violência obstétrica e neonatal, Saúde mental e uso de substâncias no período gravídico-puerperal. E-mail: ju_ribeiro1985@hotmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/9222593132496467> Integrante do grupo de pesquisa D'Generus.

Letiane Borges Canez- Acadêmica de Enfermagem do 6º semestre na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: letiane0736@hotmail.com Link plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/0777049473814382>

Luciana Garcia de Mello é Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui título de Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010) e pela Université de Nice Sophia-Antipolis (2010), possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e mestrado em Sociologia pela mesma universidade. Atua como pesquisadora no grupo de pesquisa Trabalho e Reconhecimento Social, integra o Núcleo D'Generus da UFPEL. Foi Membro da Comissão da Verdade da Escravidão Negra do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em sociologia do racismo e sociologia do trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, desigualdades raciais, intersecção entre raça, classe e gênero, justiça social. E-mail: lucianag.demello@gmail.com Link plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/6786214333053144>

Luciano Pereira dos Santos - Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - FaE/UFPEL na linha de pesquisa Epistemologias Descolônias, Educação Transgressora e Práticas de Transformação. Realizou o PDSE/CAPES - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias /Lisboa onde integrou a equipe de Investigadores Científicos do CeIED - Centro de Estudos em Educação e Desenvolvimento e do Programa de Doutorado em Educação do Instituto de Ciências da

Educação. É Mestre em Educação pela FaE/UFPEL na linha do Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente e graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). É integrante do Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero coordenado pela Prof.^a Dra. Márcia Alves da Silva e do Grupo de Pesquisa Processo de Trabalho Docente coordenado pela Prof.^a Dra. Marcia Ondina Ferreira. Temas de investigação de interesse: identidades sexuais e de gênero, direitos humanos, gênero, sexualidades, lgbtphobia, políticas lgbt+, direitos lgbt+, feminismos, masculinidades, trabalho docente, sindicalismo em educação, Interseccionalidades (classe, raça, gênero e identidade sexual). E-mail: lucianopereiraluciano@gmail.com Link plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/5776422911853550>

Lucinara da Cruz Cantos - Enfermeira graduada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Email: lucinaracantos@hotmail.com. Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/0135409446756277>

Márcia Alves da Silva é Bacharel em Ciências Sociais (1996) e Mestra em Educação (2002) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Educação (2010) pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Pós-Doutora em Educação (2018) pela PUC-RS. É Professora Associada e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível mestrado e doutorado acadêmico, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Educação, com diversas publicações e atuando no ensino, pesquisa e extensão, principalmente nos seguintes temas: Estudos de Gênero e Teoria Feminista, Epistemologias descoloniais, Narrativas e Histórias de Vida, Educação Popular, Educação Não-Formal e Formação de Professores. Atuou na equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPEL entre 2014 e 2016, sendo fundadora e coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade da UFPEL neste período. É líder do Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero, e atua no Grupo de Pesquisa Educação, Gênero e Trabalho Artesanal, ambos do CNPq. E-mail: profa.marciaalves@gmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/9365305712032453>

Marcus Vinicius Spolle possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP (1986), Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo - USP (2001) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2010). Atualmente é professor adjunto do curso de Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL.

É coordenador do Projeto PIBID do núcleo de Ciências Sociais, também coordena o grupo de pesquisa Núcleo de Interseccionalidades da UFPel e participa do Núcleo de Análises Urbanas da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Desenvolveu pesquisa como investigador visitante do Centro de Estudos Sociais (CES) - Universidade de Coimbra. Tem experiência na área de Sociologia e Geografia, com ênfase em Relações Raciais e Geografia da População, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdade racial, gênero, êxodo rural, agricultura familiar, sustentabilidade e movimentos sociais. É pesquisador integrante do Núcleo D'Generus. E-mail: sociomarcus@gmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/7994446298778464>

Marina Soares Mota- Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (2012), Mestrado (2014) e Doutorado (2017) pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem com ênfase no contexto socioambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tem experiência na área de Enfermagem em saúde mental, atendimento em estomaterapia e em urgência e emergências. Atualmente, é Professora Adjunta na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Desenvolve pesquisas com ênfase na saúde do adolescente e do adulto, atuando principalmente nas áreas de saúde mental e estomaterapia. Integrante do grupo de pesquisa D'Generus. E-mail: msm.mari.gro@gmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/0012104044105730>

Melissa Hartmann é Enfermeira graduada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: hmelissahartmann@gmail.com. Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/1260130817884351>

Pedro Robertt possui graduação em Sociologia pela Universidade da Republica do Uruguai (1990), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas, atuando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, em que orienta trabalhos de conclusão de mestrado e de doutorado. Tem se aprofundado na área de Sociologia do Trabalho pesquisando, entre outros, os seguintes temas: modelos organizacionais, flexibilidade, classe trabalhadora e nova ética do capitalismo. Para isso, vem utilizando um aparelho conceitual disposicionalista com base em autores como Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, com interesse nas disposições, econômicas, cognitivas e afetivas mobilizadas pelos trabalhadores no capitalismo

contemporâneo. Nos últimos anos, desenvolve pesquisas sobre ex-trabalhadores da Indústria Naval na cidade de Rio Grande/RS, utilizando uma abordagem etnográfica. É um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa “Mudanças organizacionais e novas subjetividades no mundo do trabalho”, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Outra área de atuação é a de Epistemologia e Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, coordenando atualmente, um projeto de pesquisa sobre a reflexividade nas ciências sociais, desde diferentes olhares. Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/9769937833285092>

Renato Duro Dias é Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Professor da Faculdade de Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado em Direito e Justiça Social (FURG), da Especialização em Educação em Direitos Humanos e da Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE). É Doutor em Educação (UFPEL) com período na Universidade de Lisboa, Portugal, realizado como Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES). Membro do Banco de Avaliadores do INEP/MEC. Professor Visitante no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Codiretor da Revista Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho, Facultad de Derecho, Universidad de Chile. Diretor Regional Sul da ABEDI (Associação Brasileira de Ensino de Direito). Associado ao CONPEDI, a ABEDI e REED. É Vice-líder do Laboratório Imagens da Justiça - Grupo de Pesquisa do CNPq. Foi Pró-Reitor de Graduação da FURG (2017-2020) e, também, Coordenador do Curso de Graduação em Direito (2008-2010/2014-2016). Atuou como Coordenador do Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH/FURG. Possui publicações de livros, como autor e organizador, capítulos de livros e artigos científicos em revistas nacionais e internacionais indexadas. Tem interesse nas áreas de educação superior, educação jurídica, pedagogia jurídica, imagens da justiça e educação em direitos humanos, gênero e sexualidades. Integrante do grupo de pesquisa D’Generus. E-mail: renatodurodias@gmail.com Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/9894300167305005>

Sheila Stolz é Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FaDir/FURG/RS). Professora Permanente do Mestrado em Direito e Justiça Social (PPGD/FaDir/FURG/RS). Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES) realizado na Facultad de Derecho da Universidad Complutense de Madrid (UCM/España). Mestre em Direito pela Universitat Pompeu Fabra (UPF/Barcelona), desde

2003 (título reconhecido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/RS, apostila: Nº. 25, fls. 05 do livro RV-01). Estágio Pós-Doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos, PGEDH/UAB-FURG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq: Direito, Gênero e Identidades Plurais (DGIPLUS) e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos, NUPEDH/FURG. Possui experiências docentes e profissionais na área jurídica, com ênfase em Direitos Humanos e Fundamentais, Direito e Gênero, Filosofia e Teoria do Direito e Direito do Trabalho. Link para plataforma lattes:<http://lattes.cnpq.br/3038131556164688>

Silvana de Araújo Moreira é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, mestra em História também pela Universidade Federal de Pelotas (2019) e tem especialização em Comunicação Pública pela Universidade Gama Filho (2010). Possui graduação em Comunicação Social - Habilitação Publicidade e Propaganda (2006), Habilitação Jornalismo (2008) pela Universidade Católica de Pelotas e curso técnico em Desenho Industrial (1999) pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). Foi coordenadora de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas (2014-2017) e, atualmente, desenvolve seus trabalhos no mesmo setor como jornalista. Tem experiência na área de Comunicação Social com ênfase nos seguintes temas: Assessoria de Imprensa, Marketing, Publicidade, Redes Sociais e Jornalismo Digital. Na área de História, pesquisa história da imprensa, gênero e mundos do trabalho a partir da metodologia de História Oral. Integrante do grupo de pesquisa D'Generus. E-mail: sissamoreira@gmail.com
Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/5993726932716524>

Vanise Regina Bitencourt Valiente é Psicóloga graduada pela Universidade da Região da Campanha, URCAMP-Bagé/RS, Mestra em Educação pelo PPGE-FAE/UFPel, Especialista em Psicologia Clínica Junguiana pelo IJRS/IBGEN e MBA em Gestão de Recursos Humanos pela URCAMP-Bagé/RS - Docente dos cursos de Capacitação para o servidor público da FURG pelo SENAC - Rio Grande/RS. Docente dos cursos de Capacitação para o Servidor Público UFPel/RS pela Escola de Administração Fazendária (Ministério da Fazenda) - Docente dos cursos de Pós-Graduação Faculdade de Tecnologia SENAC - Pelotas/Bagé/Camaquã/Rio Grande. É participante do Núcleo D'Generus e realizou sua pesquisa a nível de pós-graduação sobre mulheres e envelhecimento. Link para plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/1609376820524081> E-mail: vanisevaliente@hotmail.com

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org